

Tese de Doutoramento

Doutoramento em Gestão

**DETERMINANTES E METODOLOGIAS DE ENSINO DA GARANTIA DE
FIABILIDADE NO RELATO INTEGRADO**

Maria Albertina Almeida Barreiro Rodrigues

Orientadores: Prof. Doutor Tawfiq Rkibi

Universidade Europeia

Prof. Doutora Ana Isabel Abranches Pereira de Carvalho Morais

ISEG – Universidade de Lisboa

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de doutor.
As opiniões nela contidas são da estrita responsabilidade do autor.

Lisboa,

Junho de 2021

Determinantes e Metodologias de ensino da Garantia de Fiabilidade no Relato integrado

Maria Albertina Almeida Barreiro Rodrigues

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de doutor.

Constituição do Júri:

Presidente: Doutor Carlos Alberto Miranda Duarte, Professor Catedrático do IADE – Faculdade de Design Tecnologia e Comunicação da Universidade Europeia, por delegação de competência determinada por Doutora Hélia Gonçalves Pereira, Reitora e Presidente do Conselho Científico da Universidade Europeia

Arguente externo: Doutora Isabel Maria Estima Lourenço, Professora Catedrática do ISCTE do Instituto Universitário de Lisboa

Arguente interno: Doutor Carlos Pedro Ramos Santos Pinho, Professor Auxiliar Convidado da FCES da Universidade Europeia;

Vogal externo: Doutora Teresa Cristina Pereira Eugénio, Professora Coordenadora da Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Leiria – ESTG

Vogal interno: Doutora Diana da Silva Dias, Professora Associada com Agregação da FCSD da Universidade Europeia;

Orientador: Doutora Ana Isabel Abranches Pereira de Carvalho Morais, Professora Catedrática do ISEG da Universidade de Lisboa.

Lisboa,

Junho de 2021

Para a Margarida e o Bernardo, a quem dedico toda a minha vida.

Deus quer, o homem sonha, a obra nasce.

Valeu a pena? Tudo vale a pena
Se a alma não é pequena.
Quem quer passar além do Bojador
Tem que passar além da dor.
Deus ao mar o perigo e o abismo deu,
Mas nele é que espelhou o céu.

Fernando Pessoa, Mensagem

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer a todos quantos me concederam o privilégio de me acompanharem nesta fantástica viagem.

Um agradecimento muito especial para a minha orientadora Professora Ana Isabel Morais que me acompanhou ao longo de todo o percurso transmitindo sempre força para prosseguir. A sua paciência, otimismo, alegria e capacidade de ver o lado positivo de todas as situações e vislumbrar oportunidades, foram tão importantes, quanto a capacidade de ajudar na construção de caminhos sustentados num profundo e reconhecido conhecimento técnico. Foi sem dúvida o meu pilar de suporte. Muito obrigado! O meu muito obrigado ao Professor Tawfiq R. Rkibi que sempre me incentivou e acompanhou o desenvolvimento do processo e me concedeu a honra de ser orientador do mesmo.

O meu agradecimento ao Professor Manuel do Carmo pelo seu apoio que foi essencial na elaboração da tese. Ao Professor João Vieira da Cunha o qual teve um papel muito importante na elaboração do projeto de tese e no seu desenvolvimento inicial, o meu agradecimento pelo seu apoio e por ter sempre acreditado nas minhas ideias e incentivado o seu desenvolvimento. À Professora Cláudia Ribeiro o meu agradecimento por me ter acompanhado, no meio do percurso. A todos os professores que me acompanharam no primeiro ano do doutoramento o meu muito obrigado. Aos Professores Eduardo Tomé, Francisco Cesário, Maria José Sousa e Luís Pimentel, o meu agradecimento pela sua amizade e disponibilidade.

Pelas excelentes contribuições que muito enriqueceram o projeto desenvolvido, os meus agradecimentos aos participantes, revisores anónimos, *discussants* e mentores nas conferências: *15TH EIASM Interdisciplinary Conference on Intangibles and Intellectual Capital – Non-Financial and Integrated Reporting, Governance and Value Creation* (Coimbra, 2019); *14ª e 12ª Iberian Conference on Information Systems and Technologies* (Coimbra e Lisboa, 2019 e 2017); *XVIII Encuentro Internacional AECA*, (Coimbra, 2018), *Sustainability, Ethics and Entrepreneurship – Academic Research Conference* (Washington, D.C., 2018), *European Academy of Management, EURAM and Doctoral Colloquium*, Glasgow (2017), *Integrated Thinking & Reporting in practice Conference*, Roma (2016); *Financial Reporting and Business Communication Conference, Bristol* (2016) e *XV Conferência e Doctoral Colloquium Grudis*, (Lisboa, 2016).

Agradeço à Universidade Europeia, pela concessão da bolsa referente às propinas do segundo, terceiro e quarto ano e adicionalmente, pelo apoio financeiro concedido com vista à participação em diversas conferências que foram essenciais para a consolidação e o desenvolvimento desta tese. Devo apresentar os agradecimentos em particular ao Exmo. Senhor Reitor Pedro Barbas Homem, ao Exmo. Senhor Professor Doutor Tawfiq R. Rkibi e à Professora Doutora Diana Dias. Também pela compreensão e apoio ao longo destes longos anos, os meus agradecimentos à Professora Doutora Antónia Correia e à Professora Doutora Raquel Soares.

Muitas foram as pessoas que me acompanharam ao longo desta jornada. Pedindo desde já desculpa aos que não referencio individualmente, a todos agradeço do fundo do coração, sem a sua presença tudo teria sido mais difícil.

Uma palavra muito especial para o Dr. José Azevedo Rodrigues que teve a generosidade e amabilidade de discutir comigo as ideias iniciais para o desenvolvimento da tese e que me apresentou o conceito de Relato Integrado que veio a servir de base para todo o projeto.

Para a Gabriela Marques, a Manuela Aparício e o Carlos Costa, a Antónia e o Pedro Pires, o meu agradecimento por toda a sua generosidade e amizade incondicionais. O meu agradecimento ao Dr. João Pires que me desafiou a lecionar na Universidade Europeia tendo dessa forma iniciado este caminho. O meu agradecimento à Michele Moraes pela sua disponibilidade e pelos seus ensinamentos na utilização do software *Vosveiwier*.

Para a Ana Paula Harfouche e Isabel Moço, o meu agradecimento pelo seu acompanhamento, amizade, e por serem sempre uma referência. O meu obrigado às minhas amigas Ana Lucas e Vera Pinto, companheiras de jornada, que me incentivaram a continuar e com quem partilhei muitos momentos ao longo destes anos.

Para os meus colegas da Universidade Europeia, do ISCAL, do Conselho Fiscal das Águas do Norte, do Conselho Fiscal das Águas do Alto Minho, da Comissão de Ética e da Comissão Família e Profissão da OROC, os meus agradecimentos pela forma como acompanharam e incentivaram o desenvolvimento deste percurso.

Para concluir, o meu profundo obrigado à minha grande base de apoio, a minha família.

À minha mãe e ao meu pai a quem devo a vida, a quem devo tudo o que sou. Pai, espero que esteja orgulhoso onde estiver, esta tese também é para si. Mãe, sempre presente, sempre preocupada, sempre amiga e companheira, exemplo de vida e de Fé, muito obrigado por me acompanhar em todos os momentos. Ao meu irmão, à Micá, ao António e à Avo Ju, o meu obrigado pelo seu constante apoio e por se fazerem sempre próximos.

José, Margarida e Bernardo, os meus mais que tudo. Meus revisores, tradutores, companheiros e parceiros nesta cruzada, muitas vezes foi por vos ver acreditar que continuei a seguir em frente. Tudo o que vale a pena tem de ser conquistado. Esta conquista, que aqui se concretiza, foi realizada em conjunto, por isso tem muito mais significado. Muito obrigado!

ÍNDICE

Agradecimentos.....	IX
Índice das Figuras.....	XV
Índice das Tabelas	XVII
Lista das Abreviaturas	XX
Resumo.....	XXII
Abstract	XXIII
Introdução.....	1
1. Relevância do Estudo	1
2. Questões e Objetivo da Investigação	2
3. Metodologia	6
4. Estrutura da Tese.....	7
Capítulo I – Enquadramento	9
1. Evolução do Relato nas Organizações	10
1.1. Relato Financeiro.....	10
1.2. Relato Não Financeiro	12
1.3. Relato Integrado	16
2. Evolução da Auditoria.....	21
2.1. Tipos de Auditoria	21
2.3. A Garantia de Fiabilidade no Relato integrado	23
Capítulo II – A Garantia de Fiabilidade no Relato integrado: Estudo Analítico da Literatura (Estudo 1).....	24
1. Enquadramento.....	24

2. Metodologia	26
3. Conclusões	28
3.1. Análise Descritiva.....	28
3.2. Análise Bibliométrica:	31
3.2.1. Cocitação versus Autor citado	31
3.2.2. Cocitações versus Referências citadas	33
3.2.3. Cocitação versus fonte citada.....	35
3.2.4. Palavras-Chave	37
3.2.5. Grupos de palavras.....	39
4. Caracterização dos Artigos.....	39
4.1. Apresentação de temáticas, objetivos e conclusões.....	40
4.2. Caracterização das teorias subjacentes ao tema da GFRI.....	60
4.3. Evolução da referência na literatura a Garantia de Fiabilidade, Determinantes e Educação.....	72
5. Discussão.....	76
6. Bases do Estudo	81
7. Sinopse	82
Capítulo III – Determinantes da Garantia de Fiabilidade no Relato integrado (Estudo 2)	83
1. Introdução e Relevância do Estudo	83
2. Revisão da Literatura	86
3. Metodologia	93
3.1. Metodologia– Análise de conteúdo da Garantia de Fiabilidade no Relato integrado	94
3.2. Metodologia - Uma comparação geográfica da Garantia de Fiabilidade no Relato Integrado	94
3.3. Metodologia - Determinantes da Garantia de Fiabilidade no Relato integrado	95

4.	Resultados	102
4.1.	Resultados - Análise de conteúdo da Garantia de Fiabilidade no Relato integrado	102
4.2.	Resultados – Uma comparação geográfica da Garantia de Fiabilidade no Relato Integrado	108
4.3.	Resultados: Determinantes da Garantia de Fiabilidade no Relato Integrado	115
4.3.1.	<i>Estudo das ocorrências das variáveis</i>	115
4.3.2.	Análise estatística.....	124
5.	Discussão.....	140
5.1.	Discussão - Análise de conteúdo da Garantia de Fiabilidade no Relato integrado .	140
5.2.	Discussão – Uma comparação geográfica da Garantia de Fiabilidade no Relato ...	141
5.3.	Discussão – Determinantes da Garantia de Fiabilidade no Relato Integrado.....	143
6.	Bases de Estudo.....	145
7.	Sinopse	146
Capítulo IV – Como Desafiar alunos Universitários a estudar a Garantia de Fiabilidade no Relato integrado (Estudo 3).....		147
1.	Introdução e Relevância do Estudo	147
2.	Revisão da Literatura	150
3.	Metodologia	156
4.	Challenge Learning Method (CLM): Método para desafiar os alunos a desenvolver o tema da Garantia de Fiabilidade no Relato integrado.....	157
4.1.	Challenge Learning Method (CLM): As Bases do Método	157
4.2.	Challenge Learning Method (CLM): As fases do Método.....	157
4.3.	Challenge Learning Method (CLM): O desenvolvimento detalhado do Método ...	160
4.4.	Challenge Learning Method: Como avaliar o desempenho	167
5.	Discussão.....	171

6. Bases do Estudo	173
7. Sinopse	173
Conclusões, Limitações e Investigações Futuras	175
1. Conclusões	175
1.1. Enquadramento – Revisão da Literatura.....	175
1.2. Determinantes da Garantia de Fiabilidade no Relato integrado	179
1.2.1. Análise de conteúdo da Garantia de Fiabilidade no Relato integrado	179
1.2.2. Uma comparação geográfica da Garantia de Fiabilidade no Relato Integrado	180
1.2.3. Determinantes da Garantia de Fiabilidade no Relato Integrado	180
1.3. Como Desafiar alunos Universitários a estudar a Garantia de Fiabilidade no Relato Integrado	182
1.4. Determinantes e Metodologias de ensino da Garantia de Fiabilidade no Relato Integrado	183
2. Limitações e Estudos Futuros	186
Bibliografia.....	189
1. Bibliografia Geral.....	189
2. Legislação e Normativos	205
ANEXOS.....	206
Anexo I - Lista de Artigos da consulta realizada na Web of Science	206

ÍNDICE DAS FIGURAS

Figura 1: Interligação entre a evolução do modelo de relato e a auditoria	9
Figura 2: Âmbito de Estudo	10
Figura 3: Evolução do Relato das Organizações.....	14
Figura 4: Tipologia de Relato não Financeiro.....	15
Figura 5: Processo de criação de valor	18
Figura 6: Evolução da Auditoria	22
Figura 7: Grupos de cocitação versus Autor Citado	33
Figura 8: Grupos de Cocitação versus Referência Citada.....	35
Figura 9: Grupos de Cocitações versus Fonte Citada	37
Figura 10: Número de ocorrência simultânea de Palavras-Chave	38
Figura 11: Grupos de Palavras	39
Figura 12: Evolução da referência na literatura a Garantia de Fiabilidade, Determinantes e Educação	74
Figura 13: Tipologia de organização – 2017.....	103
Figura 14: Tipologia de organização – 2011.....	103
Figura 15: Região de concentração das organizações - 2017.....	104
Figura 16: Região de concentração das organizações - 2011.....	104
Figura 17: Organizações com Relatórios de Garantia de Fiabilidade - 2017.....	105
Figura 18: Organizações com Relatórios de Garantia de Fiabilidade - 2011.....	105
Figura 19: Níveis de Garantia de Fiabilidade - 2017	106
Figura 20: Níveis de Garantia de Fiabilidade - 2011	107

Figura 21: Prestador do serviço de Garantia de Fiabilidade - 2017	107
Figura 22: Prestador do serviço de Garantia de Fiabilidade – 2011	108
Figura 23: Relatórios com Garantia de Fiabilidade por origem geográfica - 2017.....	109
Figura 24: Entidade prestadora de Garantia de Fiabilidade por origem geográfica - 2017 ...	110
Figura 25: Origem geográfica das entidades prestadores de Garantia de Fiabilidade - 2017	111
Figura 26: Auditores financeiros por empresa de auditoria - 2017.....	111
Figura 27: Origem geográfica dos auditores financeiros por empresa de auditoria - 2017 ...	112
Figura 28: Tipo de opinião de Garantia de Fiabilidade por região - 2017	113
Figura 29: Normas utilizadas na prestação do serviço de Garantia de Fiabilidade - 2017	113
Figura 30: Região - Relação % de ocorrências e % com GFRI	116
Figura 31: Região após agregação - Relação % de ocorrências e % com GFRI.....	117
Figura 32: Indústria - Relação % de ocorrências e % com GFRI	118
Figura 33: Indústria - Relação % de ocorrências após agregação e % com GFRI.....	119
Figura 34: Formação base CEO – distribuição de ocorrências	119
Figura 35: Género CEO com GFRI – distribuição de ocorrências	120
Figura 36: Composição do <i>Board</i> – distribuição de ocorrências de GFRI	121
Figura 37: Independência do <i>Board</i>	122
Figura 38: Combined Assurance Model e GFRI.....	123
Figura 39: ROE - <i>Outliers</i> moderados e severos.....	131
Figura 40: ROA - <i>Outliers</i> moderados e severos	131
Figura 41: Número de Empregados - <i>Outliers</i> moderados e severos.....	132

ÍNDICE DAS TABELAS

Tabela 1: Ligação entre estudos, questões de investigação e objetivos	5
Tabela 2: <IR> Conceitos Fundamentais	17
Tabela 3: <IR> Princípios Básicos.....	19
Tabela 4: <IR> Elementos de Conteúdo	19
Tabela 5: Revistas que apresentam mais do que um artigo.....	28
Tabela 6: Revistas que apresentam um artigo	29
Tabela 7: Número de Publicações por ano	30
Tabela 8: Autores que apresentam mais do que um artigo	30
Tabela 9: Número de Citações por autor – os 20 autores mais citados.....	32
Tabela 10: Número de Citações por Referência Citada	34
Tabela 11: Número de Citações por Fonte Citada	36
Tabela 12: Número de ocorrência simultânea de Palavras-chave.....	38
Tabela 13: Temática - Garantia de Fiabilidade, Autores, Objetivos e Conclusões.....	41
Tabela 14: Temática - Relato Integrado, Autores, Objetivos e Conclusões	50
Tabela 15: Temática - Relato de Sustentabilidade, Autores, Objetivos e Conclusões.....	58
Tabela 16: Teorias subjacentes à GFRI e estudos referenciados	61
Tabela 17: Síntese das teorias subjacentes à GFRI.....	68
Tabela 18: Evolução da referência na literatura a Garantia de Fiabilidade, Determinantes e Educação	72
Tabela 19: Número de relatórios na base IIRC por ano de referência (à data de 28/09/2020)	86
Tabela 20: Síntese de autores e de estudos sobre determinantes	91

Tabela 21: Lista de ocorrências na variável indústria	97
Tabela 22: Codificação da variável indústria	97
Tabela 23: Distribuição das empresas por região.....	100
Tabela 24: Codificação das empresas por região	101
Tabela 25: Tipologia de organização	115
Tabela 26: Região - Relação % de ocorrências e % com GFRI.....	117
Tabela 27: Indústria - Relação % de ocorrências e % com GFRI.....	118
Tabela 28: Género CEO – distribuição de ocorrências por género.....	120
Tabela 29: Composição do <i>Board</i> – distribuição de ocorrências.....	121
Tabela 30: Independência do Board – distribuição de ocorrências.....	122
Tabela 31: <i>Combined Assurance Model</i> e GFRI.....	123
Tabela 32: Definição das variáveis	125
Tabela 33: <i>Outliers</i> moderados e severos identificados.....	130
Tabela 34: Codificação da Variável Dependente	133
Tabela 35: Estatística Wald para a constante do modelo de regressão (Etapa 0)	133
Tabela 36: Variáveis fora da Equação - Etapa 0	134
Tabela 37: Teste Omnibus do modelo de coeficientes.....	135
Tabela 38: Síntese do modelo de regressão	135
Tabela 39: Teste de <i>Hosmer e Lemeshow</i>	136
Tabela 40: Tabela de contingência para o teste de <i>Hosmer e Lemeshow</i>	136
Tabela 41: Tabela de classificação final das observações.....	137
Tabela 42: Variáveis na equação do modelo de regressão logística	137
Tabela 43: Variáveis fora da equação do modelo de regressão logística.....	138
Tabela 44: Sumário do processo	139
Tabela 45: Relação autores e tema estudado.....	151

Tabela 46: Relação entre autores, modelos de ensino e bases pedagógicas	152
Tabela 47: Síntese de estudos sobre modelos de ensino/pedagogias	153
Tabela 48: Fases do Challenge Learning Method	159
Tabela 49: Modelo de avaliação do desempenho do CLM.....	168

LISTA DAS ABREVIATURAS

A4S - Accounting for Sustainability Project
ACCA - Association of Chartered Certified Accountants
APS - AccountAbility Principles Standard
AS - Assurance Standard
CA - Combined Assurance
CIMA - Chartered Institute of Management Accountants
CLM - Challenge Learning Method
CMVM - Comissão do Mercado de Valores Mobiliários
CSR - Corporate Social Responsibility Reporting
Deloitte - Deloitte Touche Tohmatsu Limited
EFRAG – European Financial Reporting Advisory Group
ESG - Environmental, Social and Governance
EY - Ernst & Young Global Limited
GFRI - Garantia de Fiabilidade no Relato Integrado
GFRS - Garantia de Fiabilidade no Relato de Sustentabilidade
GRI - Global Report Initiative
IAASB - International Auditing and Assurance Standards Board
IASB - International Accounting Standards Board
IIRC - International Integrated Reporting Council
IR – Integrated Report
IRA - Integrated Reporting Assurance
ISAE - International Standard on Assurance Engagements
ISQC - International Standard on Quality Control
JSE - Johannesburg Stock Exchange
KPI - Key Performance Indicators

ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

PwC - PricewaterhouseCoopers & Associados

RI - Relato Integrado

ROA - Return on assets

ROE - Return on equity

RS - Relato de Sustentabilidade

SER - Social and Environmental Reporting

SPSS - Statistical Package for the Social Sciences

SR - Sustainability Reporting

TSCA - two-step cluster analysis

WBCSD - World Business Council For Sustainable Development

RESUMO

A exigência de mudanças nos relatórios divulgados pelas empresas originou o surgimento do Relato Integrado, o qual providencia informação relativa à avaliação de riscos e ao potencial crescimento de valor no futuro, influenciando a gestão do risco e a auditoria. O Relato Integrado engloba informação financeira que é obrigatoriamente sujeita a auditoria, e informação não financeira que poderá, de forma voluntária, ser sujeita a uma análise de garantia de fiabilidade. Surge assim a necessidade de novas estruturas de elaboração de relatórios de garantia de fiabilidade por forma a assegurar a conformidade e confiabilidade da informação divulgada. Desta forma, a motivação e relevância deste estudo situa-se ao nível da Garantia de Fiabilidade no Relato integrado (GFRI) como vetor de incremento de legitimidade e confiabilidade.

O objetivo do estudo consiste em rever o campo de estudo da GFRI, desenvolver conhecimento sobre a literatura associada, sobre o conteúdo e determinantes da divulgação da informação e apresentar um modelo de ensino do tema no ensino superior. Esta tese pretende apresentar à comunidade académica uma visão global do tema em apreço enquadrado quer nas empresas quer na academia. A abordagem metodológica desenvolve um estudo qualitativo da literatura relevante, um estudo qualitativo de análise de conteúdo dos Relatórios de GFRI com um subsequente estudo quantitativo para análise dos determinantes da divulgação da informação e conclui com o desenvolvimento de um modelo de ensino no ensino superior. Os resultados do estudo indicam que este é um tema recente e com crescente interesse pela academia, que a sua implementação no relato das empresas é também crescente com mais de metade das empresas a divulgarem a informação de forma voluntária. A contribuição do estudo consiste num melhor conhecimento acerca dos relatórios de garantia de fiabilidade, da literatura relacionada, dos determinantes para a sua emissão e da inclusão da temática nos currículos das universidades, que poderá conduzir a uma melhor análise e conseqüente tomada de decisões sobre esta matéria para investidores, reguladores, auditores, profissionais e académicos.

PALAVRAS-CHAVE: Relato Integrado; Garantia de Fiabilidade no Relato integrado; Determinantes; Ensino Superior; *Challenge Learning Method*.

ABSTRACT

The demands for change in corporate reporting lead to the emergence of Integrated Reporting – IR, that provides information concerning risk evaluation and potential future value growth, influencing risk management and audit. Integrated reporting includes financial information that is mandatory subject to audit, and non-financial information that can be subjected to assurance analysis in a voluntary basis, leading to the need for new assurance frameworks to assure the compliance of integrated information. Therefore, the motivation and relevance of this research is at the level of assurance on integrated reporting in order to increase its legitimacy and reliability.

The aim of the study is to review the field of assurance on integrated reporting (AIR), to develop insights into how assurance on integrated reporting research is developing, to develop knowledge about content and determinants of the information disclosure and to present a teaching model for high education. This study intends to provide the scholarly community with a global vision of the studied subject in academy and in the companies.

The methodological approach develops a qualitative study of the relevant literature, a qualitative content analysis of Integrated Reporting Assurance followed by a quantitative study to analyse the determinants of the information disclosure and is concluded with the presentation of a teaching model to universities.

The results of the study show that this is a subject in early stage and with a grow interest in academy, that the implementation in companies is increasing with more than half of companies disclosing this kind of non-mandatory information.

The contribution of the study consists on a higher knowledge on integrated reporting assurance, on related literature, the determinants that lead to the disclosure of the information, and to the increase on the inclusion of the subject on the curricula of high education that could conduct to better analysis and decisions on this subject for academics, practioners, auditors and regulators.

KEYWORDS: Integrated Reporting; Integrated Reporting Assurance; Determinants; High Education; Challenge Learning Method.

INTRODUÇÃO

1. Relevância do Estudo

O objetivo do relato divulgado pelas organizações é propiciar informação útil que permita aos seus utilizadores a tomada de decisões. Com vista a alcançar este objetivo, a informação que é reportada não pode permanecer estática, necessita de refletir as mudanças que vão ocorrendo na realidade das organizações, a evolução nos sistemas de informação e as necessidades sentidas pelos utilizadores. Após a crise de 2008, surgiram argumentos segundo os quais a crise poderia ter sido evitada, ou pelo menos ter havido uma reação mais rápida, caso houvesse um modelo de relato organizacional diferente (ICAEW, 2009). Neste contexto, registaram-se desafios para mudanças no relato das empresas, desafios que se focam essencialmente na prestação de informação financeira, informação não financeira e menos complexidade no relato apresentado. Por outro lado, verifica-se um incremento na divulgação voluntária de informação não financeira, juntamente com a divulgação de informação financeira, que é obrigatória. A conjugação destes fatores esteve na base do surgimento de um novo modelo de relato das organizações: o Relato Integrado (RI).

Este novo modelo de Relato Integrado apresenta como um todo, a informação de natureza financeira juntamente com a informação de natureza não financeira, numa perspetiva de pensamento integrado. Alguns dos objetivos deste modelo de relato consistem em reduzir a complexidade da informação divulgada e propiciar aos investidores e outros utilizadores, a informação necessária para avaliar as empresas, analisar o seu desempenho e tomar decisões futuras. Um Relato Integrado é uma comunicação concisa sobre a forma como, utilizando os seis capitais com um pensamento integrado, a estratégia, a governação, o desempenho e as perspetivas futuras de uma organização, no contexto da sua envolvente externa, levam à criação de valor no curto, médio e longo prazo (IIRC, 2013c). De acordo com esta orientação, um Relato Integrado propicia informação para os investidores e os financiadores relativamente à avaliação do risco e ao potencial crescimento de valor, influenciando a gestão e a auditoria do risco.

A crescente implementação do Relato Integrado, associada à inerente necessidade de assegurar a conformidade da informação divulgada pelas empresas, origina a necessidade de novas normas para a emissão de relatórios de garantia de fiabilidade, devido às características particulares do Relato Integrado, por forma a assegurar a adequação da informação integrada divulgada pelas empresas. Deste modo, surge como necessário o desenvolvimento de novos ou complementares normativos de auditoria que respondam a estes desafios (Rinaldi, Unerman & de Villiers, 2018; Rodrigues & Morais, 2018; Rodrigues & Morais, 2019; Rodrigues, Morais & Cunha, 2016).

A divulgação de Relatórios de Garantia de Fiabilidade no Relato Integrado (GFRI) poderá funcionar como fator de aumento de fiabilidade e de credibilidade da informação incluída no relatório (Eccles, Krzus, Rogers & Serafeim, 2012; Gary, Fagerström & Hassel, 2011; Pflugrath, Roebuck & Simnett, 2011; Villiers, Rinaldi & Unerman, 2014).

O estudo da GFRI encontra-se ainda pouco explorado (Briem & Wald, 2018; John Dumay, Bernardi, Guthrie & Demartini, 2016), desta forma este projeto pretende desenvolver conhecimento nesta área ainda em crescimento.

2. Questões e Objetivo da Investigação

A motivação deste estudo situa-se ao nível da GFRI de forma a aumentar a legitimidade e a confiabilidade da informação incorporada no relato das empresas. Procurou-se delinear e seguir um processo que apresentasse contribuições para a comunidade científica; para as empresas e os auditores e para a academia. Para que este objetivo fosse alcançado, foram desenvolvidos os estudos a seguir apresentados e definidas as correspondentes questões de investigações e objetivos a alcançar.

No primeiro estudo: Relatórios de GFRI: Estudo Analítico da Literatura, pretende-se propiciar uma visão global dos estudos efetuados sobre o tema em análise, pretendendo-se que o contributo do estudo consista na identificação de áreas onde se poderão realizar estudos futuros. Neste estudo é realizada uma revisão da literatura que tem como objetivo providenciar uma revisão atualizada e abrangente sobre o campo da GFRI, desenvolver conhecimento sobre a forma como a garantia de fiabilidade no estudo do Relato Integrado se está a desenvolver,

apresentar uma crítica à pesquisa efetuada até à data, identificar oportunidades-chave e desafios e traçar lacunas e oportunidades para estudos futuros.

Esta revisão abrangente da literatura foi orientada pela seguinte questão de investigação:

QI 1. Que pesquisa já foi elaborada relativamente à GFRI?

Esta questão encontra-se dividida nas seguintes subquestões:

QI 1.1 Quais foram as principais áreas de estudo, objetivos e resultados nos estudos sobre GFRI?

QI 1.2 Que teorias foram utilizadas no desenvolvimento dos estudos referentes ao RI e à GFRI?

QI 1.3 De que forma evoluiu a abordagem na literatura a Garantia de Fiabilidade, Determinantes e Educação?

No segundo estudo: Determinantes da Garantia de Fiabilidade no Relato Integrado, pretende-se realizar uma análise da presença de Relatórios de GFRI, caracterizar esses mesmos relatórios e estabelecer os fatores que propiciam ou determinam a sua existência e divulgação.

Com vista a alcançar o proposto, é colocada a seguinte questão de investigação:

QI 2: O que determina a divulgação de GFRI?

Com o intuito de responder a esta questão, os objetivos estabelecidos são:

Objetivo 2.1 – Análise de informação divulgada no RI relativa à GF.

Objetivo 2.2 – Análise por área geográfica da informação divulgada no RI relativa à GF.

Objetivo 2.3 – Determinação, com base na literatura, dos determinantes para a emissão da GFRI.

Objetivo 2.4 – Análise empírica com vista a concluir sobre os determinantes conducentes à divulgação de GFRI.

No terceiro estudo: Como Desafiar Estudantes Universitários a estudar a Garantia de Fiabilidade no Relato integrado, é abordada a necessidade de incorporar o tema em apreço nos currícula das instituições de ensino superior. Com a difusão do Relato Integrado e da GFRI

torna-se necessário incentivar o estudo destas temáticas e de preparar adequadamente os profissionais de amanhã.

Desta forma, as questões de investigação são as seguintes:

QI 3.1. Quais são as práticas de aprendizagem utilizadas para ensinar o RI e a GFRI?

QI 3.2. De que forma pode o *challenge learning method* (CLM) ser utilizado para ensinar a GFRI?

QI 3.1. Que indicadores podem ser utilizados para avaliar a performance do CLM quando aplicado à GFRI?

Pretendendo-se responder às questões supra apresentadas, foram estabelecidos os seguintes objetivos:

Objetivo 3.1 – Apresentação de um modelo para a introdução do tema GFRI a alunos do ensino superior.

Objetivo 3.2 – Desenvolvimento do modelo: *challenge learning method* (CLM), uma metodologia para professores e universidades desafiarem os estudantes a desenvolver o tema referido.

Objetivo 3.3 – Pretende-se contribuir para a disseminação da GFRI contribuindo assim para uma melhor conexão entre o relato das empresas, as universidades e as melhores práticas de auditoria.

A ligação entre os estudos efetuados, as questões de investigação e os objetivos / subquestões de investigação é apresentado na Tabela 1:

Tabela 1: Ligação entre estudos, questões de investigação e objetivos

Estudos	Questões de Investigação	Objetivos / Subquestões de investigação
Estudo 1. Relatórios de GFRI: Estudo Analítico da Literatura.	<p>QI 1. Que pesquisa já foi elaborada relativamente à GFRI?</p>	<p>QI 1.1 Quais foram as principais áreas de estudo, objetivos e resultados nos estudos sobre GFRI?</p> <p>QI 1.2 Que teorias foram utilizadas no desenvolvimento dos estudos referentes ao RI e à GFRI?</p> <p>QI 1.3 De que forma evoluiu a abordagem na literatura a Garantia de Fiabilidade, Determinantes e Educação?</p>
Estudo 2. Determinantes da GFRI.	<p>QI 2. O que determina a divulgação de GFRI?</p>	<p>Objetivo 2.1. Análise de informação divulgada no RI relativa à GF.</p> <p>Objetivo 2.2. Análise por área geográfica da informação divulgada no RI relativa à GF.</p> <p>Objetivo 2.3. Determinação, com base na literatura, dos determinantes para a emissão da GFRI.</p> <p>Objetivo 2.4. Análise empírica com vista a concluir sobre os determinantes conducentes à divulgação de GFRI.</p>
Estudo 3. Como Desafiar Estudantes Universitários a estudar a GFRI.	<p>QI 3.1. Quais são as práticas de aprendizagem utilizadas para ensinar o RI e a GFRI?</p> <p>QI 3.2. De que forma pode o challenge learning method (CLM) ser utilizado para ensinar a GFRI?</p> <p>QI 3.1. Que indicadores podem ser utilizados para avaliar a performance do CLM quando aplicado à GFRI?</p>	<p>Objetivo 3.1. Apresentação de um modelo para a introdução do tema GFRI a alunos do ensino superior.</p> <p>Objetivo 3.2. Desenvolvimento do modelo CLM, uma metodologia para professores e universidades desafiarem os estudantes a desenvolver o tema.</p> <p>Objetivo 3.3. Pretende-se contribuir para a disseminação da GFRI contribuindo assim para uma melhor conexão entre o relato das empresas, as universidades e as melhores práticas de auditoria.</p>

Conforme referido no início deste ponto, as questões de investigação encontram-se interligadas uma vez que esta investigação se inicia pela obtenção de uma visão geral do tema em apreço e do seu enquadramento através do estudo do estado da arte. A investigação prossegue com o

estudo da perspetiva das empresas e dos preparadores da informação e termina com a proposta de transferência dos conhecimentos adquiridos para o ensino superior. Esta transferência de conhecimento é efetuada através da apresentação de uma proposta de metodologia de ensino que visa a preparação dos futuros profissionais, fazendo desta forma uma interligação plena entre conhecimento, prática e ensino. Com o desenvolvimento dos estudos conducentes à apresentação de respostas às questões de investigação colocadas, procura efetuar-se uma ligação entre o conhecimento do passado (revisão da literatura), do presente (estudo dos relatórios das empresas) e uma preparação do futuro (apresentação de desafios aos estudantes do ensino superior como forma de transmissão de conhecimentos e de construção do futuro).

3. Metodologia

No desenvolvimento da presente tese, é efetuada a seguinte abordagem metodológica:

O desenvolvimento do tema foi dividido em três estudos, apresentando cada um destes estudos uma abordagem metodológica própria e expressa de forma detalhada no corpo de cada um dos estudos apresentados nos capítulos seguintes. Neste ponto, irá ser apresentada uma síntese da metodologia utilizada, sendo apresentados mais detalhes em cada capítulo correspondente a cada estudo em concreto.

No primeiro estudo, que efetua um estudo analítico da literatura relevante relativamente ao tema Relatórios de GFRI, a metodologia utilizada foi uma síntese qualitativa relativa aos termos “Relato Integrado*” e “Garantia de Fiabilidade”(Klovienè & Speziale, 2014), que consiste num processo de quatro passos: 1. Reunir material, recolher amostras literárias em GFRI; 2. Análise descritiva, informação sobre a distribuição dos artigos nas várias revistas; 3. Seleção das categorias para análise, desenvolvimento da tabela com informação: categoria, autor, título da revista, tipo de artigo, geografia, dimensão/setor da indústria; artigos relevantes/não relevantes para o propósito do estudo; 4. Avaliação do material, artigos revistos analisando os componentes sobre a GFRI. Foi também efetuada uma análise bibliométrica com o recurso ao software *VOSviewer*.

No desenvolvimento do segundo estudo, Determinantes da GFRI, com o objetivo de entender a informação incluída no Relato Integrado, da aplicação da garantia de fiabilidade na informação não financeira e dos determinantes dessa aplicação, é desenvolvido um estudo

qualitativo com a análise de conteúdo dos relatórios de GFRI. São utilizados os relatórios constantes da base de dados do IIRC que apresenta as empresas consideradas como tendo melhores práticas na elaboração de Relato Integrado. Para o estudo em referência, é utilizada a informação referente a 2017 porquanto é o ano que tem um maior número de empresas na base de dados. Nesse estudo são analisadas as características da Garantia da Fiabilidade e a caracterização geográfica. Posteriormente, baseado nos determinantes definidos com base na análise da literatura relevante, é desenvolvido um estudo quantitativo sobre os fatores que determinam a emissão de Relatórios de GFRI. Este estudo é elaborado através de recolha própria. Posteriormente, são desenvolvidas análises no *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS) para obtenção de informação sobre os principais fatores que conduzem à divulgação de GFRI.

O desenvolvimento do terceiro estudo, como desafiar estudantes universitários a estudar a GFRI, beneficiou da análise de estudos publicados em GFRI, em RI e em artigos relacionados com o ensino em revistas incluídas na base de dados da Web of Science. A abordagem metodológica desenvolve uma análise teórica de artigos publicados sobre GFRI, desenvolvendo a base para a apresentação do *challenge learning method* (CLM), uma metodologia para os professores desafiarem e motivarem os alunos a desenvolverem o tópico de GFRI. Sendo considerado que a experiência de ensino potencialmente pode contribuir para um aumento substantivo de capacidades essenciais para o desenvolvimento de pesquisas, e que é considerado ser um componente que acrescenta valor a investigação académica (Feldon et al., 2011) a metodologia proposta surge das experiências de ensino (Creel & Paz, 2018) relacionadas com a apresentação dos temas RI e GFRI em eventos no ensino superior e em aulas de contabilidade, auditoria e empreendedorismo.

4. Estrutura da Tese

A tese encontra-se estruturada da seguinte forma:

Na introdução foi apresentada a relevância do estudo, as questões e objetivo da investigação e a metodologia.

No Capítulo I é efetuado o enquadramento do estudo, sendo apresentada a evolução do relato das empresas, do relato financeiro ao Relato Integrado passando pelo relato não financeiro. É ainda analisada a evolução da auditoria e da garantia de fiabilidade da informação divulgada.

No Capítulo II é apresentado um estudo analítico da literatura associado ao tema em análise, com a aplicação de um estudo bibliométrico.

De seguida é apresentado o segundo estudo empírico que desenvolve uma pesquisa elaborada com base nos Relatórios de GFRI enquanto fator de legitimidade da informação divulgada e de sustentabilidade das entidades. Neste estudo é analisado o conteúdo dos relatórios de garantia de fiabilidade e analisados os determinantes para a divulgação deste tipo de relatório.

O Capítulo IV aborda a inclusão da temática GFRI no curriculum das instituições do ensino superior, sendo apresentado o *challenge learning method* (CLM), uma proposta de modelo de ensino que visa, através da apresentação de desafios, motivar os estudantes universitários a estudar o tema referido.

No final são apresentadas as conclusões de cada estudo; a revisão da literatura; os determinantes dos Relatórios de GFRI e o ensino dos Relatórios de GFRI. O capítulo termina com a apresentação das limitações e das propostas de investigações futuras.

CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO

Este capítulo, pretende analisar a evolução e a caracterização no relato apresentado pelas organizações, abrangendo as vertentes de relato de informação financeira, de informação não financeira e analisando a evolução em direção ao Relato Integrado. Os tópicos que serão analisados incluirão os conceitos fundamentais constantes da estrutura internacional para o Relato Integrado do *International Integrated Reporting Council – IIRC* que incidem sobre o processo de criação de valor, a identificação e utilização dos seis tipos de capitais e os princípios de orientação e elementos de conteúdo recomendados (Fried, Holtzman & Mest, 2014). Este capítulo pretende também efetuar o enquadramento da evolução da auditoria e da garantia de fiabilidade, apresentando em particular a GFRI. Este enquadramento pretende demonstrar a interligação, representada na Figura 1, entre o desenvolvimento do relato empresarial e a evolução da auditoria.

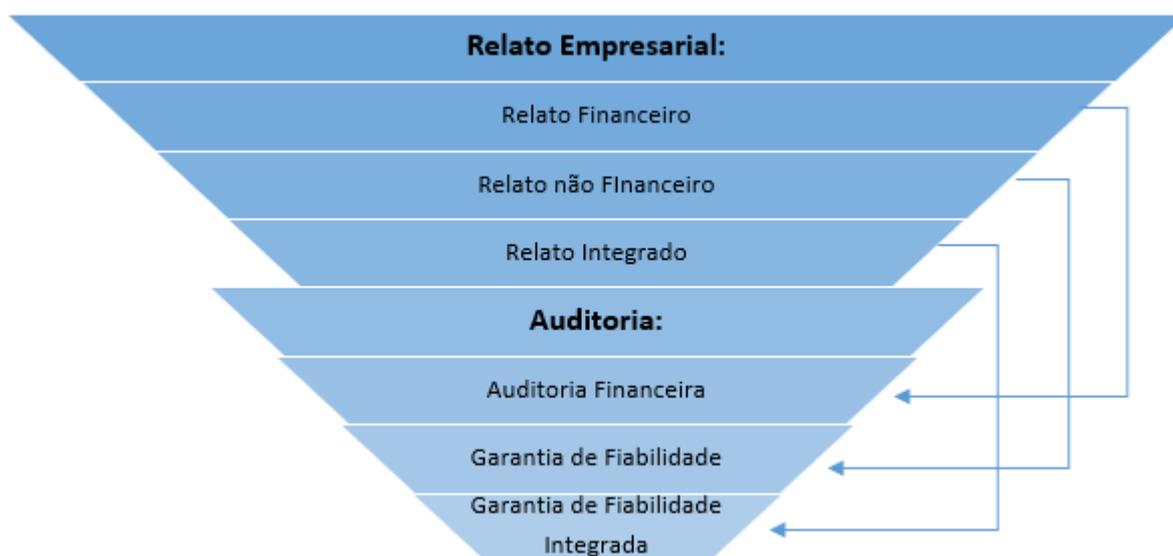


Figura 1: Interligação entre a evolução do modelo de relato e a auditoria

Conforme apresentado na Figura 2, que representa o âmbito de estudo, este capítulo está estruturado da seguinte forma: na primeira parte é efetuada uma análise da evolução do relato das organizações sendo abordados os seguintes temas: relato financeiro; relato não financeiro; análise do relato baseado na Informação Financeira e Relato Integrado. Na segunda parte, é

apresentada a evolução da auditoria e da garantia de fiabilidade, sendo apresentados os temas: Auditoria Financeira, Garantia de Fiabilidade, Auditoria Integrada.

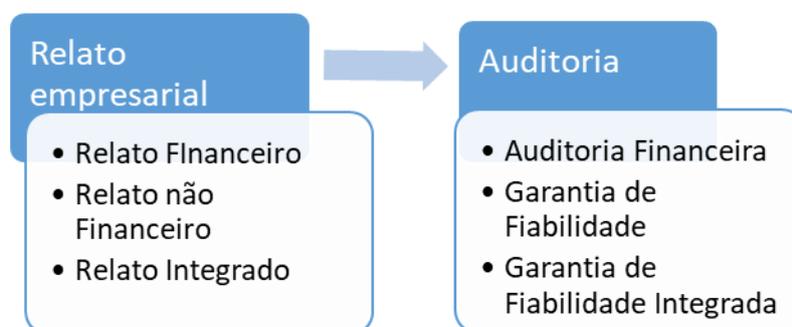


Figura 2: Âmbito de Estudo

Fonte: (Rodrigues & Morais, 2018)

1. Evolução do Relato nas Organizações

O relato empresarial engloba a informação divulgada pelas organizações sobre as mesmas, abrangendo um leque vasto de informação, englobando diferentes modos de divulgação e podendo ser enquadrada em dois grupos principais: o conjunto da informação financeira e o conjunto da informação não financeira. Os modelos de relato constituem regras ou normas que indicam a informação que deve ser obtida e de que forma deve esta informação ser divulgada. Os utilizadores da informação divulgada pelas organizações constituem os *stakeholders*, os quais utilizam esta informação nas suas tomadas de decisão económica e podem ser agrupados em utilizadores internos e utilizadores externos. Desta forma, os utentes da informação incluem os investidores ou *stockholders*, os financiadores, os clientes, os fornecedores, o estado, os empregados e seus grupos representativos e a sociedade em geral.

1.1. Relato Financeiro

O relato financeiro é elaborado a partir da informação produzida pela contabilidade. Refira-se a este propósito, a perspetiva de Drucker (1995) a qual continua atual, que referia que a contabilidade se tornou a área mais turbulenta e desafiadora na área da gestão. Efetivamente, a contabilidade deverá acompanhar os desafios sentidos pelas organizações, sob pena de que a

informação disponibilizada não preencha o seu objetivo central, que consiste em propiciar informação sobre a entidade, que seja útil para os utentes e em particular para os investidores na sua tomada de decisão acerca da disponibilização de recursos financeiro à organização (IASB, 2014).

O relato financeiro é de cariz obrigatório, e apresenta uma estrutura conceptual que se encontra definida por entidades reguladoras as quais definem qual a informação que deve ser divulgada pelas organizações, as regras que devem ser seguidas na sua obtenção e preparação e os modelos das demonstrações financeiras. O relato financeiro que engloba as demonstrações financeiras a seguir indicadas: balanço; demonstração de resultados; relato do rendimento integral; demonstração de alterações do capital próprio; demonstração fluxos de caixa e anexo, juntamente com o relatório de gestão, é apresentado no relatório anual das organizações (IASB, 2010).

O relato das organizações baseado na informação financeira, tem registado críticas que referem limitações tais como: a perspetiva temporal, o relato financeiro é um relato com uma orientação eminentemente histórica com menor enfoque na apresentação de perspetivas para o futuro. Por outro lado, enquanto o relato financeiro tem o foco principal em informação de natureza monetária, os utentes da informação divulgada têm também necessidade de obtenção de informação de natureza qualitativa. Esta informação qualitativa pode abordar a estratégia definida pela organização; informação sobre a administração/gestores e informação quantitativa de cariz não financeiro a qual poderá consistir na apresentação de indicadores de desempenho, tais como índices de satisfação do consumidor. Uma outra crítica efetuada ao relato baseado na informação financeira, prende-se com a divergência que pode existir entre os montantes apresentados nas demonstrações financeiras e os valores efetivos de mercado das empresas. Para esta lacuna poderá ser apontado como motivo a ausência ou limitação de elementos intangíveis na informação financeira. Estes fatores, condicionam as tomadas de decisão sobre as organizações com base exclusivamente na informação apresentada nas demonstrações financeiras, podendo este condicionalismo ser ultrapassado através da divulgação e utilização de informação de natureza financeira com informação de natureza não financeira. Os utilizadores da informação necessitam, para as suas tomadas de decisão, de compreender o funcionamento das organizações, sendo necessária informação sobre os modelos de negócio, as perspetivas futuras e os fatores de sucesso determinantes.

A crise financeira e o desemprego constituem fatores que se encontram entre os principais riscos globais que os mercados, as empresas, os auditores e os reguladores enfrentam. Desta forma, é sentida a necessidade de obtenção e de divulgação de informações adicionais, não somente de cariz financeiro, por parte das organizações possibilitando desta forma a tomada de decisões por acionistas e investidores. King Mervyn, ao efetuar a sua análise aos resultados obtidos no fórum económico mundial de riscos globais 2014, refere que é necessário que as empresas adotem modelos de relato com informação mais relevante, que possam atuar como catalisadores para uma efetiva mudança comportamental (Prickett, 2014).

A conjugação dos aspetos expostos, refira-se a insuficiência do relato financeiro para apresentar a informação necessária para a tomada de decisão; a necessidade de divulgação de informação não financeira; a existência de riscos globais que as organizações têm que enfrentar, está na origem de alterações nos modelos de relato e do surgimento de um novo modelo. Neste novo modelo de relato, que consiste no Relato Integrado, a complexidade do relato pretende ser reduzida, com as informações divulgadas pelas empresas apresentadas como um todo, sendo a informação não financeiras apresentada em conjunto com a informação financeira, de forma integrada. Desta forma, o novo modelo de relato apresenta aos utilizadores todas as informações de que necessitam analisar o desempenho das organizações, avaliar os negócios e desenvolver perspectivas futuras (ICAEW, 2009).

1.2. Relato Não Financeiro

O surgimento de um novo ambiente empresarial originou mudanças nas estratégias delineadas e seguidas pelas organizações, nos seus sistemas, estruturas e métodos aplicados. Muitas organizações operam em ambientes competitivos, adquirindo consciência de que as suas vantagens estratégicas poderão não ser sustentáveis. As organizações estão também sujeitas a pressões internas e externas, tendo necessidade de realizar a gestão da sua responsabilidade ambiental e social e de adequar o seu modelo de relato de acordo com estas preocupações registando a inclusão de elementos sobre as suas atividades nas áreas não financeiras (Kloviené & Speziale, 2014).

Reforçando esta preocupação, a União Europeia emitiu em 2014 a Diretiva n.º 2014/95/UE a qual se refere à divulgação de informações não financeiras e de informações sobre a diversidade

que requer que empresas cotadas europeias, seguradoras e bancos, incluam nos seus relatórios de gestão informação sobre responsabilidade social, ambiental e de diversidade (Corrado, Demartini & Dumay, 2019; European Parliament, 2014). A referida diretiva encontra-se em processo de revisão, tendo entrado em vigor em 2018, abrangendo os exercícios económicos com início a partir de 01 de janeiro de 2017 (União Europeia, 2014). Também em Portugal o tema se encontra em desenvolvimento, tendo a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) apresentado em 2020 um projeto para consulta que consistia num “modelo de relatório de informação não financeira pelos emitentes de valores mobiliários admitidos à negociação em mercado regulamentado” (CMVM, 2020). Acresce que, em 2020 o *European Financial Reporting Advisory Group* (EFRAG) iniciou um projeto com vista à preparação de uma possível norma da união europeia sobre relato não financeiro (EFRAG, 2020).

Normalmente numa base voluntária, as organizações, elaboram e divulgam relato não financeiro com o intuito de demonstrar aos investidores em particular e à sociedade em geral, a adequação das suas ações e do seu comportamento organizacional no que diz respeito aos fatores ambientais e sociais (Odriozola, Saánchez & Etxeberria, 2012). O relato não financeiro está desta forma relacionado com a sustentabilidade, que é apresentada como a relação entre a estratégia das organizações e a sociedade no geral, que garanta a sua continuidade. Neste sentido, uma estratégia sustentável poderá ser sintetizada como a estratégia que, ao mesmo tempo que possibilita que a empresa verifique a geração de valor para os seus investidores e acionistas, contribui também para o desenvolvimento geral da sociedade, de uma sociedade sustentável (Eccles & Serafeim, 2013a). Um relato de sustentabilidade consiste num relato elaborado por uma entidade no qual são apresentados os impactos causados pelo desenvolvimento da atividade corrente das organizações nas três vertentes: económica, social e ambiental. Refira-se que os relatos que reportam a responsabilidade social e ambiental são enquadrados como relatos de sustentabilidade (Stubbs & Higgins, 2014).

Conforme apresentado na Figura 3, a qual apresenta a evolução do relato das organizações, inicialmente, a divulgação de informação pelas empresas incidiu sobre a informação financeira. Em termos temporais, até ao final do século XX, algumas organizações utilizavam parte do seu relatório anual para divulgar informação de sustentabilidade, apresentando-se relatos de sustentabilidade incluídos nos relatórios anuais, mantendo-se no entanto como predominante a divulgação de informação de carácter financeiro (Villiers et al., 2014). No movimento

evolutivo referente à informação divulgada pelas organizações, com o intuito de se atribuir maior relevância à informação não financeira, regista-se a divulgação de relatórios distintos relativamente à informação financeira e à informação de sustentabilidade. Posteriormente, com o incremento na complexidade dos relatos divulgados e a necessidade de incrementar a relevância da sustentabilidade, foi sentida a necessidade de um modelo de relato que apresentasse a organização no seu todo, surgindo assim o relato integrado (Rodrigues et al., 2016).

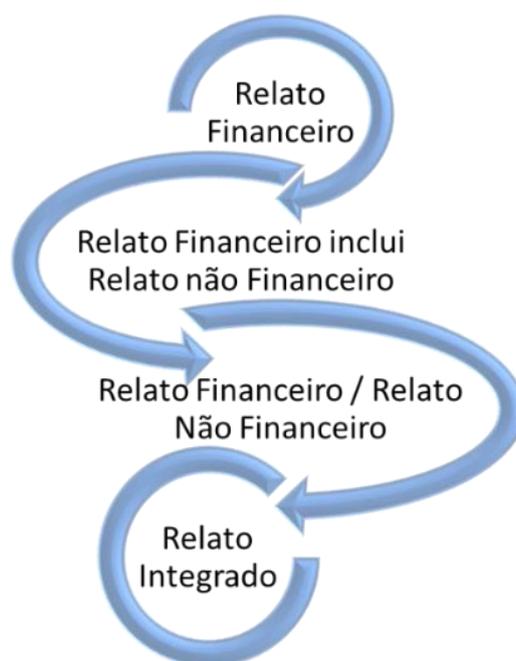


Figura 3: Evolução do Relato das Organizações

Fonte: (Rodrigues et al., 2016)

No contexto da maior relevância atribuída à informação não financeira e de sustentabilidade, registou-se o surgimento de organizações que foram desenvolvendo modelos para o relato de sustentabilidade, procurando contribuir para uma maior credibilidade e comparabilidade na informação divulgada. Entre estas organizações encontram-se a *Global Report Initiative – GRI* e o *Institute of Social and Ethical Accountability*, que desenvolveram os modelos de relato e de auditoria mais difundidos e adotados para os relatos social e ambientais.

Registe-se que, com o referido aumento da informação divulgada sobre responsabilidade social e ambiental em relatórios independentes da prestação de contas anual, aumentou também a

dificuldade para os utilizadores da informação entenderem as conexões entre os diferentes impactos sociais, ambientais e económicos e realizarem uma interpretação da informação e uma avaliação das organizações adequada. É neste enquadramento que surge o projeto *The Prince's Accounting for Sustainability Project (A4S)* em 2004 (John Dumay et al., 2016). O referido projeto é iniciado com a preocupação de evitar, ou de diminuir, a não conexão da informação divulgada pelas empresas, o relato de sustentabilidade e o relato financeiro, para os utilizadores. Desta forma, o principal objetivo do A4S, consistia em desenvolver orientações que possibilitasse o estabelecimento de conexões entre os diversos relatórios divulgados pelas empresas, incrementando o desenvolvimento da dimensão de sustentabilidade nas organizações e a promoção de uma visão holística sobre os impactos e a interação das áreas social, ambiental e económica, numa orientação que viria posteriormente a ser partilhada pelo Relato Integrado. Conforme apresentado na Figura 4, o relato não financeiro pode adquirir as formas de Relato de Responsabilidade Social (*Corporate Social Responsibility Reporting - CSR*); Relato de Sustentabilidade (*Sustainability Reporting - SR*) ou Relato Social e Ambiental (*Social and Environmental Reporting - SER*).



Figura 4: Tipologia de Relato não Financeiro

1.3. Relato Integrado

Em 2009 registou-se a criação do *International Integrated Reporting Council* - IIRC, e o início do desenvolvimento do Relato Integrado – IR. Posteriormente, o IIRC emitiu uma proposta de estrutura internacional para o Relato Integrado a qual, após a obtenção de respostas pelos *stakeholders*, resultou na publicação da primeira estrutura internacional para o Relato Integrado em 2013 (Busco, Frigo, Quattrone & Riccaboni, 2014; Fried et al., 2014; IIRC, 2013c). Esta estrutura internacional para o Relato Integrado foi baseada no *King Report*, um modelo de relato iniciado e aplicado na África do Sul (Fried et al., 2014), tendo sido, de uma forma voluntária, aplicada por um número crescente de organizações como um modelo experimental de Relato Integrado.

De acordo com o IIRC, o Relato Integrado é necessário porque os investidores necessitam de entender como é que a estratégia delineada pelas empresas acrescenta valor a longo prazo (John Dumay et al., 2016). Desta forma, o objetivo da estrutura internacional para o Relato Integrado é propiciar uma melhoria da qualidade da informação que se encontra disponível no mercado financeiro, propiciando desta forma uma melhor alocação de capital (IIRC, 2013c). Entre maio e agosto de 2020, a revisão da estrutura internacional para o Relato Integrado esteve em processo de consulta pública, estando previsto a conclusão de um processo de revisão até dezembro do mesmo ano.

O IIRC assume o objetivo de desenvolver um novo modelo de relato organizacional. Conforme apresentado nos quadros seguintes, a estrutura internacional para o Relato Integrado que assume uma abordagem baseada em princípios, apresenta as definições dos conceitos fundamentais, dos elementos de conteúdo e dos princípios do novo modelo de relato.

Os conceitos fundamentais são apresentados na Tabela 2 e consistem na criação de valor e nos capitais, constituindo a componente mais crítica e a base de implementação do Relato Integrado, sendo determinante a sua análise detalhada.

Tabela 2: <IR> Conceitos Fundamentais

<IR> Conceitos Fundamentais
Criação de Valor
Os Capitais

No Relato Integrado, o foco da implementação do modelo de relato incide sobre os capitais que constituem a base do modelo de relato: financeiro, produtivo, intelectual, humano, social e de relacionamento e natural. No Relato Integrado, os capitais financeiros e os capitais de cariz não financeiro são apresentados junto, refletindo uma visão integrada das organizações. Os capitais incorporam os dois aspetos basilares nas organizações: dinheiro e pessoas. Sendo desde longa data reconhecida a importância de uma gestão financeira rigorosa, recentemente foi também reconhecida como uma prioridade para os gestores o desenvolvimento de talentos (Tilley, 2014). A componente humana, nas dimensões a seguir apresentadas, adquire maior importância nas organizações como fator de crescimento: capital intelectual, desenvolvimento de talentos e relacionamento com clientes e fornecedores. Desta forma, pretende-se ir além do relato do capital financeiro e produtivo, sendo também considerados os capitais relacionados com as atividades humanas (intelectual, social e de relacionamento) e com os recursos naturais (os quais consistem no ambiente no qual os outros capitais de desenvolvem) (IIRC, 2013c).

O processo de criação de valor, representa a identificação da forma como a organização utiliza o seu modelo de negócio para a seleção e o processamento dos elementos a utilizar, com vista à obtenção dos resultados planeados. Este é um processo de transformação, quer seja de aumento ou de diminuição, dos elementos definidos pela organização como capitais de acordo com a sua visão, missão e valores. Os capitais poderão ser vistos como ativos líquidos e o modelo de negócio poderá ser associado a algo semelhante a uma demonstração de resultados (Fried et al., 2014). O processo da criação de valor está representado na Figura 5 de acordo com a estrutura internacional do Relato Integrado.

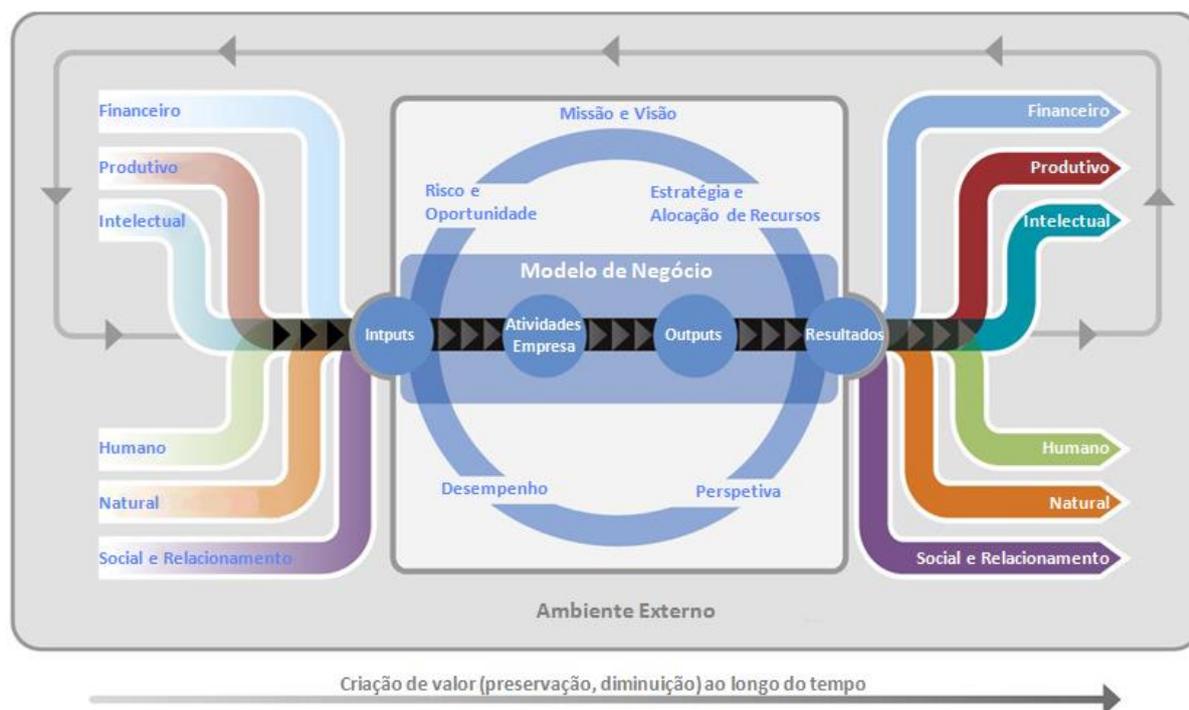


Figura 5: Processo de criação de valor

Fonte: Adaptado de (IIRC, 2013a)

O processo de criação de valor por uma organização apresentado na Figura 5 supra, consiste num processo dinâmico orientado pela visão e missão que apresentam a finalidade da organização e o percurso que a organização pretende seguir, no contexto do seu ambiente externo. Neste enquadramento, o ambiente externo engloba os aspetos económicos, sociais, ambientais e tecnológicos. O núcleo central do processo de criação de valor é o modelo de negócio da organização. No modelo de negócio são identificados os recursos que são necessários, o modo como irão ser utilizados e a forma como são transformados no produto ou serviço pretendido. Considera-se assim que a estratégia da organização deve propiciar a conjugação e a alocação de recursos que consideram as oportunidades e os riscos existentes e possibilitam a obtenção do melhor desempenho.

A estrutura internacional para o Relato Integrado, apresenta ainda os princípios básicos a respeitar pelas organizações, conforme apresentado na Tabela 3.

Tabela 3: <IR> Princípios Básicos

<IR> Princípios Básicos
Foco estratégico e orientação para o futuro
Conectividade de informação
Relações com as partes interessadas
Materialidade
Concisão
Confiabilidade e plenitude
Consistência e comparabilidade

Os princípios básicos do Relato Integrado são o foco estratégico e a orientação para o futuro; a conectividade da informação; o relacionamento com as partes interessadas, a materialidade, a concisão, a confiabilidade e plenitude e a consistência e comparabilidade. O foco estratégico e a orientação para o futuro indicam que um relatório integrado deve oferecer uma visão da estratégia da organização, do seu impacto sobre os capitais e da forma como esta se relaciona com a capacidade que a organização tem de gerar valor no curto, médio e longo prazo. A conectividade da informação caracteriza o pensamento integrado na organização, devendo um relatório integrado mostrar uma imagem holística da combinação, da inter-relação e das dependências entre os fatores que afetam a capacidade da organização de gerar valor ao longo do tempo.

Na implementação do Relato Integrado as organizações deverão ainda ter em consideração os elementos de conteúdo apresentados na Tabela 4.

Tabela 4: <IR> Elementos de Conteúdo

<IR> Elementos de Conteúdo
Visão geral da organização e do seu ambiente externo
Governance
Modelo de Negócio
Riscos e oportunidades
Estratégia e alocação de recursos
Desempenho
Perspetiva
Base para preparação e apresentação

De acordo com Eccles e Krzus (2010), o Relato Integrado combina num documento único a informação financeira e a informação não financeira relevante, de uma forma que reflita os

impactos recíprocos e que permita responder à questão fundamental: Como é que o desempenho não financeiro contribui para o desempenho financeiro e vice-versa?

Conforme detalhado de seguida, o Relato Integrado não deve ser um conjunto de divulgações separadas, mas um modelo de relato identificável, devendo apresentar a informação de forma sucinta, considerando as perspetivas de médio e longo prazo da organização e com uma perspetiva de pensamento integrado.

Um Relato Integrado deve ser uma comunicação concisa sobre a forma como, no contexto do seu ambiente externo, a estratégia, desempenho, governação e perspetivas futuras de uma organização, levam à criação de valor no longo, médio e curto prazo. Pretende assim auxiliar as empresas a criar valor e a contar a sua história, apresentando aos utilizadores informação sobre o desempenho das organizações (Tilley, 2013). Desta forma, o Relato Integrado apresenta uma imagem mais completa das perspetivas de longo prazo das organizações propiciando mais informação conducente a melhores decisões de investimento (Waygood, 2014).

Um outro aspeto essencial é o processo baseado no pensamento integrado o qual resulta numa comunicação periódica da forma como a entidade cria valor ao longo do tempo. O pensamento integrado representa uma consideração ativa sobre as relações existentes entre as suas diversas unidades operacionais e funcionais e os capitais que a organização utiliza ou afeta (IIRC, 2013a).

No que diz respeito à perspetiva temporal, o Relato Integrado apresenta uma visão mais holística do modo como a organização cria valor ao longo do tempo beneficiando desta forma as organizações ao melhorar os seus processos internos e a sua forma de comunicação com as partes interessadas, permitindo aos investidores aceder de forma mais eficaz ao impacto na organização da sua estratégia, administração, desempenho e perspetivas futuras (Fried et al., 2014). O pensamento integrado engloba o desempenho da organização no médio e longo prazo, não se focando exclusivamente no curto prazo nem na informação histórica.

Segundo Druckman (2014) o Relato Integrado tem vindo a assumir maior relevância como uma ferramenta para o investidor aferir a sustentabilidade empresarial. Este reconhecimento pelos investidores da mais-valia de aplicar o Relato Integrado, constitui um elemento importante para a decisão por parte das organizações em abraçarem o desafio de aplicar este modelo de relato.

É essencial para a continuidade das organizações a existência de um relato que preencha as necessidades de informação dos investidores, uma vez que estas necessitam de capital para continuarem a desenvolver as suas atividades. Esta relação entre as necessidades dos investidores e as necessidades de capital das organizações é um aspeto fulcral. Uma forma de relato que apresente de forma separada a informação financeira e não financeira, poderá representar uma dificuldade para os investidos e os analistas financeiros pela dispersão da informação e potencial diferença de critérios utilizados nos diversos relatos.

Como ligação com o ponto seguinte, refira-se que a implementação do Relato Integrado implica que os prestadores dos serviços de garantia de fiabilidade/auditoria tenham a necessidade de combinar os requisitos exigidos pela regulamentação em vigor com a informação constante no Relato Integrado. Desta forma, surge a necessidade de novas estruturas conceptuais de relatórios de garantia de fiabilidade como meio de assegurar a conformidade (*compliance*) da informação divulgada pelas organizações no Relato Integrado. Esta realidade representa um desafio para as entidades reguladoras relativamente aos normativos de auditoria existentes (Villiers et al., 2014), podendo a ser incrementada a fiabilidade da informação divulgada no Relato Integrado pela emissão de relatórios de garantia de fiabilidade sobre a informação de cariz não financeiro (Eccles, Krzus & Watson, 2010; Gary et al., 2011; Villiers et al., 2014).

2. Evolução da Auditoria

Conforme a seguir apresentado, a evolução registada nos modelos de relato, tem paralelo na evolução de auditoria.

2.1. Tipos de Auditoria

Na divulgação do relato financeiro, apresentado nos relatórios e contas anuais, deve ser incluído o relatório do auditor independente, a Certificação Legal de Contas. Esta auditoria à informação financeira assume carácter de obrigatoriedade para determinadas empresas, consoante as suas características, por exemplo, tipologia e dimensão. Por outro lado, as organizações divulgam, de forma voluntária, informação de natureza não financeira. De forma semelhante, também voluntária, esta informação pode incluir um relatório de garantia de fiabilidade.

No que ao Relato Integrado concerne, considerando que este inclui informação financeira, sujeita a auditoria, e informação não financeira que pode, numa premissa voluntária, ser objeto de análise de garantia de fiabilidade, verifica-se a potencial existência de dois relatórios diferentes, um de auditoria e um outro de garantia de fiabilidade. Neste sentido, tal como se verificou a evolução do relato, poderá também a auditoria evoluir para um modelo de auditoria integrada, conforme apresentado na Figura 6. Desta forma, as metodologias para a obtenção de uma opinião sobre a informação não financeira deveriam evoluir no sentido da emissão de uma opinião de auditoria integrada para o relato integrado, conforme se depreende da Figura 6 (Eccles & Krzus, 2010; Eccles, Krzus & Watson, 2010).



Figura 6: Evolução da Auditoria

2.2. Relatórios de Garantia de Fiabilidade

Os relatórios de garantia de fiabilidade efetuam a análise de informação não financeira, que pode ser definida como a informação que não tem caráter financeiro e que engloba informação social e ambiental. Estes relatórios podem apresentar uma opinião positiva ou negativa. Numa opinião positiva, o auditor ou consultor analisa as evidências e expressa a sua opinião sobre a sua adequação com a realidade da empresa. Este tipo de opinião é habitualmente atribuída relativamente ao relato financeiro (Eccles & Saltzman, 2011). Numa opinião negativa, o auditor expressa a sua opinião através de uma declaração em que refere que nada chegou ao seu conhecimento que o leve a suspeitar de que a informação não é confiável. Este tipo de conclusão

de auditoria, mais limitada, é habitualmente apresentado relativamente à informação não financeira (Eccles, Krzus, & Ribot, 2015; Gary et al., 2011).

2.3. A Garantia de Fiabilidade no Relato integrado

O relato integrado é uma prática híbrida que congrega os relatos financeiro e de sustentabilidade. Estes dois tipos de informação devem ser reconciliados, propiciando desta forma a obtenção de um estado de conformidade e de legitimidade.

A legitimidade consiste numa perceção generalizada de que a ação desenvolvida por uma entidade é apropriada, desejável e adequada de acordo com as normas sociais instituídas, as normas, os valores, as crenças e definições (Suchman, 1995). As organizações procuram obter relatórios de garantia de fiabilidade como forma de alcançar benefícios reputacionais. Esta fiabilidade e legitimação esperadas levantam novas questões entre as quais se encontram as seguintes: com que nível de análise e em que medida os utilizadores da informação têm a expectativa de serem divulgados relatórios de garantia de fiabilidade; com opinião expressa de forma positiva ou expressa de forma negativa; como parte da auditoria financeira ou de forma independente e suplementar (IIRC, 2014b).

Na sequência deste tema, o IIRC desenvolveu iniciativas, tendo iniciado um debate sobre credibilidade e veracidade do relato integrado com ênfase no desenvolvimento de trabalho independente de garantia de fiabilidade e subsequente emissão do relatório independente (IIRC, 2014b, 2014a).

CAPÍTULO II – A GARANTIA DE FIABILIDADE NO RELATO INTEGRADO: ESTUDO ANALÍTICO DA LITERATURA (ESTUDO 1)

1. Enquadramento

Após a crise financeira, tem sido apresentado o argumento de que se poderia ter lidado melhor com esta crise, caso tivesse sido usado um modelo de relato empresarial diferente (ICAEW, 2009). As exigências para mudanças no relato das empresas focam-se sobretudo no relato financeiro e não financeiro. Tem-se verificado um aumento na informação de sustentabilidade divulgada pelas empresas numa base voluntária, juntamente com os relatos financeiros obrigatórios. Estes fatores levam à emergência de Relato Integrado – RI. Este novo modelo de relato empresarial adquire maior relevância como uma ferramenta para a tomada de decisão do investidor sobre a sustentabilidade da empresa uma vez que engloba informação económica, social e ambiental. Um Relato Integrado providencia informação relativa à avaliação do risco e ao potencial crescimento de valor futuro, influenciando a gestão de risco e a auditoria, levando a uma necessidade de novos enquadramentos dos relatórios de garantia de fiabilidade por forma a assegurar a fiabilidade da informação integrada. O Relato Integrado inclui informação financeira que é uma matéria obrigatoriamente sujeita a auditoria e informação não financeira que pode ser sujeita a uma análise da garantia de fiabilidade, mas numa premissa voluntária. A divulgação de informação voluntária no Relato Integrado, tal como a garantia de fiabilidade, aumenta a legitimidade e a sustentabilidade. Numa perspetiva académica, existe um crescente interesse no tema GFRI refletida no aparecimento de diversos artigos sobre a temática referida. Desta forma, a motivação e a relevância deste estudo situa-se ao nível da GFRI de forma a aumentar a sua legitimidade e confiabilidade.

O objetivo deste estudo consiste em providenciar uma revisão atualizada (de 2012 a julho de 2020) e abrangente sobre o campo da GFRI, desenvolver conhecimento sobre a forma como a garantia de fiabilidade no estudo do Relato Integrado se está a desenvolver, apresentar uma crítica à pesquisa efetuada até à data, identificar oportunidades-chave e desafios e traçar lacunas e oportunidades para estudos futuros. Segundo Bryman e Bell (2011) a literatura existente representa um elemento importante de toda a pesquisa com vista a determinar o que já é conhecido sobre um determinado tópico, que conceitos, teorias e metodologias de investigação

foram aplicadas, quais são as controvérsias existentes e quem são os principais autores que têm contribuído para o estudo do tema. Denyer e Tranfield (2006, p.216) referem que a técnica mais comum em pesquisas na gestão da investigação, consiste na tradicional revisão da literatura na qual o investigador sumariza e interpreta as contribuições anteriores numa forma subjetiva e narrativa. Conforme apresentado por John Dumay et al. (2016), o valor da tradicional revisão da literatura reside no facto de que ter sido escrita por um investigador com um conhecimento detalhado e fundamentado do tema. O primeiro objetivo consiste em apresentar o atual estado de investigação no tema em apreço. Pretende-se responder à questão de quais são as grandes tendências, que relações podem ser estabelecidas com os resultados obtidos nos estudos analisados, quais são os desafios para investigações a desenvolver (Hahn & Kühnen, 2013).

Desta forma, o contributo do estudo consiste na sumarização e interpretação das pesquisas anteriores e adicionalmente, na identificação de áreas onde se poderão realizar estudos futuros.

Esta revisão abrangente da literatura foi orientada pela seguinte questão de investigação:

QI 1. Que pesquisa já foi elaborada relativamente à GFRI?

Esta questão encontra-se dividida nas seguintes subquestões:

QI 1.1 Quais foram as principais áreas de estudo, objetivos e resultados nos estudos sobre GFRI?

QI 1.2 Que teorias foram utilizadas no desenvolvimento dos estudos referentes ao RI e à GFRI?

QI 1.3 De que forma evoluiu a abordagem na literatura a Garantia de Fiabilidade, Determinantes e Educação?

Esta revisão de literatura pretende apresentar à comunidade académica uma síntese dos estudos atuais sobre a Garantias de Fiabilidade do Relato Integrado no que diz respeito aos objetivos, metodologias e resultados. A abordagem metodológica desenvolve uma análise teórica dos artigos publicados sobre a garantia de fiabilidade em Relatos Integrados. O estudo baseia-se em introspeções académicas e análises publicadas sobre garantia de fiabilidade em Relatos Integrados em revistas incluídas na base de dados da *Web of Science, Business Source Complete – EBSCO database*.

2. Metodologia

Seguindo o exemplo de outras revisões da literatura (John Dumay et al., 2016; Hahn & Kühnen, 2013), com o objetivo de perceber a percepção existente na literatura relacionada com a GFRI, a revisão da literatura foi limitada a revistas e atas de conferências com revisão por pares, enquanto livros, capítulos e outras publicações sem revisão por pares foram omitidas. Foi selecionada a base de dados da *Web of Science* uma vez que contém uma extensiva cobertura das revistas com revisão pelos pares para as áreas da gestão, negócios e contabilidade. A base de dados inclui os jornais com fator de impacto, aspeto que é um dos mais importantes, abrangendo um relevante número de revistas em diversas áreas de conhecimento (Hahn & Kühnen, 2013). A base de dados da *Web of Science (Business Source Complete – EBSCO)* foi consultada a 31 de julho de 2020. De forma a abranger a área de estudo de forma exaustiva, foi desenvolvida uma pesquisa extensiva utilizando as seguintes palavras-chave: “Relato Integrado*” (“*Integrated Report**”) juntamente com “Garantia de Fiabilidade” (“*Assurance*”). Ao usar “Relato Integrado*” (“*Integrated Report**”) em vez de “Relato Integrado” (“*Integrated Reporting*”) a expressão “Relatos Integrados” é também considerada tendo desta forma sido incluídos mais cinco artigos na pesquisa. As palavras-chave foram previamente identificadas e discutidas (Hahn & Kühnen, 2013). A garantia de fiabilidade em Relato de Sustentabilidade não foi incluída uma vez que a literatura sobre este tema já foi muito discutida. Adicionalmente, o tema Relato Integrado por si só, não foi incluído pela mesma razão. O propósito da revisão foi o foco na GFRI. De forma a ter resultados mais abrangentes, foram adicionados alguns filtros: “título, resumo, palavras-chave disponibilizadas e palavras-chave adicionais.” No total, 67 artigos foram recolhidos da base de literatura referida.

Após se ter procedido à obtenção dos estudos, foram definidos três critérios de inclusão: i) o estudo discutia o Relato Integrado e a garantia de fiabilidade em áreas empresariais; ii) o artigo encontra-se em revistas ou em atas de conferências com revisão pelos pares; e iii) pelo menos o resumo está publicado em Inglês de forma a compreender a sua contribuição. Caso os estudos falhassem qualquer um dos critérios acima mencionados, seriam rejeitados. De forma a aumentar a validação e redefinir os resultados, foram analisados manualmente todos os títulos, palavras-chave, resumos e artigos completos dos 67 estudos.

Ao verificar a literatura relevante entre 2012 (data a partir da qual surgem estudos) e 01 de agosto de 2020, esta revisão providencia uma síntese atual e aprofundada no tema GFRI. Uma revisão da literatura pode ser considerada uma análise de conteúdo (Hahn & Kühnen, 2013). O método utilizado foi sobretudo uma síntese qualitativa que consiste num processo de análise de conteúdo contendo quatro passos (Hahn & Kühnen, 2013; Klovienè & Speziale, 2014): 1. Reunir material, recolher amostras literárias em GFRI; 2. Análise descritiva, informação sobre a distribuição dos artigos nas várias revistas; 3. Seleção das categorias para análise, desenvolvimento da tabela com informação: categoria, autor, título da revista, tipo de artigo, geografia, dimensão/setor da indústria; artigos relevantes/não relevantes para o propósito do estudo; e 4. Avaliação do material, na fase final todos os artigos são revistos analisando os componentes sobre a GFRI.

Este estudo contém uma análise qualitativa e bibliométrica da literatura relativa aos termos “Relato Integrado*” e “Garantia de Fiabilidade”. Para a elaboração dos dados quantitativos, foi extraída a base de dados da *Web of Science Core Collection* para os 67 artigos publicados até agosto de 2020 que contêm entre os seus tópicos as palavras “Relato Integrado*” e “Garantia de Fiabilidade”, assim como o software *VOSviewer* (1.6.11), uma ferramenta que permite construir e visualizar networks bibliométricas.

A análise bibliométrica contém informação relativa à origem dos artigos, relacionada com os seus autores e as revistas nos quais foram publicados (Van Eck & Waltman, 2010). Adicionalmente, para apresentar as principais interconexões entre os artigos, foi considerado o seguinte: a frequência na qual que os estudos foram cocitados por outros trabalhos do conjunto de artigos selecionados para o presente estudo e a agregação dos aspetos estudados por cluster. A frequência de cocitações e de clusters foram calculados através do *VOSviewer* (Van Eck & Waltman, 2011, 2017). Os parâmetros considerados para a construção de grupos são apresentados em cada ponto específico.

3. Conclusões

3.1. Análise Descritiva

As Tabelas 5 e 6 representam os nomes das revistas e das atas de conferências dos estudos selecionados. A Tabela 5 representa as revistas e as atas de conferências que registam mais do que um artigo na base de dados selecionadas, e a Tabela 6 representa as revistas e as atas de conferências que registam um artigo na base de dados selecionada. É desta forma possível concluir que as revistas *Sustainability Accounting Management and Policy Journal*, *European Accounting Review* e a *Journal of Cleaner Production*, são as revistas que apresentam maior número de publicações sobre os temas em referência.

Tabela 5: Revistas que apresentam mais do que um artigo

Revistas	Número de Publicações
SUSTAINABILITY ACCOUNTING MANAGEMENT AND POLICY JOURNAL	5
EUROPEAN ACCOUNTING REVIEW	4
JOURNAL OF CLEANER PRODUCTION	4
ACCOUNTING AUDITING & ACCOUNTABILITY JOURNAL	3
BUSINESS STRATEGY AND THE ENVIRONMENT	3
JOURNAL OF BUSINESS ETHICS	3
MEDITARI ACCOUNTANCY RESEARCH	3
SOCIAL RESPONSIBILITY JOURNAL	3
SUSTAINABILITY	3
AUDITING-A JOURNAL OF PRACTICE & THEORY	2
AUSTRALIAN ACCOUNTING REVIEW	2
CORPORATE SOCIAL RESPONSIBILITY AND ENVIRONMENTAL MANAGEMENT	2
JOURNAL OF INTELLECTUAL CAPITAL	2

Tabela 6: Revistas que apresentam um artigo

Revistas / Atas de Conferências

16TH ANNUAL CONFERENCE ON FINANCE AND ACCOUNTING, ACFA PRAGUE 2015
2017 12TH IBERIAN CONFERENCE ON INFORMATION SYSTEMS AND TECHNOLOGIES (CISTI)
2019 14TH IBERIAN CONFERENCE ON INFORMATION SYSTEMS AND TECHNOLOGIES (CISTI)
ACCOUNTING AND BUSINESS RESEARCH
ACCOUNTING HORIZONS
ACCOUNTING ORGANIZATIONS AND SOCIETY
AMERICAN JOURNAL OF BUSINESS
BEHAVIORAL RESEARCH IN ACCOUNTING
BRITISH ACCOUNTING REVIEW
BUSINESS ETHICS-A EUROPEAN REVIEW
BUSINESS HORIZONS
COMPANY AND SECURITIES LAW JOURNAL
INDONESIAN JOURNAL OF SUSTAINABILITY ACCOUNTING AND MANAGEMENT
INTERNATIONAL JOURNAL OF SUSTAINABILITY IN HIGHER EDUCATION
JOURNAL OF ACCOUNTING AND PUBLIC POLICY
JOURNAL OF APPLIED ACCOUNTING RESEARCH
JOURNAL OF APPLIED CORPORATE FINANCE
JOURNAL OF MANAGEMENT & GOVERNANCE
JOURNAL OF STRATEGY AND MANAGEMENT
MANAGERIAL AUDITING JOURNAL
MARKETING AND MANAGEMENT OF INNOVATIONS
12TH INTERNATIONAL CONFERENCE ACCOUNTING AND MANAGEMENT INFORMATION SYSTEMS
PSYCHOLOGY & MARKETING
PUBLIC MONEY & MANAGEMENT
QUALITY & QUANTITY
REVISTA DE CHIMIE
SOUTH AFRICAN JOURNAL OF ACCOUNTING RESEARCH
SOUTH AFRICAN JOURNAL OF BUSINESS MANAGEMENT

Relativamente à distribuição temporal da literatura, apresentada na Tabela 7, verifica-se que o primeiro artigo referenciado é de 2012 com uma publicação, somente em 2015 se regista um aumento do número de publicações com 8 publicações, sendo este incremento mais significativo a partir de 2018 com 14 publicações. Os valores apresentados referentes a 2020, de 11 publicações, incluem 6 artigos ainda não publicados em *Early Access*. Refira-se que os valores de 2020 são referentes a 31 de julho indicando desta forma uma tendência crescente nas publicações relacionadas com o tema em estudo. O aspeto mencionado, significa que o tema da GFRI ainda está em processo de desenvolvimento na academia.

Tabela 7: Número de Publicações por ano

Anos	Número de Publicações
2012	1
2013	1
2014	0
2015	8
2016	8
2017	10
2018	14
2019	14
2020	11
Total Geral	67

Em relação ao número de autores dos artigos selecionados, são 133 no total, sendo que somente 17 autores apresentam dois ou mais artigos na literatura selecionada, com um claro destaque para Waren Maroun com a publicação de 9 artigos e de Roger Simnet com 3 artigos publicados. Os restantes autores apresentados registam a publicação de dois artigos cada. A Tabela 8 representa os nomes dos autores que têm mais do que um artigo.

Tabela 8: Autores que apresentam mais do que um artigo

Autores	Número de Publicações
Maroun, W	9
Simnett, R	3
Dilling, PFA	2
Fernandez-Feijoo, B	2
Garcia-Benau, MA	2
Hahn, R	2
Kilic, M	2
Kuzey, C	2
Morais, AI	2
Rivera-Arrubla, YA	2
Rodrigues, MAB	2
Romero, S	2
Ruiz, S	2
Wald, A	2
Zamora, VL	2
Zhou, S	2
Zorio-Grima, A	2

3.2. Análise Bibliométrica:

A construção e visualização de networks bibliométricos foi realizada através do software *VOSviewer*.

3.2.1. Cocitação versus Autor citado

Ao usar a análise de cocitações, a relação entre os itens é determinada segundo os números de vezes que eles foram citados juntamente. Refira-se que os autores citados são somente relativos ao primeiro autor de um documento citado. A Tabela 9, representa o número de citações por autor dos estudos selecionados relacionados com os autores mais citados. Nesta, são apresentados os 20 autores mais citados.

Pela análise da informação, é possível concluir que o autor mais citado é de Villiers com 92 citações nos estudos selecionados, seguido por Eccles e Simnett com 86 e 69 citações respetivamente. É também possível verificar que a organização mais citada é a *International Integrated Reporting Council* (IIRC) com 140 citações, considerando tanto a descrição IIRC como a descrição *International Integrated Reporting Council*, a *Global Reporting Initiative* (GRI) apresenta 32 citações, enquanto o *International Auditing and Assurance Standards Board* (IAASB) é citado 21 vezes. Considerando a ligação do tema com a auditoria e a prestação do serviço de garantia de fiabilidade, é relevante referir que a empresa internacional de auditoria KPMG se apresenta com 65 citações, a *Ernst & Young Global Limited* (EY) regista 20 citações, a *PricewaterhouseCoopers & Associados* (PwC) 17 citações e a *Deloitte Touche Tohmatsu Limited* (Deloitte) 14 citações.

Tabela 9: Número de Citações por autor – os 20 autores mais citados

Autores	Citações
1 de villiers, c	92
2 eccles, rg	86
3 iirc	86
4 simnett, r	69
5 kpmg	65
6 adams, ca	53
7 maroun, w	45
8 o'dwyer, b	44
9 deegan, c	42
10 cho, ch	38
11 atkins, j	36
12 dumay, j	36
13 frias-aceituno, jv	35
14 international integrated reporting council (iirc)	35
15 cohen, jr	34
16 gray, r	34
17 kolk, a	34
18 garcia-sanchez, im	28
19 stubbs, w	27
20 zhou, s	26

Conforme apresentado na Figura 7, ao selecionar o número de 10 de número de citações mínimas de um autor, foi possível encontrar 78 autores divididos em três grupos (clusters). O primeiro grupo, representa *De Villiers* com o maior número de citações com o número de 92, assim como, *Marou* com 45 citações. O segundo grupo inclui *Eccles* com 86 citações, *Simmnett* com 69 citações e o IIRC com um total de 121 citações (considerando IIRC com 86 citações e *International Integrated Reporting Council* com 35 citações). Finalmente, o terceiro grupo inclui a *KPMG* com 65 citações, *Adams* com 53 citações e *O'Dwyer* com 44 citações.

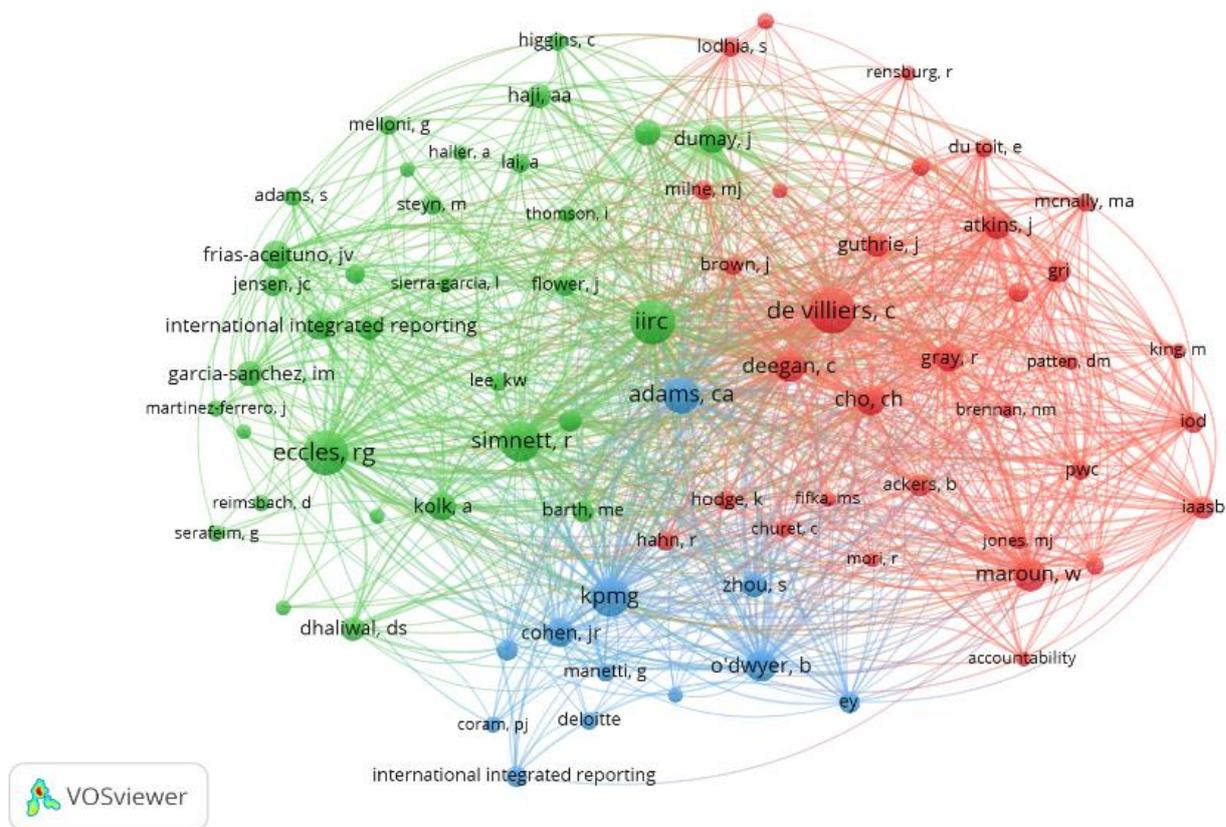


Figura 7: Grupos de cocitação versus Autor Citado

3.2.2. Cocitações versus Referências citadas

A Tabela 10 representa o número de citações por referências citadas de estudos selecionados. São apresentados os 20 estudos mais citados. Pela informação obtida, verifica-se que a referência mais citada com 36 citações nos estudos selecionados é: “Villiers, de Rinaldi & Unerman, J. (2014). *Integrated Reporting: Insights, gaps and an agenda for future research. Accounting Auditing and Accountability Journal*, 1-47” (Villiers et al., 2014).

Tabela 10: Número de Citações por Referência Citada

	Referência Citada	Citações
1	de villiers c, 2014, account audit accoun, v27, p1042, doi 10.1108/aaaj-06-2014-1736	36
2	simnett r, 2015, sustain account mana, v6, p29, doi 10.1108/sampj-09-2014-0053	30
3	simnett r, 2009, account rev, v84, p937, doi 10.2308/accr.2009.84.3.937	28
4	cheng m, 2014, j int fin manag acc, v25, p90, doi 10.1111/jifm.12015	24
5	adams ca, 2015, crit perspect accoun, v27, p23, doi 10.1016/j.cpa.2014.07.001	22
6	cohen jr, 2015, auditing-j pract th, v34, p59, doi 10.2308/ajpt-50876	22
7	zhou s, 2017, abacus, v53, p94, doi 10.1111/abac.12104	20
8	flower j, 2015, crit perspect accoun, v27, p1, doi 10.1016/j.cpa.2014.07.002	19
9	stubbs w, 2014, account audit accoun, v27, p1068, doi 10.1108/aaaj-03-2013-1279	19
10	atkins j, 2015, meditari account res, v23, p197, doi 10.1108/medar-07-2014-0047	18
11	pflugrath g, 2011, auditing-j pract th, v30, p239, doi 10.2308/ajpt-10047	18
12	hodge k, 2009, aust account rev, v19, p178, doi 10.1111/j.1835-2561.2009.00056.x	17
13	jensen jc, 2012, bus strateg environ, v21, p299, doi 10.1002/bse.740	17
14	dumay j, 2016, account forum, v40, p166, doi 10.1016/j.accfor.2016.06.001	15
15	eccles r. g., 2010, one report integrate	15
16	iirc, 2013, int ir fram	15
17	barth me, 2017, account org soc, v62, p43, doi 10.1016/j.aos.2017.08.005	14
18	brown j, 2014, account audit accoun, v27, p1120, doi 10.1108/aaaj-04-2013-1313	14
19	iirc, 2011, int rep comm val 21	14
20	steyn m, 2014, sustain account mana, v5, p476, doi 10.1108/sampj-11-2013-0052	14

Conforme apresentado na Figura 8, ao selecionar o número 10 como número mínimo de citações de um artigo, foi possível encontrar 53 artigos divididos em dois conjuntos. O primeiro conjunto apresenta “de Villiers (2014), *Accounting Auditing and Accountability Journal*” (Villiers et al., 2014) com um total de 36 citações o qual representa o maior número de citações; “simnett r, 2015, *sustain account mana*, v6, p29” com 30 citações; “Cheng m, 2014, *j int fin manag*” com 24 citações; assim como “Adams, 2015, *critical perspective*” (Adams, 2015) com 22 citações. O Segundo conjunto representa “Simnett, 2009 *acc ver*” (Simnett, Vanstraelen & Chua, 2009) com 28 citações; “cohen jr, 2015, *auditing-j pract*” (Cohen & Simnett, 2015) com 22 citações e “zhou s, 2017, *abacus*, v53, p94” (S Zhou, Simnett & Hoang, 2016) com 20 citações.

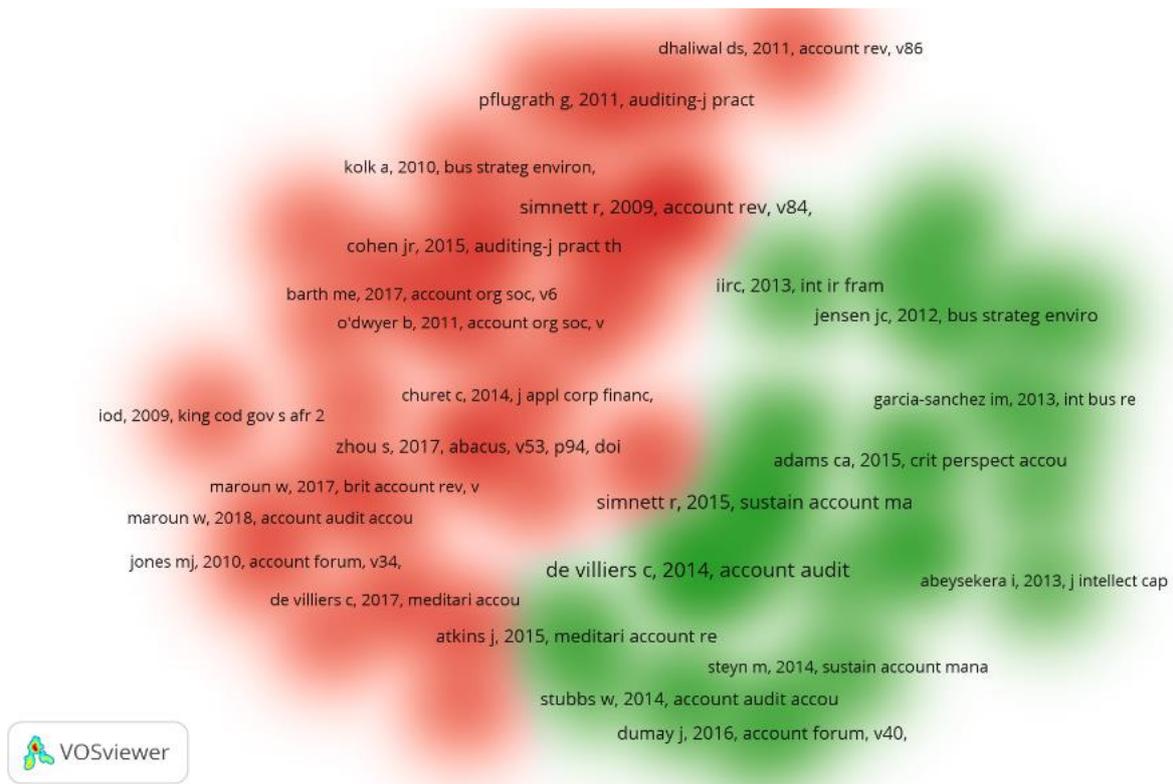


Figura 8: Grupos de Cocitação versus Referência Citada

3.2.3. Cocitação versus fonte citada

A Tabela 11, representa o número de citações por fonte citada nos estudos selecionados, apresentando as 20 fontes mais citadas. Desta forma, é possível verificar que as fontes mais citadas foram a “*Journal of business Ethics*” com 250 citações e a “*Accounting Auditing and Accountability Journal*” com 239 citações nos estudos selecionados.

Tabela 11: Número de Citações por Fonte Citada

	Revista	Citações Cluster	
1	Journal of Business Ethics	250	3
2	Accounting Auditing and Accountability Journal	239	2
3	Accounting, Organizations and Society	155	2
4	The Accounting Review	151	1
5	Meditari Accountancy Research	134	2
6	Business Strategy and the Environment	123	3
7	Auditing A Journal of Practice & Theory	118	1
8	Journal of Cleaner Production	101	3
9	accounting auditing	93	2
10	corp soc resp env ma	91	3
11	sustain account mana	90	2
12	brit account rev	78	2
13	crit perspect accoun	71	2
14	account forum	62	2
15	contemp account res	58	1
16	aust account rev	56	2
17	j account public pol	52	1
18	j account econ	51	1
19	account horiz	49	1
20	integrated reporting	48	4

Ao selecionar o número 10 como o número mínimo de citações de uma fonte, foi possível encontrar 80 fontes divididas em quatro grupos. O primeiro grupo integra a “*Accounting Review*” com 151 citações nos estudos selecionados e a “*Auditing A Journal of Practice & Theory*” com 118 citações. O segundo grupo inclui a “*Accounting Auditing and Accountability Journal*” com 239 citações nos estudos selecionados, a “*Accounting, Organizations and Society*” com 155 citações e a “*Meditari Accountancy Research*” com 134 citações. O terceiro grupo inclui a “*Journal of Business Ethics*” com o maior número de citações: 250; a “*Business Strategy and the Environment*” com 123 citações e a “*Journal of Cleaner Production*” com 101 citações nos estudos selecionados. O quarto conjunto inclui a revista “*British Accounting Review*” com 41 citações e a “*Journal of Intellectual Capital*” a qual é referenciada em 36 citações. A Figura 9, infra apresentada, sintetiza a análise efetuada com referência aos grupos de cocitações versus fonte citada.

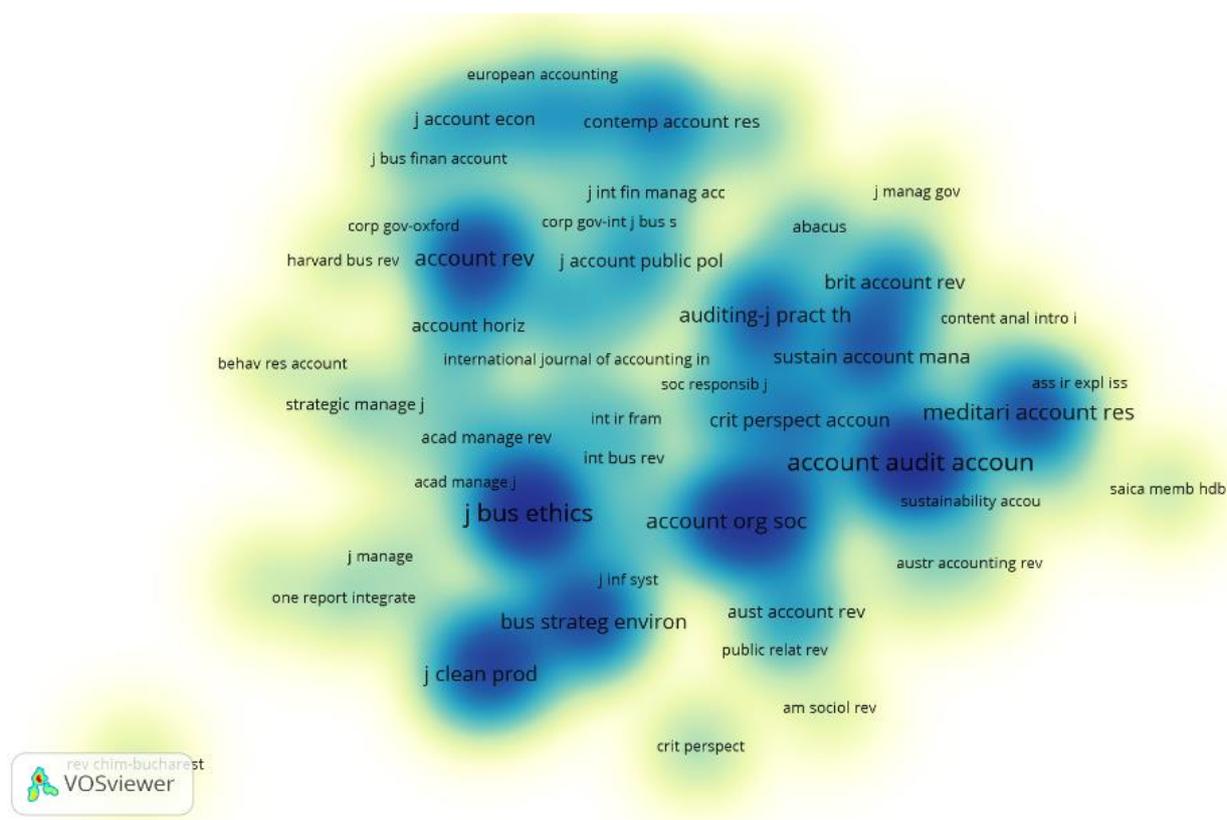


Figura 9: Grupos de Cocitações versus Fonte Citada

3.2.4. Palavras-Chave

Com o objetivo de procurar determinar as palavras-chave mais recorrentemente utilizadas pelos autores, foi realizada a análise de número de ocorrências por palavras-chave, tendo sido somente consideradas as palavras-chave dos autores. Foi considerado o mínimo de três ocorrências para a obtenção de 20 palavras-chave mais utilizadas por coocorrência. Na Tabela 12, são apresentadas estas palavras-chave mais recorrentemente utilizadas.

Na análise das palavras-chave mais recorrentemente utilizadas pelos autores, foram obtidas as palavras-chave mais utilizadas, com particular destaque para os termos gerais: *Integrated Reporting*, *Assurance* e *Sustainability Reporting*. Adicionalmente, surgem as palavras-chave: *combined assurance*, *stakeholders*, *accountability*, *corporate governance* e *legitimacy theory*.

Verifica-se a ocorrência da referência de uma teoria utilizada nos estudos, a *legitimacy theory*.

Tabela 12: Número de ocorrência simultânea de Palavras-chave

	Palavra Chave	cluster	Ocorrências
1	integrated reporting	2	43
2	assurance	1	18
3	sustainability reporting	2	14
4	sustainability	3	9
5	corporate social responsibility	2	8
6	combined assurance	1	6
7	integrated report	1	5
8	stakeholders	3	5
9	accountability	1	4
10	corporate governance	1	4
11	legitimacy theory	2	4

Os parâmetros considerados para o cálculo dos grupos, os quais se encontram na Figura 10, consistiram em palavras-chave utilizadas pelos autores com o número mínimo de ocorrências igual a 3.

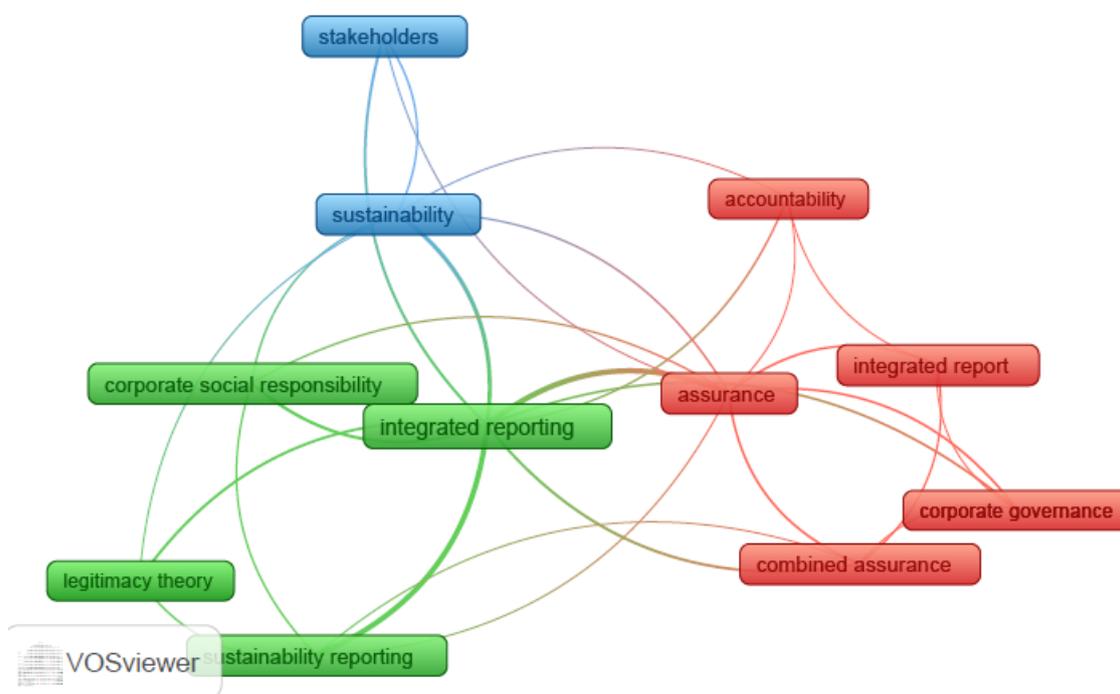


Figura 10: Número de ocorrência simultânea de Palavras-Chave

por temas abordados. Foi efetuado um resumo dos objetivos de investigação e dos resultados obtidos. O detalhe dos temas “*Determinants*” e “*Education*” serão objeto de análise separada por serem relevantes para o desenvolvimento dos restantes estudos apresentados na tese. Por outro lado, foram analisadas as teorias mais referenciadas na literatura sobre o tema em apreço.

4.1. Apresentação de temáticas, objetivos e conclusões

Procurando responder à questão de investigação: 1.1 Quais foram as principais áreas de estudo, objetivos e resultados nos estudos sobre GFRI? serão apresentados os artigos sujeitos a análise após terem sido enquadrados nos temas principais abordados, tendo sido efetuado o enquadramento em três temas principais: Garantia de fiabilidade, o Relato integrado e o Relato de sustentabilidade.

O primeiro tema abordado sujeito a apresentação é o da garantia de fiabilidade. Dentro deste tema surge a confluência de temas complementares abordados nos artigos apresentados, nomeadamente: a *combined assurance*, o relato de sustentabilidade (RS, conforme anteriormente referido), os determinantes do RS, o *corporate social report* (CSR, conforme antes apresentado) e GFRI, GFRI e a ética, GFRI e conteúdo de informação e GFRI e o controlo interno e valor de mercado.

São apresentados 18 estudos com o foco na garantia de fiabilidade. Em concreto, estes estudos efetuam as seguintes abordagens: garantia de fiabilidade e *combined assurance* (1 estudo), garantia de fiabilidade no relato de sustentabilidade (GFRS) (3 estudos), determinantes da GFRS (1 estudo), GFRI (11 estudos), GFRI e a ética (1 estudo), GFRI e conteúdo de informação (1 estudo), GFRI e o controlo interno e valor de mercado (1 estudo). Verifica-se desta forma que os resultados obtidos na análise dos artigos, são coincidentes com o tema do estudo, uma vez que a maior ocorrência de temas específicos em relação à garantia de fiabilidade o tema preponderante deste estudo: a garantia de fiabilidade no relato integrado (GFRI, conforme já apresentado).

Na Tabela 13 é apresentada a síntese dos artigos com ênfase nos temas antes referidos.

Tabela 13: Temática - Garantia de Fiabilidade, Autores, Objetivos e Conclusões

Foco de estudo	Autores	Objetivos	Conclusões
Garantia de fiabilidade combined assurance	Zhou; Simnett; Hoang (2019)	Analisa o novo mecanismo de reforço da credibilidade, o <i>combined assurance (CA)</i> .	A comunicação dos detalhes da CA, beneficia na medida em que reduz os erros e a dispersão dos analistas, e também reduz o valor pedido do spread para as empresas em que o ambiente de prestação de informação é fraco. CA pode ser benéfica na melhoria da relevância e fiabilidade da informação divulgada, podendo também ser um mecanismo de melhoria da credibilidade com uma melhor relação custo-benefício do que uma GF independente.
Garantia de fiabilidade relato de sustentabilidade	Brown-Liburd; Zamora (2015)	Analisar a função da GF no CSR quando a informação do investimento em CSR se encontra integrada com informação sobre se a remuneração da gestão está vinculada à sustentabilidade.	GF valorizada quando a remuneração da gestão é vinculada à performance de sustentabilidade. Na presença de remuneração da gestão vinculada à performance de sustentabilidade e um elevado investimento em CSR, a avaliação do valor da ação por parte dos investidores é superior somente no caso em que a informação seja sujeita a GF.
Garantia de fiabilidade relato de sustentabilidade, determinantes	Fernández-Feijoo; Romero; Ruiz (2015)	Investiga os fatores que explicam a decisão de uma empresa obter GF para o RS e de selecionar uma empresa de auditoria pertencente às <i>Big 4</i> para efetuar esse serviço. Investiga os determinantes que afetam as duas variáveis dependentes: existência de GF e o perfil da entidade que desenvolve a GF a dois diferentes níveis: características da empresa e o país no qual a empresa está localizada.	As diretivas da UE, exercem uma pressão que influencia o comportamento das empresas perante a GF do RS. A regulamentação em geral, em particular em reporte de informação de CSR, determina as estruturas institucionais, com um significativo papel no desenvolvimento da CSR. As empresas de grande dimensão e as pertencentes a setores com grande visibilidade, tais como os serviços financeiros, têm uma maior necessidade de demonstrar à sociedade que são socialmente responsáveis, legitimando desse forma o seu papel e contributo na sociedade.

Garantia de fiabilidade no relato de sustentabilidade, (CSR)	Chersan; Ignat; Ungureanu; Sandu; Costuleanu; Simeanu; Vintu (2018)	Identificar as mais recentes práticas de auditoria da RS das empresas da indústria química, independentemente de ela ser integrada ou não.	Necessidade de introduzir normativos específicos para a GF em CSR em indústrias de setores poluentes, com perigos sociais e ambientais. É argumentado que, devido aos perigos e malefícios ambientais e sociais associados à indústria química, a obrigação de relatar em CSR e em auditar esses relatórios de acordo com standards específicas necessita de ser introduzida.
Garantia de fiabilidade no relato de sustentabilidade (CSR)	Maroun (2018)	Síntese das conclusões nas práticas emergentes de GF do CSR.	Apresenta uma revisão da literatura em relação às características, utilização e limitações dos serviços de GF no CSR. Desenvolve um modelo conceptual que distingue os determinantes da GF no CSR ao nível do país e da empresa e apresenta a forma como a natureza dos serviços GF, a estrutura do reporte da empresa e as tecnologias de GF utilizadas, possibilitam ou restringem os benefícios de ter a divulgação de informação CSR com GF.
Garantia de fiabilidade no relato integrado	Briem; Wald (2018)	Examina as razões das empresas para obterem, de forma voluntária, GF independente no RI e o papel dos auditores externos no processo de GF.	As empresas seguem pressões coercivas dos seus stakeholders quando obtêm GF externa. Pretendem incrementar a credibilidade e fiabilidade nos seus indicadores não financeiros. Os auditores são agentes de mudança facilitando a aplicação das normas do IIRC e promovendo o IR.
Garantia de fiabilidade no relato integrado	Burke; Clark (2016)	Estudo do caso do RI e dos desafios que as empresas enfrentam quando iniciam a implementação do RI.	O RI representa uma mudança central no panorama do relato empresarial, com os profissionais e os organismos de normalização contabilística a começarem a perceber a complexidade do atual modelo de negócio. Não existem normas homogéneas para a natureza ou nível de GF: limitada, razoável ou uma mistura das duas. A GF limitada é um início, mas o objetivo final é a obtenção de uma opinião sobre todo o RI.

<p>Garantia de fiabilidade no relato integrado</p>	<p>Goicoechea; Gomez-Bezares; Ugarte (2019)</p>	<p>Estudar as perceções dos auditores e dos utilizadores do relatório de auditoria sobre os aspetos da GFRI.</p>	<p>Os resultados sugerem que os auditores estão mais interessados que os utilizadores na auditoria do RI. Os auditores atribuem elevada importância a auditar o RI na globalidade assim como os elementos de conteúdo específicos. A GFRI é importante, mas existem diversos desafios, quer de metodologia, quer relacionadas com as características da informação não financeira, que surgirão aos auditores. As empresas e os auditores deverão procurar ultrapassar esses problemas. As empresas devem melhorar a qualidade da informação não financeira e os auditores devem adaptar os procedimentos de auditoria ao RI.</p>
<p>Garantia de fiabilidade no relato integrado</p>	<p>Maroun (2017)</p>	<p>Aborda o tema da forma como um RI pode ser sujeito a um contrato tradicional de auditoria. Desenvolve um modelo para a GFRI.</p>	<p>Desenvolvimento de três modelos de GFRI: restrito, integrado e GF inspirada no modelo Delphi (<i>delphi-inspired assurance</i>). GF modelo restrito: concentrado somente na auditoria das demonstrações financeiras e no reporte de inconsistências entre a informação financeira e outra informação constante no IR para os encarregues da governação das empresas; GF modelo integrado: apresenta um modelo para proporcionar pelo menos alguma GF sobre o RI. Baseia-se em diferentes sistemas de confirmações e balanços para propiciar aos diretores uma base para aceitarem a responsabilidade pelo RI das suas organizações; GF modelo <i>delphi-inspired</i>: proporciona uma visão sobre a forma como os serviços de GF podem evoluir em resposta ao desafio para o RI ser sujeito a GF. Este modelo baseia-se num painel de especialistas para expressar a sua opinião sobre o método utilizado para preparar o RI.</p>

<p>Garantia de fiabilidade no relato integrado</p>	<p>Maroun (2018)</p>	<p>Descreve uma abordagem alternativa para GF e identifica os elementos iniciais de um "modelo de GF interpretativa". Os métodos tradicionais de GF são modelos baseados nos riscos nos quais a ênfase não está no rigor da interpretação ou análise de informação divulgada aos utilizadores. Desta forma, não são adequados para expressar uma opinião sobre avaliações qualitativas, subjetivas e prospetivas tipicamente incluídas no RI.</p>	<p>Identifica os elementos de uma GF interpretativa com o foco em propiciar GF sobre a interpretação e análise da informação incluída no RI em vez de em informação subjacente. Este inclui uma análise de: (1) a integralidade da explicação do processo de criação de valor apresentado no RI; (2) os métodos utilizados para suportar o debate e análise da gestão (3) a razoabilidade do processo de revisão utilizado para assegurar a fiabilidade da qualitativa, subjetiva e prospetiva representação contida no RI.</p>
<p>Garantia de fiabilidade no relato integrado</p>	<p>Maroun (2019)</p>	<p>Analisar o papel da GF externa como impulsionador da qualidade do RI. Os dados para o estudo pertencem às maiores empresas cotadas na bolsa de valores de Johannesburg (JSE) na qual o RI se tornou, na sua essência, obrigatório. A qualidade do relatório é obtida de acordo com a avaliação da extensão na qual as empresas aplicam os princípios orientadores e de conteúdo da estrutura do RI do IIRC.</p>	<p>A investigação demonstrou que o incremento no número de elementos de um RI que são sujeitos a GF externa está associado com a maior qualidade do RI. O número de divulgações relacionadas com responsabilidade social e ambiental, em particular se recomendada pelo GRI e por códigos de boas práticas, e a conformidade com os princípios da AccountAbility de materialidade, abrangência e eficácia, externamente sujeitas a GF, está associado a um RI com maior qualidade. A disponibilização de uma GF moderada ou elevada (GF razoável ou limitada), contribui aproximadamente de igual forma para a qualidade total do relato. A utilização de uma empresa pertencente às <i>Big 4</i> como o fornecedor da GF está associado a um RI com maior qualidade.</p>

<p>Garantia de fiabilidade no relato integrado</p>	<p>Maroun (2019)</p>	<p>Analisar o porquê de as empresas submeterem a GF alguma da informação constante nos RI, possível exigência de mudanças às práticas de GF existentes e a motivação para procurar expandir as atuais tecnologias utilizadas na GF ou para manter a situação atual.</p>	<p>Foram identificadas três perspetivas para a GF. A perspetiva da previsão da gestão foca-se no papel da GF como um meio de legitimação e não requer alterações às normas de GF existentes. A perspetiva de valor acrescentado enfatiza o papel da GF na melhoria da utilidade da informação reportada aos stakeholders e a sua função como parte de um sistema amplo de governação.</p> <p>Este, pode evoluir para uma previsão de uma potencial mudança relativamente aos termos nos quais a GF é utilizada para promover a mudança organizacional positiva, podendo requerer o desenvolvimento de novas normas para a GFRI. Nível educacional: os estudantes de contabilidade e auditoria necessitam de ser sujeitos a diferentes tipos de serviços de auditoria, de GF e de modelos de reporte e não somente às convencionais demonstrações financeiras e auditoria financeira.</p>
<p>Garantia de fiabilidade no relato integrado</p>	<p>Reimsbach; Hahn; Gurturk (2018)</p>	<p>Investigar de que forma a escolha do modelo de reporte interage com a GF de informação de sustentabilidade de forma voluntária.</p>	<p>O importante papel da GF no contexto das divulgações voluntárias e da interação relevante com o modelo de reporte. A GF da informação de sustentabilidade afeta positivamente a avaliação do desempenho de sustentabilidade por parte dos investidores profissionais, e leva a maiores decisões de investimento. Devido ao efeito de um enviesamento cognitivo (<i>cognitive bias</i>) na tomada de decisão, quando informação auditada e não auditada está presente no mesmo relatório, o efeito referido antes da GF é mais fraco para o RI do que para relato separado.</p>

Garantia de fiabilidade no relato integrado	Rodrigues; Morais (2019)	Efetuar uma análise das diferenças entre empresas de diferentes origens geográficas relacionada com a GF no RI	A origem geográfica das empresas implica diferenças na informação divulgada relativa à GF, com maior incidência em Africa devido à existência do sistema “ <i>apply or explain</i> ”. Foi verificado que a opinião expressa é a maioria das vezes limitada e que trabalho desenvolvido durante o processo de GF é semelhante no RI e no RS não existindo trabalho associado às particularidades do RI.
Garantia de fiabilidade no relato integrado	Rodrigues; Morais; Ribeiro (2017)	Analisar os tipos de relatórios de GF incluídos no RI	indicam que mais de metade das empresas analisadas divulgam, de forma voluntária GF. A GF é maioritariamente emitida pela entidade que efetua a auditoria financeira, com uma opinião limitada unicamente para uso interno da organização sujeita a garantia de fiabilidade. Verificou-se que o trabalho desenvolvido pelas entidades prestadoras do serviço de GF num RI, é semelhante ao trabalho desenvolvido em relação aos RS.
Garantia de fiabilidade no relato integrado	Simnett; Huggins (2015)	Apresentar contribuições para o desenvolvimento e implementação da estrutura do IIRC procurando identificar oportunidades para pesquisas futuras.	Foram identificadas oportunidades de pesquisas futuras relacionadas com o RI e com a GFRI.
Garantia de fiabilidade no relato integrado e a ética	Kılıç; Uyar; Kuzey (2020)	Investigar de que forma é que o ambiente ético e a <i>accountability</i> influenciam a procura de divulgação voluntária de GFRI na perspetiva da teoria institucional.	As empresas tendem a divulgar GFRI em ambientes empresariais caracterizados por fracos comportamentos éticos, auditoria mais fraca assim como os respetivos normativos, menos controlo de governo societário e insuficiente proteção pelo dos direitos dos acionistas minoritários.

<p>Garantia de fiabilidade no relato integrado e conteúdo de informação</p>	<p>Caglio; Melloni; Perego (2020)</p>	<p>Analisa os benefícios económicos associados a atributos textuais e à GFRI externa.</p>	<p>A legibilidade do RI está associado a uma maior avaliação no mercado, concisão com uma maior liquidez bolsista e "tone bias" com menor dispersão nas estimativas dos analistas. Os resultados sugerem que os agentes do mercado apreciam um RI que seja legível, conciso e focado. Foi também demonstrado que a GFRI tem um efeito moderador de fracos atributos textuais: se as empresas divulgam um RI que seja difícil de ler mas que seja sujeito a GF independente, este aspeto compensa o efeito negativo no valor de mercado originado pela dificuldade de leitura; se o RI é longo mas apresenta GF, esta compensa o efeito negativo na liquidez; se uma empresa apresenta GF no RI, a dispersão dos analistas é menor, sugerindo desta forma que a GF atua como um mecanismo de valorização da credibilidade para os utilizadores externos.</p>
<p>Garantia de fiabilidade no relato integrado, controlo interno e valor de mercado</p>	<p>Gal; Akisik (2020)</p>	<p>Analisa se o efeito positivo do RI no valor de mercado é melhorado pela existência de um sistema de controlo interno efetivo. Compara este efeito positivo com o existente entre o RI e a GFRI como maximização de valor de mercado.</p>	<p>O estudo apresenta um impacto positivo dos sistemas de controlo interno e dos RI no valor de mercado.</p>

No contexto do estudo da garantia de fiabilidade, Shan Zhou, Simnett & Hoang (2019) abordam o contexto da *combined assurance* como um mecanismo que permite incrementar a relevância, fiabilidade e credibilidade das empresas proporcionando também uma mais vantajosa relação custo-benefício do que uma garantia de fiabilidade independente. Brown-Liburd e Zamora (2015), abordam a problemática da associação da remuneração da gestão das empresas aos resultados obtidos no âmbito da sustentabilidade, referindo o papel essencial desempenhado pela garantia de fiabilidade nestas situações, funcionando como elemento propiciador de uma

melhor avaliação da empresa por parte dos investidores. Fernandez-feijoo, Romero e Ruiz (2015), analisam os determinantes que influenciam uma organização no sentido de obter a garantia de fiabilidade. Na perspetiva da teoria institucional, é referida a influência de normativos na União Europeia, as diretivas, que têm difundido a aplicação do relato de sustentabilidade, do relato integrado e da garantia de fiabilidade. É ainda referido como elemento determinante a pertença das empresas a setores de atividade que tenham elevada visibilidade junto dos *stakeholders*, necessitando de garantir que transmitem adequadamente a ideia de que são socialmente responsáveis. Este artigo em concreto será abordado no estudo dos determinantes da GRI. Chersan et al. (2018) abordam o mesmo tema, referindo o significado de pertença de uma empresa a um setor de atividade poluente e da necessidade acrescida de, não só reportar a informação de sustentabilidade mas também de obter a garantia de fiabilidade externa sobre a informação reportada. É ainda reforçada a ideia da necessidade de normativos apropriados e específicos para o desenvolvimento do trabalho inerente à garantia de fiabilidade em empresas pertencentes a setores poluentes.

Maroun (2017) apresenta um conjunto de cinco artigos nos quais o tema da garantia de fiabilidade é abordado, consistindo desta forma no autor com maior número de artigos analisados sobre este tema. Em 2017, Maroun (2017) estuda o relato integrado e a garantia de fiabilidade associada a esse relato. Desenvolve então um modelo para a GRI que engloba três tipologias distintas de desenvolver a garantia de fiabilidade. O modelo mais simples, denominado de restrito, é aplicado quando as empresas somente têm a informação financeira sujeita a auditoria também financeira, sendo alargado a âmbito para a componente financeira somente numa perspetiva de relatar sobre eventual inconsistência entre as duas tipologias de informação. No segundo modelo, denominado de integrado, existe algum grau de garantia de fiabilidade sobre a informação não financeira que visa dar conforto e confiança aos gestores em relação à informação constante no relato integrado. O terceiro e último modelo, denominado de modelo *delphi-inspired*, é proposta a existência de um painel de especialistas que poderão apresentar as suas conclusões sobre o processo de preparação do RI. Em 2018 (Maroun, 2018a) apresenta uma síntese das práticas consideradas na data emergentes de garantia de fiabilidade no relato CSR. Neste estudo, desenvolve um modelo conceptual para a distinção dos determinantes de garantia de fiabilidade no relato de CSR. Ainda em 2018, (Maroun, 2018), descreve e propõe um modelo de garantia de fiabilidade interpretativa que visa a obtenção de

garantia de fiabilidade sobre a interpretação da informação constante no RI. Em 2019, o autor apresenta dois artigos (Malola & Maroun, 2019; Maroun, 2019b) nos quais analisa a qualidade do RI e a garantia de fiabilidade como fator incremental dessa qualidade, por outro lado, apresenta diferentes perspetivas para a garantia de fiabilidade considerando que a garantia de fiabilidade pode ser utilizada para a promoção de mudança organizacional positiva. Por outro lado, efetua uma ligação com o ensino, referindo que no ensino de contabilidade e de auditoria é necessário introduzir estes temas do relato integrado, da sustentabilidade e da garantia de fiabilidade.

Na abordagem à GFRI, Briem e Wald (2018) efetua um estudo de caso sobre a implementação do RI e da GFRI concluindo que as normas aplicadas à GFRI possibilitam a obtenção quer de uma opinião limitada quer de uma opinião razoável.

No decurso da classificação dos temas dos artigos, são apresentados 41 estudos cuja principal referência diz respeito ao relato integrado. Em concreto, estes estudos efetuam as seguintes abordagens: abordagem voluntária e regulamentar; auditoria; auditoria interna, avaliação; carbono, *combined assurance* (2 referências); comité de auditoria; comunicação social; conectividade e comunicação social; credibilidade e os seus mecanismos de reforço; criação de valor; determinantes (2 referências); determinantes da qualidade do relato; determinantes do valor de mercado da informação EBR - *The European Business Register Network*; divulgação de informação de sustentabilidade; efeito do governo societário na qualidade; elementos de conteúdo; ética; evolução do movimento; *expectation gap*; exposição da responsabilização pessoal; governação, informação financeira e não financeira na tomada de decisão; investidores institucionais; materialidade; materialidade e sustentabilidade; materialidade, determinantes; materialidade, julgamento; perceções dos gestores; práticas no setor bancário no Bangladesh; profissionais de contabilidade e a criação de valor a iniciativas de sustentabilidade; qualidade da informação divulgada; qualidade do relato; relação entre a evolução da informação financeira e não financeira; setor público; sua disseminação; valor de mercado; XBRL-integrated reports, reporte digital.

Na Tabela 14 é apresentada a síntese dos artigos com ênfase nos temas referidos.

Tabela 14: Temática - Relato Integrado, Autores, Objetivos e Conclusões

Foco de estudo	Autores	Objetivos	Conclusões
Relato integrado, abordagem voluntária e regulamentar	Stubbs; Higgins (2015)	Estudo exploratório sobre as preferências dos utilizadores de informação não financeira para a abordagem voluntária ou regulamentada ao RI.	Encontra maior suporte para a aplicação voluntária do RI uma vez que a maioria dos participantes pensa ser muito cedo para uma reforma de regulação. As respostas obtidas sugerem que o RI irá tornar-se a norma de relato ao longo do tempo o mercado for pressionando as empresas a aplicarem a prática do RI. Ao longo do tempo, RI será percecionado como uma prática legítima na qual as ações desenvolvidas pelas empresas que reportem em RI serão vistas como adequadas e desejadas.
Relato integrado, auditoria	Oprisor (2015)	Pretende abordar a GF no RI sob a forma de uma revisão da literatura indicando as ações que deverão ser desenvolvidas para proporcionar uma perspetiva clara da auditoria do RI.	Mostra que uma opinião de GF razoável ou elevada é difícil de obter no caso do RI pelos seguintes motivos: falta de regulamentação de auditoria, a abordagem específica da empresa ao RI e os KPI da informação não financeira. Outro assunto relevante é o custo da GF em termos monetários e de tempo, mas também o facto de dar GF sobre informação prospetiva.
Relato integrado, auditoria interna	Engelbrecht; Yasseen; Omarjee (2018)	Explora o papel das perceções iniciais do <i>chief audit executives (CAEs)</i> no desenvolvimento da função de auditoria interna no RI na África do Sul. Analisa possíveis barreiras para o envolvimento da auditoria interna no processo do RI.	Sugere que a função da auditoria interna tem um potencial inexplorado para a implementação do RI. Este potencial inclui: fornecer serviços de GF na integridade dos dados, rever riscos e oportunidades, avaliar a adequação do sistema de governação e da gestão do risco e propiciar GF no processo de implementação do RI. Uma das vantagens é relativa ao vasto conhecimento da organização. A falta de competência na profissão de auditoria interna é uma área de preocupação existindo uma escassez de conhecimentos especializados.
Relato integrado, avaliação	Kılıç; Kuzey (2018)	Tem como objetivo analisar o nível de adesão das empresas que relatam em RI à estrutura do RI do IIRC, através da análise sobre a forma e a extensão na qual esses relatórios incluem os elementos de conteúdo da EC. Pretende analisar o impacto das características do RS na adesão à estrutura conceptual.	Atual relato apresenta uma abordagem ao risco mais genérico do que específico da empresa, apresenta iniciativas financeiras e não financeiras separadamente, falta de foco estratégico, inclui informação histórica em vez de prospetiva. De forma consistente com as expetativas dos autores, referem uma associação significativa e positiva do RI com o RS, adoção da GRI, índices de sustentabilidade e a presença de comité de auditoria.

Relato integrado, carbono	Pitrakkos; Maroun (2019)	Tem como objetivo analisar as diferenças na qualidade e quantidade das divulgações relacionadas com as emissões de gases de estufa entre empresas com uma pegada ecológica grande ou pequena. Considera também que divulgações estão a ser incluídas no RI (relatório para os stakeholders) ou no RS.	As divulgações sobre as emissões de carbono são utilizadas para legitimar a gestão. Este aspeto envolve não só o uso adicional de divulgações ambientais para apaziguar os stakeholders à medida que os impactos ambientais sobem. A qualidade do relato e a localização da informação divulgada são, talvez, mais importantes para entender a forma como as empresas estão a responder às expectativas dos stakeholders em relação ao reporte das emissões de carbono e às mudanças climáticas.
Relato integrado, combined assurance	Hoang; Phang (2020)	À medida que o RI evolui para ir ao encontro das necessidades dos stakeholders, a importância de divulgar informação credível é crescente. Foi examinado o efeito de uma nova técnica de melhorar a credibilidade do relato empresarial denominada <i>combined assurance</i> .	A comunicação da <i>combined assurance</i> pode reestabelecer a perceção de confiança e fiabilidade dos investidores em relação à informação divulgada e aumentar o desejo de investir quando as notícias não são boas.
Relato integrado, combined assurance	Prinsloo; Maroun (Early Access)	Examinar os diversos tipos de GF, os quais estão a ser utilizados pelas empresas para garantir a prestação de informação completa, verdadeira e fiável aos stakeholders. É adotada uma definição alargada de GF, que considera os serviços de prestadores independentes de GF assim como as fontes internas de GF (auditores internos, verificações por especialistas de sustentabilidade e funções de monitorização do comité de auditoria).	A <i>combined assurance</i> é concebida como uma função da responsabilidade do <i>board of directors</i> para garantir reporte verdadeiro, completo e fiável e as características das diferentes fontes de GF internas e externas. No global, <i>combined assurance models</i> estão a ser desenhados de forma conservadores. O seu foco é maioritariamente relativo a divulgações específicas e são conduzidos por um número limitado de metodologias ou normativos de GF, em vez de efetuar uma abordagem mais pluralista na verificação dos RI e RS como um todo.
Relato integrado, comité de auditoria	Haji; Anifowose (2016)	Analisa a função do comité de auditoria como um fator interno de garantia de fiabilidade na aplicação do RI. Analisa o papel efetivo assim como aspetos específicos do comité de auditoria na prática do RI.	De forma consistente com as teorias económicas, é encontrada uma associação positiva entre a função do comité de auditoria e a prática do RI. As reuniões e autoridade do comité de auditoria parecem ter influência positiva na prática do RI. No entanto, não foi encontrada associação significativa entre os aspetos principais do comité de auditoria tais como os conhecimentos financeiros, a prática do IR e a independência.

Relato integrado, comunicação social	Lodhia; Stone (2017)	Analisa o papel potencial das tecnologias de comunicação da internet, incluindo a comunicação social no processo do RI.	Indica que as tecnologias baseadas na internet têm um papel crítico potencial na disponibilização do aspeto da comunicação externa do RI. O RI na África do Sul indica que as entidades que divulgam o RI estão a utilizar em demasia a internet numa tentativa de obterem relatos concisos.
Relato integrado, conectividade e comunicação social	Rivera-Arrubla; Zorio-Grima (2016)	Apresenta o fenómeno RI e apresenta particular importância à conectividade como apresentada na estrutura do IIRC. Mas, a internet e as tecnologias digitais propiciaram novos canais de comunicação e interação através da comunicação social.	Confirmação do princípio da "equifinality" e do princípio da assimetria. Alguns fatores surgem sempre na análise da suficiência (grande dimensão, reportes longos, utilização de muitos canais de comunicação social) no modelo de interconectividade do IR, enquanto que o modelo para outro tipo de relatórios a dimensão do reporte está ausente.
Relato integrado, credibilidade e os seus mecanismos de reforço	Richard; Odendaal (2020)	Identificar quais os mecanismos de melhoria da credibilidade, para além da GF externa, que são aplicados e reportados no RI.	Propõe uma solução prática para utilizar os mecanismos de melhoria da credibilidade, começando com o processo de identificação dos riscos como o fundamento da GF com o <i>Board</i> que gere o risco. O processo de identificação do risco deverá ser suportado com medidas de GF internas consistindo num robusto processo de controlo interno; relevante gestão de GF e auditoria interna que trabalha em proximidade com o comité de auditoria e uma forte e efetiva estrutura de governação corporativa.
Relato integrado, criação de valor	Dilling; Harris (2018)	O objetivo é efetuar uma análise longitudinal da qualidade e quantidade das divulgações na criação de valor a longo prazo em 19 empresas cotadas em bolsa Canadianas do setor da energia e minas.	Os resultados suportam a hipótese de que as empresas cotadas em bolsa Canadianas do setor da energia e minas, incrementaram a qualidade e quantidade da informação divulgada sobre a criação de valor a longo prazo em 2014 quando comparado com 2012. Mesmo através de incrementos na qualidade da informação divulgada (especialmente nas áreas de governação, práticas responsáveis de trabalho, relações externas e gestão do risco), a qualidade global da informação divulgada (especialmente em áreas como conectividade entre áreas financeiras e de sustentabilidade, análise da materialidade, projetos com elevada exposição a riscos climáticos, custos de energia, práticas responsáveis de trabalho, incentivos e remuneração) manteve-se a um nível reduzido.
Relato integrado, determinantes	Sierra-Garcia; Zorio-Grima; Garcia-Benau (2015)	Estudar os motivos para as empresas produzirem RI com especial atenção às ligações com a GF no RS.	Identifica os determinantes de RI através de um modelo de regressão logística. A maioria das observações têm um consultor de sustentabilidade para efetuar a GF e somente 35% uma empresa de auditoria.

Relato integrado, determinantes	Vaz; Fernandez-Feijoo; Ruiz (2016)	Analisa os determinantes associados com o uso do RI como um modelo de relato para a informação de sustentabilidade.	Foi encontrada uma variação significativa entre países que pode ser explicada pela existência de regulamentação específica e da dimensão individualista - coletivista. Confirma o efeito dos determinantes ao nível da empresa, não o papel de variáveis específicas testadas como determinantes.
Relato integrado, determinantes da qualidade do relato	Dilling; Caykoylu (2019)	Avaliar a qualidade geral do RI de empresas globais e encontrar determinantes do RI de elevada qualidade, determinar porque é que as empresas relatam em aspetos específicos relacionados com os 6 capitais: social e de relacionamento, humano, intelectual, manufaturado, natural e financeiro.	Empresas de grande dimensão com um elevado rácio de mulheres na administração e pertencentes ao "IIRC <i>examples database</i> " são mais propensas a publicar RI de maior qualidade.
Relato integrado, determinantes do valor de mercado da informação EBR - <i>The European Business Register Network</i>	Reitmaier; Schultze (2017)	Analisar a relevância para o mercado de avaliação das empresas constantes do EBR das divulgações relacionadas com a avaliação das empresas (<i>value-based reporting</i> (VBR)).	Compensação baseada na compensação pela atribuição de ações, endividamento, dimensão da empresa, volatilidade na valorização das ações, são determinantes significativos para o VBR. O nível do VBR é significativamente associado ao mercado de valores e a capacidade adicional de explicar o valor de mercado, sendo assim significativo para o mercado de avaliação de empresas. Adicionalmente, a relevância do valor contabilístico e dos lucros para explicar o crescimento do valor de mercado é tanto maior quanto maior for o VBR.
Relato integrado, divulgação de informação de sustentabilidade	Camodeca; Almici; Sagliaschi (2018)	Analisar a relevância da divulgação de RS através do RIT	A divulgação de sustentabilidade através do RI não tem efeito na valorização do mercado, confirmando a hipótese nula de que o RI resulta num " <i>cheap talk's babbling equilibrium</i> ".
Relato integrado, efeito do governo societário na qualidade	Wang; Zhou; Wang (Early Access)	Analisa a significância dos mecanismos do governo societário na explicação de variações na qualidade do RI e a variação e qualidade dos mecanismos de valorização da credibilidade para RI.	Os mecanismos tradicionais de governo societário, tais como o <i>board</i> ou o comité de auditoria, estão positivamente relacionados com a qualidade do RI e o uso de mecanismos de valorização da credibilidade. Adicionalmente, os mecanismos de governo societário orientados para a sustentabilidade (ex. comité de sustentabilidade e a utilização de indicadores não financeiros de desempenho para a remuneração dos gestores) têm um efeito incremental positivo quer na qualidade do RI que na extensão e qualidade dos mecanismos de valorização da credibilidade no RI.

Relato integrado, elementos de conteúdo	Mmako; Rensburg (2017)	Á medida que os investidores e outros stakeholders insistem na GF que as práticas de relato são transparentes, responsáveis e justas para todos os stakeholders. A JSE alterou os requisitos para obrigar as empresas cotadas a integrar a sua informação de sustentabilidade no seu relato anual. Procura compreender como as empresas integram o RI com a divulgação de informação voluntária.	As empresas Sul Africanas enfrentam novos requisitos. Quando o <i>King Report</i> foi valorizado como um modelo líder em governo societário, os relatos anuais das empresas cotadas na JSE podem tornar-se um modelo de relato. Mesmo que a declaração do presidente, não represente a plataforma para discutir todos os elementos de conteúdo em detalhe, os elementos de conteúdo do RI parecem propiciar um bom modelo para presidentes sobre o que incluir nas suas declarações.
Relato integrado, ética	Maniora (2017)	Impacto do RI na integração de informação ambiental, social e de governação (<i>environmental, social, and governance - ESG</i>) no modelo de negócio e a alteração da performance de sustentabilidade relacionada com esse impacto.	Os resultados sugerem que o RI só é um mecanismo superior para a integração de assuntos de sustentabilidade no seu modelo de negócio quando se compara o RI com as estratégias de relato de ESG. Apresenta a internalização (integração de valores, normas, atitudes, normativos, ou padrões de conduta dando relevo à importância dos temas de ESG na identidade da empresa) e externalização das empresas IR para empresa que utilizam estratégias alternativas de relato de ESG.
Relato integrado, evolução do movimento	Eccles; Krzus; Ribot (2015)	Identifica as fases do movimento do RI, descreve as fontes mais importantes desse movimento, apresenta recomendações para uma adoção mais profunda do RI.	O movimento do RI tem 4 fases. 2002-04 experimentação de empresas; 2005-10 comentários de especialistas; 2011-13 codificação, institucionalização (King III, Diretiva UE, UN SDG). Recomendações: certificação do RI, desenvolvimento de normas de GF, colaboração com outras entidades. <i>Big 4</i> devem trabalhar com outras empresas de auditoria para desenvolver normas para a GF do RI, empresas devem defender a necessidade da garantia de fiabilidade integrada (<i>integrated assurance</i>).
Relato integrado, expectation gap	Naynar; Ram; Maroun (2018)	Pretende explorar a ênfase colocada em determinados temas do RI pelas empresas de serviços financeiros e pela perceção dos stakeholders' da importância desses temas para determinar se o <i>perception gap</i> existe. O estudo também analisa se o <i>perception gap</i> é afetado pela sofisticação do utilizador.	Mostra que um <i>perception gap</i> se desenvolveu porque as empresas não compreendem na totalidade que informação é valorizada pelos stakeholders. Demonstra que a sofisticação tem um efeito no tipo de divulgações que são valorizadas pelos utilizadores e a forma como essa informação é apresentada.

Relato integrado, exposição da responsabilização pessoal	Huggins; Simnett; Hargovan (2015)	Evidencia as similaridades entre o RI e os requisitos de auditoria operacional e financeira no <i>Corporations Act</i> , e os níveis de responsabilização pela divulgação de informação enganosa e quebras dos deveres dos diretores.	Propõe quatro possíveis opções de reforma para adaptações menores à estrutura do RI para originar reformas consideráveis no <i>Corporations Act</i> . Como a GF é desejável, para assegurar que a confiança pode ser incluída nos RI, o desenvolvimento de um ambiente legal seguro para os auditores de informação prospetiva também é discutido.
Relato integrado, governação, informação financeira e não financeira na tomada de decisão	Esch; Schulze; Wald (2019)	Ligar o campo de estudo da tomada de decisão estratégica e o RI. Abordam o conhecimento integrado ao explicarem como a informação financeira e não financeira, ambiental, social e de governance é utilizada nas diversas fases do processo de tomada de decisões estratégicas.	Os autores desenvolvem um modelo de quatro fases e explicam a utilização de informação financeira e não financeira em cada fase.
Relato integrado, investidores institucionais	Cohen; Holder-Webb; Zamora (2015)	Estudo construído com base na investigação anterior, examina as preferências dos investidores profissionais, não profissionais e subgrupos de investidores profissionais, relativamente à informação não financeira.	Os resultados mostram que os investidores preferem informação não financeira que seja concisa, abrangente, comparável e credível. Os investidores profissionais e não profissionais têm exigências similares de informação: estão mais interessados em informação económica, seguida de governo societário e só depois de informação de sustentabilidade. À medida que mais empresas têm a sua informação não financeira sujeita a GF, os investidores poderão começar a solicitar mais categorias desta informação.
Relato integrado, materialidade	Steenkamp (2018)	Desenvolve orientações no modo como empresas com prémios, que são líderes de práticas no RI, divulgam no seu RI informação sobre o processo de determinação da materialidade e o que a materialidade representa para essas empresas.	Apresenta orientações sobre as melhores práticas de divulgação das empresas líderes de práticas no RI, poderá propiciar boas orientações para o início da implementação do RI. O estudo escolhe a corrente ética da teoria do stakeholder para explicar as conclusões. Aplica o Modelo de <i>Laughlin's</i> (1991) da mudança organizacional para explorar o progresso nas divulgações das áreas analisadas.
Relato integrado, materialidade e sustentabilidade	Beske; Hausteijn; Lorson (2020)	Avaliar as divulgações da análise de materialidade em RI e RS através das lentes das teorias de legitimidade e do stakeholder.	Análise da materialidade num movimento em crescimento. No entanto, as empresas somente divulgam uma pequena parte da informação relacionada e falham nas explicações dos métodos para os stakeholder e na identificação dos tópicos. Através da lente da teoria da legitimidade, a análise da materialidade pode ser indevidamente utilizada para definir o conteúdo do relato sem considerar os interesses de grupos legítimos de <i>stakeholder</i> e, portanto, não melhora o relato para esses grupos.

Relato integrado, materialidade, determinantes	Gerwanski; Kordsachia; Velte (2019)	Analisa os determinantes da qualidade da informação de materialidade divulgada no relato integrado.	A qualidade da informação de materialidade divulgada no RI é positivamente associada aos efeitos de aprendizagem, diversidade de género e GFRI. A legibilidade do RI nas empresas cotadas no <i>Dow Jones Sustainability Index</i> , não afeta a qualidade da informação de materialidade divulgada no RI.
Relato integrado, materialidade, julgamento	Green; Cheng (2019)	Relata uma experiência conduzida para analisar os julgamentos dos auditores sobre a materialidade de informação de desempenho não financeiro no contexto do RI; uma área na qual os auditores não têm um conjunto de orientações ou indicadores bem estabelecidos.	Apresenta evidência de que enquanto os auditores consideram uma incorreta informação de desempenho não financeiro de reduzida relevância estratégica menos material do que uma incorreta informação de desempenho não financeiro de elevada relevância estratégica, somente efetuam esta distinção quando o mapa estratégico está presente. A importância de compreender a forma como os fatores qualitativos afetam o julgamento da materialidade em contratos de GF é refletido no facto de que as empresas de auditoria vêm essas GF como normais.
Relato integrado, perceções dos gestores	Perego; Kennedy; Whiteman (2016)	Revisão da literatura sobre o RI. Apresenta a sensibilidade de três especialistas chave na implementação das práticas do RI ao nível global através de entrevistas semiestruturadas.	Os especialistas analisam o mercado do RI como fragmentado e acreditam que a maioria das empresas atualmente detêm uma fraca compreensão do valor do RI para o negócio.
Relato integrado, práticas no setor bancário no Bangladesh	Mohammad (2019)	A pesquisa efetua uma revisão crítica da literatura nas práticas do RI e do RS. Procura desenvolver um modelo de analisar possíveis determinantes do RI nos relatos anuais.	O estudo sugere que muito poucos bancos tomaram iniciativas de divulgação dessa informação nos seus relatos anuais. Utilizando análise de conteúdo, concluiu que em 2017 as empresas começaram a divulgar informação não financeira relacionada com o ambiente, sociedade e governação juntamente com a informação financeira. No entanto, é sentido que as empresas ainda divulgam esta informação de forma não integrada, como parte do relatório do governo societário ou RS, em vez de ligarem essa informação à informação financeira divulgarem RI.
Relato integrado, profissionais de contabilidade e a criação de valor a iniciativas de sustentabilidade	Ballou; Casey; Grenier; Heitger (2012)	Estudar a ligação entre o conhecimento dos contabilistas e a integração estratégica de iniciativas de sustentabilidade em três áreas de especialidade: identificação e mensuração do risco, relato financeiro e auditoria e GF independente.	Os profissionais da contabilidade raramente estão envolvidos em iniciativas de sustentabilidade, mas o seu envolvimento é muito associado à integração estratégica. A utilização do conhecimento dos contabilistas na identificação e mensuração do risco, relato financeiro e auditoria / GF independente está muito associado com a integração de estratégias de iniciativas de sustentabilidade.

Relato integrado, qualidade da informação divulgada	Rivera-Arrubla; Zorio-Grima; Garcia-Benau (2017)	Pretende analisar o RI para avaliar o nível de informação divulgada, explorar tendências os determinantes.	O nível de divulgações dos RI divulgados no IIRC's " <i>pilot programme members</i> " alcança níveis médios de divulgações. De acordo com o index dos autores, o nível de divulgações é associado de forma significativa com o ambiente específico das empresas (ex: região e indústria), GF do relato e publicação no sítio da internet do IIRC.
Relato integrado, qualidade do relato	Malola; Maroun (2019)	Desenvolve uma forma de medir a qualidade do RI e explora possíveis determinantes de relatos de elevada qualidade a partir de uma amostra de empresas de grande dimensão em 2015 e 2016.	Conclui que, enquanto que o RI está bem implementado na Africa do Sul, existe ainda espaço para melhorias. A maioria das divulgações são qualitativas e simbólicas em vez de quantitativas e substantivas. Uma combinação dos testes <i>Kruskal-Wallis</i> e <i>Mann-Whitney U-tests</i> , mostra que as empresas com maior qualidade no RI são aquelas que investem em complementar o seu RI com um SR e que têm o seu relato sujeito a GR externa. A dimensão das empresas, impacto social e ambiental, o comité de sustentabilidade e conformidade com o GRI não influencia necessariamente a qualidade do relato. Estas conclusões, sugerem que, à medida que o RI amadurece, os fatores externos contribuem menos para a qualidade do relato e o processo interno torna-se mais relevante.
Relato integrado, relação entre a evolução da informação financeira e não financeira	Andreu; Ortiz-Martinez (2018)	Estuda a relação entre a informação financeira e a informação não financeira em Espanha (<i>benchmark</i> na Europa). Estuda a evolução no RS em Espanha e avalia se existe alguma relação entre essa evolução e a performance financeira das empresas.	Existe uma tendência para a divulgação de RI, o relato está a evoluir de RS para o RI, quase todas as empresas aplicam a norma do GRI com GF limitada ou moderada e solicitam essa GF a uma <i>Big 4</i> . A evolução dos rendimentos por ação e dos dividendos por ação (DPS) é moderada relativamente ao RS com uma relação positiva entre a última versão da GRI e o nível combinado de GF.
Relato integrado, setor público	Nicolo; Zanellato; Manes-Rossi; Tiron-Tudor (2020)	Contribui para o estudo das práticas de RI no setor público, com foco nas empresas detidas pelo estado - organizações situadas na fronteira entre o setor público e privado.	Demonstra um cumprimento com os requisitos da estrutura do RI e identifica a dimensão, a sensibilidade social e ambiental e a concisão como fatores determinantes.
Relato integrado, sua disseminação	Adhariani; de Villiers (2019)	Analisa a perspectiva dos utilizadores, preparadores e outros <i>stakeholders</i> (utilizadores, auditores, investidores, analistas, académicos e outros) para determinar se a Indonésia está pronta para o movimento do RI.	Existe um conhecimento limitado relativo ao RI, mas um elevado nível de interesse. Os preparadores do relato empresarial paradoxalmente afirmam que conseguem ver os benefícios do RI, no entanto, estão relutantes em aplicá-lo.

Relato integrado, valor de mercado	Landau; Rochell; Klein; Zwergel (2020)	Analisa a relevância do RI no valor de mercado das empresas de a influência de certas características tais como a GF.	Os resultados apoiam a escola preocupada com os custos, através da apresentação de uma influência negativa com o valor de mercado. No entanto, uma vez que o efeito negativo é mitigado pela qualidade dos relatórios, o estudo sugere que a qualidade do relato é importante para a avaliação de mercado.
Relato integrado, XBRL-integrated reports, reporte digital	Seele, P (2016)	Propõe o conceito do relato digitalmente unificado (“ <i>digitally unified reporting</i> ”).	Propõe um novo modelo de relato, o relato digitalmente unificado (“ <i>digitally unified reporting</i> ”), a partir da análise de duas grandes tendências; o RI do campo da sustentabilidade e a informação unificada baseada no “XBRL- <i>integrated reports</i> ” como estabelecido no relato financeiro através da utilização da norma digital XBRL (<i>eXtensible Business Reporting Language</i>) que aborda estes temas..

Por último, são apresentados 7 estudos cuja principal referência diz respeito ao relato de sustentabilidade. Em concreto, estes estudos efetuam as seguintes abordagens: relato de sustentabilidade, relato de sustentabilidade integrado, relato de sustentabilidade e a auditoria interna, relato de sustentabilidade e o compromisso das partes interessadas (*Stakeholder engagement*), relato de sustentabilidade e a credibilidade do relato, determinantes do relato de sustentabilidade e Relato de sustentabilidade nos países da UE.

Na Tabela 15 é apresentada a síntese dos artigos com ênfase nos temas antes referidos.

Tabela 15: Temática - Relato de Sustentabilidade, Autores, Objetivos e Conclusões

Foco de estudo	Autores	Objetivos	Conclusões
Relato de sustentabilidade	Stolowy; Paugam (2018)	Analisa a forma como a informação não financeira é definida e se tem expandido nos últimos anos.	Crescimento significativo na divulgação de informação não financeira, em particular entre 2006 e 2011. Esta mudança parece ser conduzida pela divulgação de novos elementos referentes ao desempenho e estratégica ambiental e de capital humano. As empresas do <i>index</i> da bolsa de valores Americana têm menor probabilidade de divulgar informação de sustentabilidade, enquanto empresas do <i>index</i> das bolsas de valores europeias, são mais propensas a relatar essa informação.

Relato de sustentabilidade integrado	Krausche; Pilz (2018)	Apresentar o desenvolvimento de um relato de sustentabilidade integrado. Desenvolvimento de critério para o relato, envolvimento das universidades e GF de qualidade.	Um pré-requisito da preparação de um RS é que a universidade desenvolva um entendimento comum da sustentabilidade. Apresentação de uma estrutura de relato que é autoexplicativo.
Relato de sustentabilidade, auditoria interna	Ackers (2016)	Analisar o papel da auditoria interna na GF do RS quando a GF é obrigatória (África do Sul, King III). Análise exploratória da função da Auditoria interna e do relato de sustentabilidade na África do Sul.	A auditoria interna propicia GF interna ao RS apoiando os utilizadores internos da informação a melhorarem a qualidade das práticas do RS. A confiança dos utilizadores externo no RS não é diretamente influenciada pela auditoria interna.
Relato de sustentabilidade, compromisso das partes interessadas (<i>Stakeholder engagement</i>)	Romero; Ruiz; Fernandez-Feijoo (2018)	Comparação dos objetivos da informação de sustentabilidade nos três principais modelos: relato anual (dirigido aos <i>shareholders</i>), relato de sustentabilidade (dirigido aos stakeholders), e relato integrado (dirigido aos <i>shareholders</i>)	As empresas que divulgam RS ou RI propiciam uma maior qualidade da informação do que as empresas que incluem a sua informação de sustentabilidade no relato anual. Os RS são elaborados com maior qualidade que os RI. Conclusões obtidas indicam que as empresas em Espanha estão comprometidas com o diálogo com todos os stakeholders, não somente os investidores.
Relato de sustentabilidade, credibilidade do relato	Abernathy; Stefaniak; Wilkins; Olson (2017)	Incrementar a credibilidade do relato CSR.	Identifica tendências para melhorar a credibilidade do relato CSR: GF CSR, RI, normativos de relato do CSR, regulamentação CSR.
Relato de sustentabilidade, determinantes	Hahn; Kuhnen (2013)	Identificar os determinantes do RS que são analisados na literatura e identificar inconsistências, gap e oportunidades de pesquisas futuras.	Revisão da literatura na GF do RS. Análise das dificuldades operacionais do processo, impulsionadores e obstáculos. Identificação dos fatores para a procura.
Relato de sustentabilidade, países da UE	Hąbek; Wolniak (2016)	Apresentar o atual estado do relato CSR em estados-membros selecionados (Dinamarca, Suécia, França, Reino Unido, Holanda e Polónia) e identificar as diferenças na qualidade e nível destas práticas, tendo em consideração os modelos de divulgação de informação voluntária e obrigatória.	A qualidade dos relatos estudados é no geral baixa. No que diz respeito aos componentes; a relevância da informação apresentada nos relatos apresenta um nível superior que a sua credibilidade; a obrigação legal de divulgar CSR tem um efeito positivo na qualidade do relato. A auditoria externa não é muito popular entre as empresas que divulgam esta informação. Somente 25% dos relatórios analisados tinham GF externa o que teve um impacto direto na qualidade do relato.

4.2. Caracterização das teorias subjacentes ao tema da GFRI

Neste ponto, procura-se responder à questão de investigação: QI 1.2 Que teorias foram utilizadas no desenvolvimento dos estudos referentes ao RI e à GFRI?

No que a este tema, as teorias utilizadas, diz respeito, verifica-se a referência a diversas teorias que serão apresentadas de seguida, com particular incidência em quatro teorias. A saber, a teoria da agência, a teoria institucional, a teoria da legitimidade e a teoria do *stakeholder*. Adicionalmente, embora com menor incidência, encontra-se também referência a outras onze teorias que consistem nas seguintes: teoria da sinalização, teoria da divulgação voluntária, teoria instrumental, *theory of the twin track approach*, *media richness theory*, Teoria da difusão da inovação, teoria da sinalização, *framing theory*, teoria da dependência de recursos, enquadramento teórico múltiplo e *cognitive cost theory*.

Na Tabela 16 são apresentados os autores que nos seus artigos referem as diversas teorias subjacentes ao estudo da garantia de fiabilidade no relato integrado.

Tabela 16: Teorias subjacentes à GFRI e estudos referenciados

Teoria	Estudo (Autor)
Teoria da agência	Briem; Wald (2018)
	Brown-Liburd; Zamora (2015)
	Haji; Anifowose (2016)
	Maroun (2018)
	Maroun (2019)
	Does ext. assurance contribute to higher quality IR? Wang; Zhou; Wang (Early Access)
Teoria institucional	Briem; Wald (2018)
	Fernandez-Feijoo; Romero; Ruiz (2015)
	Hahn; Kuhnen (2013)
	Rivera-Arrubla; Zorio-Grima; Garcia-Benau (2017)
Teoria da legitimidade	Vaz; Fernandez-Feijoo; Ruiz (2016)
	Abernathy; Stefaniak; Wilkins; Olson (2017)
	Fernandez-Feijoo; Romero; Ruiz (2015)
	Hahn; Kuhnen (2013)
	Haji; Anifowose (2016)
	Wang; Zhou; Wang (Early Access)
Teoria do Stakeholder	Beske; Haustein; Lorson (2020)
	Abernathy; Stefaniak; Wilkins; Olson (2017)
	Ackers (2016)
	Beske; Haustein; Lorson (2020)
	Fernandez-Feijoo; Romero; Ruiz (2015)
	Hahn; Kuhnen (2013)
Teoria da sinalização	Vaz; Fernandez-Feijoo; Ruiz (2016)
	Wang; Zhou; Wang (Early Access)
Teoria da divulgação voluntária	Hahn; Kuhnen (2013)
Teoria instrumental	Simnett; Huggins (2015)
Teoria instrumental	Ackers (2016)
<i>Theory of the twin track approach</i>	Seele (2016)
<i>Media richness theory</i>	Lodhia; Stone (2017)
Teoria da difusão da inovação	Briem; Wald (2018)
Teoria da sinalização	Maroun (2018)
<i>Framing theory</i>	Maroun (2019) Exploring the rationale for integrated report assurance
Teoria da dependência de recursos	Wang; Zhou; Wang (Early Access)
Enquadramento teórico múltiplo	Wang; Zhou; Wang (Early Access)
<i>Cognitive cost theory</i>	Reimsbach; Hahn; Gurturk (2018)

Procedendo a uma análise mais detalhada de cada uma das teorias mencionadas, serão apresentados os artigos nos quais estas são mencionadas sendo realizada uma síntese dos aspetos abordados e da caracterização e enquadramento realizado por cada autor dos artigos em análise.

No que concerne à teoria da agência (*agency theory*), Brown-Liburd e Zamora (2015) referem que uma informação que foi sujeita a garantia de fiabilidade reduz a assimetria da informação entre os principais e os agentes, melhorando a perceção dos utilizadores de maior credibilidade da informação. A este respeito, também Briem e Wald (2018) indicam a relevância de garantia de fiabilidade como forma de redução da assimetria e aumento da transparência da informação. Refira-se que a divulgação voluntária de garantia de fiabilidade reduz o custo de pesquisa de informação por parte dos investidores permitindo desta forma uma redução do custo do capital e um incremento no valor da organização. Os utilizadores da informação percebem a informação sujeita a auditoria como mais credível do que informação não auditada (Brown-Liburd & Zamora, 2015). Segundo Haji e Anifowose (2016), num estudo sobre o enquadramento e a ação do comité de auditoria, é referido que as teorias com uma abordagem de carácter económico preveem uma associação positiva entre a função desenvolvida pelo comité de auditoria e a qualidade do reporte das organizações. Desta forma, a teoria da agência perspetiva a função do comité de auditoria como uma unidade independente de monitorização com o objetivo de garantir a fiabilidade da informação financeira e não financeira divulgada pelas empresas. A ideia central da teoria da agência é a de que um comité independente de auditoria deteta, ou pelo menos reduz, as práticas de divulgação de informação com cariz fraudulento. De acordo com Maroun (2019), a auditoria externa é um mecanismo de monitorização que incrementa o valor da empresa, uma certificação independente da informação é essencial para garantir a transparência e responsabilidade (*accountability*). O autor refere ainda que a garantia externa de fiabilidade facilita a redução da assimetria da informação entre os gestores e os principais através da melhoria da precisão, completude e fiabilidade das demonstrações financeiras. Wang, Zhou e Wang (2020) preveem uma parceria positiva no sentido em que as organizações com boa governação têm um incentivo para implementar relato de qualidade e auditoria como um meio para acompanhar o comportamento do agente e maximizar o valor para o acionista. Na ligação com a teoria do *stakeholder*, é referido que o surgimento de relato de sustentabilidade, produzido e divulgado de forma

voluntária, desafia a utilidade de teoria da agência na explicação sobre a motivação das atividades e divulgações de sustentabilidade, uma vez que o relato de sustentabilidade é dirigido a um vasto leque de utilizadores, não somente aos detentores do capital (*shareholders*).

Abordando a teoria institucional (*Institutional theory*), é referido que as atividades das organizações não seguem necessariamente a lógica dos negócios, em vez disso, podem responder a expectativas institucionalizadas no seu meio ambiente (Hahn & Kühnen, 2013). Desta forma, a perspectiva da teoria institucional sugere uma convergência entre empresas com recursos e capacidades similares e expostas a um ambiente envolvente comum, concentrando-se esta teoria na influência dos sistemas político, social e económico no desenvolvimento do comportamento das organizações. Ainda de acordo com a teoria institucional no nível organizacional são identificados três tipos de mecanismos de institucionalização: coercivo, normativo e mimético. Desta forma, a contratação e divulgação da garantia de fiabilidade ocorre devido a pressões coercivas, miméticas e normativas, desenvolvendo os auditores o exercício coercivo e/ou pressões normativas. (Briem & Wald, 2018; Rivera-arrubla et al., 2017; Vaz, Fernandez-Feijoo, & Ruiz, 2016). Ainda no contexto da teoria institucional, Fernandez-Feijoo, Romero e Ruiz (2015) referem que as diretivas da União Europeia, através de recomendações, exercem uma pressão que influencia o comportamento das organizações perante o tema da garantia de fiabilidade no relato de sustentabilidade. A regulamentação em geral, e em particular a regulamentação específica no que diz respeito ao reporte de responsabilidade social e de sustentabilidade, determina a estrutura institucional, exercendo um papel importante no desenvolvimento do relato de sustentabilidade.

De acordo com a teoria da legitimidade (*legitimacy theory*), o mesmo estudo de Fernandez-Feijoo et al. (2015) refere que as organizações de grande dimensão assim como as que pertencem a setores com grande visibilidade, tal como o financeiro, têm necessidade de demonstrar que são socialmente responsáveis, legitimando dessa forma a sua ação perante a sociedade. Segundo esta teoria, a legitimação económica cresce no mercado de garantia de fiabilidade no relato de sustentabilidade, impulsionado pelas empresas de prestação de serviços de garantia de fiabilidade que promovem a legitimação económica do relato de sustentabilidade através da focalização no valor da garantia de fiabilidade como um mecanismo de controlo (Abernathy, Stefaniak, Wilkins & Olson, 2017). No estudo em que aborda o comité de

auditoria, Haji, AA e Anifowose (2016), referem que enquanto as teoria político-sociais implicam uma relação negativa entre o funcionamento do comité de auditoria e a qualidade da informação divulgada pelas organizações, a teoria da legitimidade, propõe que os mecanismos de governação, incluindo o funcionamento do comité de auditoria, é simbólico por natureza, visando a aquisição / manutenção de legitimidade organizacional. Hahn e Kühnen, (2013) referem que uma organização necessita de obter legitimidade numa ótica de uma "licença social para operar" de forma a aceder ao recursos necessários para desenvolver a sua atividade com sucesso. A teoria da legitimidade sugere que nenhuma organização tem o direito inerente de existir, mas que qualquer atividade empresarial é sujeita a uma maior aceitação garantida pela sociedade. Wang et al. (2020) complementam argumentando que uma organização somente poderá continuar a existir se a sociedade na qual está baseada a sua atividade, percebe que a organização opera de acordo com o sistema de valores que é compatível com o sistema de valores da própria sociedade. Beske, Haustein e Lorson (2020), efetuam a ligação com a teoria do *stakeholder* referindo que enquanto a teoria da legitimidade destaca um amplo contrato social, a teoria do *stakeholder* concentra-se nos *stakeholders* mais influentes como audiência mais relevante.

Continuando na senda da teoria do *stakeholder*, Abernathy, Stefaniak, Wilkins e Olson (2017) referem que um conceito fundamental das atividades de Responsabilidade Social (RS) das empresas, é que estas afetam diversos constituintes, não somente os detentores do capital. Desta forma, a gestão deverá desenvolver a atividade das empresas de forma a defender os interesses dos diversos utilizadores da informação. Por outro lado, Ackers (2016) refere a primazia dos utilizadores da informação, argumentando que as empresas devem agir de forma responsável perante os seus *stakeholders* acerca dos impactos não financeiros das suas operações, referindo ainda ser assumido que os *stakeholders* legítimos das organizações requerem que a informação divulgada de cariz social, ambiental e económica seja sujeita a garantia de fiabilidade independente. Beske (2020) refere que enquanto a teoria da legitimidade dá ênfase ao amplo contrato da empresa com a sociedade, a teoria do *stakeholder*, concentra-se nos *stakeholders* com maior poder enquanto audiência mais relevante. Fernandez-feijoo et al. (2015) indicam que um conceito fundamental das atividades de responsabilidade social das empresas, é que estas afetam diversos constituintes, não somente os detentores do capital. Desta forma, a gestão deverá desenvolver a atividade das empresas de forma a defender um vasto leque de

utilizadores. Neste sentido, é sugerido por Hahn e Kühnen (2013) que as organizações deverão ter em consideração as diferentes expectativas e perspectivas de um vasto leque de constituintes que têm interesse nas atividades desenvolvidas por essas organizações, sendo que os gestores necessitam de reconhecer as mudanças no ambiente dos utilizadores internos e externos da informação. Wang et al. (2020) complementam referindo que os gestores deverão atender às necessidades de todos os *stakeholders* (por exemplo, empregados, clientes, fornecedores, comunidade local, autoridades públicas) os quais podem influenciar os resultados das empresas. De outra forma, caso o foco seja somente sobre a maximização do valor dos detentores do capital, os *stakeholders* não financeiros poderão suspender ou retirar o seu apoio às empresas. Para completar a abordagem desta teoria, refira-se que a teoria do *stakeholder* é utilizada para analisar a criação de valor a nível da organização resultante das ações dos esforços coletivos descritos no relato integrado (Vaz et al., 2016).

Referindo a teoria da sinalização, Hahn e Kühnen (2013) argumentam que em situações em que existe distribuição assimétrica da informação, uma entidade procura transmitir informação fidedigna sobre si mesma a um segundo interlocutor. Simnett e Huggins (2015) referem a teoria da divulgação voluntária indicando que uma consequência da divulgação de informação voluntária e da resultante redução das assimetrias na informação, consiste num aumento da confiança dos investidores e um crescimento na entrada de capital financeiro o qual tem o potencial de reduzir o custo do capital. Ackers (2016) indica que a teoria instrumental (*instrumental theory*) acomoda os interesses dos *stakeholders*, mas somente até ao ponto em que estes auxiliam as organizações a alcançar sucesso a longo prazo para o benefício dos detentores do capital (*shareholders*), podendo no entanto ser argumentado que as teorias dos *shareholder* e dos *stakeholder* não são mutuamente exclusivas e não existem separadamente mas em conjunto. Seele (2016) introduz a *theory of the twin track approach*, referindo que o reporte unificado digital proposto no seu estudo, é definido, apresentado e posicionado como uma “abordagem dupla” ao relatório de sustentabilidade o qual proporciona a perspectiva de fora para dentro (*inside-in*) e de dentro para fora (*inside-out*) na gestão e no relato de sustentabilidade.

Lodhia e Stone (2017), no seu estudo abordam a *media richness theory* referindo que o enquadramento da referida teoria diferencia entre a *rich and lean media*. A *rich media* é

apropriada para transmitir informação potencialmente ambígua que acompanha o desenvolvimento de missões/tarefas complexas e bastante ambíguas. Em contraste, a *lean media*, é adequada para comunicar informação bem definida e não ambígua necessária a desenvolver simples e inequívocas missões/tarefas. Os critérios para determinar a *rich media* são quatro: imediatismo, variedade linguística, múltiplas sugestões e fonte pessoal. Utilizando a teoria da difusão da inovação (*diffusion of innovations theory*), Briem e Wald (2018) referem que a garantia de fiabilidade é importante porque permite a ponderação das vantagens e das desvantagens na fase da decisão. Os auditores desenvolvem um papel de agentes de mudança promovendo e propiciando suporte para a garantia de fiabilidade do relato integrado.

Maroun (2018) indica que a teoria da sinalização (*signaling theory*) sugere que incorrer em custos com os serviços de garantia de fiabilidade remete para os utilizadores da informação de sustentabilidade que a organização está comprometida com reporte de elevada qualidade. A base para esta assunção, está no custo elevado dos serviços de garantia de fiabilidade e no facto de que estes somente são incorridos quando uma organização elabora e divulga relato genuíno.

O referido autor, Maroun (2019b), apresenta a *Framing theory* referindo que a mesma foi largamente aplicada nas ciências sociais nas quais tarefas fundamentais de enquadramento (*core framing tasks*) são utilizadas para explicar o modo como os movimentos sociais identificam os problemas, propõem soluções e conduzem à mudança. No ambiente da contabilidade, a teoria foi utilizada com sucesso como uma ferramenta para analisar a forma como os administradores lidam com certos ambientes de incerteza nos negócios, o desenvolvimento de práticas de contabilidade ambiental específicas e de diferentes interpretações de qualidade de auditoria interna. A *framing theory* é útil para estabelecer ligações com conceitos sociais para os quais existem diversas interpretações e para processos de mudança que são complexos e difíceis de entender. A base do processo de enquadramento (*core framing processes*) propicia um esquema estruturado para dar sentido a temas complexos dividindo-os em problemas específicos ou interpretações que se prestam a propor soluções. É ainda referido que a *framing theory* é utilizada como uma ferramenta de análise para organizar diferentes perspetivas e abordagens na fundamentação da divulgação de garantia de fiabilidade sobre a informação constante no relato integrado. A teoria apresenta três fases, a análise da forma como as entidades elaboram o serviço de garantia de fiabilidade de determinada informação (*diagnostic framing*), de que modo as normas profissionais necessitam de se

desenvolver para preencher os requisitos da garantia de fiabilidade (*prognostic framing*) e a base para a justificação da decisão de obter informação incluída no relato integrado sujeita a garantia de fiabilidade (*motivational framing*). Para concluir esta abordagem, indica-se ainda que a *framing theory* é utilizada por proporcionar uma narrativa mais estruturada das motivações para solicitar a obtenção de parte da informação constante no relato integrado sujeita a garantia de fiabilidade independente e para desenvolver um modelo conceptual que permita explicar a interconexão entre a decisão de contratar um prestador externo de garantia de fiabilidade, as modificações às práticas atuais de desenvolver a garantia de fiabilidade e as diferentes conceptualizações da natureza da garantia de fiabilidade.

Wang et al. (2020) abordam a teoria da dependência de recursos e o enquadramento teórico múltiplo. Referem que a teoria da dependência de recursos (*Resource dependence theory*) apresenta o pressuposto de que o relato de responsabilidade social constitui um recurso, ou uma capacidade, que poderá conduzir a uma vantagem competitiva sustentável. Adicionalmente, tendo em consideração a natureza multifacetada do relato integrado e do governo societário, assim como as limitações de cada teoria, é reunido e utilizado por estes autores o enquadramento teórico múltiplo (*multi-theoretical framework*) para propiciar uma base mais rica para o entendimento do relato integrado.

Por último, Reimsbach, Hahn e Gürtürk (2018) referem que a aplicação da *cognitive cost theory* e do princípio de compatibilidade de proximidade à análise do relato conjunto e do relato separado, sugere que a aquisição da informação relacionada com a sustentabilidade quando um investidor toma as decisões sobre investimentos baseados num relato integrado implica um custo cognitivo mais baixo para o decisor, do que quando o julgamento/decisão, é baseado num relato separado da informação financeira e da informação não financeira.

É apresentada de seguida a Tabela 17 com uma síntese dos aspetos abordados neste capítulo.

Tabela 17: Síntese das teorias subjacentes à GFRI

Teoria	Estudo (Autor)	Aspetos relevantes
Teoria da agência	Briem; Wald (2018)	A garantia de fiabilidade externa reduz a assimetria da informação e aumenta a transparência.
Teoria da agência	Brown-Liburd; Zamora (2015)	A divulgação de garantia de fiabilidade reduz a assimetria da informação entre principal e agente e melhora a perceção da fiabilidade pelos utilizadores.
Teoria da agência	Brown-Liburd; Zamora (2015)	A divulgação de garantia de fiabilidade reduz o custo de pesquisa dos investidores, permite a redução do custo do capital e o incremento no valor da empresa. Os utilizadores da informação percecionam a informação auditada como mais credível.
Teoria da agência	Haji; Anifowose (2016)	Perspetiva a função do comité de auditoria como uma unidade independente com o objetivo de garantir a fiabilidade da informação divulgada pelas empresas e detetar as práticas fraudulentas.
Teoria da agência	Maroun (2018)	A auditoria externa é um mecanismo de monitorização que incrementa o valor da empresa e garante a transparência e responsabilidade.
Teoria da agência	Maroun (2019) Does ext. assurance contribute to higher quality IR?	A garantia de fiabilidade facilita a redução da assimetria da informação entre os gestores e os principais através da melhoria da fiabilidade.
Teoria da agência	Wang; Zhou; Wang (Early Access)	As organizações com boa governação têm um incentivo para implementar relato de qualidade e auditoria para acompanhar o comportamento do agente e maximizar o valor para o acionista.
Teoria institucional	Briem; Wald (2018)	Contratar a garantia de fiabilidade: pressões coercivas, miméticas e normativas. Atividade dos auditores: Exercício coercivo e pressões normativas.
Teoria institucional	Fernandez-Feijoo; Romero; Ruiz (2015)	As diretivas da União Europeia, exercem uma pressão que influencia o comportamento das organizações perante o tema da garantia de fiabilidade.
Teoria institucional	Hahn; Kuhnen (2013)	As atividades das organizações não seguem necessariamente a lógica dos negócios, podendo responder a expetativas institucionalizadas.
Teoria institucional	Rivera-Arrubla; Zorio-Grima; Garcia-Benau, (2017)	Convergência entre empresas com recursos e capacidades similares e expostas a um ambiente envolvente comum.

Teoria institucional	Vaz; Fernandez-Feijoo; Ruiz (2016)	Influência dos sistemas político, social e económico no desenvolvimento do comportamento das organizações.
Teoria institucional	Vaz; Fernandez-Feijoo; Ruiz (2016)	No nível organizacional são identificados três tipos de mecanismos de institucionalização: coercivo, normativo e mimético.
Teoria da legitimidade	Abernathy; Stefaniak; Wilkins; Olson (2017)	A legitimação económica cresce no mercado de garantia de fiabilidade no relato de sustentabilidade, impulsionado pelas empresas de prestação de serviços de garantia de fiabilidade que promovem a legitimação económica do relato de sustentabilidade.
Teoria da legitimidade	Fernandez-Feijoo; Romero; Ruiz (2015)	As organizações de grande dimensão e as que pertencem a setores com grande visibilidade, têm necessidade de demonstrar a sua responsabilidade social, legitimando a sua ação perante a sociedade.
Teoria da legitimidade	Hahn; Kuhnen (2013)	Uma organização necessita de obter legitimidade numa ótica de uma "licença social para operar" de forma a aceder aos recursos necessários para desenvolver a sua atividade com sucesso.
Teoria da legitimidade	Haji; Anifowose (2016)	A teoria da legitimidade, propõe que os mecanismos de governação, são simbólicos por natureza, visando a aquisição / manutenção de legitimidade.
Teoria da legitimidade	Wang; Zhou; Wang (Early Access)	Uma organização somente poderá continuar a existir se a sociedade na qual está baseada a sua atividade, perceciona que opera de acordo com o sistema de valores compatíveis com o da própria sociedade.
Teoria da legitimidade /Teoria do stakeholder	Beske; Haustein; Lorson (2020)	Enquanto a teoria da legitimidade destaca um amplo contrato social, a teoria do <i>stakeholder</i> concentra-se nos <i>stakeholders</i> mais influentes.
Teoria do Stakeholder	Abernathy; Stefaniak; Wilkins; Olson (2017)	A gestão deverá desenvolver a atividade das empresas de forma a defender os interesse dos diversos utilizadores da informação.
Teoria do Stakeholder	Ackers (2016)	Os <i>stakeholders</i> legítimos das organizações requerem que a informação de sustentabilidade divulgada seja sujeita a garantia de fiabilidade independente.
Teoria do Stakeholder	Ackers (2016)	As empresas deverão agir de forma responsável perante os seus <i>stakeholders</i> no que concerne ao impacto não financeiro das suas operações.
Teoria do Stakeholder	Beske; Haustein; Lorson (2020)	A teoria do <i>stakeholder</i> , concentra-se nos <i>stakeholders</i> com maior poder.

Teoria do <i>Stakeholder</i>	Fernandez-Feijoo; Romero; Ruiz (2015)	A gestão deverá desenvolver a atividade das empresas de forma a defender um vasto leque de utilizadores.
Teoria do <i>Stakeholder</i>	Hahn; Kuhnen (2013)	As organizações deverão ter em consideração as diferentes expectativas de um vasto leque de constituintes que têm interesse nas suas atividades.
Teoria do <i>Stakeholder</i>	Vaz; Fernandez-Feijoo; Ruiz (2016)	Teoria utilizada para analisar a criação de valor na organização resultante das ações dos esforços coletivos descritos no relato integrado.
Teoria do <i>Stakeholder</i>	Wang; Zhou; Wang (Early Access)	Os gestores deverão atender às necessidades de todos os <i>stakeholders</i> (por ex.: empregados, clientes, fornecedores, comunidade local, autoridades) os quais podem influenciar os resultados das empresas.
Teoria da sinalização	Hahn; Kuhnen (2013)	Em situações em que existe distribuição assimétrica da informação, uma entidade procura transmitir informação fidedigna sobre si mesma.
Teoria da divulgação voluntária	Simnett; Huggins (2015)	Uma consequência da divulgação de informação voluntária, consiste num aumento da confiança dos investidores e um crescimento na entrada de capital que poderá reduzir o custo do capital.
Teoria instrumental	Ackers (2016)	Acomoda os interesses dos <i>stakeholders</i> até ao ponto em que auxiliam organizações a alcançar sucesso a longo prazo para o benefício dos detentores capital.
<i>Theory of the twin track approach</i>	Seele (2016)	O reporte unificado digital, é apresentado como uma “abordagem dupla” ao relatório de sustentabilidade o qual proporciona a perspetiva de fora para dentro (<i>inside-in</i>) e de dentro para fora (<i>inside-out</i>).
<i>Media richness theory</i>	Lodhia; Stone (2017)	Diferencia entre a <i>rich and lean media</i> . A <i>rich media</i> é apropriada para transmitir informação potencialmente ambígua. Em contraste, a <i>lean media</i> , é adequada para comunicar informação bem definida e não ambígua.
Teoria da difusão da inovação	Briem; Wald (2018)	A garantia de fiabilidade é importante porque permite a ponderação das vantagens e desvantagens na fase da decisão. Os auditores desenvolvem um papel de agentes de mudança propiciando suporte para a GFRI.
Teoria da sinalização	Maroun (2018)	Sugere que incorrer em custos com a garantia de fiabilidade remete para os utilizadores da informação de sustentabilidade que a organização está comprometida com reporte de elevada qualidade.

<i>Framing theory</i>	Maroun (2019) Exploring the rationale for integrated report assurance	Apresenta três fases, a análise da forma como as entidades elaboram o serviço de garantia de fiabilidade de determinada informação, de que modo as normas profissionais necessitam de se desenvolver para preencher os requisitos da garantia de fiabilidade e a base para a justificação da decisão de obter informação sujeita a garantia de fiabilidade.
<i>Framing theory</i>	Maroun (2019) Exploring the rationale for integrated report assurance	Desenvolver um modelo conceptual para explicar a interconexão entre a decisão de contratar um prestador de garantia de fiabilidade, as modificações às práticas atuais e as diferentes conceptualizações da natureza da garantia de fiabilidade.
Teoria da dependência de recursos	Wang; Zhou; Wang (Early Access)	Apresenta o pressuposto de que o relato de responsabilidade social constitui um recurso e poderá conduzir a uma vantagem competitiva sustentável.
Enquadramento teórico múltiplo	Wang; Zhou; Wang (Early Access)	Tendo em consideração a natureza multifacetada do relato integrado e do governo societário, é reunido e utilizado o enquadramento teórico múltiplo para propiciar melhor entendimento do relato integrado.
<i>Cognitive cost theory</i>	Reimsbach; Hahn; Gurturk (2018)	Pela aplicação da <i>cognitive cost theory</i> e do princípio de compatibilidade de proximidade à análise do relato conjunto e do relato separado, é sugerido que a aquisição da informação relacionada com a sustentabilidade implica um custo cognitivo mais baixo quando um investidor toma as decisões baseado num relato integrado.

Em resposta à questão de investigação: QI 1.2 Que teorias foram utilizadas no desenvolvimento dos estudos referentes ao RI e à GFRI? pretendeu-se neste ponto efetuar um enquadramento das teorias abordadas nos estudos objeto de análise e que incidem sobre a temática do relato integrado, da garantia de fiabilidade no relato integrado ou no relato de sustentabilidade. Pelo exposto, pode-se concluir que as teorias com aplicação mais ampla nestas temáticas são as indicadas em primeiro lugar: teoria da agência, teoria institucional, teoria da legitimidade e teoria do *Stakeholder*. No entanto, embora com uma aplicação menos ampla, as teorias adicionais referidas de teoria da sinalização, teoria da divulgação voluntária, teoria instrumental, *theory of the twin track approach*, *rich and lean media theory*, teoria da difusão da inovação, teoria da sinalização, *framing theory*, teoria da dependência de recursos,

enquadramento teórico múltiplo e cognitive cost theory, poderão enriquecer o desenvolvimento desta área do conhecimento tão desafiante da GFRI.

4.3. Evolução da referência na literatura a Garantia de Fiabilidade, Determinantes e Educação

Neste ponto, procura-se responder à questão de investigação:

QI 1.3 De que forma evoluiu a abordagem na literatura a Garantia de Fiabilidade, Determinantes e Educação?

Para desenvolver a análise foram analisados os conteúdos dos artigos em estudo e verificadas as referências aos temas base dos estudos presentes neste trabalho. É de referir que algumas dessas ocorrências dizem respeito a designações constantes na lista de referências bibliográficas. Na Tabela 18, apresentam-se os resultados da consulta efetuada a todos os artigos procurando determinar o número de vezes em que era efetuada a referência aos termos: Garantia de Fiabilidade, Determinantes e Educação.

Tabela 18: Evolução da referência na literatura a Garantia de Fiabilidade, Determinantes e Educação

Autores	Ano de publicação	GFRI	Determinantes	Educação
Caglio; Melloni; Perego (Early Access)	Early Access	147	1	4
Hoang; Phang (Early Access)	Early Access	289	0	0
Nicolo; Zanellato; Manes-Rossi; Tiron-Tudor (Early Access)	Early Access	19	6	0
Prinsloo; Maroun (Early Access)	Early Access	402	6	0
Richard; Odendaal (Early Access)	Early Access	218	4	0
Wang; Zhou; Wang (Early Access)	Early Access	82	4	1
Beske; Haustein; Lorson (2020)	2020	5	6	0
Gal; Akisik (2020)	2020	98	1	0
Kilic; Uyar; Kuzey (2020)	2020	149	4	1
Landau; Rochell; Klein; Zwergel (2020)	2020	97	8	1
Adhariani; de Villiers (2019)	2019	12	2	6
Dilling; Caykoylu (2019)	2019	11	18	0
Esch; Schulze; Wald (2019)	2019	3	2	1
Gerwanski; Kordsachia; Velte (2019)	2019	51	20	2

Goicoechea; Gomez-Bezares; Ugarte (2019)	2019	127	1	4
Green; Cheng (2019)	2019	64	0	1
Malola; Maroun (2019)	2019	45	7	0
Maroun (2019)	2019	343	8	1
Maroun (2019)	2019	328	5	2
Mohammad (2019)	2019	9	6	1
Pitrakkos; Maroun (2019)	2019	52	3	0
Rodrigues; Morais (2019)	2019	150	0	6
Romero; Ruiz; Fernandez-Feijoo (2019)	2019	24	5	3
Zhou; Simnett; Hoang (2019)	2019	148	4	1
Andreu; Ortiz-Martinez (2018)	2018	105	4	0
Briem; Wald (2018)	2018	253	4	1
Camodeca; Almici; Sagliaschi (2018)	2018	11	4	0
Chersan; Ignat; Ungureanu; Sandu; Costuleanu; Simeanu; Vintu (2018)	2018	41	0	0
Dilling; Harris (2018)	2018	4	0	1
Engelbrecht; Yasseen; Omarjee (2018)	2018	150	0	1
Kilic; Kuzey (2018)	2018	23	8	1
Krausche; Pilz (2018)	2018	4	0	6
Maroun (2018)	2018	408	26	0
Maroun (2018)	2018	168	0	0
Naynar; Ram; Maroun (2018)	2018	3	1	7
Reimsbach; Hahn; Gurturk (2018)	2018	128	8	2
Steenkamp (2018)	2018	2	0	1
Stolowy; Paugam (2018)	2018	9	6	0
Stubbs; Higgins (2018)	2018	41	2	1
Abernathy; Stefaniak; Wilkins; Olson (2017)	2017	60	2	0
Lodhia; Stone (2017)	2017	5	1	2
Maniora (2017)	2017	18	7	0
Maroun (2017)	2017	208	0	0
Mmako; Van Rensburg (2017)	2017	3	0	0
Reitmaier; Schultze (2017)	2017	2	29	1
Rivera-Arrubla; Zorio-Grima; Garcia-Benau (2017)	2017	26	4	1
Rodrigues; Morais; Ribeiro (2017)	2017	14	0	0
Ackers (2016)	2016	269	1	0
Burke; Clark (2016)	2016	41	0	0
Habek; Wolniak (2016)	2016	3	3	3
Haji; Anifowose (2016)	2016	83	0	1
Perego; Kennedy; Whiteman (2016)	2016	5	2	4
Rivera-Arrubla; Zorio-Grima (2016)	2016	10	0	0

Seele (2016)	2016	10	1	0
Vaz; Fernandez-Feijoo; Ruiz (2016)	2016	11	30	1
Brown-Liburd; Zamora (2015)	2015	134	0	2
Cohen; Holder-Webb; Zamora (2015)	2015	5	1	6
Eccles; Krzus; Ribot (2015)	2015	3	0	1
Fernandez-Feijoo; Romero; Ruiz (2015)	2015	84	22	1
Huggins; Simnett; Hargovan (2015)	2015	18	0	0
Oprisor (2015)	2015	20	0	0
Sierra-Garcia; Zorio-Grima; Garcia-Benau (2015)	2015	79	9	0
Simnett; Huggins (2015)	2015	116	0	0
Hahn; Kuhnen (2013)	2013	26	48	2
Ballou; Casey; Grenier; Heitger (2012)	2012	84	0	2

Efetuada uma análise comparativa ao longo dos anos em que se analisa a literatura, obtemos a Figura 12:

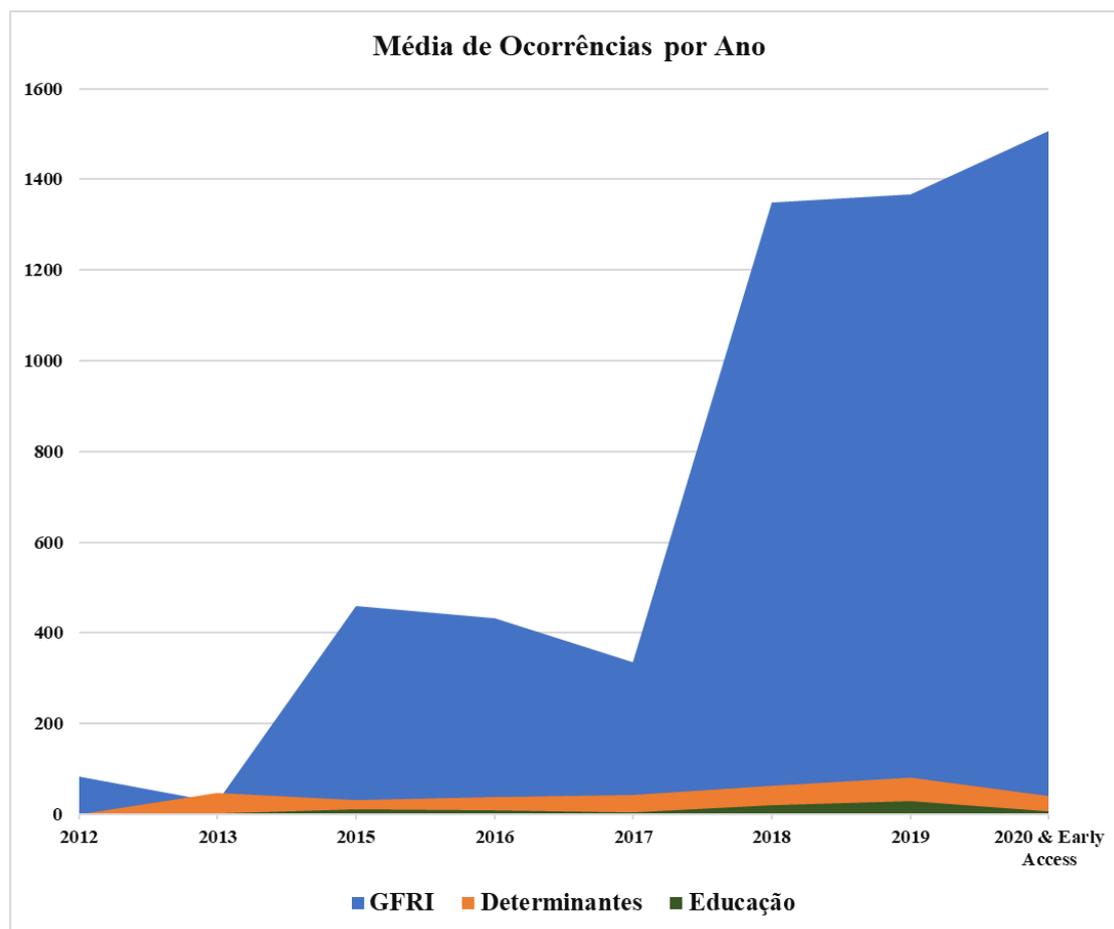


Figura 12: Evolução da referência na literatura a Garantia de Fiabilidade, Determinantes e Educação

Pela análise da Figura 12 antes apresentada, é possível concluir que a referência a assuntos relacionadas com a educação tem sido muito limitada a partir de 2015 sendo praticamente inexistente em 2012, 2013. São limitados os artigos que apresentam referências de maior relevo ao tema. Num estudo em que são apresentados os requisitos de relato voluntário e obrigatório para as universidades Alemãs, e o conceito de RI é desenvolvido a partir dessa base, Kräusche e Pilz (2017) referem que as universidades têm uma particular responsabilidade no que diz respeito ao desenvolvimento da sociedade. É crucial a forma como o tópico da sustentabilidade se está a incorporar na investigação e no ensino, e a forma como tem passado para a sociedade. Ao mesmo tempo, as universidades são chamadas pelos *stakeholders* da sociedade e membros da universidade a contribuírem de forma ativa para o desenvolvimento sustentável. A responsabilidade no que diz respeito à educação para o desenvolvimento sustentável, é uma das tarefas base no âmbito dos 17 objetivos do desenvolvimento sustentável das Nações Unidas.

Segundo Perego, Kennedy e Whiteman (2016), num estudo conduzido com especialistas, estes referem que os académicos poderão contribuir para o desenvolvimento do RI através da educação, em particular educação de executivos. No entanto, as escolas de negócios e gestão não oferecem programas suficientes com conteúdos sobre o RI, em resultado disso, tem surgido a necessidade de programas educacionais sobre o tema, por exemplo o ‘Future Leaders Team’ da *World Business Council For Sustainable Development (WBCSD)*, para preencher a carência de formação específica na área.

Adhariani e de Villiers (2019) defendem que o currículo na área da contabilidade deve evoluir como resposta à evolução do relato, nomeadamente ao RI. A inclusão do tema do RI no curriculum das universidades para educar e preparar os atuais e os futuros preparadores e *stakeholders* do relato das empresas. Os mesmos autores referem que o curriculum de contabilidade já inclui o tema do RI na *Association of Chartered Certified Accountants (ACCA)* e na *Chartered Institute of Management Accountants (CIMA)* desde 2014, no entanto, o ensino superior não inclui ainda o tema RI no curriculum da contabilidade na Indonésia. Sobre o aspeto do ensino e do curriculum das universidades, os autores indicam ainda que os estudantes consideram que a adoção de normas de maior qualidade relativas ao relato de sustentabilidade ou ao relato integrado poderá melhorar a qualidade da informação divulgada. Ainda a nível educacional é referido que os estudantes de contabilidade e auditoria necessitam de ser sujeitos a diferentes tipos de serviços de auditoria, de GF e de modelos de reporte e não somente às

convencionais demonstrações financeiras e auditoria financeira, devendo também ter conhecimentos sobre técnicas de análise qualitativa e não somente quantitativa (Maroun, 2018b, 2019b). No contexto da análise da influencia da educação no *expectation gap*, Naynar et al. (2018) referem que pela análise de auditores e estudantes do ensino superior com diversos níveis académicos em auditoria, foi observado que existem poucas diferenças entre os auditores e estudantes com elevado nível académico e estudantes com menores conhecimentos.

Neste contexto, o estudo da educação associado ao RI e à GF não acompanha a dinâmica dos estudos relacionados com os determinantes e em particular com a garantia de fiabilidade. No estudo três este tema será desenvolvido com a apresentação de uma metodologia de ensino da GFRI no ensino superior.

Pela análise da Figura 12, supra apresentada, torna-se claramente perceptível a grande ênfase de estudos nas áreas da garantia de fiabilidade em particular a partir de 2017 e a manutenção do interesse dos investigadores no tema dos determinantes da informação, do relato e das divulgações efetuadas. A investigação realizada sobre o tema da garantia de fiabilidade encontra-se desenvolvido com maior detalhe no ponto 4.1 Apresentação de temáticas, objetivos e conclusões deste capítulo.

5. Discussão

Segundo Bryman e Bell (2011), a literatura existente representa um elemento importante de toda a pesquisa permitindo determinar o que já é conhecido sobre um determinado tópico, que conceitos, teorias e metodologias de investigação foram aplicadas, quais são as controvérsias existentes e quem são os principais autores que têm contribuído para o estudo do tema. Conforme referido por Hahn & Kühnen (2013), pretende-se responder à questão de quais são as grandes tendências, que relações podem ser estabelecidas com os resultados obtidos nos estudos analisados e quais são os desafios para investigações a desenvolver. Desta forma, através de uma análise qualitativa, que consistiu num processo de análise de conteúdo e bibliométrica da literatura, pretendeu-se responder à questão principal: Q1 1. Que pesquisa já foi elaborada relativamente à GFRI?

Da análise descritiva efetuada, foi possível concluir que as revistas *Sustainability Accounting Management and Policy Journal*, *European Accounting Review* e a *Journal of Cleaner*

Production, são as revistas que apresentam maior número de publicações sobre os temas em referência. Relativamente à distribuição temporal da literatura, foi possível verificar que o primeiro artigo referenciado é de 2012, sendo somente em 2015 que se regista um aumento do número de publicações, aumento este mais significativo a partir de 2018. De forma consistente com estudos anteriores, conclui-se que o estudo da Garantia de Fiabilidade em Relato Integrado é um tema académico recente, ainda em desenvolvimento mas com crescente relevância (Adams, 2015; John Dumay et al., 2016)

No que refere ao número de autores dos artigos selecionados, verificou-se serem 133 autores no total. No entanto, na literatura selecionada, somente 17 autores apresentam dois ou mais artigos, destacando-se *Waren Maroun* com a publicação de 9 artigos e *Roger Simmet* com 3 artigos publicados.

Pelo desenvolvimento da análise bibliométrica, foi obtida informação relativa às principais interconexões entre os artigos, nomeadamente com a análise da frequência de citações e a agregação dos aspetos estudados por cluster (Van Eck & Waltman, 2011, 2017). Pela análise de autores citados, foi possível concluir que os autores mais citados são *Charl de Villiers*, *Robert Eccles* e *Roger Simmett*. Foi também verificado que as organizações mais citadas foram a *International Integrated Reporting Council* (IIRC), a *Global Reporting Initiative* (GRI) e o *International Auditing and Assurance Standards Board* (IAASB). Efetuando a ligação do tema com a auditoria e a garantia de fiabilidade, é relevante referir que também as empresas internacionais de auditoria KPMG, EY, PwC e Deloitte se encontram entre as entidades mais citadas. Efetuando a seleção de 10 citações mínimas de um autor, foi possível encontrar 78 autores divididos em três clusters. *De Villiers* e *Marou* apresentam-se no primeiro grupo, *Eccles*, *Simmnett* e o IIRC enquadram-se no segundo cluster e a *KPMG*, *Adams* e *O'Dwyer* são apresentados no terceiro *cluster*.

Na análise do número de citações por referências citadas de estudos selecionados, verifica-se que a referência mais citada nos estudos selecionados é: “*Villiers, de Rinaldi & Unerman*. (2014). *Integrated Reporting: Insights, gaps and an agenda for future research*. *Accounting Auditing and Accountability Journal*, 1-47” (Villiers et al., 2014). No que diz respeito ao número de citações por fonte citada, foi constatado que as fontes mais citadas foram a “*Journal of Business Ethics*” e a “*Accounting Auditing and Accountability Journal*”.

Efetuada a seleção de 10 citações mínimas de uma fonte, foi possível encontrar 80 fontes divididas em quatro clusters. As revistas “*Accounting Review*” e “*Auditing A Journal of Practice & Theory*” apresentam-se no primeiro grupo. As revistas “*Accounting Auditing and Accountability Journal*”, “*Accounting, Organizations and Society*” e “*Meditari Accountancy Research*” enquadram-se no segundo cluster. O terceiro cluster inclui: “*Journal of Business Ethics*”, “*Business Strategy and the Environment*” e “*Journal of Cleaner Production*”. Por último, as revistas “*British Accounting Review*” e “*Journal of Intellectual Capital*” são apresentados no quarto *cluster*.

Desta forma, é possível concluir que, embora *Waren Maroun* e *Roger Simmet* sejam os autores com maior número de estudos publicados na seleção em análise, através de uma análise mais profunda aos autores citados, constatamos que estes são: *Charl de Villiers*, *Robert Eccles* e *Roger Simmett*. Desta forma, é possível obter uma visão mais ampla do tema em estudo. Pelo exposto, verifica-se que o elevado número de citações mostra a importância do debate gerado à volta da edição especial abordando o Relato Integrado editada por de Villiers em 2014 (Villiers et al., 2014). Adicionalmente, é constatada a relevância dos livros e artigos que Robert Eccles tem vindo a escrever desde 2010 com *One Report*. Por outro lado, a elevada citação do *Journal of Business Ethics*, com 101 citações nos estudos selecionados, sendo a segunda revista mais citada, pode indiciar uma ligação entre garantia de fiabilidade e ética a explorar em estudos futuros. No que refere às temáticas, pode-se inferir que os temas: contabilidade, auditoria e ética, constituem peças chave nas revistas mais citadas nos artigos selecionados.

Na análise das palavras-chave mais recorrentemente utilizadas pelos autores, foram obtidas as palavras-chave mais utilizadas, com particular destaque para os termos gerais: *Integrated Reporting*, *Assurance* e *Sustainability Reporting*. Adicionalmente, surgem as palavras chave: *sustainability*, *corporate social responsibility*, *combined assurance*, *stakeholders*, *accountability*, *corporate governance* e *legitimacy theory*. Desta forma, evidencia-se uma teoria em particular: a *legitimacy theory*; um modelo de garantia de fiabilidade: a *combined assurance*, a necessidade de prestação de contas: *accountability*; o tema do governo das sociedades; e a responsabilidade social das empresas.

Concluída a análise bibliométrica, foi efetuada a caracterização dos artigos. A resposta à questão de investigação:

QI 1. Que pesquisa já foi elaborada relativamente à GFRI?

Foi sendo apresentada ao longo do desenvolvimento das subquestões como se apresenta de seguida.

Em resposta à questão de investigação:

QI 1.1 Quais foram as principais áreas de estudo, objetivos e resultados nos estudos sobre GFRI?

Foram identificadas as temáticas que constituem os focos dos estudos, os autores, os objetivos e as conclusões obtidas. Foi possível verificar que o foco de estudo incide principalmente em três temas: Garantia de fiabilidade, Relato integrado e Relato de sustentabilidade.

No contexto do estudo da garantia de fiabilidade, tema central da presente tese, Shan Zhou, Simnett & Hoang (2019) apresentam a *combined assurance* como um mecanismo com uma melhor relação custo-benefício do que uma garantia de fiabilidade e que permite incrementar a relevância, fiabilidade e credibilidade das empresas. Brown-Liburd e Zamora (2015) abordam a temática da associação da remuneração da gestão aos resultados obtidos no âmbito da sustentabilidade, referindo o papel essencial desempenhado pela garantia de fiabilidade que funciona como elemento propiciador de uma melhor avaliação da empresa por parte dos investidores. Fernandez-feijoo, Romero e Ruiz (2015) analisam os determinantes que influenciam uma organização no sentido de obter a garantia de fiabilidade, sendo referida a influência de normativos na União Europeia, que têm difundido a aplicação da garantia de fiabilidade. Chersan et al. (2018) e Fernandez-Feijoo, Romero e Ruiz (2015) abordam a importância de pertença das empresas a determinados setores de atividade (que tenham elevada visibilidade junto dos *stakeholders* ou que pertençam a um setor de atividade poluente) como determinante para a garantia de fiabilidade. Na abordagem à GFRI, Briem e Wald (2018) efetuam um estudo de caso sobre a implementação do RI e da GFRI concluindo que as normas aplicadas à GFRI possibilitam a obtenção quer de uma opinião limitada quer de uma opinião razoável.

Maroun (2017) estuda o relato integrado e a garantia de fiabilidade associada a esse relato desenvolvendo um modelo para a GFRI que engloba três tipologias distintas de desenvolver a garantia de fiabilidade (modelo restrito, modelo integrado e modelo *delphi-inspired*). Em 2018,

Maroun (2018a) apresenta uma síntese das práticas consideradas emergentes de garantia de fiabilidade no relato CSR, desenvolvendo um modelo conceptual para a distinção dos determinantes de garantia de fiabilidade no relato de CSR. Ainda em 2018, Maroun (2018), descreve e propõe um modelo de garantia de fiabilidade interpretativa que visa a obtenção de garantia de fiabilidade sobre a interpretação da informação constante no RI. Em 2019, o autor analisa a qualidade do RI e a garantia de fiabilidade como fator incremental dessa qualidade, considerando que a garantia de fiabilidade pode ser utilizada para a promoção de mudança organizacional positiva (Malola & Maroun, 2019; Maroun, 2019b). Por outro lado, efetua uma ligação com o ensino, referindo que no ensino de contabilidade e de auditoria é necessário introduzir os temas do relato integrado, da sustentabilidade e da garantia de fiabilidade

No decurso da classificação dos temas dos artigos, é apresentado o tema relato integrado com as seguintes abordagens: abordagem voluntária e regulamentar; auditoria; auditoria interna, avaliação; carbono; *combined assurance*; comité de auditoria; comunicação social; conectividade e comunicação social; credibilidade e os seus mecanismos de reforço; criação de valor; determinantes da qualidade do relato; determinantes do valor de mercado da informação; divulgação de informação de sustentabilidade; efeito do governo societário na qualidade; elementos de conteúdo; ética; evolução do movimento; *expectation gap*; exposição da responsabilização pessoal; governação, informação financeira e não financeira na tomada de decisão; investidores institucionais; materialidade, sustentabilidade, determinantes e julgamento; perceções dos gestores; práticas no setor bancário; profissionais de contabilidade e a criação de valor a iniciativas de sustentabilidade; qualidade do relato; relação entre a evolução da informação financeira e não financeira; setor público; valor de mercado e reporte digital.

No contexto do estudo do relato de sustentabilidade são apresentadas as seguintes abordagens associadas ao tema: relato integrado, auditoria interna, compromisso das partes interessadas (*Stakeholder engagement*), credibilidade do relato, determinantes do relato de sustentabilidade e relato de sustentabilidade nos países da UE.

Em síntese, foi desenvolvida uma análise dos estudos anteriores que foquem o tema da GFRI, tendo sido possível obter uma imagem geral da investigação prévia desenvolvida sobre os temas da garantia de fiabilidade, do relato integrado e do relato de sustentabilidade. Foram detalhados

os estudos que incidiram sobre cada um dos temas e detalhados os tópicos concretos desenvolvidos em cada artigo analisado. O estudo desenvolvido permitiu elaborar a base de trabalho para o desenvolvimento dos estudos seguintes, nomeadamente o estudo sobre os determinantes da garantia de fiabilidade e sobre a educação.

Em resposta à questão de investigação:

QI 1.2 Que teorias foram utilizadas no desenvolvimento dos estudos referentes ao RI e à GFRI?

Foram apresentadas as teorias principais referidas na literatura e que incidem sobre a temática do relato integrado, da garantia de fiabilidade no relato integrado ou no relato de sustentabilidade, com particular incidência em quatro teorias: a teoria da agência, a teoria institucional, a teoria da legitimidade e a teoria do *Stakeholder*. Adicionalmente, encontra-se também referência a outras teorias que consistem nas seguintes: teoria da sinalização, teoria da divulgação voluntária, teoria instrumental, *theory of the twin track approach*, *media richness theory*, teoria da difusão da inovação, teoria da sinalização, *framing theory*, teoria da dependência de recursos, enquadramento teórico múltiplo e *cognitive cost theory*.

Em resposta à questão de investigação:

QI 1.3 De que forma evoluiu a abordagem na literatura a Garantia de Fiabilidade, Determinantes e Educação?

Foi analisada a referência a estes termos e com essa base desenvolvida uma análise evolutiva entre 2012 e 2020. Verificou-se a grande ênfase de estudos nas áreas da garantia de fiabilidade em particular a partir de 2017 e a manutenção do interesse dos investigadores no tema dos determinantes da informação, do relato e das divulgações efetuadas. No entanto, em relação ao estudo da educação associado ao RI e à GF, verificou-se que este não acompanha a dinâmica dos estudos relacionados com os determinantes e em particular com a garantia de fiabilidade.

6. Bases do Estudo

Para a elaboração do presente capítulo, foi relevante a participação e apresentação do estudo na *15TH EIASM Interdisciplinary Conference on Intangibles and Intellectual Capital – Non-*

Financial and Integrated Reporting, Governance and Value Creation, que decorreu em Coimbra em setembro de 2019. Encontra-se também em elaboração um artigo para submissão em revista internacional.

7. Sinopse

Procurando um enquadramento do tema, esta revisão da literatura pretende apresentar à comunidade académica uma síntese dos estudos desenvolvidos até à data sobre GFRI no que diz respeito aos objetivos, metodologias utilizadas e resultados obtidos. A abordagem metodológica desenvolve uma análise teórica sobre os relatórios de garantia de fiabilidade publicados no Relato Integrado. O estudo baseia-se em introspeções académicas e artigos publicados sobre GFRI em revistas incluídas na base de dados da *Web of Science*.

Os resultados do estudo consistem na apresentação de possíveis estudos futuros e na análise crítica à prática da contabilidade e à literatura na área emergente da GFRI. Providencia melhorias na prática, na pesquisa e identificação de lacunas relativas ao relato integrado e à garantia de fiabilidade no relato integrado que ainda não foram abrangidas pela literatura.

A contribuição do estudo consiste num melhor conhecimento acerca dos Relatórios de GFRI e da literatura sobre o relato integrado e a informação de sustentabilidade, incluindo detalhe no que concerne às teorias utilizados nos diversos estudos e evolução temporal da ênfase registada relativamente aos temas da garantia de fiabilidade, dos determinantes e do ensino. Este maior conhecimento poderá conduzir a uma melhor análise e consequente tomada de decisões sobre esta matéria para investidores, reguladores, auditores, profissionais e académicos.

No capítulo seguinte, é apresentado uma análise do conteúdo dos Relatórios de garantia de fiabilidade, das empresas que divulgam a informação, dos prestadores do serviço de garantia de fiabilidade e das diferenças de cariz geográfico. É também desenvolvido um estudo quantitativo com o objetivo de aferir quais são os fatores que determinam a emissão e divulgação da garantia de fiabilidade.

CAPÍTULO III – DETERMINANTES DA GARANTIA DE FIABILIDADE NO RELATO INTEGRADO (ESTUDO 2)

1. Introdução e Relevância do Estudo

O Relato Integrado tornou-se relevante como uma ferramenta para aferir a sustentabilidade organizacional pelos investidores (Druckman, 2014). Representando o Relato Integrado uma prática híbrida entre dois mundos distintos: o relatório financeiro e o relatório de sustentabilidade, torna-se, portanto, necessário conciliar estes dois mundos por forma a ser obtido um estado de legitimidade relativamente à informação incluída no Relato Integrado.

É importante referir que a informação incluída no Relato Integrado é, na parte relativa à informação financeira, sujeita a auditoria de forma obrigatória, não existindo, no entanto, esta obrigatoriedade na parte que diz respeito à informação de sustentabilidade, podendo as empresas, ainda assim, divulgar de forma voluntária a garantia de fiabilidade da informação de sustentabilidade. Desta forma, é necessário perceber o que origina a divulgação voluntária desta informação. Este aspeto pode ser visto através de uma lente de legitimidade a qual representa o esforço da organização para incrementar a legitimidade.

Schuman (1995) define legitimidade como: *“a generalized perception or assumption that the actions of an entity are desirable, proper, or appropriate within some socially constructed system of norms, values, beliefs, and definitions”*. Desta forma, de forma a obter legitimidade no Relato Integrado é essencial obter essa legitimidade na informação de cariz financeiro e na informação de sustentabilidade. De forma mais global, considerando que o Relato Integrado representa a implementação do pensamento integrado na organização, é necessário obter legitimidade na informação integrada.

Por sua vez, Van Bommel (2014) apresenta o Relato Integrado do seguinte modo:

new multifaceted practice developed in complex and pluralistic environment were multiple logics of valuation need to be reconciled in the search for a legitimate agreement or compromise. (p.7)

Conforme referido pelo autor na frase anterior, os aspetos da legitimidade e da conformidade, são essenciais para a credibilidade da informação divulgada pelas empresas. O autor refere

ainda que a inclusão de garantia de fiabilidade pode, desta forma, contribuir para o incremento da credibilidade da informação divulgada (Eccles et al., 2012; Gary et al., 2011; Pflugrath et al., 2011; Villiers et al., 2014).

Os temas do Relato Integrado e da garantia de fiabilidade da informação de sustentabilidade representam duas tendências na investigação e na implementação na prática relativamente à informação não financeira (Reimsbach et al., 2018). O estudo específico da Garantia de Fiabilidade no Relato Integrado, ao conjugar as duas tendências referidas, consiste num tópico emergente, com crescente relevância e ainda em desenvolvimento (Adams, 2015; John Dumay et al., 2016). Registe-se que, sobre esta temática o IIRC desenvolveu e publicou dois estudos que abordam a GFRI (IIRC, 2014a, 2015).

Considerando a crescente implementação do Relato Integrado e a inerente necessidade de assegurar a conformidade da informação divulgada, pode-se concluir por uma tendência para o surgimento de novos normativos de garantia de fiabilidade. Desta forma, é necessário o desenvolvimento de novas normas de auditoria que possam responder a esses desafios (Rodrigues et al., 2016; Villiers et al., 2014). Os requisitos atuais, relacionados com a emissão do relatório anual das organizações, necessitam de ser combinados pelos prestadores de serviços de garantia de fiabilidade, com a informação incluída no Relato Integrado a qual, conforme já referido, engloba informação financeira e informação de sustentabilidade. Esta situação poderá assim apresentar desafios para os reguladores no sentido da adequação e alteração das normas de auditoria e garantia de fiabilidade (Villiers et al., 2014). Encontramos em Eccles e Kruz (2010) a referência à possível necessidade de desenvolvimento de metodologias de auditoria e de garantia de fiabilidade por forma a ser possível propiciar a realização de uma auditoria integrada relativamente ao Relato Integrado. Neste estudo, é considerado ser importante unir as normas de auditoria financeira e as normas de garantia de fiabilidade da informação de sustentabilidade, como forma de definir o processo e as orientações para a emissão de uma opinião de auditoria integrada, tal como foi possível unir a emissão de relatório financeiro e de relatório não financeiro através do Relato Integrado (Eccles & Krzus, 2010). Efetivamente, o referido poderá ser considerado na sequência do facto de que o Relato Integrado pressupõe a existência de pensamento integrado como subjacente à emissão da informação financeira e de sustentabilidade, sendo por isso necessário a opinião de uma entidade independente (o auditor ou o prestador do serviço de garantia de fiabilidade) como

forma de assegurar a veracidade da informação integrada, possibilitando assim a obtenção de legitimação relativamente a esta informação.

A motivação deste estudo está relacionada com o crescente destaque na divulgação e no valor acrescentado da garantia de fiabilidade da informação de sustentabilidade. Pretende-se assim, analisar os determinantes que conduzem as organizações a divulgarem este relatório de forma voluntária e, adicionalmente, analisar o papel da garantia de fiabilidade na legitimação da informação de sustentabilidade ao nível do Relato Integrado (Eccles et al., 2010; Gary et al., 2011; Van Bommel, 2014; Villiers et al., 2014). Para tal, preliminarmente, é realizada a análise de conteúdo e a comparação geográfica da GFRI, sendo no final analisados os determinantes que conduzem à emissão desta GFRI. Desta forma, este capítulo encontra-se dividido em três sub-estudos: no primeiro subestudo, pretende-se verificar se os Relatos Integrados incluem relatórios de garantia de fiabilidade e, adicionalmente, efetuar um enquadramento geral das características da garantia de fiabilidade nos relatórios das empresas analisadas. O segundo subestudo, pretende responder a desafios de investigação prévios na área dos serviços de garantia de fiabilidade, em diferentes áreas geográficas (Farooq & de Villiers, 2019). Em terceiro lugar, no terceiro subestudo, pretende-se verificar quais os determinantes que condicionam a emissão de GFRI.

Neste capítulo, o trabalho empírico desenvolve uma análise utilizando relatórios constantes na "*Integrated Reporting Examples Database*" do IIRC. Na análise a efetuar, serão considerados os resultados obtidos no que diz respeito às 44 organizações cujos Relatos Integrados com referência ao ano de 2017 constam da base do IIRC (à data de 28 de setembro de 2020) como melhores práticas. Refira-se que na base de dados do IIRC à data de 28 de setembro de 2020, o ano de 2017 é o que apresenta um número mais significativo de relatórios, tendo por esse motivo, sido o ano selecionado para a realização da análise. Este aspeto pode ser verificado na Tabela 19, a qual apresenta o número de relatórios na base de dados por ano de referência.

Tabela 19: Número de relatórios na base IIRC por ano de referência (à data de 28/09/2020)

Ano de Referência	TOTAL	%
2019	19	17,9%
2018	5	4,7%
2017	44	41,5%
2016	30	28,3%
2015	3	2,8%
2014	3	2,8%
2013	1	0,9%
2012	0	0,0%
2011	1	0,9%
TOTAL	106	100,0%

A contribuição dos estudos realizados, consiste num maior conhecimento da área de conhecimento da GFRI com a sua caracterização geral, a particularidade das características associadas à origem geográfica de entidade de relato e a análise dos determinantes.

Conforme referido, este capítulo encontra-se dividido nos três sub-estudos, sendo para cada ponto apresentado cada estudo em concreto. O capítulo está estruturado da seguinte forma: na segunda parte é apresentada a metodologia, na terceira parte é efetuada uma descrição do trabalho desenvolvido e no ponto seguinte são apresentados os resultados seguidos da discussão dos mesmos. As conclusões do estudo são apresentadas no final da tese.

2. Revisão da Literatura

Na fase de revisão da literatura, foi constatado que uma significativa parte dos estudos abordava o tema dos determinantes dos relatórios de sustentabilidade, do relato integrado e da garantia de fiabilidade nos relatos de sustentabilidade. No entanto, foi identificada uma lacuna no que respeita ao processo de análise e de determinação dos determinantes para a emissão e divulgação da garantia de fiabilidade no relato integrado. Desta forma, foi identificada a lacuna que justifica o desenvolvimento deste estudo (Hahn & Kühnen, 2013).

Maroun (2018) refere que os determinantes são provenientes da pesquisa positivista a qual analisa os fatores que influenciam ou estão associados com a decisão de ter a informação de sustentabilidade sujeita a garantia de fiabilidade independente. Reimsbach et al. (2018) indicam

que os determinantes do RI parecem ser uma das primeiras áreas de interesse na investigação. Maroun (2018), desenvolve um modelo conceptual que distingue entre os determinantes da GFRI ao nível nacional e ao nível da empresa e apresenta a natureza dos serviços de garantia de fiabilidade (GF), a infraestrutura de relato da empresa e as tecnologias de GF que possibilitam ou constroem os benefícios de ter o relatório de sustentabilidade (RS) com GF. A literatura refere fatores específicos dos países e fatores específicos das empresas, sobre os determinantes da divulgação voluntária de informação (Andreu & Ortiz-Martínez, 2018). Com efeito, os diversos autores identificam determinantes que influenciam a decisão de a empresa ter alguma informação com garantia de fiabilidade independente em duas perspetivas: a perspetiva macro, externa, ao nível do país; e a perspetiva micro, interna, ao nível da empresa.

Determinantes ao nível da empresa

Ao nível da empresa os fatores podem incluir: dimensão da empresa, indústria, rentabilidade, endividamento, oportunidades de crescimento, diversidade de género do conselho de administração, garantia de fiabilidade da informação financeira, pressão dos investidores (*shareholder*) e atitude perante a divulgação de informação de sustentabilidade (Fernandez-Feijoo et al., 2015; Maroun, 2018; Reimsbach et al., 2018; Vaz et al., 2016).

Determinantes ao nível do país

Ao nível do país, numa perspetiva macro, diversos fatores têm sido apresentados como potenciais determinantes, tais como: país com sistema de governação centrado no *stakeholder* ou no *shareholder*; força da proteção legal para os investidores; intensidade da regulamentação do mercado; sistema de valores e impacto social e ambiental da indústria na qual a empresa se integra e sistema regulamentar. Coletivamente, estes fatores apresentam uma indicação da dimensão na qual a performance social e ambiental da empresa é escrutinada pelos *stakeholders* e, dependendo da influência desses *stakeholders* na organização, o uso da GF para demonstrar a fiabilidade e sustentabilidade do relato RI ou RS. (Reimsbach et al., 2018; Simnett et al., 2009). A este propósito, Fernandez-Feijoo et al. (2015) referem a pressão institucional da UE, com a aprovação em 2014 pelo Parlamento Europeu da diretiva da divulgação de informação não financeira e de diversidade por certos grupos de empresas, a primeira norma que estabelece

regras para o RS, mas não para a GF. Desta forma, é considerado que ter a sede num país da UE afeta a decisão de ter o RS com GF.

Determinantes ao nível do país:

Questão geográfica

É referenciado por diversos autores a relevância de questão geográfica como determinante da sua divulgação (Abernathy, Stefaniak, Wilkins & Olson, 2017; Ackers, 2016; Adhariani & de Villiers, 2019; Briem & Wald, 2018; Brown-Liburd & Zamora, 2015). Neste aspeto é frequentemente focada a maior frequência na divulgação da informação por parte de empresas pertencentes à África do Sul ou à Europa, e menor frequência a empresas americanas. Brown-Liburd e Zamora (2015) referem que a oferta do serviço de GFRS não se encontra generalizados nos EUA; que existe muita procura mas pouca oferta dos serviços de GFRI e de GFRS nos Estados Unidos; que na África do Sul se regista pouca procura e muita oferta e que na Alemanha e Austrália a procura de GF é mais em linha com a oferta. Adhariani e de Villiers (2019), referem que considerando os problemas ambientais da Indonésia, a implementação de RI pode contribuir para o aumento da preocupação com o bem estar da sociedade e com o ambiente

A África do Sul é um dos primeiros países nos quais a GFRS é obrigatória para determinadas empresas, no entanto, apesar do entusiasmo na África do Sul, o RI ainda não está generalizado na Ásia. Abernathy, Stefaniak, Wilkins e Olson (2017) indicam que os Estados Unidos continuam desfasados em relação a outros países na GFRS. Numa perspetiva da GF, a GFRS está a crescer, embora a procura continue a ser menor que a dos países homólogos. Ballou, Casey, Grenier e Heitger (2012) referem também que os Estados Unidos estão no início da GF em relação a outros países.

Acompanhando este tema, Burke e Clark (2016) referem que nos Estados Unidos o RI está na sua infância. Os mesmos autores, indicam que 73% e 71% de empresas da Europa e da Asia Pacífico, respetivamente, já divulgam algum tipo de informação de sustentabilidade. Sobre a África do Sul, os referidos autores indicam que com o desencadeamento da recessão de 2008, se tornou evidente que os relatórios financeiros tradicionais já não eram adequados para responder aos riscos de um modelo de negócio sustentável. Desta forma, em 2009, o King III reconheceu a desconfiança pública nas empresas e recomendou um relato que proporcione uma

imagem mais holística e integrada do desempenho das empresas quer em termos financeiros quer de sustentabilidade, recomendando especificamente a aplicação do RI numa base aplique ou explique. Posteriormente esta obrigação passou a ser aplicada pelo bolsa de valores de Johannesburg Stock Exchange (JSE). Com efeito, a partir de março de 2010 as empresas cotadas na referida bolsa de valores, tiveram que divulgar um RI ou, em alternativa, explicar porque não o faziam. É ainda referido que, para além da Africa do Sul, também as bolsas de valores do Brasil e da Austrália efetuaram recomendações para as empresas terem GFRI.

Determinantes ao nível da empresa:

Rentabilidade

Iniciando a análise dos determinantes ao nível da empresa, é de referir que Hahn e Kühnen (2013), apresentam a rentabilidade como fator de divulgação da Garantia de Fiabilidade, podendo esta rentabilidade ser medida pela rentabilidade do ativo (*Return on assets* – ROA) ou pela rentabilidade do capital próprio (*Return on equity* – ROE). A rentabilidade é apresentada pelo autor, como meio para incrementar a capacidade de as empresas suportarem os custos do Relato de Sustentabilidade e/ou de assumir as consequências de divulgação de informação potencialmente desfavorável.

Dimensão

Em relação à dimensão, é referido que empresas de grande dimensão têm maior propensão para a elaboração de RS e de GF. É também observado que empresas de grande dimensão e multinacionais, têm maior propensão para procurar GF externa porque ela permite melhorar a credibilidade e a visibilidade perante os investidores. Assumindo que as empresas de grande dimensão causam maior impacto e se tornam mais visíveis, enfrentando desta forma um maior escrutínio e pressão dos *stakeholders*, conclui-se que este tipo de organizações apresenta uma maior propensão para ter os seus RS com GF. Por outro lado, empresas de pequena dimensão poderão ter um custo marginal com a divulgação de informação de sustentabilidade. O fator dimensão, pode ser medido pelo montante das vendas, pelo número de trabalhadores, pelo total do ativo ou pelo mercado de capitalização no final do período, podendo ser as empresas categorizadas por quartil. O fator dimensão pode também ser considerado como uma variável

com o valor de 1 para grande empresa ou multinacional e com o valor de 0 para pequenas ou médias empresas (Andreu & Ortiz-Martínez, 2018; Fernandez-Feijoo et al., 2015; Hahn & Kühnen, 2013; Maroun, 2019a; Prinsloo & Maroun, 2020; Vaz et al., 2016; Wang et al., 2020; Shan Zhou et al., 2019).

Indústria

No que diz respeito à indústria, refira-se que empresas pertencentes a setores com grande visibilidade, como os serviços financeiros, têm uma grande necessidade de demonstrar que são socialmente responsáveis e desta forma legitimar o seu papel na sociedade. Por outro lado, empresas de setores mais expostos a questões ambientais, como a energia ou os recursos naturais, apresentam um maior compromisso para com o RS por este elemento aumentar a sua reputação e credibilidade (Abernathy, Stefaniak, Wilkins & Olson, 2017; Andreu & Ortiz-Martínez, 2018; Fernandez-Feijoo et al., 2015).

Prinsloo e Maroun (2020) propõem o agrupamento das organizações em diversas categorias: por um lado, as empresas que estão no setor mineiro e industrial são classificadas como tendo um elevado impacto social e ambiental. Por outro lado, os serviços financeiros ou quais, podem também ter um impacto social e ambiental material, mas sendo este impacto indireto, são consideradas separadamente. As restantes organizações, são agrupadas numa única categoria. Maroun (2019a) classifica a variável indústria com 1, se a empresa é de uma indústria exposta ambientalmente e com 0, na situação inversa. Em concreto, o autor refere que empresas com exposição ambiental são as pertencentes aos setores de extração, mineiro, produção de papel, químicas e industriais.

Necessidades dos stakeholders

Em relação às necessidades dos stakeholders, Ballou et al. (2012) referem as necessidades dos *stakeholders*, procurando responder à necessidade de criação de valor no longo prazo, como um fator de divulgação de garantia de fiabilidade.

Estrutura de capital

No que diz respeito à estrutura de capital, Andreu e Ortiz-Martínez (2018) referem a estrutura de capital, assim como o nível de regulação, como fator de divulgação. Os autores indicam que empresas cotadas tendem a ter um maior compromisso com o RS do que empresas com outros tipos de estruturas de capital.

Governo societário

No que ao governo societário concerne, Vaz et al. (2016) indicam que pesquisas futuras deverão introduzir e testar novas variáveis ao nível da empresa. Estes determinantes ao nível da empresa podem estar relacionados com os aspetos do governo societário como as características dos CEO's e de outros membros do conselho de administração que têm poder de decisão sobre as estratégias de comunicação das empresas. Adicionalmente, Reimsbach et al. (2018) referem que um dos aspetos relacionados com a adoção de RI são as características do *board*, tais como a diversidade de género.

Auditor Financeiro

Relativamente ao fator auditor financeiro, Dâmaso e Lourenço (2011) concluíram que não se verificava uma relação positiva entre o auditor financeiro pertencer a uma *Big 4* e a divulgação de "Internet Financial Reporting". No estudo desenvolvido, Maroun (2019a) atribuiu o valor 1 se a entidade que desenvolve a GF é uma *Big 4* e 0 se se verificar o inverso.

Na Tabela 20 é apresentada a síntese da relação entre os determinantes e os autores e respetivos estudos.

Tabela 20: Síntese de autores e de estudos sobre determinantes

Estudo (Autor)	Determinantes
Fernandez-Feijoo; Romero; Ruiz (2015)	Determinantes ao nível da empresa
Reimsbach; Hahn; Gurturk (2018)	Determinantes ao nível da empresa
Vaz; Fernandez-Feijoo; Ruiz (2016)	Determinantes ao nível da empresa
Andreu; Ortiz-Martinez (2018)	Determinantes ao nível da empresa e do país
Maroun (2018)	Determinantes ao nível da empresa e do país
Hahn; Kuhnen (2013)	Determinantes ao nível da empresa, Desempenho financeiro
Andreu; Ortiz-Martinez (2018)	Determinantes ao nível da empresa, Dimensão
Fernandez-Feijoo; Romero; Ruiz (2015)	Determinantes ao nível da empresa, Dimensão

Hahn; Kuhnen (2013)	Determinantes ao nível da empresa, Dimensão
Maroun (2019)	Determinantes ao nível da empresa, Dimensão
Prinsloo; Maroun (Early Access)	Determinantes ao nível da empresa, Dimensão
Vaz; Fernandez-Feijoo; Ruiz (2016)	Determinantes ao nível da empresa, Dimensão
Wang; Zhou; Wang (Early Access)	Determinantes ao nível da empresa, Dimensão
Zhou; Simnett; Hoang (2019)	Determinantes ao nível da empresa, Dimensão
Sierra-Garcia; Zorio-Grima; Garcia-Benau (2015)	Determinantes ao nível da empresa, dimensão, indústria
Hahn; Kuhnen (2013)	Determinantes ao nível da empresa, Endividamento
Wang; Zhou; Wang (Early Access)	Determinantes ao nível da empresa, Endividamento
Zhou; Simnett; Hoang (2019)	Determinantes ao nível da empresa, Endividamento
Branco; Delgado; Gomes & Eugénio (2014).	Determinantes ao nível da empresa, GFRS
Maroun (2018)	Determinantes ao nível da empresa, GFRS
Hahn; Kuhnen (2013)	Determinantes ao nível da empresa, RS
Fernandez-Feijoo; Romero; Ruiz (2015)	Determinantes ao nível da empresa: dimensão, roa, roe, endividamento
Simnett, Vanstraelen, & Chua (2009)	Determinantes ao nível do país
Vaz; Fernandez-Feijoo; Ruiz (2016)	Determinantes ao nível do país
Hahn; Kuhnen (2013)	Determinantes ao nível do país, RS
Vaz; Fernandez-Feijoo; Ruiz (2016)	Determinantes do RI
Andreu; Ortiz-Martinez (2018)	Determinantes, estrutura de capital
Hahn; Kuhnen (2013)	Determinantes, estrutura de capital
Vaz; Fernandez-Feijoo; Ruiz (2016)	Determinantes, estrutura de capital
Hahn; Kuhnen (2013)	Determinantes, geográfico
Simnett; Huggins (2015)	Determinantes, geográfico
Adhariani; de Villiers (2019)	Determinantes, geográfico, África e Ásia
Ackers (2016)	Determinantes, geográfico, África
Burke; Clark (2016)	Determinantes, geográfico, África
Brown-Liburud; Zamora (2015)	Determinantes, geográfico, África do Sul, EUA, Alemanha, Austrália
Burke; Clark (2016)	Determinantes, Geográfico, Bolsas de valores Brasil e Austrália
Abernathy; Stefaniak; Wilkins; Olson (2017)	Determinantes, Geográfico, EUA
Ballou; Casey; Grenier; Heitger (2012)	Determinantes, Geográfico, EUA
Burke; Clark (2016)	Determinantes, Geográfico, EUA
Burke; Clark (2016)	Determinantes, Geográfico, Europa e Ásia Pacífico
Adhariani; de Villiers (2019)	Determinantes, Geográfico, Indonésia, Ambiente social e ambiental
Vaz; Fernandez-Feijoo; Ruiz (2016)	Determinantes, Governo Societário
Fernandez-Feijoo; Romero; Ruiz (2015)	Determinantes, Indústria
Prinsloo; Maroun (Early Access)	Determinantes, Indústria
Andreu; Ortiz-Martinez (2018)	Determinantes, Indústria

Vaz; Fernandez-Feijoo; Ruiz (2016)	Determinantes, Indústria
Abernathy; Stefaniak; Wilkins; Olson (2017)	Determinantes, Indústria de risco ambiental e social
Maroun (2019)	Determinantes, Indústria, setores com exposição ambiental
Vaz; Fernandez-Feijoo; Ruiz (2016)	Determinantes, nível do país
Reimsbach; Hahn; Gurturk (2018)	Determinantes, perspectiva macro
Briem; Wald (2018)	Determinantes, prestador serviço GF
Fernandez-Feijoo; Romero; Ruiz (2015)	Determinantes, Regulamentação
Vaz; Fernandez-Feijoo; Ruiz (2016)	Determinantes, Regulamentação
Ackers (2016)	Experiência de relato, dimensão e escala, orçamento e investidores
Abernathy; Stefaniak; Wilkins; Olson (2017)	Gestão reputacional, maximização de valor
Briem; Wald (2018)	Motivos para a GF
Ballou; Casey; Grenier; Heitger (2012)	Motivos para o RS, Necessidades dos investidores
Maroun (2018)	Qualidade do relato
Briem; Wald (2018)	Qualidade do RS
Maroun (2019)	Tipologia do auditor

3. Metodologia

O presente capítulo é desenvolvido através de três sub-estudos. Nos primeiros dois sub-estudos é elaborado um estudo qualitativo com a análise de conteúdo dos relatórios de GFRI. São utilizados os relatórios constantes da base de dados do IIRC que apresenta as empresas consideradas como tendo melhores práticas na elaboração de Relato Integrado. Para o estudo em referência, é utilizada a informação referente a 2017 porquanto é o ano que tem um maior número de empresas na base de dados. No primeiro sub-estudo são analisadas a características da Garantia da Fiabilidade e no segundo sub-estudo é efetuada a caracterização geográfica.

Posteriormente, no terceiro sub-estudo, tendo como subjacentes os determinantes definidos com base na análise da literatura relevante, é desenvolvido um estudo quantitativo sobre os fatores que determinam a emissão de Relatórios de GFRI. Este estudo é elaborado com recurso à recolha própria dos dados, sendo identificadas as variáveis e obtida a informação a partir dos relatórios constantes na base de dados do IIRC complementados com informação adicional obtida nos sítios da internet das empresas quando necessário. Posteriormente, são desenvolvidas

análises no *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS) para obtenção de informação sobre os principais fatores que conduzem à divulgação de GFRI.

3.1. Metodologia– Análise de conteúdo da Garantia de Fiabilidade no Relato integrado

Neste ponto do estudo, o trabalho realizado pretendeu aferir se as empresas que apresentam Relato Integrado e que constam da base de dados do IIRC, incluem na informação divulgada o relatório de garantia de fiabilidade para a informação de sustentabilidade. O estudo analisa os relatórios referentes a 2017, disponibilizados na referida base de dados, pelos motivos apresentados anteriormente.

Neste primeiro sub-estudo, serão considerados para comparação, os resultados obtidos relativamente às 46 organizações cujos Relatos Integrados, com referência ao ano de 2011, constavam da base do IIRC à data de outubro de 2018. Neste ponto, é importante referir que em 2018 o IIRC efetuou uma reestruturação da base de dados, tendo retirado alguns dos relatórios referentes aos anos mais antigos. Apesar desta ocorrência, considera-se ser útil efetuar a comparação entre a situação no primeiro ano de aplicação do Relato Integrado com a situação existente em 2017. Procura-se dessa forma encontrar as tendências de evolução e eventuais diferenças entre a prática do Relato Integrado em 2011 e em 2017.

Para o desenvolvimento do estudo foram realizadas as seguintes fases: caracterização das empresas sujeitas a garantia de fiabilidade; determinação da frequência da divulgação de relatório de garantia de fiabilidade; caracterização da tipologia da conclusão obtida e da opinião emitida e caracterização do tipo de entidades que prestam o serviço de garantia de fiabilidade.

3.2. Metodologia - Uma comparação geográfica da Garantia de Fiabilidade no Relato Integrado

O trabalho empírico do segundo sub-estudo consistiu em verificar se a inclusão de GFRI está relacionada com a origem geográfica das organizações. Neste sentido, foram analisados os seguintes aspetos: a existência de divulgação de garantia de fiabilidade; a origem profissional dos prestadores do serviço de garantia de fiabilidade, tendo sido efetuada a distinção entre os

pertencentes à profissão de auditoria e os consultores independentes de sustentabilidade; a opinião emitida pelo prestador do serviço de garantia de fiabilidade e as limitações inerentes; a existência de trabalho específico desenvolvido tendo em consideração as características particulares do Relato Integrado e as diferentes normas utilizadas pelos prestadores do serviço de garantia de fiabilidade.

3.3. Metodologia - Determinantes da Garantia de Fiabilidade no Relato integrado

Para o estudo dos determinantes da GFRI, através da análise efetuada à literatura existente apresentada no ponto 2 deste capítulo, foram identificados os determinantes a analisar no estudo.

Variável dependente: Garantia de Fiabilidade no Relato Integrado (GFRI)

Como variável dependente foi considerada a Garantia de Fiabilidade no Relato Integrado (GFRI) / *Assurance on Integrated Reporting* (AIR), sendo atribuído o código 1 quando o relatório de garantia de fiabilidade foi encontrado nos relatos das empresas e 0 na situação inversa.

A base de estudo consistiu nas 44 empresas presentes na base de dados do IIRC. Após análise dos relatórios, foi possível determinar que das 44 ocorrências, 26 detinham GFRI numa percentagem de 59%.

Definição das variáveis:

Para a definição das hipóteses, estiveram subjacentes estudos prévios que indicavam a influência de determinadas variáveis na decisão de divulgação de garantia de fiabilidade no relato integrado por parte das empresas. De acordo com a literatura existente, as variáveis foram consideradas por tipologia: elementos na dimensão interna da empresa; elementos relacionados com o governo societário; modelo de garantia de fiabilidade; fator do auditor financeiro e dimensão macro ou externa.

Maroun (2018) refere que as características das organizações podem possibilitar prever se a empresa terá GFRS, sendo em média registada uma associação positiva com o endividamento. Ainda no que refere ao endividamento, Hahn e Kühnen (2013) indicam que um elevado endividamento pode pressupor uma maior dificuldade de suportar os custos do RS e de fazer face a consequências com a divulgação de informação potencialmente desfavorável. O RS pode ser utilizado para legitimar as atividades da empresa perante os credores e investidores, providenciando desta forma incentivos para desenvolver o RS. Pesquisas anteriores encontraram resultados contraditórios neste efeito. No entanto, Shan Zhou et al. (2019) indicam que em relação ao endividamento tem uma expectativa de obter um valor positivo na variável. Conforme efetuado por Shan Zhou et al. (2019), a variável “endividamento” foi obtida pelo “rácio do total do passivo dividido pelo total do ativo” no final do período.

Adicionalmente ao fator endividamento, Maroun (2018) refere uma associação positiva entre a dimensão e a previsão de que a empresa terá GFRS. Neste estudo, para a “dimensão”, foi considerado o valor do “total do ativo da empresa no final do período” a exemplo do efetuado por Wang et al. (2020).

Variável independente: indústria

Prinsloo e Maroun (2020) consideraram o fator indústria da seguinte forma: os que estão no setor mineiro e industrial são classificados como tendo um elevado impacto social e ambiental; os serviços financeiros podem também ter um impacto material mas indireto, sendo consideradas separadamente; as restantes organizações são agrupadas numa única categoria. No que diz respeito aos serviços financeiros, foi também tido em consideração o referido por Vaz et al. (2016) os quais consideram que empresas pertencentes a setores com grande visibilidade, como os serviços financeiros, têm uma grande necessidade de demonstrar que são socialmente responsáveis e desta forma legitimar o seu papel na sociedade. Desta forma, para a variável “indústria”, a lista de ocorrências é apresentada na Tabela 21, tendo a caracterização sido efetuada a partir da classificação constante na base de dados do IIRC:

Tabela 21: Lista de ocorrências na variável indústria

Designação	Detalhe	Código	Nº de Ocorrências	Detém GFRI	% de GFRI
Indústria	Basic materials		7	6	86%
Indústria	Consumer goods		4	2	50%
Indústria	Consumer services		6	1	17%
Indústria	Financial services		9	7	78%
Indústria	Healthcare		2	1	50%
Indústria	Industrials		3	3	100%
Indústria	Oil and gas		1	0	0%
Indústria	Professional services		1	1	100%
Indústria	Public sector		1	0	0%
Indústria	Real estate		2	1	50%
Indústria	Technology		1	0	0%
Indústria	Telecommunications		3	2	67%
Indústria	Utilities		4	2	50%
	total		44	26	59%

Assim, foram considerados como independentes as indústrias de “*basic materials*” e de “*industrials*” devido à sua característica de elevada exposição social e ambiental, foi mantido como independente a indústria “*financial services*” por ser uma setor de elevada exposição, e foram agregadas todas as outras indústrias conforme proposto por Vaz et al. (2016). A reorganização das ocorrências resultou conforme apresentado na Tabela 22.

Tabela 22: Codificação da variável indústria

Designação	Detalhe	Código	Nº de Ocorrências	Detém GFRI	% de GFRI
Indústria	Basic materials	1	7	6	86%
Indústria	Financial services	2	9	7	78%
Indústria	Industrials	3	3	3	100%
Indústria	Outros	4	25	10	40%
	total		44	26	59%

Desta forma, para os elementos na dimensão interna da empresa foram considerados: a dimensão e o endividamento como variáveis de enquadramento e a indústria como variável determinante, tendo resultado a seguinte hipótese:

H1: A tipologia da indústria influencia a probabilidade de ter um relato integrado com garantia de fiabilidade.

Variáveis independentes relacionadas com o governo societário

Segundo Branco, Delgado, Gomes e Eugénio (2014), entre os determinantes ao nível da empresa de garantia de fiabilidade no relato de sustentabilidade encontram-se a dimensão da empresa, o endividamento, se é cotada em bolsa e a estrutura do governo societário.

Complementando a referência ao governo societário, Vaz et al. (2016) defende que pesquisas futuras deverão testar novas variáveis ao nível da empresa que podem estar relacionados com as *características dos CEO's* e de outros membros do conselho de administração que decidem sobre as estratégias de comunicação das empresas. Também Reimsbach et al. (2018) referem que um dos aspetos relacionados com a adoção de RI são as características do *board*, tais como a diversidade de género.

No que refere à “estrutura do capital” indicada por Branco et al. (2014), conforme referido antes, 95,5 % das empresas em estudo são empresas cotadas em bolsa. Devido à falta de diversidade representativa este fator não foi considerado no modelo. Na componente referente ao governo societário foram incluídos no modelos os fatores identificadores das “características dos CEO's” referidas por Vaz et al. (2016), nomeadamente a sua “formação base” e o “género”. Na componente referente a “outros membros do conselho de administração que decidem sobre as estratégias de comunicação das empresas” foi decidido incluir o “género na composição do *board*” e a “independência na composição do *board*”. Ainda no referente à “estrutura do governo societário” referida por Branco et al. (2014), foi decidido incluir a existência de um “comité de auditoria e risco” (em detrimento de somente comité de auditoria).

Desta forma, para os elementos relacionados com o governo societário, foram considerados: a formação base do *Chief Executive Officer* (dividido entre formação base em economia/gestão e engenharia e outros); o género do *Chief Executive Officer*; o género na composição do *board*; a independência na composição do *board* (dividido entre independentes e dependentes, executivos e não executivos) e a existência de um comité de auditoria e risco (em detrimento de somente comité de auditoria). Destes fatores relacionados com o governo societário, resultaram as seguintes hipóteses:

H2: A formação base do chief executive officer, dividido entre formação base em economia/gestão e engenharia e outros, influencia a probabilidade de ter um relato integrado com garantia de fiabilidade.

H3: O género do chief executive officer influencia a probabilidade de ter um relato integrado com garantia de fiabilidade.

H4: O género na composição do board influencia a probabilidade de ter um relato integrado com garantia de fiabilidade.

H5: A independência na composição do board, dividido entre independentes e dependentes (executivos e não executivos), influencia a probabilidade de ter um relato integrado com garantia de fiabilidade.

H6: A existência de um comité de auditoria e risco (em detrimento de somente comité de auditoria), aumenta a probabilidade de ter um relato integrado com garantia de fiabilidade.

Variável independente relacionada com o Modelo de Garantia de Fiabilidade

De acordo com Briem e Wald (2018), um dos motivos da garantia de fiabilidade consiste em incrementar a credibilidade e fiabilidade do RS, tendo como base a melhoria reputacional, a implementação de mecanismos de monitorização interna dos valores de sustentabilidade, melhorar os sistemas de mensuração e rever o relato interno. Neste sentido, foi considerado incluir no modelo a variável relativa à existência de “combined assurance model” como fator propiciador dos elementos referidos. Desta forma, na vertente do modelo de garantia de fiabilidade foram identificadas as empresas com *combined assurance model*, tendo resultado a seguinte hipótese:

H7: A existência do combined assurance model, aumenta a probabilidade de ter um relato integrado com garantia de fiabilidade.

Variável independente relacionada com o Auditor Financeiro

Maroun (2019a) utilizou a tipologia do auditor como uma variável *dummy*, igual a 1 se a entidade que desenvolve a GF é uma *Big 4* e 0 se for outro prestador de serviços. Para a elaboração da hipótese de estudo foi seguido o mesmo processo. Neste sentido, foi considerado o fator do auditor financeiro, nomeadamente se este pertence a uma das *Big 4* de auditoria, tendo resultado a seguinte hipótese:

H8: A tipologia do auditor financeiro, quando a entidade que desenvolve a GF é uma Big 4, aumenta a probabilidade de ter um relato integrado com garantia de fiabilidade.

Variável independente relacionada com a Região

Para os elementos na dimensão externa da empresa foi considerada a região. Este é um determinante consensual na literatura (Abernathy, Stefaniak, Wilkins & Olson, 2017; Ackers, 2016; Adhariani & de Villiers, 2019; Brown-Liburd & Zamora, 2015; Burke & Clark, 2016). Para a identificação do fator região, foi utilizada a classificação existente na base de dados do IIRC. A distribuição das empresas apresenta-se como identificado na Tabela 23:

Tabela 23: Distribuição das empresas por região

Designação	Detalhe	Nº de Ocorrências	% de Empresas	Detém GFRI	% de GFRI
Região	Africa	16	36,4%	12	75%
Região	Europa	17	38,6%	7	41%
Região	Asia	5	11,4%	3	60%
Região	Australásia	4	9,1%	2	50%
Região	North América	1	2,3%	1	100%
Região	South América	1	2,3%	1	100%
	total	44	100,0%	26	59%

Verifica-se assim uma distribuição quase equivalente entre a região África e a região Europa com 38,6% e 36,4% respetivamente, seguidas das regiões Ásia e Australásia com 11,4% e 9,1% respetivamente. As regiões da América do Norte e da América do Sul apresentam uma representação residual. Na sequência da análise efetuada, na região outros foram incluídas as

regiões Australásia, América do Norte e América do Sul. O fator região foi assim codificado conforme apresentado na Tabela 24:

Tabela 24: Codificação das empresas por região

Designação	Detalhe	Código	Nº de Ocorrências	Detém GRI	% de GRI
Região	Africa	1	16	12	75%
Região	Europa	2	17	7	41%
Região	Asia	3	5	3	60%
Região	Outros	4	6	4	67%
total			44	26	59%

Do fator região foi desenvolvida a seguinte hipótese:

H9: A região, influencia a probabilidade de ter um relato integrado com garantia de fiabilidade.

Considerando as referências indicadas, procurou desenvolver-se o modelo com as diversas variáveis e procurar aferir se são significativas para a existência de GRI na amostra em estudo. A definição das variáveis teve como base o estudo prévio da revisão da literatura. Também de acordo com a literatura existente, as variáveis foram consideradas por tipologia. Para os elementos na dimensão interna da empresa foram considerados: a indústria, a dimensão, e o endividamento. Foram considerados elementos relacionados com o governo societário, nomeadamente: a formação base do *Chief Executive Officer*; o género do *Chief Executive Officer*; o género na composição do *board*; a independência na composição do *board*; e a existência de um comité de auditoria e risco (em detrimento de somente comité de auditoria). Na vertente do modelo de garantia de fiabilidade foram identificadas as empresas com *combined assurance model*. Finalmente, foi considerado o fator do auditor financeiro, nomeadamente se este pertence a uma das *Big 4* de auditoria. Para os elementos na dimensão macro ou externa, foi considerada a geografia.

Em síntese, no modelo proposto para a definição das variáveis independentes, foram consideradas os seguintes aspetos: 1. Região; 2. Indústria; 3. formação base do *Chief Executive Officer*; 4. género do *Chief Executive Officer*, 5; género na composição do *board*; 6. independência na composição do *board*; 7. existência do *Combined Assurance Model*; 8.

existência de um comité de auditoria e risco (em detrimento de somente comité de auditoria); 9. identificação do auditor financeiro como pertencente a uma das empresas Big Four de auditoria; 10. Dimensão medida em total; e 11. Endividamento calculado pelo passivo dividido pelo ativo.

Para a análise dos resultados, primeiro a variável GFRI foi transformada numa variável a dicotómica, 0 = não divulga GFRI e 1 = divulga GFRI, a qual foi utilizada como uma variável endógena num modelo binário de regressão linear logística. Foi utilizada estatística descritiva para a caracterização sociodemográfica da amostra e uma análise de cluster em duas etapas (*two-step cluster analysis* - TSCA) foi utilizada, em cada secção, para obter indicadores da importância dos possíveis determinantes. Em conclusão, foi usada uma regressão linear logística, para avaliar as razões para a divulgação de garantia de fiabilidade no relato integrado. Os métodos tradicionais de cluster são eficientes e rigorosos quando aplicados a bases de dados de pequena dimensão. A aplicação de uma análise de clusters em duas etapas é justificada uma vez que permite a obtenção da relevância do indicador (“*construct*” ou item), numa análise de regressão subsequente, com o requisito de ser definida como uma variável dependente.

4. Resultados

4.1. Resultados - Análise de conteúdo da Garantia de Fiabilidade no Relato integrado

Inicialmente, a análise desenvolvida prende-se com a caracterização da tipologia das organizações. A classificação efetuada é a seguinte: empresas cotadas; organizações do setor privado e organizações do setor público.

Como se pode verificar pela análise das Figuras 13 e 14, as quais apresentam os elementos referentes à tipologia das 44 organizações cujos Relatos Integrados constam da base do IIRC como melhores práticas para o ano de 2017, e das 47 organizações referentes a 2011, a evolução é consistente com 96% das empresas caracterizadas por serem empresas cotadas em 2011 e 98 % em 2017. Conclui-se ainda a existência de um número muito residual de organizações do setor público nos dois anos de referência e a existência somente em 2011 de organizações do setor privado não cotadas.



Figura 13: Tipologia de organização – 2017



Figura 14: Tipologia de organização – 2011

No que concerne à área geográfica, pela análise da Figura 15, referente a 2017, constata-se que as empresas são maioritariamente europeias com 39%, seguidas das empresas de África com 36% e da Ásia com 11% das organizações e Australásia com 9% das organizações.

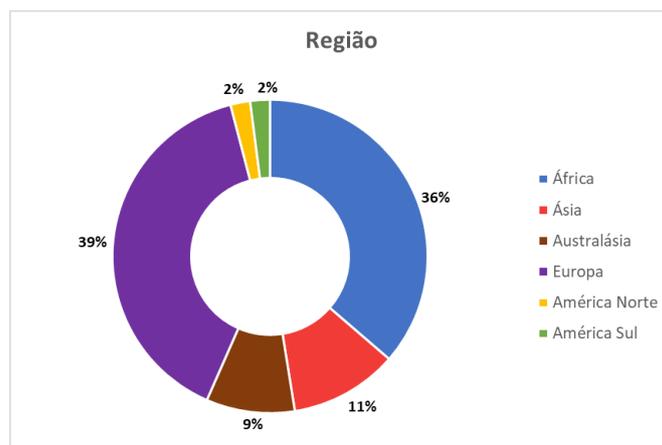


Figura 15: Região de concentração das organizações - 2017

Na Figura 16, referente a 2011, constata-se que as empresas eram então maioritariamente europeias com 42%, seguidas das empresas de África com 35% e da América do Sul com 10% das organizações.

Desta forma, verifica-se uma consistência nas regiões com maior preponderância da aplicação do Relato Integrado, a Europa e África. No entanto, registou-se uma evolução com a diminuição da representatividade da América do Sul e o aumento da representatividade da Ásia e da Australásia. A América do Norte mantém-se sem expressão em número de empresas representadas na base de dados.

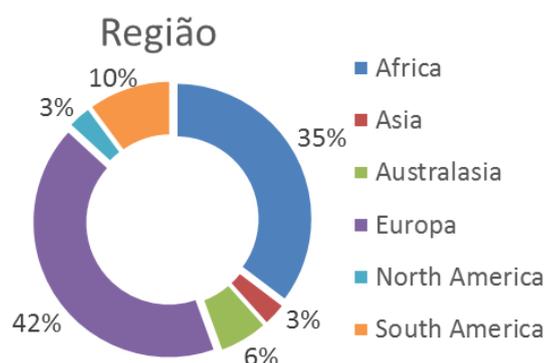


Figura 16: Região de concentração das organizações - 2011

No que diz respeito à emissão de relatórios de garantia de fiabilidade. Os resultados obtidos da análise efetuada aos relatórios de 2017, estão apresentados na Figura 17. Os dados indicam que

59% das organizações divulgam relatório de garantia de fiabilidade, contrariamente à percentagem de 41% que não apresenta este relatório.

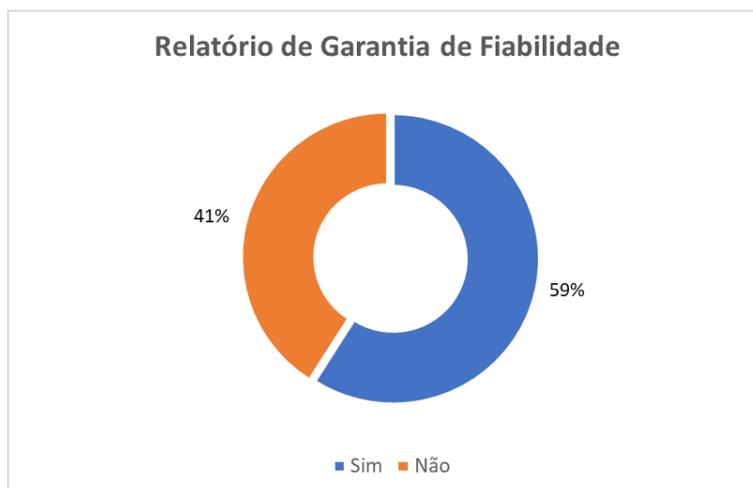


Figura 17: Organizações com Relatórios de Garantia de Fiabilidade - 2017

Os resultados obtidos da análise efetuada aos relatórios de 2011 e apresentados na Figura 18, indicam que 67% das organizações divulgavam relatório de garantia de fiabilidade, contrariamente à percentagem de 33% que não apresentava este relatório.

Neste aspeto, regista-se uma redução da percentagem de empresas com garantia de fiabilidade, mantendo-se, no entanto, a percentagem de ocorrência próximos dos 60%. Refira-se que o valor indicado, se reveste de uma relevância acrescida por se tratar de uma divulgação voluntária por parte das organizações.

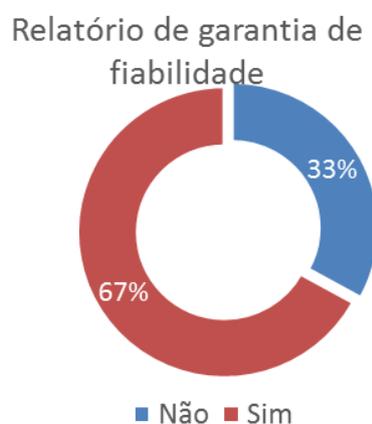


Figura 18: Organizações com Relatórios de Garantia de Fiabilidade - 2011

A Figura 19, apresenta o tipo de opinião apresentada pelos prestadores do serviço de garantia de fiabilidade. Verifica-se que, das organizações que divulgam garantia de fiabilidade, 72% dos relatórios apresentam uma opinião limitada, enquanto 28% expressam uma opinião razoável/moderada.

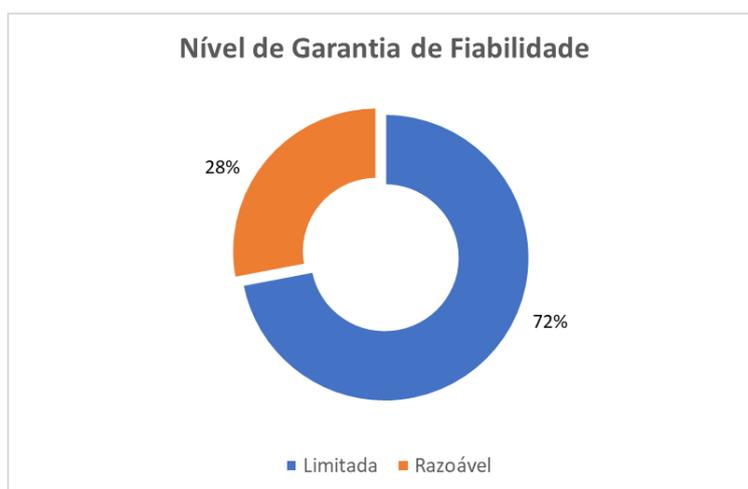


Figura 19: Níveis de Garantia de Fiabilidade - 2017

Na análise dos valores referentes a 2011, apresentados na Figura 20, verifica-se que das organizações que divulgam relatório de garantia de fiabilidade, 87% dos relatórios apresentam uma opinião limitada, enquanto somente 13% expressam uma opinião razoável/moderada.

Do exposto, pode-se constatar que os relatórios de garantia de fiabilidade expressam maioritariamente uma opinião limitada ou negativa, constituindo esta uma das limitações registadas em relação à garantia de fiabilidade. Esta conclusão é coincidente com estudos anteriores nos quais é referido que poucas empresas apresentam uma opinião positiva para toda a informação constante no Relato Integrado, sendo necessário maior grau de garantia de fiabilidade. (Reverte, 2015; Rodrigues & Morais, 2018). É também referido que a garantia de fiabilidade não é efetuada com o mesmo grau de rigor que a auditoria financeira (Eccles & Saltzman, 2011). Constata-se ainda uma evolução positiva com o incremento de empresas a obterem uma opinião razoável de auditoria.

Nível de Garantia de Fiabilidade

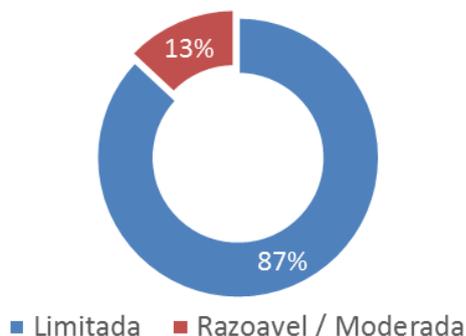


Figura 20: Níveis de Garantia de Fiabilidade - 2011

Analisando as entidades que efetuam a prestação do serviço de garantia de fiabilidade, constata-se, de acordo com a Figura 21, que para o ano de 2017 as empresas são maioritariamente pertencentes à profissão de auditoria e dentro destas com maior incidência nas quatro maiores empresas de auditoria, PwC, KPMG, Deloitte e E&Y, as quais totalizam 76%. Somente um número reduzido de entidades (10%) são pertencentes a consultoras de serviços de fiabilidade não da atividade de auditoria. Adicionalmente, verifica-se que as empresas que realizam o serviço de garantia de fiabilidade, maioritariamente são também as entidades que realizam a auditoria financeira.

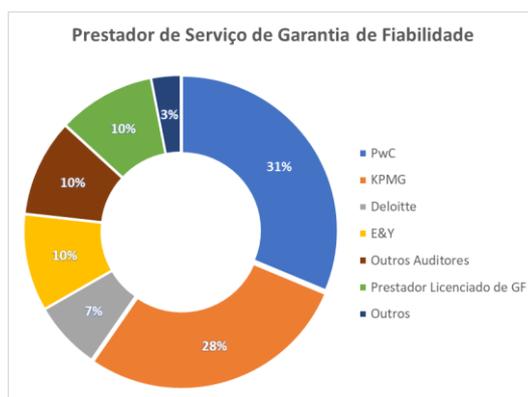


Figura 21: Prestador do serviço de Garantia de Fiabilidade - 2017

Analisando, de acordo com a Figura 22, a situação no ano de 2011, verifica-se a mesma realidade com as empresas maioritariamente pertencentes à profissão de auditoria e, dentro destas, ao conjunto das quatro maiores empresas.

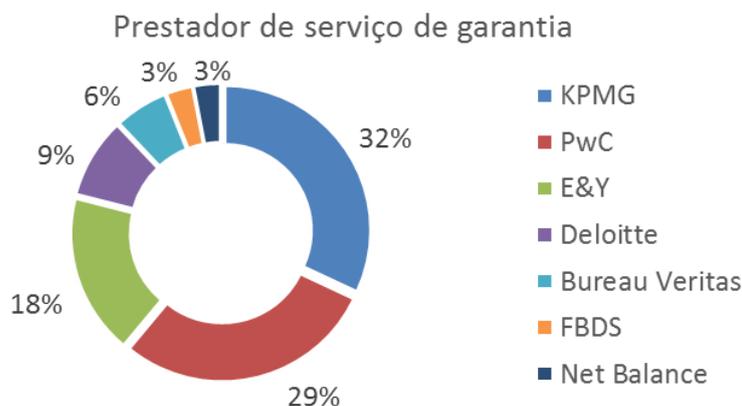


Figura 22: Prestador do serviço de Garantia de Fiabilidade – 2011

4.2. Resultados – Uma comparação geográfica da Garantia de Fiabilidade no Relato Integrado

Da análise efetuada à Figura 23, é possível verificar que das 44 empresas, 27 apresentam relatório de garantia de fiabilidade relativo à informação de sustentabilidade. Relativamente à origem geográfica, a diferença mais significativa reside entre África que apresenta 81% de relatórios de garantia de fiabilidade, enquanto a Europa somente regista 41% de relatórios com garantia de fiabilidade. É ainda de salientar que a Ásia apresenta 60% e a Australásia 50% dos relatórios com garantia de fiabilidade. No que diz respeito à América do Norte e à América do Sul, sendo a base constituída somente por uma empresa dessas regiões, a qual apresenta garantia de fiabilidade, a percentagem de ocorrência é total.

Com a informação obtida, pode-se concluir que África apresenta uma maior percentagem de empresas que incluem garantia de fiabilidade na informação divulgada.

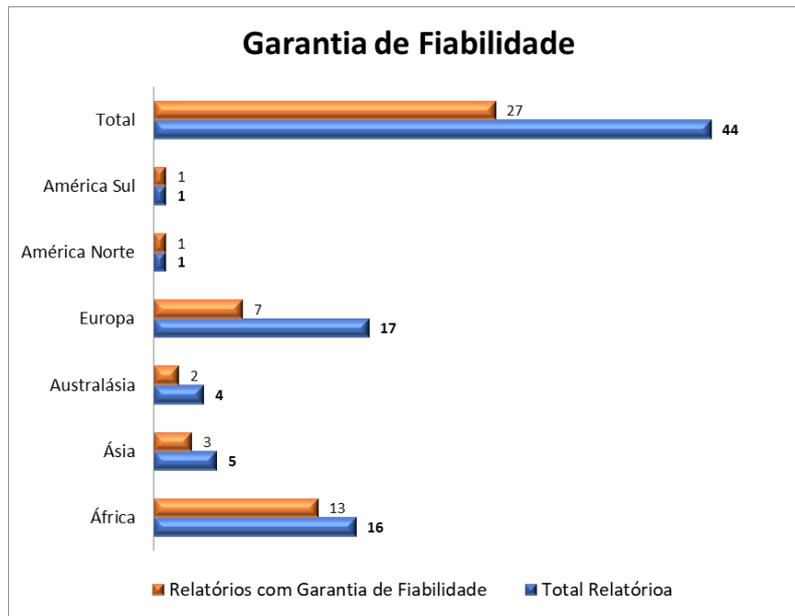


Figura 23: Relatórios com Garantia de Fiabilidade por origem geográfica - 2017

Os prestadores do serviço de garantia de fiabilidade, estão classificados da seguinte forma: entidades pertencentes à profissão de auditoria, consultores de sustentabilidade e outros. Na sequência da informação apresentada na Figura 24, é possível concluir que o prestador do serviço de garantia de fiabilidade pertence maioritariamente às quatro grandes empresas de auditoria, com particular ênfase na PWC e na KPMG. De referir ainda que os consultores de sustentabilidade são entidades independentes licenciados para a prestação do serviço de garantia de fiabilidade, conforme a seguir apresentado: DNV - Det Norske Veritas AS, ERM Southern Africa (Pty) Ltd, and Ibis ESG Assurance Proprietary Limited.

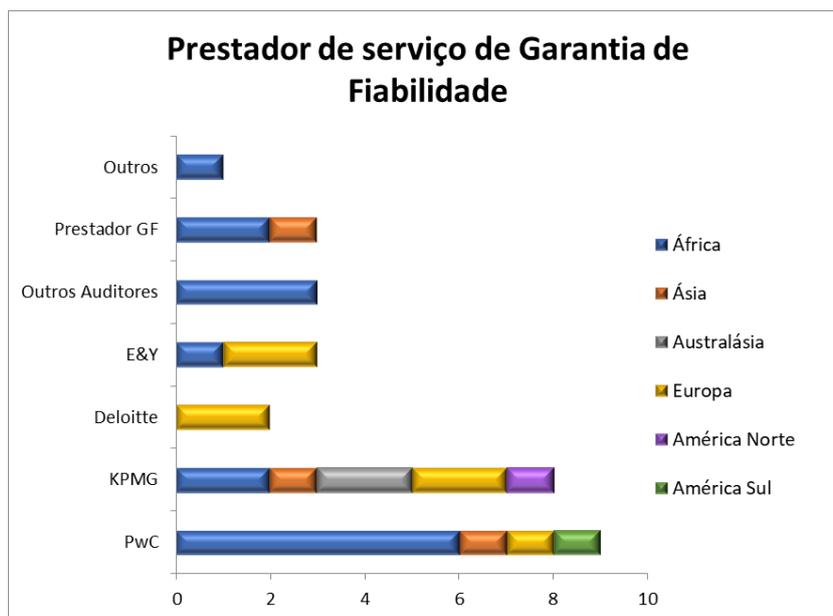


Figura 24: Entidade prestadora de Garantia de Fiabilidade por origem geográfica - 2017

Dividido por origem geográfica, os resultados apresentados na Figura 25, mostram que em África o prestador de serviços de garantia de fiabilidade é a PwC, seguida de empresas pertencentes à profissão de auditoria que não as quatro grandes. Para além destas, a KPMG e os consultores independentes de sustentabilidade são também relevantes nesta região. Na Europa, os prestadores do serviço pertencem às quatro grandes empresas de auditoria. Na Ásia, os prestadores do serviço são a KPMG, a PwC e um consultor independente de sustentabilidade. Na América do Norte, o prestador do serviço é a KPMG e na América do Sul é a PwC.

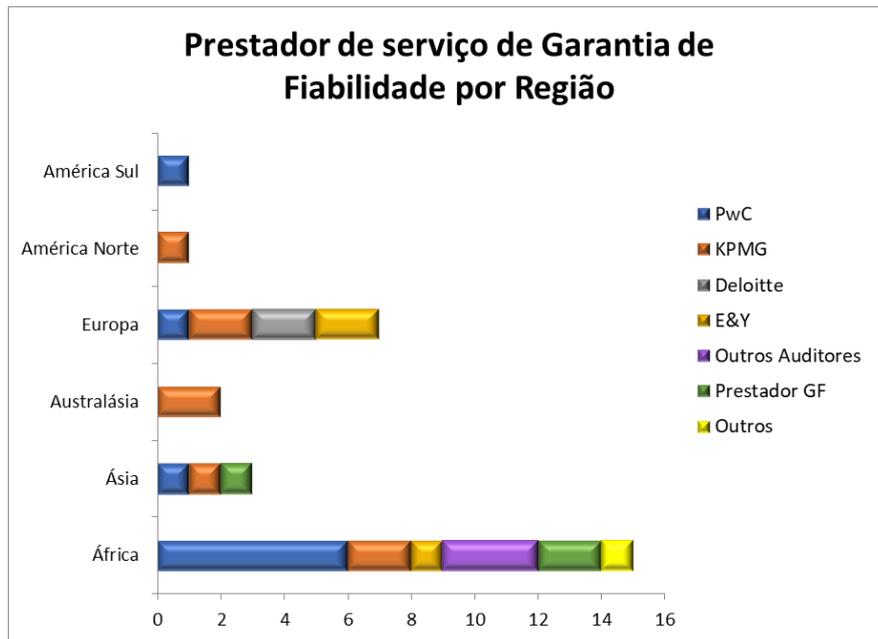


Figura 25: Origem geográfica das entidades prestadores de Garantia de Fiabilidade - 2017

A Figura 26, apresenta os auditores financeiros por empresa de auditoria. A empresa com maior representatividade é a KPMG seguida de PwC. Os resultados indicam que a Deloitte e a E&Y são menos significativas e que para algumas empresas o prestador do serviço são outras empresas de auditoria que não as quatro maiores.

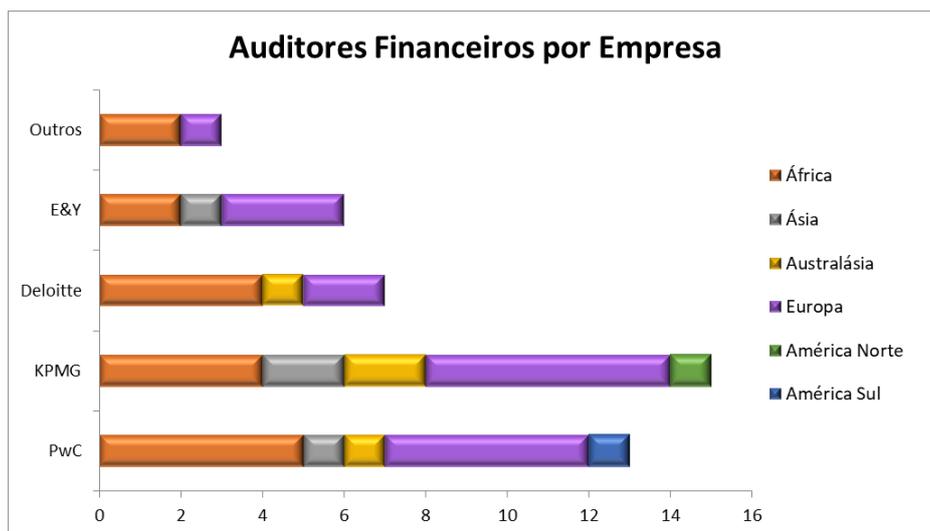


Figura 26: Auditores financeiros por empresa de auditoria - 2017

A Figura 27 apresenta as empresas de auditoria por região. Verifica-se que, em África, a empresa mais representativa é a PwC seguida da KPMG. Na Europa, a empresa mais representativa é a KPMG seguida pela PwC. Uma conclusão adicional a retirar, é que o auditor financeiro é muitas vezes o mesmo que o prestador do serviço de garantia de fiabilidade.

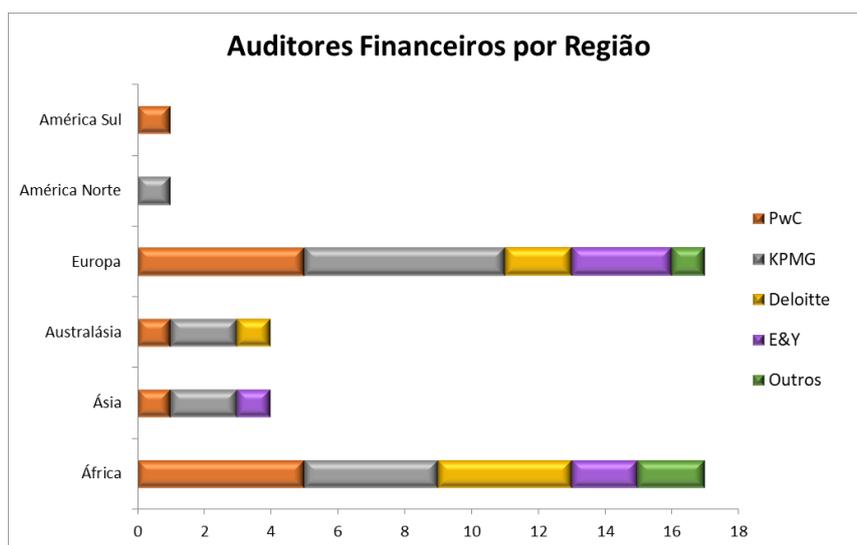


Figura 27: Origem geográfica dos auditores financeiros por empresa de auditoria - 2017

A Figura 28, a seguir apresentada, indica o nível de garantia de fiabilidade. Conforme já referido, a garantia de fiabilidade pode ser expressa numa opinião positiva ou negativa. Com base na ISAE 3000 pode existir uma garantia de fiabilidade limitada que representa um nível moderado de garantia, ou uma garantia de fiabilidade razoável que representa um nível elevado de garantia. Se a garantia de fiabilidade for prestada por um consultor de sustentabilidade baseada na AA1000 AS, pode ser uma garantia moderada que representa um nível moderado de garantia ou pode ser expressa uma garantia de fiabilidade elevada. A informação apresentada indica que o nível de garantia mais representativo é a Garantia Limitada de Fiabilidade. Somente um reduzido número de empresas apresenta uma Garantia Razoável de Fiabilidade. Verifica-se ainda que a região com maior predominância de uma opinião razoável é a África do Sul.

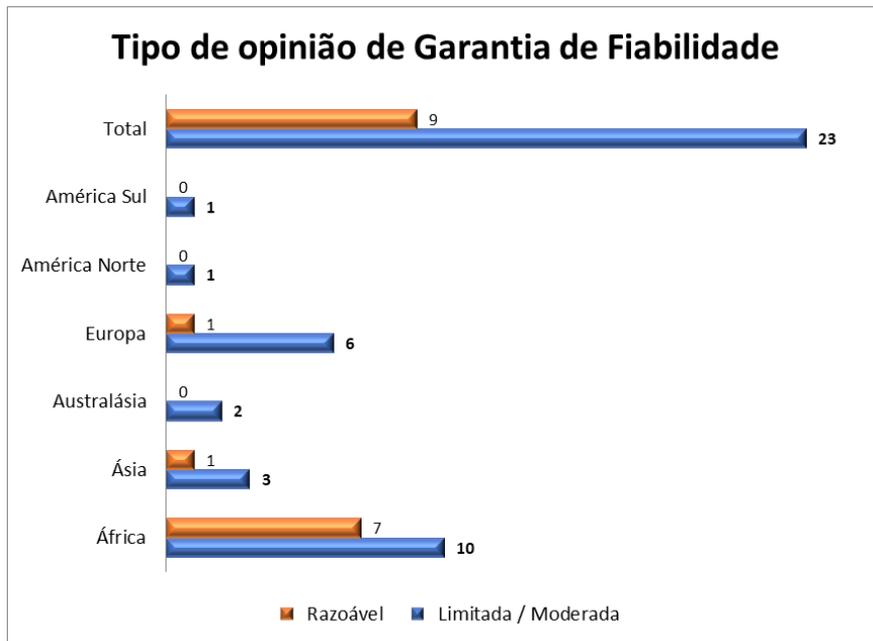


Figura 28: Tipo de opinião de Garantia de Fiabilidade por região - 2017

A Figura 29, apresenta as normas de garantia de fiabilidade utilizadas pelo prestador do serviço de garantia de fiabilidade.

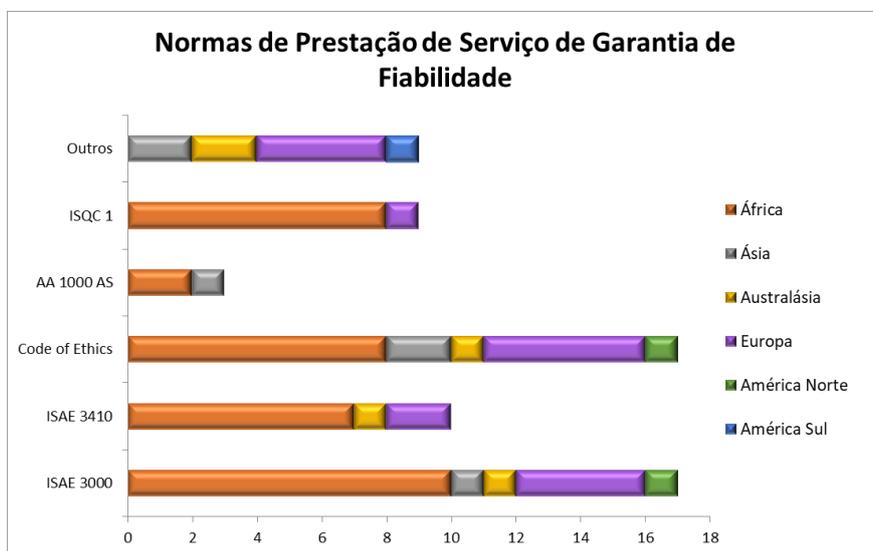


Figura 29: Normas utilizadas na prestação do serviço de Garantia de Fiabilidade - 2017

A norma mais utilizada pelos prestadores de garantia de fiabilidade pertencentes à profissão de auditoria é a “*International Standard for Assurance Engagements Other Than Audits or*

Reviews of Historical Financial Information” (ISAE 3000) emitida pelo “*International Auditing and Assurance Standards Board*” (IAASB) e a “*International Standard on Assurance Engagements*” (ISAE 3410), contratos de garantia de fiabilidade nas emissões de gases de efeito estufa (GHS), norma também emitida pelo IAASB.

Os prestadores do serviço de Garantia de Fiabilidade utilizam códigos de ética tais como: “*IESBA Code of Ethics: Code of Ethics for Professional Accountants*” emitido pelo “*International Ethics Standard Board for Accountants*”; *ICAEW Code of Ethics*: emitido pelo “*Institute of Chartered Accountants in England and Wales*”; “*IRBA Code: Code of Professional Conduct for Registered Auditors issued by the Independent Regulatory Board for Auditors, South Africa*”. O código IRBA é consistente com o código de ética do IESBA; “*IFAC Code of Ethics: Code of Ethics for Professional Accountants issued by the International Federation of Accountants*”; “*APES 110: Code of Ethics for Professional Accountants issued by the Australian Professional and Ethical Standards Board*”; “*Code of Ethics issued by the Institute of Chartered Accountants of Sri Lanka*”; “*ACRA Code: Accounting and Corporate Regulatory Authority Code of Professional Conduct and Ethics for Public Accountants and Accounting Entities (Singapura)*”; “*VGBA - Dutch Code of Ethics*”; “*Code of Ethics for Professional Accountants issued by the Council of International Standards of Ethics for Accountants, México*”.

Os consultores independentes de sustentabilidade utilizam a “*AccountAbility’s standard AA1000 Assurance Standard (AA1000AS)*”, a qual consiste numa norma utilizada para demonstrar liderança e performance na *accountability*, responsabilidade e sustentabilidade.

Os prestadores de serviços de garantia de fiabilidade também referem utilizar a “*International Standard on Quality Control (ISQC 1)*”, a norma de controlo de qualidade para empresas que realizam auditorias e revisões de demonstrações financeiras e outros serviços de garantia de fiabilidade e serviços relacionados.

Outras normas referenciadas foram: “*3810N Dutch Standards - Assurance Engagements relating to sustainability Reports (Dutch standard based on the ISAE 3000)*”; “*ICMM - International Council of Mining and Metal’s Assurance procedures*”; “*NBC T0 3000 Assurance engagements other than Audit and Review, issued by the Brazilian Federal Accounting Council (CFC)*”; “*SLSAE 3000 Assurance Engagements Other Than Audits or*

Reviews of Historical Financial Information issued by the Institute of Chartered Accountants of Sri Lanka"; *"Singapore Standard on Quality Control 1; SSAE 3000 - Singapore Standard on Assurance Engagement 3000"*, *"Assurance Engagements Other Than Audits or Reviews of Historical Financial Information"*; *"Australian Standard on Quality Control 1; New Zealand Auditing and Assurance Standards"*: *"NZ ISAE 3000 International Standard for Assurance Engagements Other Than Audits or Reviews of Historical Financial Information, NZ Standard on Assurance Engagements ISAE 3100 Assurance Engagements on Compliance"* ; *"UK ISQC 1 - International Standard on Quality Control (United Kingdom)"*; *"ISQC Italy 1 - International Standard on Quality Control (Italy)"*.

4.3. Resultados: Determinantes da Garantia de Fiabilidade no Relato Integrado

4.3.1. Estudo das ocorrências das variáveis

As variáveis foram previamente analisadas em termos de número de ocorrências e da relação entre as ocorrências de cada variável e a existência de GFRI. A tipologia da organização identificada na base de dados dos IIRC como *Publicly listed company*, *Public sector* ou *Private Company*, não foi considerada dada a reduzida diversidade verificada. No entanto, este aspeto foi analisado tendo sido encontrada a distribuição conforme apresentado na Tabela 25 infra apresentada:

Tabela 25: Tipologia de organização

Designação	Detalhe	Nº de Ocorrências	% de Empresas	Detém GFRI	% de GFRI
	Publicly listed company	42	95,5%	26	62%
	Public sector	1	2,3%	0	0%
	Private Company	1	2,3%	0	0%
	Total Tipologia de organização	44	100,0%	26	59%

Verifica-se desta forma que 96% das empresas incluídas na base de dados do IIRC com referência ao ano de 2017 são empresas cotadas em bolsa, sendo residual e inexpressivas as empresas pertencentes ao setor público e ao setor privado não cotadas.

As empresas incluídas na base de dados do IIRC pertencem a 6 regiões: África, Europa, Ásia, Australásia, América do Norte e América do Sul. Pela Figura 30 infra apresentada, verifica-se que as regiões com maior representatividade são a Europa, a África e a Ásia com 39% e 36% e 11% respetivamente. Destes, 75% das empresas pertencentes a África apresentam GFRI, enquanto somente 41% das empresas europeias divulgam GFRI e 60% das empresas da Ásia apresentam a GFRI.

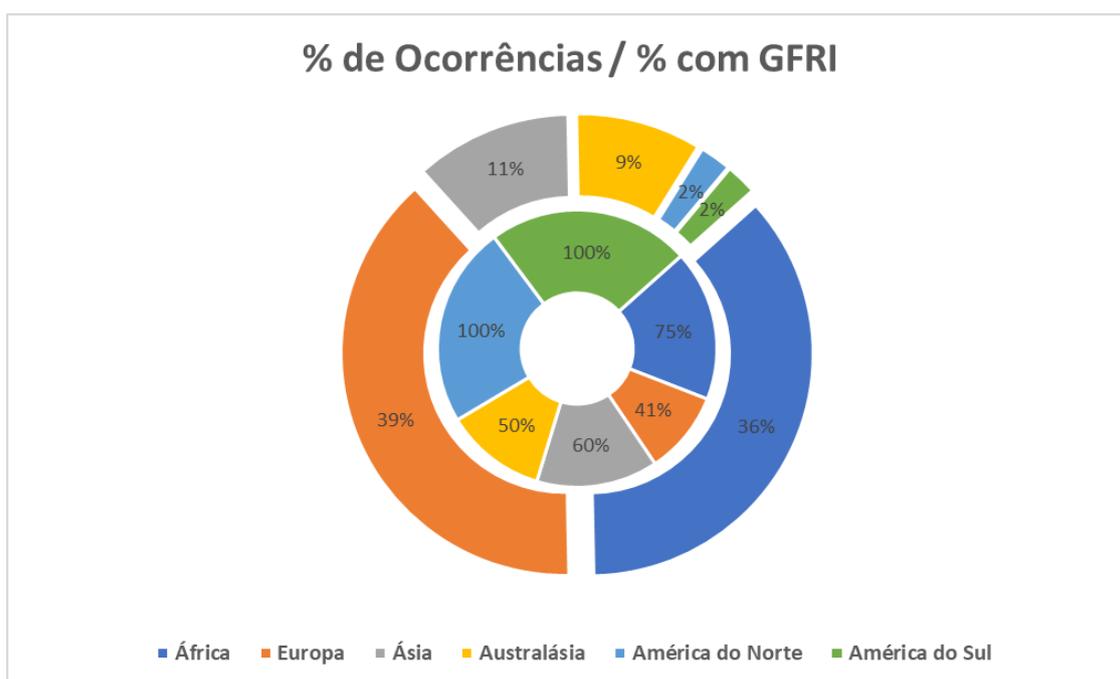


Figura 30: Região - Relação % de ocorrências e % com GFRI

Devido às poucas ocorrências nas restantes regiões (Australásia, América do Norte e América do Sul), foi considerado agrupar essas regiões conforme apresentado na Tabela 26. Verifica-se que a região Europa é a que se encontra com a percentagem de GFRI inferior (49%) à média global da amostra (59%).

Tabela 26: Região - Relação % de ocorrências e % com GFRI

Designação	Detalhe	Código	Nº de Ocorrências	Detém GFRI	% de GFRI
Região	África	1	16	12	75%
Região	Europa	2	17	7	41%
Região	Ásia	3	5	3	60%
Região	Outros	4	6	4	67%
Total			44	26	59%

Desta agregação resultou um reajustamento da representação gráfica que se apresenta na Figura 31 infra.

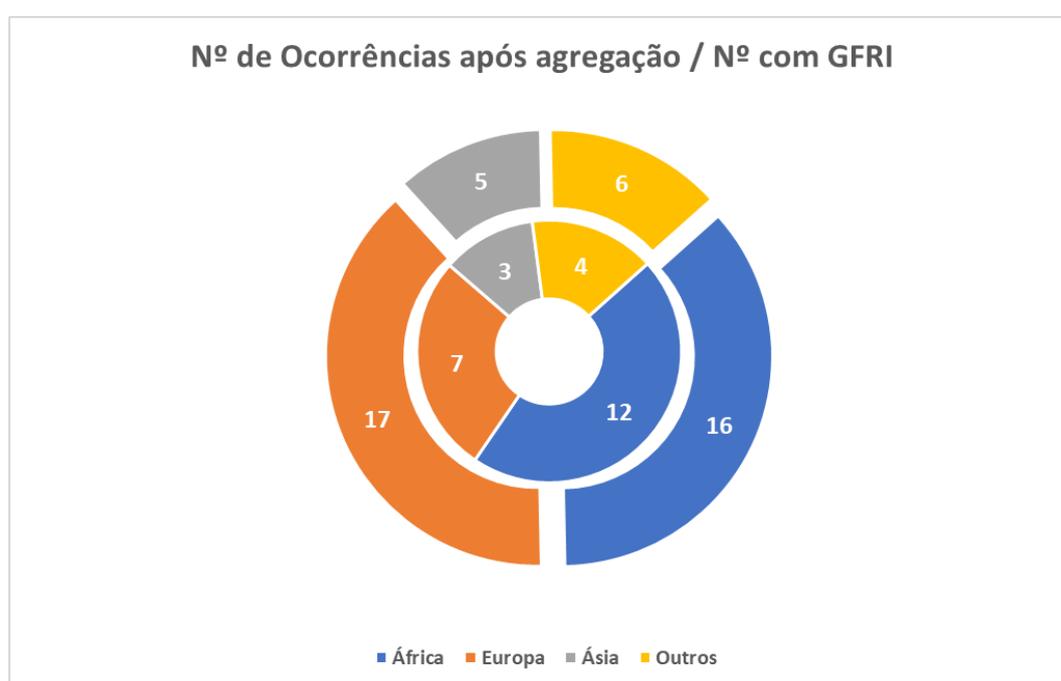


Figura 31: Região após agregação - Relação % de ocorrências e % com GFRI

De seguida, na Figura 32, podemos observar a distribuição das empresas em análise pelas diversas indústrias (13 no total) de acordo com a classificação do IIRC e respetiva percentagem de divulgação de GFRI após agregação das indústrias conforme apresentado na Tabela 27.

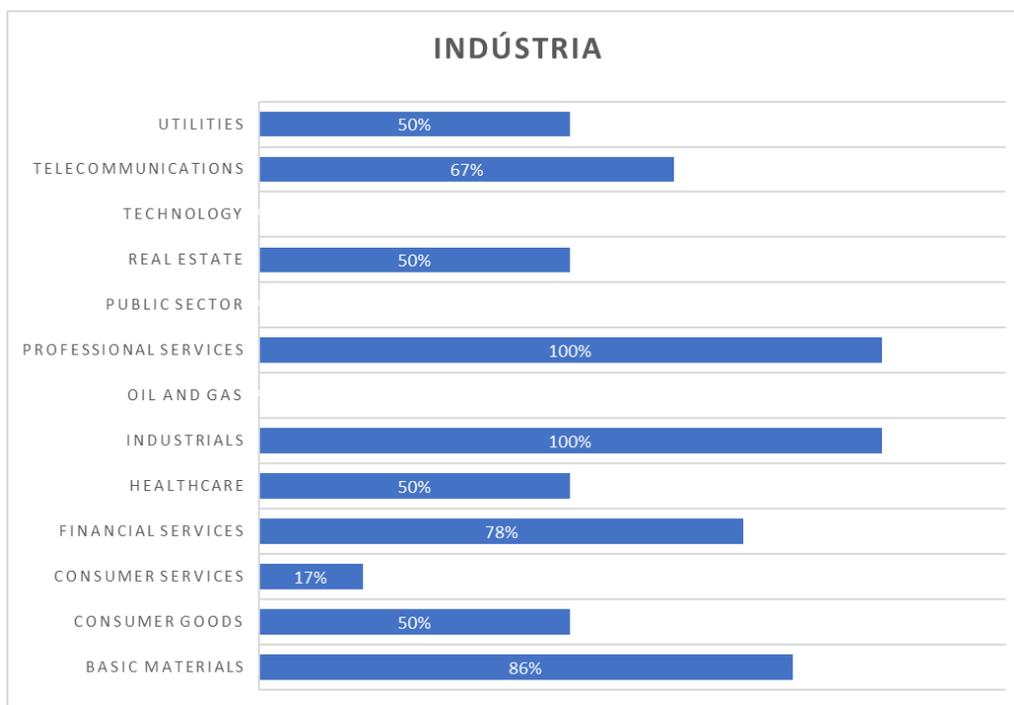


Figura 32: Indústria - Relação % de ocorrências e % com GFRI

Tabela 27: Indústria - Relação % de ocorrências e % com GFRI

Designação	Detalhe	Código	Nº de Ocorrências	% de Empresas	Detém GFRI	% de GFRI
Indústria	Basic materials	1	7	15,9%	6	86%
Indústria	Financial services	2	9	20,5%	7	78%
Indústria	Industrials	3	3	6,8%	3	100%
Indústria	Outros	4	25	56,8%	10	40%
	total		44	100,0%	26	59%

Conforme se referiu no ponto anterior, as indústrias “*basic materials*”, “*financial services*” e “*industrials*” mantiveram-se apresentadas de forma independente e todas as restantes foram agregadas numa única indústria a que se designou “outros”. Como se pode constatar pela análise da Figura 33 infra, verifica-se que a indústria “*industrials*” apresenta 100% de GFRI, a indústria “*basic materials*” uma incidência de 86% de garantia de fiabilidade, a indústria “*financial services*” apresenta 78% de garantia de fiabilidade e as restantes indústrias agregadas, apresentam somente 40% da garantia de fiabilidade.

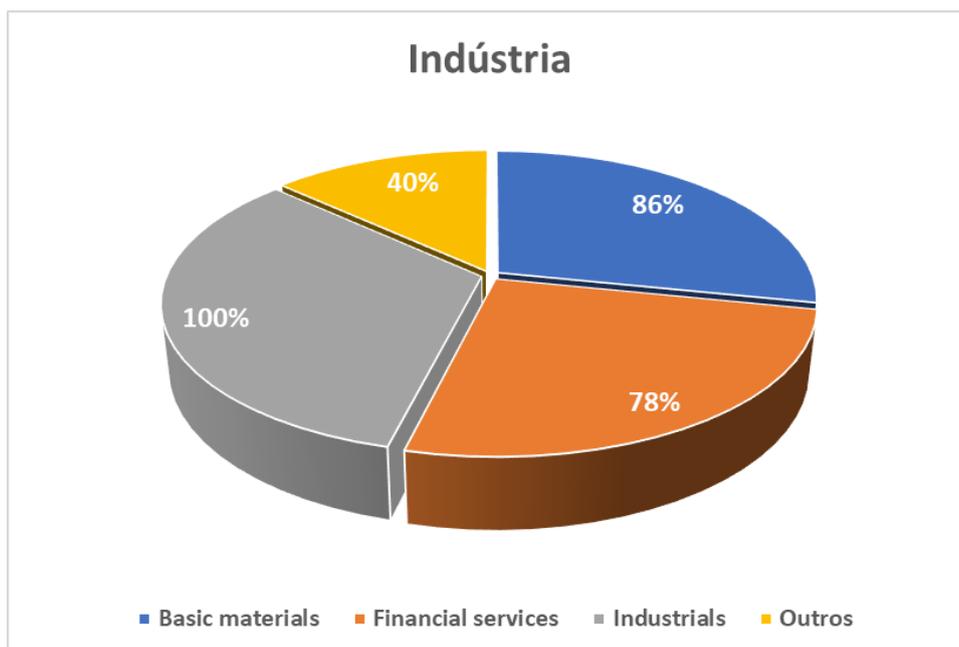


Figura 33: Indústria - Relação % de ocorrências após agregação e % com GFRI

Em relação à variável formação CEO apresentada na Figura 34, verifica-se que 74% dos CEO com formação em economia/gestão e engenharia apresentam garantia de fiabilidade, enquanto nas restantes formações base, a incidência de GFRI é somente de 43%.

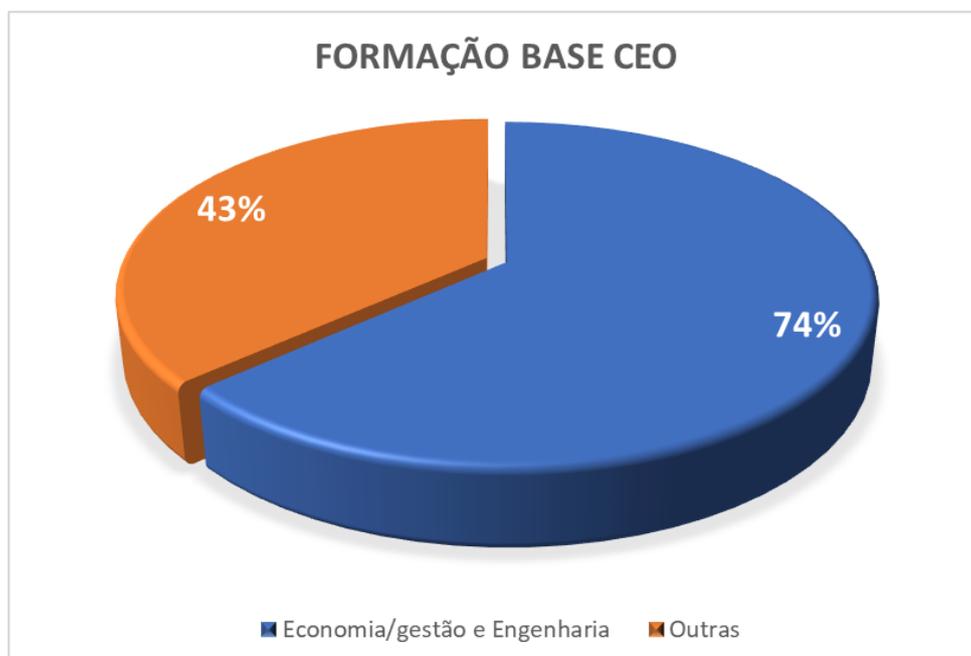


Figura 34: Formação base CEO – distribuição de ocorrências

Em relação à variável género do CEO, em termos de números de ocorrências, pode-se constatar pela Tabela 28 seguinte, que somente 11% dos CEO pertencem ao género feminino enquanto existem praticamente 89% de CEO pertencentes ao género masculino. Por estes valores, se pode concluir por uma muito pequena representatividade de mulheres como CEO de empresas.

Tabela 28: Género CEO – distribuição de ocorrências por género

Designação	Detalhe	Código	Nº de Ocorrências	% de Empresas	Detém GFRI	% de GFRI
Género do CEO	Masculino		39	88,6%	23	59%
Género do CEO	Feminino		5	11,4%	3	60%
	Total		44	100,0%	26	59%

De forma complementar à análise anterior, pela informação constante na Figura 35 seguinte, podemos concluir que existe uma incidência semelhante de GFRI para homens (59%) e para mulheres (60%).

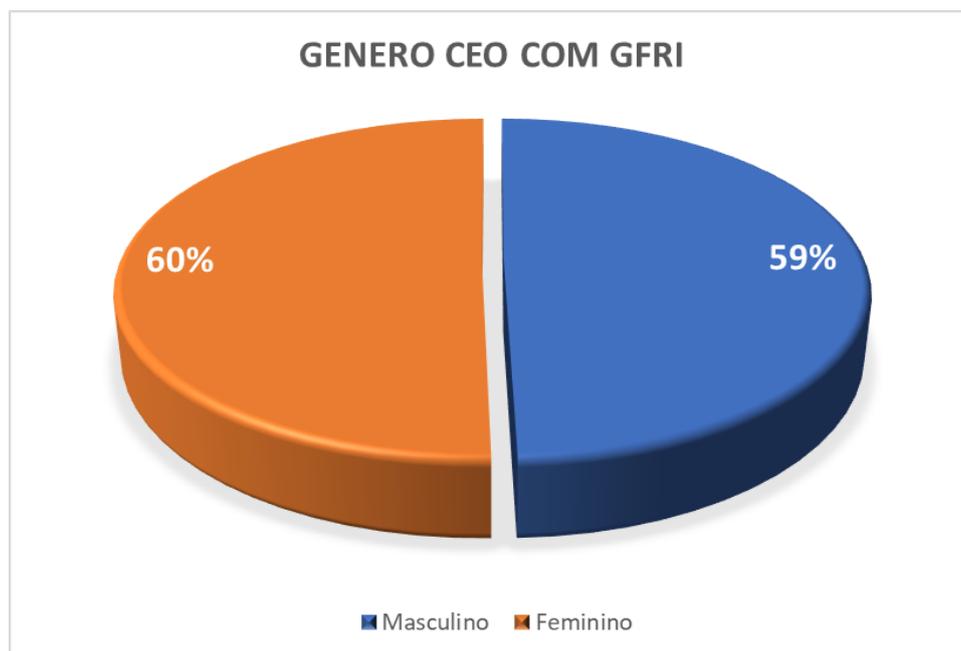


Figura 35: Género CEO com GFRI – distribuição de ocorrências

Em relação à variável composição do *board*, em termos de números de ocorrências, pode-se constatar pela Tabela 29 seguinte, que a participação de mulheres no *board* nunca é superior a 50% dos membros, por outro lado, existem 5 empresas com um *board* totalmente do género

masculino. Em 57% das empresas as mulheres representam menos de 25% dos membros do *board*. Esta análise conduz a uma conclusão em tudo semelhante à efetuada em relação aos CEO, a de que se pode concluir por uma muito pequena representatividade de mulheres como membros dos *board* das empresas.

Tabela 29: Composição do Board – distribuição de ocorrências

Designação	Detalhe	Código	Nº de Ocorrências	% de Empresas	Detém GFRI	% de GFRI
Género Board	Masculino = 100%	1	5	11,4%	4	80%
Género Board	Masculino < 100%, >= 75%	2	20	45,5%	12	60%
Género Board	Masculino < 75%, >= 50%	3	19	43,2%	10	53%
Total			44	100,0%	26	59%

De forma complementar à análise anterior, pela informação constante na Figura 36, podemos concluir que existe uma incidência superior de GFRI quando a participação de homens é em maior número, alcançando os 80% de GFRI nos *board* em que a totalidade de membros são do género masculino.

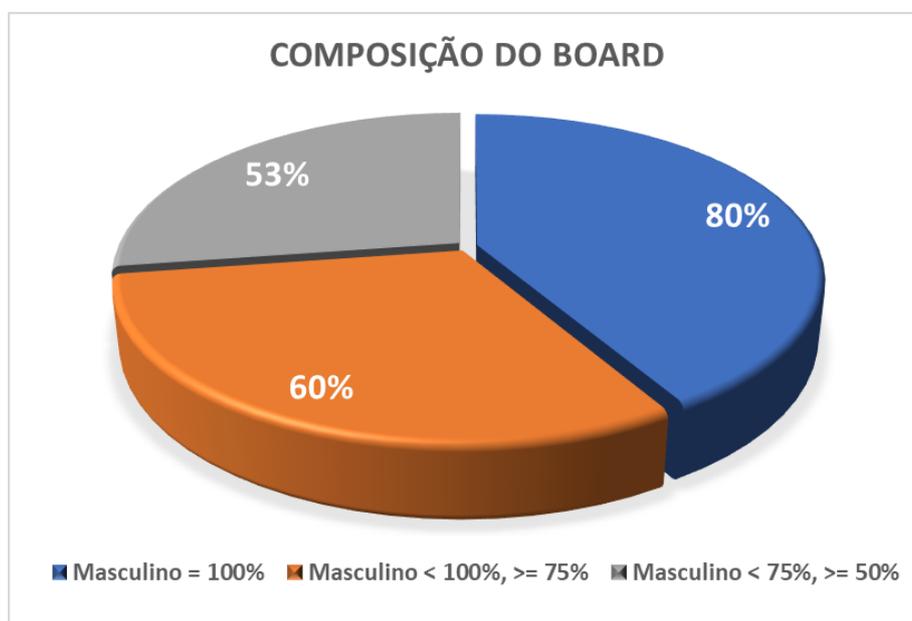


Figura 36: Composição do Board – distribuição de ocorrências de GFRI

Em relação à variável independência do *board*, em termos de números de ocorrências, pode-se constatar pela Tabela 30, que a participação de membros independentes no *board* é em número inferior aos membros não independentes, executivos e não executivos.

Tabela 30: Independência do Board – distribuição de ocorrências

Designação	Detalhe	Código	Nº de Ocorrências	% de Empresas	Detém GFRI	% de GFRI
Indep. Board	Independência <= 100%, > 75%	1	5	11,4%	5	100%
Indep. Board	Independência <= 75%, >25%	2	24	54,5%	13	54%
Indep. Board	Independência <= 25%, > 0%	3	15	34,1%	8	53%
Total			44	100,0%	26	59%

De forma complementar à análise anterior, pela informação constante na Figura 37, podemos concluir que existe uma incidência superior de GFRI quando a participação de membros independentes é em maior número, alcançando os 100% de GFRI nos *board* em que os membros independentes são em percentagem superior a 75%.

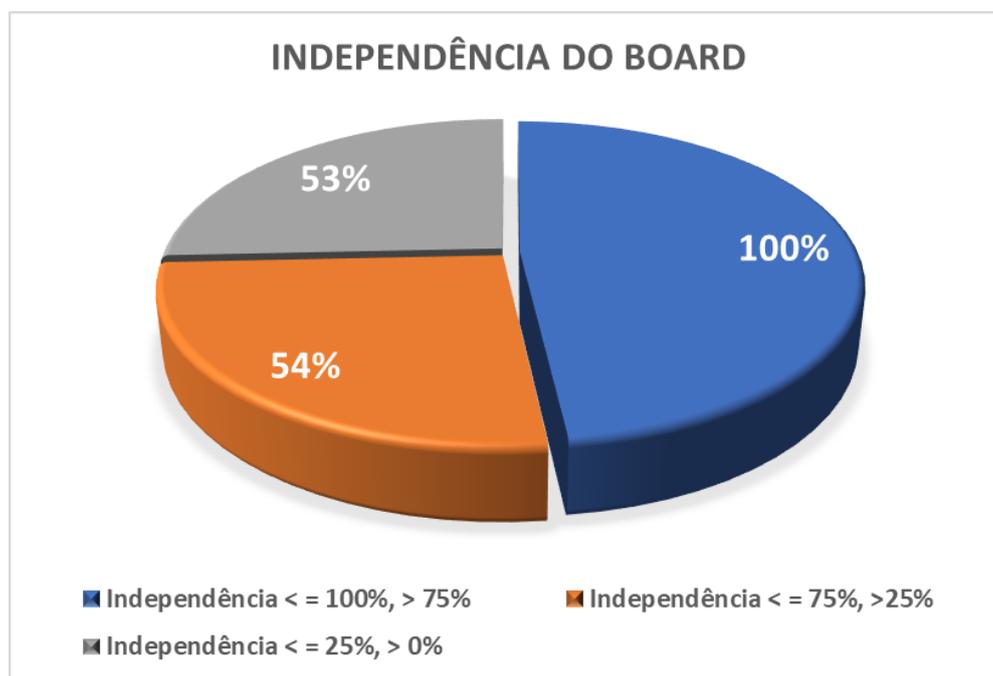


Figura 37: Independência do Board

No que diz respeito à existência de *Combined Assurance Model* nas empresas objeto de estudo, de acordo com a Tabela 31, verifica-se que 66% das empresas não apresentam este modelo de garantia de fiabilidade interna. Este é um modelo aplicado maioritariamente na África do Sul.

Tabela 31: *Combined Assurance Model* e GFRI

Designação	Detalhe	Código	Nº de Ocorrências	% de Empresas	Detém GFRI	% de GFRI
CAM	Sim	1	15	34,1%	12	80%
CAM	Não	0	29	65,9%	14	48%
Total			44	100,0%	26	59%

De forma complementar à análise anterior, pela informação constante na Figura 38, podemos concluir que existe uma incidência muito superior de GFRI quando as empresas detêm o *Combined Assurance Model*. De referir que este modelo incide em particular numa região em que a garantia de fiabilidade tem que ser aplicada numa base aplica ou explica porque não aplica (*aply or explain basis*).

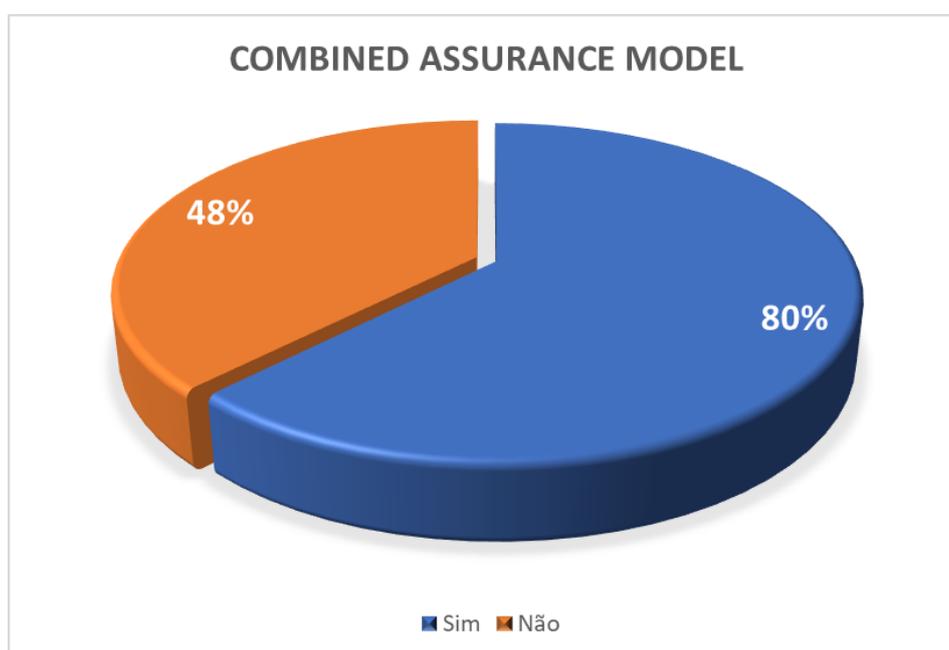


Figura 38: *Combined Assurance Model* e GFRI

4.3.2. Análise estatística

Para o desenvolvimento deste estudo, foi essencial a análise prévia da literatura relevante a qual permitiu identificar os fatores apresentados em estudos anteriores no que diz respeito aos determinantes do relato de sustentabilidade, do relato integrado e da garantia de fiabilidade no relato de sustentabilidade. Na sequência desta identificação prévia, foi desenvolvido um estudo quantitativo sobre os fatores que determinam a emissão de Relatórios de GFRI. Este estudo é elaborado com recurso à recolha própria dos dados. A lista das empresas sujeitas a análise, foi obtida através da base de dados “*Leading practices*” do IIRC a qual apresenta relatos integrados considerados exemplos das melhores práticas na estrutura do relato integrado, nos princípios orientadores, nos elementos de conteúdo e nos conceitos fundamentais.

Conforme referido no Ponto 1. deste capítulo, considerando a base de empresas existente à data, foi selecionado o ano de 2017 por ter a maior representatividade no número de empresas e de relatórios. Após a identificação das empresas a partir da recolha de informação na base de dados e de determinação das variáveis a analisar selecionadas a partir da revisão da literatura, foram obtidos os valores correspondentes para cada empresa, sendo recolhida a informação a partir dos relatórios constantes na base de dados do IIRC complementada, quando necessário, com informação adicional obtida pela consulta da informação constante nos sítios da internet das empresas. Posteriormente, foi desenvolvida uma regressão logística no *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS) para obtenção de informação sobre os principais fatores que conduzem à divulgação de GFRI.

Na definição das variáveis a analisar procedeu-se a uma sistematização das mesmas por dimensões: para os elementos na dimensão interna da empresa foram considerados: a indústria, a dimensão, e o endividamento; para os elementos relacionados com o governo societário, foram considerados: a formação base do CEO; o género do CEO; o género na composição do *board*; a independência na composição do *board* e a existência de um comité de auditoria e risco; na vertente do modelo de garantia de fiabilidade foi analisada a existência de *combined assurance model*; na dimensão da auditoria financeira, foi verificado se este serviço era prestado por uma *Big 4* de auditoria; por último, na dimensão externa, foi considerada a geografia.

Sintetizando, no modelo proposto para a definição das variáveis independentes, foram consideradas os seguintes aspetos: 1. Região; 2. Dimensão medida em total do ativo; 3. Indústria; 4. Endividamento calculado pelo passivo dividido pelo ativo; 5. formação base do *Chief Executive Officer*; 6. género do *Chief Executive Officer*, 7. género na composição do *board*; 8. independência na composição do *board*; 9. existência de um comité de auditoria e risco; 10. existência do *Combined Assurance Model*; 11. identificação do auditor financeiro como pertencente a uma das empresas *Big 4* de auditoria;

Na Tabela 32 é apresentada a síntese das variáveis e os estudos que as referenciam.

Tabela 32: Definição das variáveis

Dimensão	Variável	Definição	Estudos
Variável dependente:			
	GFRI	Foi atribuído o código 1 quando o relatório de <i>Garantia de Fiabilidade no Relato Integrado</i> foi encontrado nos relatos das empresas e 0 na situação inversa.	Farooq & de Villiers, 2019
Variáveis independentes:			
Dimensão externa	Reg	A variável <i>Região</i> tem por base a classificação constante na base de dados do IIRC, foram considerados como independentes as regiões: África (à qual foi atribuído o código 1); Europa (código 2) e Ásia (código 3). As restantes regiões, dada a pouca representatividade, foram agregadas em "Outras" (código 4).	Abernathy, Stefaniak, Wilkins & Olson, (2017); Ackers, (2016); Adhariani & de Villiers, (2019); Ballou, Casey, Grenier & Heitger, (2012); Briem & Wald, (2018); Brown-Liburd & Zamora, (2015); Burke & Clark, (2016); Fernandez-Feijoo, Romero & Ruiz, (2015); Hah & Kuhnen, (2013); Maroun, (2018); Reimsbach, Hahn & Gurturk, (2018); Simnett, Vanstraelen & Chua, (2009); Simnett & Huggins, (2015); Vaz, Fernandez-Feijoo & Ruiz, (2016)

Dimensão	Variável	Definição	Estudos
Variáveis independentes:			
Elementos gerais na dimensão interna da empresa	Dim	<p>A <i>Dimensão</i> de cada empresa é medida pelo total do ativo</p> <p>Alternativa: A dimensão de cada empresa é medida pelo número de trabalhadores</p>	<p>Ackers, (2016); Andreu & Ortiz-Martinez, (2018); Branco, Delgado, Gomes & Eugénio, (2014); Fernandez-Feijoo, Romero & Ruiz, (2015); Hahn & Kuhnen, (2013); Maroun, (2018); Maroun, (2019a); Prinsloo & Maroun, (2020); Reimsbach, Hahn & Gurturk, (2018); Sierra-Garcia, Zorio-Grima & Garcia-Benau, (2015); Vaz, Fernandez-Feijoo & Ruiz, (2016); Wang, Zhou & Wang, (2019); Zhou, Simnett & Hoang, (2019).</p>
	Ind	<p>Com base na literatura e na classificação constante na base de dados do IIRC, foram considerados como independentes as <i>indústrias</i>: “basic materials” (à qual foi atribuído o código 1); “industrials” (código 2) e “financial services” (código 3). Todas as restantes indústrias foram agregadas em “outras” (código 4).</p>	<p>Abernathy, Stefaniak, Wilkins & Olson, (2017); Andreu & Ortiz-Martinez, (2018); Fernandez-Feijoo, Romero & Ruiz, (2015); Maroun, (2019a); Prinsloo & Maroun, (2020); Sierra-Garcia, Zorio-Grima & Garcia-Benau, (2015); Simnett, Vanstraelen & Chua, (2009); Vaz, Fernandez-Feijoo & Ruiz, (2016).</p>
	ROA	<p>A rentabilidade apresenta o valor obtido pela divisão do resultado do período pelo total do ativo (Rentabilidade do ativo (Return on assets – ROA)).</p>	<p>Branco, Delgado, Gomes & Eugénio, (2014); Fernandez-Feijoo, Romero & Ruiz, (2015); Hahn & Kuhnen, (2013); Maroun, (2018); Reimsbach, Hahn & Gurturk, (2018).</p>
	ROE	<p>Variável que apresenta o valor obtido pela divisão do resultado do período pelo total do ativo (Rentabilidade do capital próprio (<i>Return on equity</i> – ROE)).</p>	<p>Branco, Delgado, Gomes & Eugénio, (2014); Fernandez-Feijoo, Romero & Ruiz, (2015); Hahn & Kuhnen, (2013); Maroun, (2018); Reimsbach, Hahn & Gurturk, (2018).</p>
	Endiv	<p>O valor de Endividamento é obtido pelo rácio entre o total do passivo e o total do ativo da empresa no final do período</p>	<p>Branco, Delgado, Gomes & Eugénio, (2014); Fernandez-Feijoo, Romero & Ruiz, (2015); Hahn & Kuhnen, (2013); Maroun, (2018); Wang, Zhou & Wang, (2019); Zhou, Simnett & Hoang, (2019).</p>

Dimensão	Variável	Definição	Estudos
Variáveis independentes:			
Governo societário	FormCEO	A variável <i>Formação base do Chief Executive Officer (CEO)</i> assume o código 1 quando a formação base do CEO é nas áreas de economia/gestão e engenharia e 0 na situação inversa.	Vaz, Fernandez-Feijoo & Ruiz, (2016).
	GenCEO	À variável <i>Género do CEO</i> , é atribuído o código 1 quando o género é masculino e 0 quando o género é feminino.	Vaz, Fernandez-Feijoo & Ruiz, (2016).
	GenBoard	À variável <i>Género na composição do Board</i> é atribuído o código 1 quando a composição do Board é 100% masculina; é atribuído o código 2 quando o número de membros masculinos do Board é igual ou superior a 75% e inferior a 100%; é atribuído o código 3 quando o número de membros masculinos do Board é inferior a 75% (na amostra, nunca é inferior a 50%).	Reimsbach, Hahn & Gurturk, (2018); Vaz, Fernandez-Feijoo & Ruiz, (2016).
	IndBoard	À variável <i>Independência na composição do board</i> é atribuído o código 1 quando o número de membros independentes é superior a 75% do total da composição do Board; é atribuído o código 2 quando o número de membros independentes é superior a 25% e menor ou igual a 75% do total da composição do Board; é atribuído o código 3 quando o número de membros independentes é menor ou igual a 25% do total da composição do Board.	Vaz, Fernandez-Feijoo & Ruiz, (2016).
	ComAR	À variável <i>Comité de Auditoria e de Risco</i> é atribuído o código 1 quando este comité está na estrutura de empresa e 0 na situação inversa.	
Modelo de garantia de fiabilidade	CombAss	À variável <i>Combined Assurance Model</i> é atribuído o código 1 quando a empresa aplica este modelo de garantia de fiabilidade e 0 na situação inversa.	
Auditor financeiro	Big4	Variável que apresenta o valor 1 se a empresa é auditada por uma das <i>Big 4</i> de auditoria e que apresenta o valor 0 na situação inversa.	Dâmaso & Lourenço, (2011); Maroun, (2019a).

Desta forma, foram analisadas as variáveis que poderão ter influência na divulgação de GF no RI, tendo resultado a seguinte base de análise:

GFRI determinada por: Dimensão Externa Empresa + Dimensão Interna Empresa + Governo Societário + Modelo de Garantia de Fiabilidade + Auditor Financeiro

Sendo as diversas componentes divididas pelas seguintes variáveis:

Dimensão Externa Empresa obtida pela variável Região (Reg)

Dimensão Interna Empresa analisado com as variáveis: Dimensão (Dim); Indústria (Ind) e Endividamento (Endiv)

Governo Societário analisado com as variáveis: Formação do CEO (FormCEO); Género do CEO (GenCEO); Género do *Board* (GenBoard); Independência do *Board* (IndBoard) e Comissão de Auditoria e Risco (ComAR)

Modelo de Garantia de Fiabilidade analisado com a variável *Combined Assurance* (CombAss)

Auditor Financeiro analisado com a variável *Big 4* (Big4)

Assim, é obtida a equação base para a verificação de que a existência de uma determinada variável (constante no modelo) aumenta a probabilidade de obter um RI com a divulgação de GF:

GFRI determinada por: (Reg) + (Dim + Ind + Endiv) + (FormCEO + GenCEO + GenBoard + IndBoard + ComAR) + (CombAss) + (Big4)

No desenvolvimento do processo procurou-se proporcionar resposta às questões de investigação desenvolvidas no ponto 3 deste capítulo.

H1: A tipologia da indústria influencia a probabilidade de ter um relato integrado com garantia de fiabilidade.

H2: A formação base do chief executive officer, dividido entre formação base em economia/gestão e engenharia e outros, influencia a probabilidade de ter um relato integrado com garantia de fiabilidade.

H3: O género do chief executive officer influencia a probabilidade de ter um relato integrado com garantia de fiabilidade.

H4: O género na composição do board influencia a probabilidade de ter um relato integrado com garantia de fiabilidade.

H5: A independência na composição do board, dividido entre independentes e dependentes (executivos e não executivos), influencia a probabilidade de ter um relato integrado com garantia de fiabilidade.

H6: A existência de um comité de auditoria e risco (em detrimento de somente comité de auditoria), aumenta a probabilidade de ter um relato integrado com garantia de fiabilidade.

H7: A existência do combined assurance model, aumenta a probabilidade de ter um relato integrado com garantia de fiabilidade.

H8: A tipologia do auditor financeiro, quando a entidade que desenvolve a GF é uma Big 4, aumenta a probabilidade de ter um relato integrado com garantia de fiabilidade.

H9: A região, influencia a probabilidade de ter um relato integrado com garantia de fiabilidade.

Na análise prévia efetuada à verificação da existência de *outliers* nas variáveis, foram obtidos os resultados constantes na Tabela 33 apresentada infra.

Tabela 33: Outliers moderados e severos identificados

Variáveis	Outliers Moderados				Outliers Severos			
	Abaixo do padrão		Acima do padrão		Abaixo do padrão		Acima do padrão	
	Observação	Valor	Observação	Valor	Observação	Valor	Observação	Valor
Empregados			22	125 885			21	302 100
ROA	7	-0,134	15	0,162			8	0,258
			14	0,178			29	0,267
			38	0,187				
ROE	7	-0,200	33	0,371				
			36	0,489	38	-0,697	29	0,618
							15	0,571

Empregados = Número de empregados

ROA = Lucro / Ativo

ROE = Lucro / Capital Próprio

Nos resultados obtidos no que diz respeito à Rentabilidade do Capital Próprio (*Return on Equity* – ROE), apresentados na Figura 39, foi possível verificar a existência duas observações abaixo do padrão, uma representativa de um *outlier* moderado e outra representativa de *outlier* severo. Verificou-se ainda a existência de quatro observações acima do padrão, duas representando *outliers* moderados e duas representando *outliers* severos.

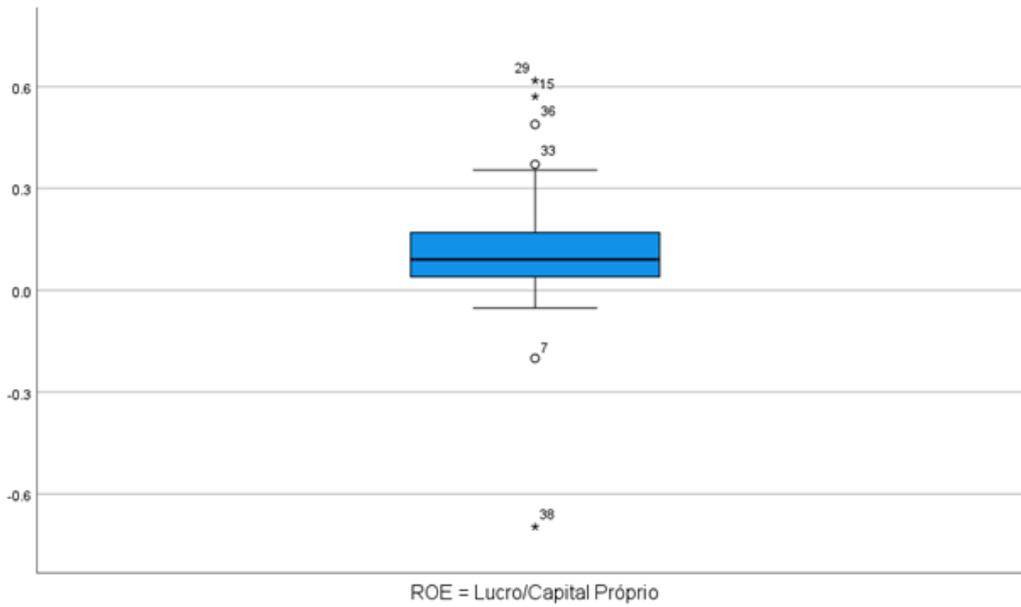


Figura 39: ROE - *Outliers* moderados e severos

Nos resultados obtidos no que diz respeito à Rentabilidade do Ativo (*Return on Assets* – ROA), apresentados na Figura 40, foi possível verificar a existência uma observação abaixo do padrão representativa de um *outlier* moderado. Verificou-se ainda a existência de cinco observações acima do padrão, três representando *outliers* moderados e duas representando *outliers* severos.

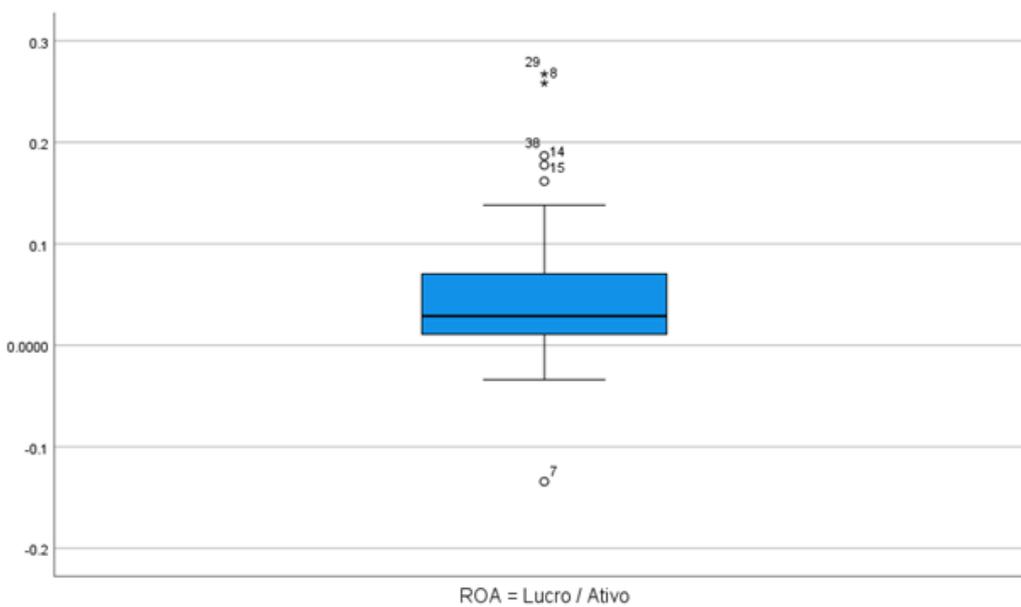


Figura 40: ROA - *Outliers* moderados e severos

Nos resultados obtidos no que diz respeito ao Número de Empregados, apresentados na Figura 41, foi possível verificar a existência duas observações acima do padrão, uma representando um *outlier* moderado e uma representando um *outlier* severo.

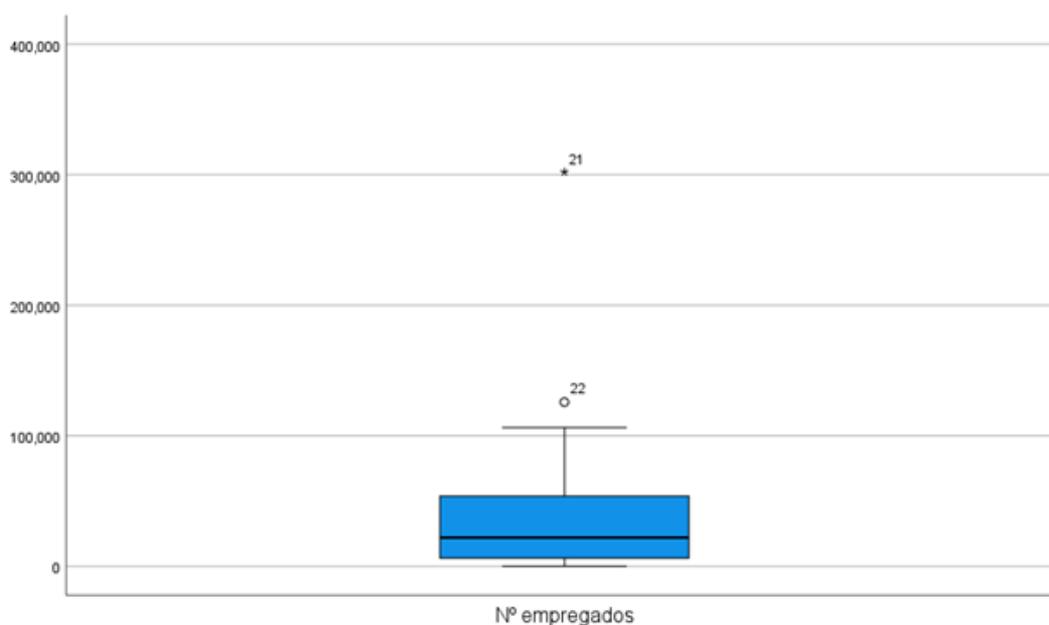


Figura 41: Número de Empregados - *Outliers* moderados e severos

Conforme previamente referido, a base de dados foi elaborada para as empresas presentes na base de dados “*Leading practices*” do IIRC com referência ao ano de 2017, tendo a obtenção dos valores das variáveis sido efetuada através dos relatórios constantes na referida base de dados complementada com informação adicional constante nos sítios da internet das empresas. Para a análise dos dados obtidos, foi efetuada uma regressão logística, sendo apresentados de seguida os elementos resultantes da análise desenvolvida.

No desenvolvimento do modelo, por forma a propiciar uma maior robustez dos resultados, foi requerida uma significância de 5% para a aceitação das variáveis no modelo.

Considerando que a variável dependente (variável resposta) é binária, no processo foi utilizado o *logit* uma vez que os resultados demonstram ser o melhor para aplicar em situações de variáveis dependentes binárias.

A codificação da variável resposta, sendo esta uma variável binária, foi efetuada através da utilização dos valores de 0 e de 1. Correspondendo o 0 à situação em que não se verifica a

existência de GFRI e o 1 à situação em que o RI inclui o relatório de Garantia de Fiabilidade, conforme apresentado na Tabela 34. Desta forma, de acordo com a distribuição de *Bernoulli*, a categoria 1 corresponde à situação de “sucesso” e a categoria 0 corresponde à categoria de “insucesso”.

Tabela 34: Codificação da Variável Dependente

Valor Original	Valor Interno
Não	0
Sim	1

De seguida, foi efetuada a tabela de entrada para o posterior desenvolvimento do método. Na Tabela 35 é apresentada a estatística *Wald* no que refere ao valor da significância da variável constante incluída no modelo de regressão.

Tabela 35: Estatística Wald para a constante do modelo de regressão (Etapa 0)

Variáveis	B	S.E.	Wald	df	Sig	Exp(B)
Etapa 0						
Constante	0,425	0,312	1,856	1	0,173	1,529

A estatística Wald apresenta o valor de 1,856 e a significância de 0,173.

Na Tabela 36 são apresentadas as variáveis que não se encontram na equação. Nesta fase, essas variáveis correspondem à globalidade das variáveis dependentes.

Tabela 36: Variáveis fora da Equação - Etapa 0

Variáveis		Score	df	Sig
Passo 0				
Região	Região	0,095	1	0,758
Indústria	Indústria	6,329		0,012
FormCEO	Formação base do Chief Executive Officer (CEO)	3,741	1	0,053
GenCEO	Género do CEO	0,001	1	0,982
GenBoard	Género na composição do <i>board</i>	1,308	1	0,253
IndBoard	Independência na composição do <i>board</i>	2,197	1	0,138
CombAss	Modelo de garantia de fiabilidade: Combined Assurance Model	3,677	1	0,055
ComAR	Comité de Auditoria e de Risco	2,283	1	0,131
Big4	Auditor financeiro	0,052	1	0,820
Dim	Dimensão: total do ativo	1,543	1	0,214
Endiv	Endividamento: Passivo / Ativo	0,063	1	0,802

Nota: Residual Chi-Squares não foi calculado devido a redundâncias

Score = pontuação

df = degree of freedom

Sig = significância

Nesta fase, é evidenciado o valor da significância da variável “Indústria” (0.012) abaixo de 0,05 e os valores das variáveis “Formação Base do CEO” e “*Combined Assurance Model*”, com uma significância de 0.053 e de 0.055 respetivamente, muito próximo do valor de significância de 0.05.

De seguida, foi efetuado o processo “*Forward Selection (Likelihood Ratio)*”, um método de seleção por etapas, com testes de entrada baseados no nível de significância da pontuação estatística, e testes de remoção baseados na probabilidade de rácio de verosimilhança estatística baseada nas estimativas de verosimilhança parcial máxima.

A Tabela 37 apresenta os resultados do Teste *Omnibus* o qual é utilizado para validar se o novo modelo de regressão é uma melhoria em relação ao modelo de base. Utiliza testes de qui-quadrado para verificar se existe uma diferença significativa entre a probabilidade de logaritmo do modelo de base e o novo modelo.

Tabela 37: Teste Omnibus do modelo de coeficientes

	Qui-quadrado (Chi-square)	df	Sig
Etapa 1			
Etapa	6,948	1	0,008
Bloco	6,948	1	0,008
Modelo	6,948	1	0,008

O teste Omnibus apresentado supra, pretende verificar a hipótese de que os coeficientes, todos eles, do modelo de regressão são nulos. Os resultados indicam que o Qui-quadrado assumiu o valor de 6,948 com significância de 0,008. Sendo a significância inferior a 0,05, é possível rejeitar a hipótese de que os coeficientes serão todos nulos. Desta forma, é possível inferir que os coeficientes do modelo de regressão propiciam uma melhoria na qualidade das previsões do risco de incumprimento.

Na Tabela 38, são apresentados os resultados do R^2 de *Cox & Snell* e do R^2 de *Nagelkerke* os quais permitem proceder a uma avaliação sobre o desempenho geral do modelo de regressão como forma de previsão do risco de incumprimento.

Tabela 38: Síntese do modelo de regressão

Etapa	Verossimelhança de log -2	Cox & Snell R Square	Nagelkerke R Square
1	50,765	0,149	0,202

Nota: Verossimelhança de log -2 (-2 Log likelihood): A estimativa foi terminada na interação número 4 porque as estimativas dos parâmetros mudaram em menos de 0,001.

Os resultados do R^2 de *Cox & Snell* e do R^2 de *Nagelkerke* colocam em evidência a proporção das variações ocorridas que são explicadas pelas variações registadas nas variáveis independentes do modelo de regressão. Pode-se verificar que o R^2 de *Cox & Snell* é de 0,149 significando que o modelo obtido consegue explicar 14,9% das variações totais, o R^2 de *Nagelkerke* apresenta o valor de 0,202 significando que o modelo obtido, ou seja, as variáveis independentes conseguem explicar 20,2% das variações totais.

Na Tabela 39 é apresentado o teste de *Hosmer e Lemeshow* o qual efetua uma verificação sobre a existência de diferenças significativas entre os resultados observados e os resultados que são preditos no modelo de regressão.

Tabela 39: Teste de *Hosmer e Lemeshow*

Etapa	Qui-quadrado (Chi-square)	df	Sig
1	0,000	0	

A Tabela 40 apresenta a tabela de contingência para o teste de *Hosmer e Lemeshow*.

Tabela 40: Tabela de contingência para o teste de *Hosmer e Lemeshow*

Etapa	Garantia de Fiabilidade no Relato Integrado (AIR - Assurance on Integrated Reporting) = Não		Garantia de Fiabilidade no Relato Integrado (AIR - Assurance on Integrated Reporting) = Sim		Total
	Observado	Esperado	Observado	Esperado	
1	17	17,000	26	26,000	43

Pela análise dos resultados obtidos, é possível constatar que, no total das 43 ocorrências, a divulgação de GFRI é prevista e observada em 26 ocorrências, não sendo prevista nem observada em 17 ocorrências. Existem assim 26 ocorrências positivas e 17 ocorrências negativas.

Na Tabela 41 é apresentada a tabela de classificação final das observações obtida pela utilização do modelo de regressão.

Tabela 41: Tabela de classificação final das observações

Observado		Previsão de Garantia de Fiabilidade no Relato Integrado (AIR - Assurance on Integrated Reporting)			Percentagem correta
		Não	Sim		
Etapa 1	Garantia de Fiabilidade	Não	14	3	82,4
	no Relato Integrado	Sim	10	16	61,5
Percentagem global					69,8

Nota: O valor de corte é 0,500

Verifica-se que o modelo de regressão tem uma percentagem global de valores corretos de 69,8%. A tabela de classificação final de observações indica que foram classificados de forma correta 82,4% dos resultados negativos e que foram classificados de forma correta 61,5% dos resultados positivos.

A Tabela 42 apresenta as variáveis na equação do modelo de regressão logística.

Tabela 42: Variáveis na equação do modelo de regressão logística

Variáveis	B	S.E.	Wald	df	Sig	95% C.I. for Exp (B)		
						Exp(B)	Lower	Upper
Etapa 1								
Indústria	-0,787	0,335	5,518	1	0,019	0,455	0,236	0,878
Constante	2,926	1,175	6,202	1	0,013	18,647		

Nota: Variáveis que entraram no passo 1: Indústria

Pela análise dos valores obtidos, constata-se que, quer de acordo com a estatística *Wald*, quer considerando a significância requerida de 5% para a aceitação das variáveis no modelo, a variável “indústria”, com um nível de significância observado de 0,019 é estatisticamente significativa.

Desta forma, está comprovada a hipótese 1:

H1: A tipologia da indústria influencia a probabilidade de ter um relato integrado com garantia de fiabilidade.

A Tabela 43 apresenta as variáveis que não se encontram na equação do modelo de regressão logística.

Tabela 43: Variáveis fora da equação do modelo de regressão logística

Variáveis		Score	df	Sig
Etapa 1				
Região	Região	0,170	1	0,680
FormCEO	Formação base do Chief Executive Officer (CEO)	2,662	1	0,103
GenCEO	Género do CEO	0,754	1	0,385
GenBoard	Género na composição do <i>board</i>	1,891	1	0,169
IndBoard	Independência na composição do <i>board</i>	1,618	1	0,203
CombAss	Modelo de garantia de fiabilidade: Combined Assurance Model	2,086	1	0,149
ComAR	Comité de Auditoria e de Risco	0,980	1	0,322
Big4	Auditor financeiro	0,679	1	0,410
Dim	Dimensão: total do ativo	0,823	1	0,364
Endiv	Endividamento: Passivo / Ativo	0,086	1	0,770

Nota: Residual Chi-Squares não foi calculado devido a redundâncias

É assim possível concluir que as variáveis: região, formação base do *CEO*, género do *CEO*, género na composição do *board*, independência na composição do *board*, existência do *Combined Assurance Model*, existência de um comité de auditoria e risco, auditor financeiro pertencente a uma *Big Four*, dimensão e endividamento, não se apresentam estatisticamente significativas.

É ainda de referir que a variável “formação base do *CEO*” apresenta o nível de significância observado de 0,103, muito próxima do nível de significância de 10% e um score de 2,662.

A variável “*combined assurance model*” apresenta o nível de significância observado de 0,149, com alguma proximidade do nível de significância de 10% e um score de 2,086.

De seguida, a variável “género na composição do *board*” apresenta um nível de significância observado de 0,169 e um score de 1,891.

A variável “endividamento” é a que apresenta um menor nível de significância observado de 0,770 e um score de 0,086.

De acordo com a síntese apresentada na Tabela 44, não podem ser adicionadas ou apagadas mais variáveis ao modelo, sendo somente confirmada a variável indústria como estatisticamente significativa.

Tabela 44: Sumário do processo

Passo	Melhorias			Modelo			Correct. Class %	Variável
	Chi-square	df	Sig	Chi-square	df	Sig		
1	6,948	1	0,008	6,948	1	0,008	69,8%	IN: Indústria

Nota a: Não podem ser adicionadas ou apagadas mais variáveis ao modelo

Nota b: Fim do passo 1

Desta forma, não se verificam positivamente as seguintes hipóteses de investigação:

H2: A formação base do chief executive officer, dividido entre formação base em economia/gestão e engenharia e outros, influencia a probabilidade de ter um relato integrado com garantia de fiabilidade;

H3: O género do chief executive officer influencia a probabilidade de ter um relato integrado com garantia de fiabilidade; H4: O género na composição do board influencia a probabilidade de ter um relato integrado com garantia de fiabilidade; H5: A independência na composição do board, dividido entre independentes e dependentes (executivos e não executivos), influencia a probabilidade de ter um relato integrado com garantia de fiabilidade.; H6: A existência de um comité de auditoria e risco (em detrimento de somente comité de auditoria), aumenta a

probabilidade de ter um relato integrado com garantia de fiabilidade.; H7: A existência do combined assurance model, aumenta a probabilidade de ter um relato integrado com garantia de fiabilidade; H8: A tipologia do auditor financeiro, quando a entidade que desenvolve a GF é uma Big 4, aumenta a probabilidade de ter um relato integrado com garantia de fiabilidade e H9: A região, influencia a probabilidade de ter um relato integrado com garantia de fiabilidade.

5. Discussão

5.1. Discussão - Análise de conteúdo da Garantia de Fiabilidade no Relato integrado

Os resultados obtidos são referentes a empresas maioritariamente cotadas em bolsa originárias maioritariamente da Europa, África e América do Sul. Em relação à emissão de relatórios de garantia de fiabilidade, os resultados indicam que mais de metade das empresas analisadas divulgam voluntariamente Relatórios de garantia de fiabilidade, que os prestadores dos serviços de garantia são principalmente empresas de auditoria que também efetuam a auditoria financeira, a opinião emitida consiste maioritariamente numa opinião limitada.

Pela análise dos relatórios de garantia de fiabilidade, foi ainda possível verificar que é referido que a opinião emitida é unicamente para uso interno da organização sujeita a garantia de fiabilidade. Desta forma existe uma limitação da responsabilidade dos prestadores do serviço de garantia de fiabilidade, estando esta limitação relacionada com a própria natureza da informação não financeira auditada cuja verificação e confirmação é mais difícil. Por outro lado, esta limitação, expressa no relatório garantia de fiabilidade vem também limitar a utilização desta certificação por entidades externas à empresa e por investidores. Na análise ao trabalho desenvolvido pelos prestadores do serviço de garantia foi possível verificar que os aspetos específicos ao relato integrado, tais como os seis capitais e o processo de criação de valor, não são sujeitos a certificação. Desta forma, o processo de certificação da informação desenvolvido para os relatos integrados é semelhante ao processo desenvolvido para os relatórios de sustentabilidade.

Constata-se que os relatórios de garantia de fiabilidade expressam maioritariamente uma opinião limitada ou negativa, constituindo esta uma das limitações registadas em relação à garantia de fiabilidade. Esta conclusão é coincidente com estudos anteriores nos quais é referido que poucas empresas apresentam uma opinião positiva para toda a informação constante no Relato Integrado, sendo necessário maior grau de garantia de fiabilidade (Reverte, 2015; Rodrigues & Morais, 2018). É também referido que a garantia de fiabilidade não é efetuada com o mesmo grau de rigor que a auditoria financeira (Eccles & Saltzman, 2011). Constata-se ainda uma evolução positiva com o incremento de empresas a obterem uma opinião razoável de auditoria.

Comparando os resultados obtidos com estudos anteriores (Gomes, Eugénio & Branco, 2015), verificamos consistência na tipologia dos prestadores dos serviços de garantia enquanto empresas de auditoria. Por outro lado, estudos anteriores indicaram que na Europa (Espanha) se registava maior número de relatórios de garantia de fiabilidade do que nos Estados Unidos, resultado que também é consistente com os agora obtidos (Eccles et al., 2010). O presente trabalho tem limitações entre as quais a análise de um número limitado de organizações e a referência somente a um ano de análise.

5.2. Discussão – Uma comparação geográfica da Garantia de Fiabilidade no Relato

Os resultados obtidos são referentes às 44 empresas mencionadas no ponto anterior, originárias da Europa, África, Australásia, Ásia, América do Norte e América do Sul. Estudos anteriores indicam que a Europa, mais concretamente a Espanha, regista mais relatos de sustentabilidade do que os Estados Unidos, resultado que é consistente com o obtido no estudo realizado (Eccles et al., 2010). Relativamente à divulgação de Relatórios de GFRI, os resultados indicam que 70% das empresas analisadas apresentam, de forma voluntária, relatórios de garantia de fiabilidade. De acordo com pesquisas anteriores, foram registadas diferenças entre as diferentes localizações geográficas. África regista uma percentagem de 76% dos relatórios com garantia de fiabilidade, enquanto a Europa regista somente o valor de 41%. Como forma de justificação desta diferença, é importante referir que as empresas cotadas da África do Sul devem adotar o Relato Integrado num modelo de aplicar ou explicar e que nesta área geográfica a garantia de

fiabilidade é considerada importante para o modelo de governação (Corrado et al., 2019). Comparando os resultados obtidos com estudos anteriores (Gomes, Eugénio & Branco, 2015), foi verificada uma consistência na tipologia dos prestadores do serviço de garantia de fiabilidade como pertencentes à profissão de auditoria, na maioria pertencentes à quatro grandes empresas de auditoria (Canning, O'Dwyer, & Georgakopoulos, 2019; Rodrigues, Morais, & Ribeiro, 2017). No entanto, registou-se que, enquanto na Europa, América do Sul, América do Norte e Australásia os prestadores do serviço de garantia de fiabilidade são unicamente pertencentes a empresas de auditoria, em África e na Ásia, existem também consultores independentes de garantia de fiabilidade. Foi ainda registado que, na maioria das ocasiões, os prestadores do serviço de garantia de fiabilidade são os mesmos do que os auditores financeiros. Esta situação pode ser explicada através da promoção realizada pelas empresas de auditoria do uso de um único auditor para a auditoria financeira e para a garantia de fiabilidade (Farooq & de Villiers, 2019).

Um aspeto importante relacionado com a garantia de fiabilidade prende-se com a opinião que é obtida. Foi constatado que esta opinião consiste maioritariamente numa opinião limitada (Canning et al., 2019; Rodrigues & Morais, 2019; Rodrigues et al., 2017). Através da análise realizada aos relatórios de garantia de fiabilidade, foi possível constatar que a opinião expressa é somente para uso interno da empresa sujeito ao trabalho de garantia de fiabilidade. De facto, existe uma limitação expressa no relatório de garantia de fiabilidade sobre a utilização das conclusões obtidas do relatório. Esta limitação é expressa como estando relacionada com a natureza da informação não financeira, mais qualitativa e menos normalizada, quer no tipo de informação reportada, quer na forma de obtenção dessa informação, a qual apresenta uma maior dificuldade de verificação e de confirmação. Por outro lado, esta limitação expressa no Relatório de garantia de fiabilidade, também limita e condiciona o uso da certificação por entidades externas à empresa sujeita a análise e a investidores. Foi também constatado que são os administradores e gerentes que decidem sobre qual a informação de sustentabilidade a certificar, podendo este aspeto reduzir a independência dos prestadores do serviço de garantia de fiabilidade (Corrado et al., 2019).

No que diz respeito à análise do trabalho desenvolvido pelos prestadores do serviço de garantia de fiabilidade, foi verificado que os aspetos específicos do Relato Integrado, tais como os capitais e o processo de criação de valor, não é sujeito ao processo de verificação. Desta forma,

pode concluir-se que o processo desenvolvido relativamente ao Relato Integrado é semelhante ao processo desenvolvido relativamente ao relato de sustentabilidade.

Para concluir, refere-se que os normativos utilizados pelos prestadores de serviço de garantia de fiabilidade, estão diretamente relacionadas com a tipologia do prestador de serviços. Enquanto os normativos utilizados pelos prestadores de serviço pertencentes à profissão de auditoria utilizam a ISAE 3000, os consultores de sustentabilidade utilizam a AccountAbility standard AA1000AS (Farooq & de Villiers, 2019).

5.3. Discussão – Determinantes da Garantia de Fiabilidade no Relato Integrado

No desenvolvimento do modelo, por forma a propiciar uma maior robustez dos resultados, foi requerida uma significância de 5% para a aceitação das variáveis no modelo. O R2 obtido foi de 1,49 significando que o modelo obtido consegue explicar 1,49% das variações totais. Na sequência do processo desenvolvido, foi constatado que a variável indústria é estatisticamente significativa, sendo assim obtida uma resposta de confirmação relativamente à hipótese 1, *H1: A tipologia da indústria influencia a probabilidade de ter um relato integrado com garantia de fiabilidade*. Em sentido inverso, foi verificado que as variáveis: região, formação base do *CEO*, género do *CEO*, género na composição do *board*, independência na composição do *board*, existência do *Combined Assurance Model*, existência de um comité de auditoria e risco, auditor financeiro pertencente a uma Big Four, dimensão e endividamento, não se apresentam estatisticamente significativas. Desta forma, não foi possível inferir positivamente sobre as restantes hipóteses colocadas, nomeadamente: *H2: A formação base do chief executive officer, dividido entre formação base em economia/gestão e engenharia e outros, influencia a probabilidade de ter um relato integrado com garantia de fiabilidade*; *H3: O género do chief executive officer influencia a probabilidade de ter um relato integrado com garantia de fiabilidade*; *H4: O género na composição do board influencia a probabilidade de ter um relato integrado com garantia de fiabilidade*; *H5: A independência na composição do board, dividido entre independentes e dependentes (executivos e não executivos), influencia a probabilidade de ter um relato integrado com garantia de fiabilidade*.; *H6: A existência de um comité de auditoria e risco (em detrimento de somente comité de auditoria), aumenta a probabilidade de ter um*

relato integrado com garantia de fiabilidade.; H7: A existência do *combined assurance model*, aumenta a probabilidade de ter um relato integrado com garantia de fiabilidade; H8: A tipologia do auditor financeiro, quando a entidade que desenvolve a GF é uma *Big 4*, aumenta a probabilidade de ter um relato integrado com garantia de fiabilidade e H9: A região, influencia a probabilidade de ter um relato integrado com garantia de fiabilidade.

Foi ainda identificado que a variável “formação base do *CEO*”, apresenta o nível de significância observado de 0,103, muito próxima do nível de significância de 10% e um score de 2,662. A variável “*combined assurance model*” apresenta o nível de significância observado de 0,149, com alguma proximidade do nível de significância de 10% e um score de 2,086, e a variável “género na composição do *board*” apresenta um nível de significância observado de 0,169 e um score de 1,891. Foi ainda constatado que a variável “endividamento” é a que apresenta um menor nível de significância observado de 0,770 e um score de 0,086.

Na sequência do exposto, constata-se sobre a variável indústria, por ser estatisticamente significativa, uma confluência com estudos prévios. Em sintonia com os resultados obtidos, estudo anteriores indicam que a nível da empresa os fatores podem incluir a indústria, sendo referindo que empresas de setores mais expostos a questões ambientais, como a energia ou os recursos naturais, apresentam um maior compromisso para com o RS por este elemento aumentar a sua reputação e credibilidade. Por outro lado, empresas de setores com grande visibilidade, como os serviços financeiros, têm uma grande necessidade de demonstrar que são socialmente responsáveis e desta forma legitimar o seu papel na sociedade. (Abernathy, Stefaniak, Wilkins & Olson, 2017; Fernandez-Feijoo et al., 2015; Marín Andreu & Ortiz-Martínez, 2018). Na classificação das indústrias, Prinsloo e Maroun (2020) consideram que as empresas que estão no setor mineiro e industrial são classificadas como tendo um elevado impacto social e ambiental; os serviços financeiros podem também ter um impacto material, mas indireto, impacto social e ambiental sendo consideradas separadamente e as restantes organizações são agrupadas numa única categoria. Maroun (2019a) refere que empresas com exposição ambiental incluem: extração, mineiro, produção de papel, químicas, industriais.

No que refere à variável “endividamento”, a variável que apresenta um menor nível de significância observado de 0,770 e um score de 0,086, refira-se que pesquisas anteriores encontraram resultados contraditórios neste efeito, no entanto, Shan Zhou et al (2019) indicam

que em relação ao endividamento têm uma expectativa de obter um valor positivo na variável e Warren Maroun (2018), refere que as características das organizações podem possibilitar prever se a empresa terá GFRS, identificando o endividamento com uma associação positiva. Hahn e Kühnen (2013) indicam que um elevado endividamento pode pressupor uma maior dificuldade de suportar os custos do RS e de fazer face a consequências com a divulgação de informação potencialmente desfavorável, podendo o RS ser utilizado para legitimar as atividades da empresa perante os credores e investidores, providenciando desta forma incentivos para desenvolver este modelo de relato.

6. Bases de Estudo

No decorrer do desenvolvimento do presente capítulo, foram efetuadas apresentações em conferências tendo sido realizadas as seguintes publicações em atas indexadas: em junho de 2019 foi publicado o estudo “*A Geographical Comparison of Assurance on Integrated Reporting*”, na *14th Iberian Conference on Information Systems and Technologies (CISTI)*, IEEE, DOI: 10.23919/CISTI.2019.8760836; em junho de 2017 foi publicado o estudo “*Assurance on integrated reporting < IR*”.” na *12th Iberian Conference on Information Systems and Technologies (CISTI)*, IEEE, DOI: 10.23919/CISTI.2017.7976062. Adicionalmente, em setembro de 2019 foi publicado o estudo “*Seeking Legitimacy and Sustainability through Integrated Reporting*” em atas não indexadas referentes ao XVIII *Encuentro Internacional AECA* realizado em Lisboa.

Para o desenvolvimento deste estudo, foi também relevante a participação e apresentação do estudo em diversas conferências a seguir apresentadas: *Sustainability, Ethics and Entrepreneurship – Academic Research Conference*, que decorreu em Washington, D.C em março de 2018 e a *Integrated Thinking & Reporting in practice Conference*, que decorreu em Roma em novembro de 2016.

Encontra-se também em elaboração um artigo para submissão na revista internacional “*Journal of Accounting and Organizational Change*”.

7. Sinopse

No Capítulo 3 foi realizada a análise de conteúdo e a comparação geográfica da GFRI, vindo a ser analisados os determinantes que conduzem à emissão da GFRI. No primeiro subestudo, efetuou-se uma análise evolutiva entre 2017 e 2011 da GFRI nas seguintes componentes: tipologia de organizações, prevalência por região, existência de garantia de fiabilidade, tipo de opinião emitida e caracterização dos prestadores do serviço de garantia de fiabilidade. No segundo subestudo pretendeu-se responder a questões na área dos serviços de garantia de fiabilidade em diferentes áreas geográficas. Em terceiro lugar pretende-se verificar quais os determinantes que condicionam a emissão de GFRI.

No capítulo seguinte é apresentada uma metodologia de ensino para a introdução do tema da garantia de fiabilidade nas instituições do ensino superior.

Pretende-se com a conjugação do estudo realizado neste capítulo e o estudo a realizar no capítulo seguinte, propiciar a transmissão de conhecimentos adquiridos da investigação realizada à academia. Desta forma, é proposta uma interligação entre a academia, a prática e o ensino por forma a preparar profissionais que possam ser conhecedores das melhores práticas existentes nas organizações na área do relato, da sustentabilidade e da auditoria.

CAPÍTULO IV – COMO DESAFIAR ALUNOS UNIVERSITÁRIOS A ESTUDAR A GARANTIA DE FIABILIDADE NO RELATO INTEGRADO (ESTUDO 3)

1. Introdução e Relevância do Estudo

A sociedade está a evoluir e a tornar-se mais sensível em relação à sustentabilidade e às consequências das atividades de empresas (Camilleri, 2017). No início do século vinte um, é notório um aumento da consciência social e ambiental, a qual pode ser observada em diversas iniciativas relacionadas com as alterações climáticas e o desenvolvimento sustentável. Por outro lado, os investidores financeiros conduzem as decisões de investimento baseando-se em parâmetros ambientais, sociais e de governação (*Environmental, Social and Governance - ESG*) os quais incluem fatores de sustentabilidade como base para a identificação de empresas com modelos de negócio superiores (Husted & Sousa-Filho, 2017; Park & Ravenel, 2013). As Nações Unidas definiram os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em 2015 com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (United Nations, 2015). O movimento *Fridays For Future*, que é um movimento escolar ambiental inspirado pela Greta Thunberg (Kühne, 2019; Wahlström et al., 2019), registou um crescente número de jovens ativistas ambientais. De acordo com Tavares, Tavares, Justino e Amaral (2008) é importante perceber as escolhas e necessidades percecionadas dos estudantes, desta forma, o ensino das áreas relacionadas com a sustentabilidade torna-se relevante na medida em que é uma área de interesse e de preocupação dos jovens que estão e que irão ingressar no ensino superior.

Acompanhando este ativismo, surgiu o Relato Integrado – IR como resposta às exigências de alterações nos modelos de relato das empresas, assim como o aumento de informação de sustentabilidade divulgada pelas organizações de forma voluntária juntamente com o relato financeiro (Druckman, 2014). Este novo modelo de relato empresarial enquadra as atividades desenvolvidas pelas empresas de forma holística, baseado no pensamento integrado e englobando a divulgação de informação financeira e não-financeira. De forma a garantir a conformidade da informação integrada e aumentar a legitimidade e sustentabilidade, existe um incremento na divulgação de garantia de fiabilidade da informação não-financeira (Eccles et al., 2012; Gary et al., 2011; Pflugrath et al., 2011; Villiers et al., 2014). O tema da GFRI é um

tópico emergente com crescente relevância nos estudos académicos (Adams, 2015; John Dumay et al., 2016; Reimsbach et al., 2018). Acompanhando esta tendência, o IIRC publicou em 2014 dois estudos que abordam o tema da Garantia de Fidelidade (IIRC, 2014b, 2015). A difusão na adoção do Relato Integrado, requer desenvolvimentos significativos quer para os profissionais, quer nos currículos na área da contabilidade nas universidades (Owen, 2013). À luz deste aspeto, é necessário que a academia aceite este novo tema e o inclua nos seus currículos, de forma a melhorar o ensino na contabilidade e melhorar a conexão entre o curriculum das universidades e as competências e conhecimento exigidos pelas entidades empregadoras (Dolce, Emanuel, Cisi, & Ghislieri, 2019; Sá, Dias, & Sá, 2017).

As universidades necessitam de ser parte ativa no referido movimento de mudança, de aceitar o desafio e de liderar as novas tendências, tanto em relação ao relato empresarial como em relação às preocupações dos jovens que irão estar nas universidades no futuro próximo. Neste sentido, a motivação e relevância deste estudo consiste em melhorar a difusão do Relato Integrado e a GFRI no currículo das universidades.

Por conseguinte, o objetivo do estudo consiste em apresentar um guia ou uma ferramenta que ajude os professores e as universidades a introduzir o tema do GRFI no ensino superior. No presente estudo, são endereçadas três questões de investigação:

Q11: Quais são as práticas de aprendizagem utilizadas para ensinar o RI e a GFRI?

Q12: De que forma pode o challenge learning method ser utilizado para ensinar a GFRI?

Q13: Que indicadores podem ser utilizados para avaliar a performance do challenge learning method quando aplicado à GFRI?

A abordagem metodológica desenvolve uma análise teórica dos artigos publicados sobre a GFRI e sobre formas de ensino de sustentabilidade. Desta forma, são construídos os fundamentos para a apresentação do *challenge learning method*, uma metodologia para os professores desafiarem e motivarem os alunos a desenvolverem o tópico da GFRI.

O resultado do estudo é um método inovador, o qual poderá motivar os alunos na aprendizagem das práticas emergentes na contabilidade que são o Relato Integrado e a GFRI. O estudo

propicia melhoramentos nas práticas desenvolvidas em universidades, providenciando caminhos relacionados com o tema da GFRI no currículo de licenciaturas e mestrados.

Este estudo tenciona assim contribuir para a disseminação da GFRI no ensino superior, fator que poderá levar a uma melhor ligação entre as universidades e as melhores práticas de relato empresarial e de auditoria, levando assim a um aumento na ligação entre professores, alunos, contabilistas, auditores, reguladores e a sociedade em geral. A literatura existente sobre o ensino do RI e da GFRI é escassa e com poucos casos educacionais propostos. Brown e Kohlbeck (2017) propõem um caso educacional sobre a apresentação de garantia de fiabilidade para relatórios não financeiros de sustentabilidade a qual foi desenvolvida para cursos de auditoria no ensino superior. Em vez de utilizar o modelo de aprendizagem baseado em problemas, o presente estudo utiliza a base do ensino baseado em desafios o qual combina os melhores aspetos do ensino baseado em resolução de problemas, focando-se em problemas encontrados no mundo real. Uma característica única do ensino baseado em desafios é a de que os problemas estão ligados a uma ideia com uma perspetiva global (Johnson, Smith, Smythe & Varon, 2009; Podsakoff, MacKenzie, Bachrach & Podsakoff, 2005), neste caso a GFRI. Apesar de este método ser pouco utilizado na investigação do RI, é argumentado neste estudo que ele é adequado para o Ensino da GFRI. Adicionalmente, este estudo apresenta um modelo de avaliação que pode ser utilizado para avaliar o sucesso do CLM.

Este estudo apresenta a seguinte estrutura. Na secção 2, os artigos anteriores são descritos e a questão de investigação formulada. De seguida, na secção 3, a metodologia é apresentada, seguida pelos resultados com uma análise descritiva e a apresentação do *challenge learning method*, um método para desafiar os alunos a desenvolverem o tópico da GFRI. Embora o método de ensino baseado em desafios seja escassamente utilizado na investigação do RI, é argumentado neste estudo que ele é adequado para o ensino da GFRI. Adicionalmente, este estudo apresenta um modelo de avaliação que pode ser utilizado para avaliar o sucesso da sua aplicação à GFRI.

Este estudo apresenta a seguinte estrutura. Na secção 2 é efetuada a revisão da literatura. De seguida, na secção 3, a metodologia é apresentada e na secção 4 é efetuada a apresentação da aplicação do *challenge learning method*. A secção 5 apresenta a discussão dos resultados e a secção 6 a conclusão.

2. Revisão da Literatura

Nos recentes anos, temos vindo a assistir a um aumento de artigos publicados sobre o relato integrado. Artigos sobre relato externo (e.g., J. Brown & Dillard, 2014), *accountability* e governo societário (e.g., Frías-Aceituno, Rodríguez-Ariza & García-Sánchez, 2013), controlo de gestão e estratégia (e.g., Dumay & Xi Dai, 2014), auditoria e garantia de fiabilidade (Simnett & Huggins, 2015) e avaliação de desempenho (e.g., Gerwanski, 2020; Reimsbach, Schiemann, Hahn & Schmiedchen, 2020) mostram a relevância do campo de estudo do relato integrado.

As universidades desempenham um papel importante e estratégico na adoção e proliferação do relato integrado (Perego et al., 2016), não só providenciando e desenvolvendo estudos relevantes, mas também ensinando os futuros profissionais da área da contabilidade. A difusão do Relato Integrado e da GFRI é necessária, assim como a inclusão de preocupações sobre sustentabilidade nas universidades. Considerando as mudanças registadas nas empresas relativamente à elaboração e divulgação de relatos empresariais e auditoria, a abordagem usada para ensinar tem também que evoluir para que possa acompanhar a evolução registada na prática. Adicionalmente, como mencionada antes, a sociedade está mais consciente dos aspetos de sustentabilidade, por isso a sobrevivência das empresas depende também do juízo de valor que a sociedade fizer das atividades desenvolvidas. Atualmente, uma empresa pode ser descrita como um contrato social, e se a empresa não respeitar esse contrato pode ser forçada a encerrar. Por exemplo, se uma empresa não respeitar o critério de poluição, pode ser forçada a alterar a situação ou a terminar a atividade. O crescimento da consciência da sociedade sobre estes novos temas é bem demonstrado com o movimento de jovens relativo às alterações climáticas. À luz do ativismo da nova geração que quer ser parte da mudança, as universidades têm de adaptar as temáticas que fazem parte dos seus currículos e também os métodos empregues. Só desta forma poderão utilizar a força desta geração em vez de estagnarem, só desta forma poderão abraçar o desafio reconhecendo estas novas preocupações e atitudes em relação aos problemas e procurar uma solução. Ser parte da solução e não do problema. Em conclusão, as universidades devem responder ao desafio que a nova geração está a apresentar à sociedade. Dumay e Adams (2014) consideram que uma das razões pelas quais o capital intelectual não se implantou e proliferou na prática de gestão, foi o discurso dos académicos. Para além disso, os esforços para disseminar temas como a sustentabilidade, contabilidade social e sistemas de

custos ambientais no ensino de contabilidade parece ser descoordenado e esporádico (Hazelton & Haigh, 2010). No entanto, Lee et al. (2017) mostram que incorporar questões de sustentabilidade no currículo da contabilidade pode originar resultados positivos nos alunos relativamente às atitudes, controlo comportamental percebido, intenções e comportamento. No entanto, os departamentos de contabilidade necessitam de mais esforços em relação ao apoio prestado, materiais disponibilizados e estruturas de recompensa.

A adoção do Relato Integrado tem implicações no conteúdo e na estrutura do currículo de contabilidade e na forma como a contabilidade deve ser ensinada. Owen (2013) descreve como a adoção do Relato Integrado pode exigir desenvolvimentos significativos no currículo da contabilidade na universidade. Os estudantes devem trabalhar com mais informação não estruturada de fontes diversas para avaliarem as entidades, o foco deve passar de operacional para estratégico, de curto para longo prazo, de análise retrospectiva a uma análise mais prospetiva e da necessidade de conciliar tanto informação qualitativa como quantitativa. Estes novos focos tornam difícil introduzir o Relato Integrado em currículos tradicionais de contabilidade e finanças, devido também à resistência dos membros das instituições de ensino superior (Mburayi & Wall, 2018). Pippin et al. (2016) descobriram que menos de 2% das universidades dos EUA oferecem cursos de contabilidade incorporados ou independentes no relato integrado e na sustentabilidade.

Na Tabela 45 é apresentada a relação entre os autores e os temas estudados.

Tabela 45: Relação autores e tema estudado

Autor	Tema abordado
Brown & Dillard, 2014	Tem como foco o relato externo
Frías-Aceituno, Rodríguez-Ariza, & García-Sánchez, 2013	Aborda a <i>accountability</i> e o governo societário
Simnett & Huggins, 2015	Estuda a auditoria e a garantia de fiabilidade
Gerwanski, 2020;	
Reimsbach, Schiemann, Hahn, & Schmiedchen, 2020	Analizam a avaliação de desempenho
Perego, Kennedy, & Whiteman, 2016	Referem o relevo das universidades na adoção e proliferação do relato integrado
Dumay and Adams (2014)	Apresentação do discurso dos académicos como motivo para não proliferação do capital intelectual
Hazelton & Haigh, 2010)	Referência a que o esforço para disseminar o tema da sustentabilidade no ensino de contabilidade é esporádico

Lee et al. (2017)	Defende-se que incorporar as questões de sustentabilidade no currículo da contabilidade poderá originar resultados positivos nas atitudes, controlo comportamental percebido, intenções e comportamento dos alunos
Owen (2013)	Ligação entre a adoção do relato integrado e a possível exigência de desenvolvimentos no currículo da contabilidade
Mburayi & Wall, 2018	Referem a dificuldade na introdução do relato integrado em currículos tradicionais de contabilidade e finanças, devido também à resistência dos membros das instituições de ensino superior
Pippin et al. (2016)	De acordo com um estudo nas universidades dos EUA, é concluído que menos de 2% apresentam cursos de contabilidade incorporados ou independentes no relato integrado e na sustentabilidade

As práticas de ensino do Relato Integrado foram abordadas por diversos autores conforme sintetizado na Tabela 46, infra apresentada.

Tabela 46: Relação entre autores, modelos de ensino e bases pedagógicas

Autor	Modelo de ensino / Pedagogia
Bouten & Hoozée, 2015	
Stubbs & Cocklin, 2008	Ensino baseado em problemas (problem-based learning)
Wyness & Dalton, 2018	
Hazelton & Haigh, 2010	Ensino baseado em projetos (project-based learning)
Liu, Wang, Su, & Zhou, 2019	
Hardin et al. (2016)	Ensino baseado em casos de estudo (case-based approach)
Collins & Kearins, 2007	
Lee et al., 2017	Ensino experiencial (experimental learning)
Young & Lee Warren, 2013	
Leonard & Swap, 2004	
Young & Lee Warren, 2011	Ensino baseado em desafios (Challenge-based learning)
Apple, 2010	

A Tabela 47 apresenta uma síntese das pesquisas desenvolvidas em relação aos diversos modelos de ensino e pedagogias subjacentes utilizada.

Tabela 47: Síntese de estudos sobre modelos de ensino/pedagogias

Modelo de ensino / Pedagogia	Autor	Síntese
Problem-based learning	Bouten e Hoozée (2015)	Proposta de um caso prático, baseado nas práticas de relato numa empresa de telecomunicações, para introduzir os conceitos de sustentabilidade e de relato integrado
Problem-based learning	Stubbs e Cocklin (2008)	Apresentação de uma estrutura de sustentabilidade que visa promover o desenvolvimento de pensamento crítico e refletivo e a discussão entre estudantes
Problem-based learning	Wyness and Dalton (2018)	Avaliação da perceção dos estudantes em relação à utilização do ensino baseado em problemas no ensino da sustentabilidade, tendo concluído pela validade do modelo pedagógico
Problem-based learning	Hansen, 2006; Stanley & Marsden, 2012	A implementação do ensino baseado em problemas ao utilizar o sistema de aprendizagem através do fazer, com particular ênfase na importância de questionar, poderá ser a melhor forma de alcançar um melhor conhecimento em contabilidade
Project-based learning	Hazelton and Haigh (2010)	Implementação de dois projetos com o objetivo de incorporar os princípios de desenvolvimento sustentável no ensino da contabilidade. Utilização de uma metodologia de investigação ativa que pretende gerar mudança melhorando a experiência dos alunos.
Case-based approach	Hardin et al. (2016)	Desenvolvimento de um modelo baseado na apresentação de casos de estudo para a educação de sustentabilidade
	Brown e Kohlbeck (2017)	Proposta de um caso educacional relacionado com a disponibilização de garantia de fiabilidade em informação não financeira de sustentabilidade
Challenge-based learning	Apple, 2010: p.3	O modelo de ensino baseado em desafios é descrito como “a collaborative learning experience in which teachers and students work together to learn about compelling issues, propose solutions to real problems, and take action.”
Challenge-based learning	Leonard & Swap, 2004; Young & Lee Warren, 2011	pedagogia, é particularmente adequada para o ensino de conceitos quando existe uma vasta possibilidade de escolhas com diversas dimensões de conhecimento e um especialista poderá não apresentar explicitamente todas as vertentes e quando o conhecimento tem um contexto específico e a situação é nova e incerta
Aprendizagem experimental	Vygotsky, 1978	A aprendizagem experimental que constitui a pedagogia subjacente à aprendizagem baseada em desafios (challenge-based learning) é baseada na teoria construtivista que implica que os indivíduos sejam construtores do seu próprio conhecimento, originado pela interação com o seu ambiente envolvente social e cultural
Aprendizagem experimental	Frisk & Larson, 2011	Os estudantes aprendem melhor quando constroem o seu conhecimento através da experiência pessoal e conhecimento, é uma combinação de competência, atitudes e conhecimento que permite os estudantes compreender ou fazer algo
Aprendizagem experimental	Sulkowski et al. (2020)	Aplicação da aprendizagem experimental através de um projeto piloto no qual os estudantes preparam um relatório de sustentabilidade.
Experimental learning	Collins & Kearins (2007)	Apresentação de um exercício experimental que consiste no desenvolvimento da simulação de uma negociação entre as partes interessadas (stakeholders’) na informação de sustentabilidade com o objetivo de promover a reflexão crítica por parte dos estudantes

Conforme apresentado nas Tabelas 46 e 47 supra, as práticas de ensino do Relato Integrado são também diversas: ensino baseado em problema - *problem-based learning* (Bouten & Hoozée, 2015; Stubbs & Cocklin, 2008; Wyness & Dalton, 2018); ensino baseado em projetos - *project-based learning* (Hazelton & Haigh, 2010; Liu, Wang, Su, & Zhou, 2019) e ensino experiencial - *experimental learning* (Collins & Kearins, 2007; Lee et al., 2017; Young & Lee Warren, 2011) entre outros. No entanto, a norma continua a ser a utilização de pedagogia passiva através de exposição teórica de temas e de resolução de problemas no quadro.

A aprendizagem baseada em problemas, envolve os estudantes no desenvolvimento de uma solução para um problema ou um caso prático, sem contribuir de forma clara para a estruturação e aquisição de conhecimento através do desenvolvimento da atividade. Wyness e Dalton (2018) avaliaram a perceção dos estudantes em relação à utilização do ensino baseado em problemas no ensino da sustentabilidade, tendo concluído pela validade do modelo pedagógico. Diversos estudos apresentam o desenvolvimento de casos no ensino da sustentabilidade. Bouten e Hoozée (2015) propõem um caso prático, baseado nas práticas de relato numa empresa de telecomunicações Belga, para introduzir os conceitos de sustentabilidade e de relato integrado. Stubbs e Cocklin (2008) apresentam uma estrutura de sustentabilidade que visa promover o desenvolvimento de pensamento crítico e refletivo e a discussão entre estudantes de MBA.

Hardin et al. (2016) desenvolvem um modelo baseado na apresentação de casos de estudo (*case-based approach*) para a educação de sustentabilidade, argumentando que esta pedagogia é relevante não somente para o ensino superior mas também para a aprendizagem contínua. Por último, Brown e Kohlbeck (2017) propõem, na medida em que se conhece, o único caso educacional relacionado com a disponibilização de garantia de fiabilidade em informação não financeira de sustentabilidade a qual foi orientada para cursos de auditoria no ensino superior.

Uma outra tipologia de pedagogia ativa, consiste na aprendizagem através do desenvolvimento de projetos (*project-based learning*) a qual pretende envolver os estudantes no desenvolvimento e na aplicação de teorias, competências e técnicas com vista a resolver problemas globais reais. Hazelton e Haigh (2010) descrevem a implementação de dois projetos com o objetivo de incorporar os princípios de desenvolvimento sustentável no currículo de contabilidade em pós-graduações. Eles utilizaram uma metodologia de investigação ativa, a qual pretende gerar mudança melhorando a experiência dos alunos.

Embora as duas teorias referidas promovam o pensamento crítico, a aprendizagem experimental (*experimental learning*) avança mais um passo ao promover a aprendizagem através da experiência. Contrariamente aos outros dois tipos de aprendizagem, a aprendizagem experimental é baseada em desafios. A aprendizagem experimental é a pedagogia subjacente à aprendizagem baseada em desafios (*challenge-based learning*) a qual é baseada na teoria construtivista que implica que os indivíduos sejam construtores do seu próprio conhecimento, originado pela interação com o seu ambiente envolvente social e cultural (Vygotsky, 1978). Esta teoria sugere que os estudantes aprendem melhor quando constroem o seu conhecimento através da experiência pessoal e conhecimento, mais do que pela apresentação de informação sobre um tópico, é uma combinação de competência, atitudes e conhecimento que permite os estudantes compreender ou fazer algo (Frisk & Larson, 2011). O modelo de aprendizagem baseado em desafios (*challenge-based learning*) é definido como “*a collaborative learning experience in which teachers and students work together to learn about compelling issues, propose solutions to real problems, and take action.*” (Apple, 2010, p.3). Sulkowski et al. (2020) aplicam a aprendizagem experimental a estudantes de MBA através de um projeto piloto no qual os estudantes preparam um relatório de sustentabilidade. Collins e Kearins (2007) apresentam um exercício experimental que consiste no desenvolvimento da simulação de uma negociação entre as partes interessadas (*stakeholders*) na informação de sustentabilidade com o objetivo de promover a reflexão crítica por parte dos estudantes.

Alguns estudos constataram que a implementação de ensino baseado em problemas (*problem-based learning*) ao utilizar o sistema de aprendizagem através do fazer, com particular ênfase na importância de questionar, poderá ser a melhor forma de alcançar um melhor conhecimento em contabilidade (Hansen, 2006; Stanley & Marsden, 2012). No entanto, o desenvolvimento dessa ação poderá não ser suficiente para atrair a atenção dos estudantes e desenvolver o desejo de aprendizagem. A chave para o sucesso na aprendizagem, é a capacidade de pensar, em detrimento de somente fazer. É através da apresentação de desafios que os professores poderão auxiliar os estudantes a passarem do fazer para o pensar. Se os professores apresentarem desafios aos estudantes, eles sentem-se motivados para questionar, pensar, observar, e encontrar um meio para evoluir. Adicionalmente, no contexto atual, a realidade está em rápida e constante mudança, o que significa que uma solução para um problema encontrada hoje, poderá não ser válida amanhã. Através da imersão dos alunos em ambientes desafiantes, os professores estão

a auxiliá-los a procurar sempre as melhores soluções e a procurar novas possibilidades. Contrariamente à aprendizagem baseada em projetos - *project-based learning*, este método não apresenta as questões aos estudantes, mas antes requer que os estudantes coloquem as suas próprias questões. Esta pedagogia, é particularmente adequada para o ensino de conceitos quando existe uma vasta possibilidade de escolhas com diversas dimensões de conhecimento e um especialista poderá não apresentar explicitamente todas as vertentes e quando o conhecimento tem um contexto específico e a situação é nova e incerta (Leonard & Swap, 2004; Young & Lee Warren, 2011). Pelos motivos apresentados, a pesquisa concluiu que a aprendizagem experimental constitui a pedagogia adequada para o ensino da sustentabilidade e do RI.

3. Metodologia

O estudo beneficia da análise de estudos publicados em GFRI, em Relato Integrado e em artigos relacionados com o ensino em revistas incluídas na base de dados da Web of Science.

A abordagem metodológica é desenvolvida em duas fases: a primeira consiste numa análise teórica de artigos publicados sobre GFRI; a segunda desenvolve a base para a apresentação do *challenge learning method* (CLM).

Na primeira fase, a base de dados da Web of Science foi consultada e foi conduzido o seguinte estudo: quando as palavras-chave relato integrado (*integrated reporting*); garantia de fiabilidade (*assurance*) e educação foram usadas em “*topic*”, não foram encontrados nenhuns artigos. Quando as palavras-chave relato integrado; garantia de fiabilidade e educação foram usadas, as duas primeiras em “*topic*” e a segunda em “*all fields*”, quatro (4) artigos foram encontrados. Usando as palavras-chave relato integrado e educação, ambas em “*topic*”, doze (12) artigos foram encontrados. Quando as palavras-chave relato integrado e educação foram usadas, a primeira em “*topic*” e a segunda em “*all fields*”, trinta e quatro (34) artigos foram encontrados. Este processo de geração da base de artigos representa a fase inicial do estudo.

Na segunda fase, através da apresentação das suas bases, fases, desenvolvimento detalhado e forma de avaliar o desempenho, o CLM é utilizado para introduzir a GFRI nos temas estudados, com maior preponderância da contabilidade, auditoria e empreendedorismo.

4. Challenge Learning Method (CLM): Método para desafiar os alunos a desenvolver o tema da Garantia de Fiabilidade no Relato integrado

4.1. Challenge Learning Method (CLM): As Bases do Método

O *Challenge Learning Method* (CLM) é baseado na apresentação de exemplos disruptivos por forma a criar uma reação nos alunos e a incentivar o debate. Desta forma, os alunos procuram aprender mais, têm interesse em desenvolver os seus conhecimentos. A base consiste em desafiar os estudantes a debaterem as situações e a procurarem encontrar soluções.

Enquanto alguns estudos consideram que a experiência de ensino pode contribuir para um aumento substantivo de capacidades essenciais para o desenvolvimento de pesquisas, e que pode ser considerado como um componente que acrescenta valor à investigação académica (Feldon et al., 2011), a metodologia proposta, como apresentado por Creel e Paz (2018), surge das experiências de ensino relacionadas com a apresentação dos temas RI e GFRI em eventos no ensino superior e em aulas de contabilidade, auditoria e empreendedorismo.

4.2. Challenge Learning Method (CLM): As fases do Método

Conforme apresentado na Tabela 48, a seguir apresentada, o método proposto abrange a introdução ao contexto e motivação com a apresentação do conhecimento principal de fundo na primeira fase. Em primeiro lugar é apresentada uma situação a qual deve ser disruptiva ou provocadora, com o objetivo de criar o interesse nos alunos de forma que eles iniciem a discussão. Para fazer a ligação com o relato integrado, é apresentado o exemplo da “*Spice Girls gender t-shirt*”, seguida da falência da Enron, e para terminar a contextualização, é reforçada a importância da garantia de fiabilidade com o exemplo da crise na Volkswagen.

Uma vez introduzido o contexto, é efetuada a apresentação de um dos desafios aos estudantes através do qual são encorajados a discutir e a tentar encontrar soluções.

Enquanto o assunto é discutido, é apresentado aos alunos o estado da arte relacionada com a evolução do relato das empresas, da auditoria e da garantia de fiabilidade. Na parte relacionada

com a evolução do relato empresarial são apresentados os conceitos e os conhecimentos base sobre o relato financeiro, o relato não financeiro e o RI. Na parte relacionada com a evolução da auditoria e da garantia de fiabilidade, são introduzidas as bases sobre os temas da auditoria financeira e da garantia de fiabilidade na informação não financeira. É também explicada a tendência para a convergência num relatório de garantia de fiabilidade integrado, com o foco na necessidade de legitimidade e as limitações inerentes à garantia de fiabilidade.

Na sequência desta apresentação, é encorajada uma discussão entre os alunos com a apresentação de um desafio no qual é solicitado que procurem determinar o valor acrescentado da garantia de fiabilidade, apesar das referidas limitações e as razões para as empresas divulgarem relatórios de garantia de fiabilidade independentes nos seus relatos anuais. Para além desses aspetos, os alunos são encorajados a encontrar e discutir a evolução na legislação, por exemplo, a diretiva europeia da informação não financeira. Com a ênfase na garantia de fiabilidade, os alunos são então desafiados a procurar e discutir as qualificações profissionais necessárias para prestar o serviço de garantia de fiabilidade, os padrões da garantia de fiabilidade utilizados pelos prestadores do serviço e as normas de relato de sustentabilidade utilizadas pelas empresas que estão a realizar o relato da informação.

Após esta discussão, os alunos são desafiados a fazerem uma avaliação crítica sobre os temas abordados e a sessão é terminada com a apresentação de exemplos e de melhores práticas.

Tabela 48: Fases do Challenge Learning Method

Fase	Objetivo da ação	Participante principal	Conteúdo da ação	Descrição detalhada da ação
1	Contexto e motivação	Professor	Enquadramento: Apresentação do contexto principal	Objetivo do relato empresarial: propiciar informação útil para os utilizadores nas suas tomadas de decisão Relato empresarial: relato financeiro e relato não financeiro Novo paradigma no relato empresarial - relato integrado
			Situação real: Spice Girls gender t-shirt	Deverá ser apresentada uma situação disruptiva real com o objetivo de despertar o interesse nos alunos para que estes possam iniciar o debate
			Situação real: Crise financeira de 2008 e falência da Enron	Com o objetivo de estabelecer a ligação com o reporte empresarial, é apresentado o exemplo da crise financeira de 2008 e a falência da Enron
			Situação real: Crise da Volkswagen	Com o objetivo de estabelecer a ligação com a necessidade do relato integrado e da garantia de fiabilidade, é apresentado o exemplo da crise da Volkswagen
2	Desafio	Estudantes	Debate entre os estudantes	Debate sobre as questões apresentadas no ponto anterior
3	Estado da arte	Professor	Evolução do relato empresarial	Relato financeiro Relato não financeiro Relato integrado
			Evolução da auditoria	Auditoria financeira Garantia de fiabilidade da informação não financeira
			Garantia de fiabilidade no relato integrado (GFRI)	Ênfase na necessidade de legitimidade Apresentação das limitações da garantia de fiabilidade
4	Desafio	Estudantes	Debate entre os estudantes	O valor da garantia de fiabilidade Motivações para a divulgação de garantia de fiabilidade por parte das empresas Pesquisa e debate sobre a evolução da legislação
5	Desafio	Estudantes	Debate entre os estudantes	Qualificação profissional para desenvolver garantia de fiabilidade de relatos empresariais Normativo de garantia de fiabilidade Normativo de relato de sustentabilidade
6	Desafio	Estudantes	Debate entre os estudantes	Avaliação crítica dos temas debatidos
7	Melhores práticas	Professor		Apresentação de exemplos de melhores práticas

4.3. Challenge Learning Method (CLM): O desenvolvimento detalhado do Método

O desenvolvimento da apresentação do tema da GFRI inclui informação sobre os temas relacionados com o Relato Integrado. De forma a apresentar as fases do método, é apresentada uma explicação mais em detalhe de seguida.

Primeira Fase:

Na primeira fase, o contexto e motivação são explicados, e no início, o contexto principal é apresentado por forma serem criadas as bases para a apresentação do tema principal referente ao Relato Integrado e à GFRI. É explicado que o objetivo do relato empresarial é fornecer informação útil para *stakeholders* tomarem as suas decisões e refletirem sobre as dinâmicas de negócio, e que o relato empresarial inclui o Relato Financeiro, que é obrigatório e Relato não Financeiro, que é voluntário. É depois acrescentado que existe um novo paradigma em relato empresarial que é o Relato Integrado, que é um modelo de relato relevante que inclui informação financeira e não financeira, de forma integrada.

De forma a aumentar o interesse dos alunos, o professor apresenta uma situação que é bem conhecida na prática. Deve ser uma situação disruptiva ou provocadora com o objetivo de criar interesse nos alunos de forma que iniciem a discussão. O primeiro exemplo é suposto levar os alunos a preocuparem-se com a confiabilidade da informação divulgada, de forma a usar o exemplo ao longo da sessão para relacionar com a necessidade de auditoria e garantia de fiabilidade como uma opinião externa que valida a informação. Pode ser apresentado através do exemplo da iniciativa “*#IWANNABEASPICEGIRL Limited Edition Charity Tee*” desenvolvida pelas *Spice Girls* para apoiarem instituições de caridade que lidam com problemas de mulheres. Esta iniciativa, apesar de ter objetivos de beneficência, enfrentou problemas significativos uma vez que as t-shirts foram confeccionadas numa fábrica onde as mulheres ganhavam um salário muito baixo (The Sun, 2019). Para fazer a ligação com o Relato Integrado, um segundo exemplo relacionado com a crise financeira de 2008 é apresentado, refira-se a título de exemplo, a falência da Enron. É explicado que após a crise financeira, tem vindo a ser discutido se um tipo diferente de modelo de relato não poderia ter lidado melhor com a crise (ICAEW, 2009), e que o Relato Integrado se tem tornado mais relevante como uma ferramenta

para avaliar a sustentabilidade empresarial pelos investidores. Para terminar a contextualização, a importância de garantia de fiabilidade pode ser exemplificada através do escândalo de 2015 sobre a manipulação de emissões de dióxido de carbono da Volkswagen, onde um problema relacionado com informação não financeira teve implicações financeiras muito graves para a empresa. A ligação com o Relato Integrado é estabelecida, na forma como auxilia as organizações a pensarem de forma holística sobre as suas operações e os impactos nos diferentes capitais. Adicionalmente, é referido que o Relato Integrado potencia a confiança e a legitimidade das empresas quando partilham informação de forma voluntária tal como a garantia de fiabilidade (Eccles & Krzus, 2010; Eccles et al., 2010; Gary et al., 2011; Villiers et al., 2014)

Segunda Fase:

Na segunda fase, após a contextualização, os alunos são desafiados a tentarem encontrar soluções, ou pelo menos a discutir as situações apresentadas anteriormente. Nesta etapa, a discussão é aberta, dependendo a relevância atribuída aos temas dos interesses dos alunos.

Terceira Fase:

Na terceira fase, é apresentado o estado da arte relacionada com a evolução para relato empresarial. Em primeiro lugar, é apresentado o conceito de Relato Financeiro, sendo referido que é obrigatório e que o seu enquadramento é definido por reguladores que emitem as normas sobre as demonstrações financeiras e que definem as regras que as empresas devem seguir para a elaboração do relato. Estes reguladores determinam a informação que deve ser divulgada por empresas nos seus relatórios anuais na prestação de contas (IASB, 2010, 2014). Em segundo lugar, é referido que o Relato não Financeiro tem assumido maior relevância porque as organizações necessitam de gerir as suas responsabilidades sociais e ambientais, para responder a pressões internas e externas (Kloviene & Speziale, 2014), e para demonstrar à sociedade e investidores, a adequação do seu comportamento em relação aos aspetos sociais e ambientais (Odriozola et al., 2012).

De acordo com Stubbs e Higgins (2014), um relato de sustentabilidade consiste num um relato sobre os impactos económicos, ambientais e sociais causados pelo desenvolvimento das atividades diárias da entidade. Eccles e Serafeim (2013b) referem que uma estratégia sustentável é apresentada como aquela que permite que a organização acrescente valor aos investidores contribuindo ao mesmo tempo para a construção de uma sociedade sustentável. No contexto Europeu, existe uma nova obrigação legal aplicada inicialmente a informação relativa a 2017. A Diretiva 2014/95/EU sobre a divulgação de informação não financeira e de diversidade, a qual requer que empresas cotadas europeias, seguradoras e bancos incluam informação sobre responsabilidade social, ambiental e de diversidade nos seus relatórios de gestão (Corrado et al., 2019; European Parliament, 2014).

Em terceiro lugar, o objetivo é explicar o modelo do Relato Integrado efetuando a ligação com os exemplos anteriores. É apresentada a cronologia dos eventos relativos ao Relato Integrado, conforme apresentado de seguida: 2004 – Constituição do *The Princes Accounting for Sustainability Project* (A4S) (John Dumay et al., 2016); 2009 - Constituição do IIRC e desenvolvimento do Relato Integrado; 2013 – Publicação da estrutura internacional do Relato Integrado (Busco et al., 2014; Fried et al., 2014; IIRC, 2013a). O Relato Integrado é uma comunicação concisa sobre a forma como a estratégia de uma organização, no contexto do seu ambiente externo, leva à criação de valor em curto, médio e longo prazo usando os seis capitais (financeiro, manufacturado, intelectual, humano, social e de relacionamento e natural) com um pensamento integrado (IIRC, 2013b, 2013a). A estrutura internacional do Relato Integrado inclui os princípios orientadores, os conceitos fundamentais e os elementos de conteúdo.

Após a apresentação da evolução de relato empresarial, é explicado que, como consequência dessas mudanças, a auditoria também evoluiu. Inicialmente, a informação auditada era somente financeira e, portanto, a auditoria era igualmente apenas financeira. Com a divulgação de informação não financeira em relatórios separados das empresas, parte desta informação era também certificada por entidades independentes e eram elaborados e divulgados relatórios de garantia de fiabilidade. Finalmente, com a divulgação de Relato Integrado por parte das empresas, a auditoria pode evoluir para a emissão de uma opinião de auditoria integrada. Com efeito, o Relato Integrado é uma prática híbrida entre o relato financeiro e o relato de sustentabilidade. Devido a esse facto, estes dois mundos devem ser reconciliados para obter um estado de legitimidade da organização e da informação divulgada. Segundo Suchman (1995),

legitimidade é vista como uma perceção generalizada de que as ações de uma entidade são desejáveis, próprias, ou apropriadas dentro de um sistema socialmente construído de normas, valores, crenças, e definições. A garantia de fiabilidade de informação de sustentabilidade implica uma maior importância desta informação e está associada ao crescimento do desempenho sustentável percebido (Reimsbach et al., 2018).

Os relatórios de auditoria, podem conter uma opinião emitida de duas formas distintas: na opinião expressa de forma positiva os auditores examinam provas e expressam a sua opinião sobre a sua fiabilidade. Esta tipologia de opinião é normalmente encontrada em relação ao Relato Financeiro (Eccles & Saltzman, 2011). Numa opinião expressa de forma negativa, que é normalmente expressa no Relato não Financeiro (Eccles et al., 2015), os auditores expressam a sua opinião referindo que não existe nenhuma razão para suspeitar de que a informação não é fiável (Gary et al., 2011).

Em relação à GFRI, a apresentação pretende incidir sobre a necessidade de legitimidade, apresentando as limitações da garantia de fiabilidade e desafiando os alunos a encontrarem o valor acrescentado da garantia de fiabilidade apesar das referidas limitações.

São apresentados alguns detalhes sobre o relatório de garantia de fiabilidade conforme a seguir indicados. O conteúdo do Relatório de GFRI inclui os seguintes aspetos: uma introdução na qual o âmbito e objeto de análise são apresentados; as responsabilidades dos diretores e do prestador do serviço de garantia de fiabilidade; o sumário dos trabalhos desenvolvidos; a independência; os conhecimentos necessários e as limitações de responsabilidades e as conclusões com a apresentação de uma garantia de fiabilidade razoável e/ou uma garantia de fiabilidade limitada. As responsabilidades dos administradores das empresas sujeita a garantia de fiabilidade são relacionadas com os seguintes aspetos: a preparação e apresentação do relato; a determinação dos objetivos da empresa relacionados com o desempenho na área do desenvolvimento sustentável ; a identificação das questões materiais (questões relevantes para efeitos de análise); a definição do sistema de controlo interno e a gestão do desempenho; a seleção dos indicadores de desempenho na área da sustentabilidade que serão sujeitos a garantia de fiabilidade. Refere-se que o aspeto anteriormente referido, pode reduzir a independência do prestador do serviço de garantia de fiabilidade (Corrado et al., 2019). Por outro lado, as responsabilidades do prestador do serviço de garantia de fiabilidade consistem em exprimir as

suas conclusões sobre a fiabilidade da informação sujeita a garantia de fiabilidade. O sumário do trabalho desenvolvido pelo prestador do serviço de garantia de fiabilidade consiste na realização de reuniões com os gestores e executivos seniores para obtenção de conhecimento sobre o ambiente de controlo e sobre o sistema de controlo interno; a avaliação dos riscos materiais relativamente ao relato sobre sustentabilidade; a análise da documentação necessário para corroborar as declarações dos órgãos de gestão e o desempenho no local de trabalho; a revisão do processo de seleção de elementos a analisar relativamente à informação de sustentabilidade; a análise da documentação e o desenvolvimento de procedimentos analíticos; avaliação o processo de produção da informação e o processo de elaboração do relato; avaliação da adequabilidade das estimativas e julgamentos significativas nos indicadores de gestão analisados, os *Key Performance Indicators* (KPI) e a avaliação da consistência entre a informação de sustentabilidade identificada.

No que diz respeito ao conhecimento necessário para o desenvolvimento do trabalho conducente à emissão do relatório de garantia de fiabilidade, é referido ser necessária uma equipa multidisciplinar. As limitações inerentes à garantia de fiabilidade e da informação não financeira estão relacionadas com a natureza da informação não financeira a qual se encontram sujeitos a mais limitações inerentes do que a informação financeira.

O contrato de garantia de fiabilidade mais usual é a prestação de uma garantia de fiabilidade limitada. Neste tipo de contrato, o prestador do serviço de garantia de fiabilidade expressa a sua opinião referindo que as conclusões obtidas pelo trabalho efetuado são somente para ser usadas pelos diretos da organização, não assumindo o prestador do serviço responsabilidades sobre conclusões que possam ser retiradas por entidades externas à empresa. De facto, é expresso que o prestador do serviço não assume ou aceita responsabilidade perante terceiros relativamente às conclusões expressas no relatório de garantia de fiabilidade. No que concerne com a opinião de auditoria, é habitualmente obtida uma garantia de fiabilidade limitada (Canning et al., 2019; Gomes et al., 2015).

Num nível moderado de garantia de fiabilidade, o prestador do serviço de garantia de fiabilidade declara que, baseado no trabalho desenvolvido, não chegou nenhuma informação ao seu conhecimento que o leve a acreditar a informação de sustentabilidade identificada está errada. Caso seja prestado um serviço de garantia razoável de fiabilidade, é obtida uma garantia de

fiabilidade mais elevada. Nesta situação, o prestador do serviço de garantia de fiabilidade declara que, com base no trabalho desenvolvido, conclui que a informação de sustentabilidade identificada está livre de qualquer erro material.

Quarta Fase:

Após a apresentação do estado da arte, na quarta fase, os estudantes são desafiados a discutir o valor da garantia de fiabilidade e sobre a evolução dos normativos e a compreender o porquê de as empresas divulgarem garantia de fiabilidade nos seus relatórios anuais apesar das limitações apresentadas anteriormente. Nesta fase, poderá ser enriquecedor serem apresentados exemplos que poderão contribuir para a discussão sobre os motivos por detrás da divulgação da GFRI.

Comentários identificado em Relatos Integrados relativo à Garantia de Fiabilidade:

We voluntarily request independent assurance [...] on key accountability data and information to ensure that users, including management, have confidence that our reports are complete, accurate and balanced. Independent assurance also drives improvements and innovation in our management and reporting strategies and practices. (Vancity, 2012, p.13)

We value the accuracy and reliability of all information and data in this report, both financial and non-financial. Therefore, assurance for this integrated report is provided. ... has reviewed and provided a limited level of assurance on the sustainability information in the chapters. (ING, 2016, p. 60)

As part of the company's commitment to financial, social and environmental responsibility, ... voluntarily includes an assurance report for non-financial reporting in its annual report. The assurance provider reviews whether the non-financial performance information covers aspects deemed to be material and verifies the internal control processes of the information reported responsibility. (Novo Nordisk, 2012, p. 43)

The sustainability aspects of the report have not been externally assured as management do not believe they can justify the cost of such assurance considering the nature of the Group's

operations, its current size and the quality and extent of sustainability data published by the Group. (Santova, 2015, p. 1)

Quinta Fase:

Após a discussão anterior, na quinta fase, com o foco na garantia de fiabilidade, os estudantes são desafiados a encontrar e a discutir as qualificações profissionais necessárias e os normativos utilizados pelas empresas prestadoras do serviço de garantia de fiabilidade e pelas empresas que elaboram o Relato Integrado. Com o intuito de facilitar e auxiliar a discussão, poderá ser explicado que a decisão a tomar relacionada com a seleção do prestador do serviço de garantia de fiabilidade, será entre as seguintes qualificações profissionais: empresas de auditoria que também desenvolvem este trabalho ou consultoras qualificadas para a função. As entidades que de forma mais generalizada desenvolvem a atividade de GFRI são prestadores de que pertencem à profissão de auditoria, principalmente as quatro grandes empresas de auditoria, PWC, Deloitte, EY e KPMG (Canning et al., 2019; Farooq & de Villiers, 2019).

As normas relacionadas com a garantia de fiabilidade utilizados pelos prestadores do serviço que são da profissão de auditoria são as seguintes:

- ISAE 3000 (*International Standard on Assurance Engagements*)

Norma para trabalhos de garantia de fiabilidade que não sejam auditorias ou revisões de informação financeira histórica publicada pelo *International Auditing and Assurance Standards Board* (IAASB);

- AA1000 *AccountAbility Principles Standard* (AA1000 APS)

É uma norma aceite internacionalmente baseada em princípios que guia as organizações através do processo de identificação, priorização e responder a desafios de sustentabilidade, com o objetivo de melhorar a performance a longo prazo.

- AA1000 Assurance Standard (AA1000AS)

Consiste na metodologia líder utilizada por profissionais de sustentabilidade pelo mundo relativamente a contratos de garantia de fiabilidade de informação de sustentabilidade, para aferir a natureza e extensão na qual uma organização adere aos princípios de *AccountAbility*.

- International Standard on Quality Control (ISQC)

Norma que aborda a responsabilidade das empresas com um sistema de controlo da qualidade para auditoria e revisões de demonstrações financeiras e outros trabalhos de garantia de fiabilidade e serviços associados.

Enquanto os prestadores de serviço de garantia de fiabilidade de Sustentabilidade da área de auditoria preferem utilizar a norma ISAE 3000, os prestadores de serviço de garantia de fiabilidade de Sustentabilidade que não são da área da auditoria, utilizam a norma *AccountAbility standard AA1000AS* (Farooq & de Villiers, 2019).

No que refere às normas de relatório de sustentabilidade, as organizações que elaboram o Relato Integrado utilizam as seguintes normas para a componente de sustentabilidade da informação divulgada:

- GRI - *Global Reporting Initiative*;
- *United Nations Global Compact*;
- *King Report on Corporate Governance for South Africa* e
- *AA1000 AccountAbility Principles Standard*.

Sexta fase:

Para concluir o método, na sexta e última fase, os estudantes são desafiados a fazerem uma avaliação crítica sobre as matérias apresentadas relacionadas principalmente com o Relato Integrado e com a GFRI.

A sessão é encerrada com a apresentação de exemplos e de melhores práticas no que diz respeito ao Relato Integrado e no que refere à GFRI.

4.4. Challenge Learning Method: Como avaliar o desempenho

A aplicação do *Challenge Learning Method* à GFRI tem o objetivo de incrementar as capacidades de pensamento crítico. Desta forma, é importante definir um modelo de avaliação da performance do método. No entanto, um modelo de avaliação com as medidas adequadas é uma missão difícil e desafiante.

Liu et al. (2019) identificaram três dimensões do pensamento crítico: analítica, sintética e relevante. Com base nestas dimensões, na Tabela 49 é proposto o seguinte modelo de avaliação:

Tabela 49: Modelo de avaliação do desempenho do CLM

Dimensões	Avaliação	Não cumpre	Cumpre	Supera
Dimensões analíticas				
Evidência de avaliação e sua utilização	Distinção entre informação financeira e informação não financeira	Número de diferenças identificadas pelos estudantes é inferior em dois ou mais que o número requerido	Número de diferenças identificadas pelos estudantes é inferior em um ao número requerido	Os estudantes identificam o mínimo número de diferenças requerido
	Identificação do nível de fiabilidade da informação divulgada	Os estudantes não distinguem os diferentes níveis de fiabilidade da informação divulgada	Os estudantes distinguem os diferentes níveis de fiabilidade da informação divulgada	Os estudantes distinguem os diferentes níveis de fiabilidade da informação divulgada e identificam as causas
	Identificar a função da auditoria nos relatos financeiro, não financeiro e integrado	Os estudantes não compreendem a função da auditoria	Os estudantes compreendem a função da auditoria somente para a informação financeira	Os estudantes compreendem a função da auditoria nos relatos financeiro, não financeiro e integrado

	Considerar as motivações potenciais para a prestação de informação verdadeira ou falsa e enganadora	Estudantes não reconhecem a existência de motivações potenciais para a prestação de informação verdadeira ou falsa e enganadora	Estudantes reconhecem a existência de motivações potenciais para a prestação de informação verdadeira ou falsa e enganadora, mas somente parcialmente	Estudantes reconhecem todas as potenciais motivações para a prestação de informação verdadeira ou falsa e enganadora
Análise e avaliação dos argumentos	Debater as vantagens e desvantagens do RI	Estudantes identificam um número de vantagens e desvantagens inferior em dois ou mais que o número requerido	Estudantes identificam um número de vantagens e desvantagens inferior em um que o número requerido	Estudantes identificam o mínimo número de vantagens e desvantagens requerido
	Debater as vantagens e desvantagens da garantia de fiabilidade no RI	Estudantes identificam um número de vantagens e desvantagens inferior em dois ou mais que o número requerido	Estudantes identificam um número de vantagens e desvantagens inferior em um que o número requerido	Estudantes identificam o mínimo número de vantagens e desvantagens requerido
	Distinguir os argumentos válidos dos inválidos apresentados na "situações reais"	Estudantes analisam mais argumentos inválidos do que válidos	Estudantes analisam mais argumentos válidos do que inválidos	Estudantes analisam mais argumentos válidos do que inválidos
Dimensões de síntese				

Compreender as implicações e consequências	Retirar ou reconhecer conclusões a partir dos casos apresentados Identificar a necessidade de qualificação profissional e de normas para a GFRI	Estudantes não retiram ou reconhecem nenhuma conclusões a partir dos casos apresentados Estudantes não identificam a necessidade de qualificação profissional e de normas para a GFRI	Estudantes reconhecem algumas, mas não a maioria das conclusões a partir dos casos apresentados Estudantes identificam a necessidade de qualificação profissional ou de normas para a GFRI	Estudantes reconhecem a maioria das conclusões a partir dos casos apresentados Estudantes identificam a necessidade de ambos os fatores: qualificação profissional e de normas para a GFRI
Desenvolver argumentos válidos e sólidos	Desenvolver argumentos válidos e sólidos Selecionar ou apresentar evidencia adequada	Estudantes desenvolvem argumentos válidos e sólidos somente numa fase (2, 4, 5 ou 6) Estudantes não selecionam ou apresentam evidencia adequada	Estudantes desenvolvem argumentos válidos e sólidos em duas fases (2, 4, 5 ou 6) Estudantes selecionam evidencia apropriada, mas não a comunicam de forma adequada	Estudantes desenvolvem argumentos válidos e sólidos em três ou quatro fases (2, 4, 5 ou 6) Estudantes selecionam evidencia apropriada e comunicam-na de forma adequada
Relevante para dimensões analítica e sintética				
Compreender causalidade e explicação	Avaliar as consequências da inexistência de garantia de fiabilidade no RI	Os estudantes apresentam explicações sobre as consequências que se apresentam incompletas e/ou contêm duas ou mais consequência inadequadas	Os estudantes apresentam explicações sobre as consequências que se apresentam parcialmente incompletas e/ou contêm uma consequência inadequada	Os estudantes apresentam a explicação completa das consequências

5. Discussão

Conforme apresentado, a sociedade está a despertar para o desenvolvimento sustentável, os jovens estão a desenvolver uma consciência diferente, as empresas estão a alterar a forma como produzem os seus relatos empresariais e a auditoria desses mesmos relatos e os investidores estão a transferir as decisões de investimento para empresas sustentáveis. Desta forma, as universidades devem mudar para aceitar o movimento de sustentabilidade, apresentar soluções, motivar e desafiar esta geração ainda mais, e potencializar esta força para aumentar o conhecimento nas novas práticas tais como o RI e a GFRI.

As conclusões obtidas são coerentes com estudos anteriores que indicam que a adoção vasta do RI requer desenvolvimentos significativos nos conhecimentos adquiridos pelos profissionais e nos currículos de contabilidade e de auditoria nas instituições de ensino superior. Estes novos conhecimentos deverão incluir os seguintes temas: relatos em métricas de desempenho mais vastas e não só no relato financeiro; uma análise prospetiva em vez de histórica; um planeamento a médio e longo prazo em vez de somente a curto prazo; um foco em estratégias em vez de em operações e transações; produzir e analisar informação qualitativa que complemente a informação quantitativa e de auditoria (Owen, 2013). Perante o atual RI e a GFRI, adicionalmente aos pontos referidos anteriormente pode-se considerar a necessidade de assegurar conhecimentos relacionados com a auditoria de informação financeira e de informação não financeira.

Em resposta às questões de investigação:

Q11: Quais são as práticas de aprendizagem utilizadas para ensinar o RI e a GFRI?

Os outros estudos de práticas de ensino com foco no Ensino do RI e da GFRI são escassos, tal como apresentado na Secção 2. 2. Foram apresentados estudos com o foco na sustentabilidade e que utilizam diferentes práticas de aprendizagem, tal como a aprendizagem baseada em problemas - *problem-based learning* (Bouten & Hoozée, 2015; Stubbs & Cocklin, 2008; Wyness & Dalton, 2018), aprendizagem baseada em projetos - *project-based learning* (Hazelton & Haigh, 2010; Liu et al., 2019), e aprendizagem experimental - *experiential learning* (Collins & Kearins, 2007; Lee et al., 2017; Young & Lee Warren, 2011); no entanto, a norma prossegue a ser a utilização de uma pedagogia passiva através da exposição de temas e da

resolução de problemas no quadro. Esta lacuna na literatura sobre as práticas de aprendizagem para a GFRI, cria a oportunidade para o desenvolvimento deste estudo.

QI2: De que forma pode o Challenge Learning Method ser utilizado para ensinar a GFRI?

O *Challenge Learning Method* é um método adequado para o ensino da GFRI devido a quatro razões principais. Em primeiro lugar, a GFRI é um tema no qual não existem passos absolutos, mas somente um conjunto de caminhos possíveis. Em segundo lugar, a GFRI requer muitas dimensões nos conhecimentos e um especialista poderá não efetuar as escolhas todas de forma explícita. Em terceiro, o conhecimento é de um contexto específico, e quarto, a GFRI é relativamente nova e incerta. Na subsecção 4.2., são identificadas as fases do método, e na subsecção 4.3. é apresentado o desenvolvimento detalhado do método.

QI3: Que indicadores podem ser utilizados para avaliar a performance do Challenge Learning Method quando aplicado à GFRI?

Com base em Liu et al. (2019), foi identificado um modelo que pode ser utilizado para avaliar o desempenho do *Challenge Learning Method*. A vantagem de utilizar este tipo de modelo de avaliação é que ele força o professor a identificar de forma clara os objetivos de aprendizagem para cada desafio. Consequentemente, o professor poderá proporcionar aos estudantes uma opinião mais específica sobre as suas capacidades e identificar em que fase ou fases os estudantes apresentaram um desempenho adequado e que fase ou fases devem ser sujeitas a melhoria.

O *Challenge Learning Method* pode ser aplicado com diversos níveis de detalhe os quais dependerão do tempo disponível. O objetivo mínimo consiste no desenvolvimento da curiosidade nos estudantes relativamente aos temas RI, GFRI e sustentabilidade. Este objetivo é aplicável a uma apresentação numa seção única. A aplicação intermédia está relacionada com a possibilidade de introduzir os temas em duas a quatro sessões. Nesta situação, tornar-se-á possível desenvolver os temas de uma forma mais detalhada, em vez de uma apresentação breve de cada tema de forma que os estudantes possam perceber os conceitos e a relação entre eles. Com o crescimento do interesse nos temas apresentados, poderá ser possível o desenvolvimento do *Challenge Learning Method* num módulo completo. No caso se ocorrer esta possibilidade, o modelo poderá ser utilizado para o ensino mais aprofundado dos temas, de forma que propicie

aos estudantes não só a capacidade de compreender os temas, mas, adicionalmente, que prepare os estudantes para que possam implementar na prática a GFRI, o RI e o relato de sustentabilidade.

Na sequência da utilização do *Challenge Learning Method* na apresentação da GFRI em cursos de licenciatura e de mestrado, foi possível constatar a uma crescente participação dos estudantes no desenvolvimento de investigação académica nos temas de GFRI, RI e relatório de sustentabilidade.

6. Bases do Estudo

Para o desenvolvimento da metodologia de ensino, foram relevantes as participações em diversos eventos e conferências, permitindo assim desenvolver e consolidar a metodologia proposta. Em concreto, refere-se a participação e apresentação de uma metodologia de uma “Dinâmica de ensino de práticas de Responsabilidade Social em PME” no III Encontro Ibérico sobre o ensino da Ética, da Responsabilidade Social e das Práticas de Responsabilidade Social no Ensino Superior que decorreu em Lisboa em julho de 2019; a participação no evento *UE Research Experiences II* e *UE Research Experiences I* que decorreram na Faculdade de Turismo e Hotelaria da Universidade Europeia respetivamente em fevereiro de 2019 e em março de 2018. Adicionalmente, foram realizadas apresentações do tema em turmas do doutoramento em gestão da Universidade Europeia e dos mestrados em contabilidade, em auditoria e em empreendedorismo do ISCAL, que possibilitaram o enriquecimento e a consolidação do método.

7. Sinopse

Procurando efetuar um enquadramento do tema, foi apresentado um modelo de ensino de GFRI baseado na apresentação de desafios como forma de motivar os alunos a estudarem e desenvolverem o tema. Em particular, foi dado relevo à necessidade de as instituições do ensino superior se envolverem na defesa do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável. Para tal, é importante que sejam incorporados nos currículos das licenciaturas e dos mestrados os temas associados ao ensino da sustentabilidade tal como a GFRI.

Neste capítulo foram apresentadas as práticas de aprendizagem utilizadas para ensinar o RI e a GFRI; a forma de utilização do *Challenge Learning Method* para o ensino da GFRI incluindo a apresentação do método, as suas fases e o seu desenvolvimento detalhado e foi apresentado um modelo para a avaliação da performance do *Challenge Learning Method* quando aplicado à GFRI.

No capítulo seguinte, são apresentadas as conclusões encontradas em cada estudo realizado, as contribuições, implicações teóricas e práticas globais, as limitações e as sugestões de temas para investigações futuras.

CONCLUSÕES, LIMITAÇÕES E INVESTIGAÇÕES FUTURAS

1. Conclusões

1.1. Enquadramento – Revisão da Literatura

Conforme indicado na introdução deste trabalho, apesar da recente proeminência do Relato Integrado e da Garantia de Fiabilidade do Relato de Sustentabilidade, o papel da Garantia de Fiabilidade do Relato Integrado permanece pouco desenvolvido no contexto da atividade de investigação académica. Pretende-se que a revisão de literatura realizada nesta tese seja útil e conducente a uma melhoria das pesquisas futuras no tema em apreço. Atualmente, as empresas estão a ser pressionadas pelos *stakeholders* para realizarem melhorias na *accountability* da informação divulgada, quer financeira, quer não financeira e proporcionarem maior transparência através da melhoria das práticas de relato e de divulgação de garantia de fiabilidade independente.

O objetivo da revisão da literatura desenvolvida, foi o de realizar uma revisão atualizada (de 2012 a julho de 2020) e abrangente sobre o campo da GFRI, desenvolver conhecimento sobre a forma como a garantia de fiabilidade no estudo do RI se está a desenvolver, apresentar uma crítica à pesquisa efetuada até à data, identificar oportunidades-chave e desafios e traçar lacunas e oportunidades para estudos futuros. Segundo Bryman e Bell (2011), a literatura existente representa um elemento importante de toda a pesquisa. Conforme referido por Hahn & Kühnen (2013), pretende-se responder à questão de quais são as grandes tendências, que relações podem ser estabelecidas com os resultados obtidos nos estudos analisados e quais são os desafios para investigações futuras a desenvolver. Desta forma, através de uma análise qualitativa, que consistiu num processo de análise de conteúdo, e bibliométrica da literatura, pretendeu-se responder à questão principal: Q1 1. Que pesquisa já foi elaborada relativamente à GFRI?

Pela análise descritiva realizada, foi possível concluir que as revistas *Sustainability Accounting Management and Policy Journal*, *European Accounting Review* e *Journal of Cleaner Production*, são as revistas que apresentam maior número de publicações sobre os temas em referência. Relativamente à distribuição temporal da literatura, foi possível verificar que o primeiro artigo referenciado é de 2012, sendo, no entanto, somente em 2015 que se regista um

aumento do número de publicações. Pelo exposto, é possível concluir que o tema da GFRI ainda está em processo de desenvolvimento na academia. No que refere ao número de autores dos artigos selecionados, verificou-se serem 133 autores no total. No entanto, na literatura selecionada, somente 17 autores apresentam dois ou mais artigos, destacando-se os autores *Waren Maroun e Roger Simnet*.

Através do desenvolvimento da análise bibliométrica, foi obtida informação relativa às principais interconexões entre os artigos (Van Eck & Waltman, 2011, 2017). Com a análise de autores citados, foi observado que os autores mais citados são *Charl de Villiers, Robert Eccles e Roger Simnett*, e que as organizações mais citadas foram a *International Integrated Reporting Council (IIRC)*, a *Global Reporting Initiative (GRI)* e o *International Auditing and Assurance Standards Board (IAASB)*. Efetuando a ligação do tema com a auditoria e a garantia de fiabilidade, é relevante referir que também as empresas internacionais de auditoria KPMG, EY, PwC e Deloitte se encontram entre as entidades mais citadas.

Na análise do número de citações por referências citadas nos estudos selecionados, verifica-se que a referência mais citada é: “*Villiers, de Rinaldi & Unerman. (2014). Integrated Reporting: Insights, gaps and an agenda for future research. Accounting Auditing and Accountability Journal, 1-47*” (Villiers et al., 2014). No que diz respeito ao número de citações por fonte citada, foi constatado que as fontes mais citadas foram a “*Journal of Business Ethics*” e a “*Accounting Auditing and Accountability Journal*”.

Pelo exposto, é possível concluir que, embora *Waren Maroun e Roger Simnet* sejam os autores com maior número de estudos publicados na seleção em análise, os autores mais citados são *Charl de Villiers, Robert Eccles e Roger Simnett*. Desta forma, o estudo realizado permitiu a obtenção de uma visão mais ampla do tema em estudo.

No que refere às temáticas, pode-se inferir que os temas: contabilidade, auditoria e ética, constituem peças chave nas revistas mais citadas nos artigos selecionados.

Na análise das palavras-chave mais recorrentemente apresentadas pelos autores, foram obtidas as palavras-chave mais utilizadas, com particular destaque para os termos gerais: *Integrated Reporting, Assurance e Sustainability Reporting*. Adicionalmente, surgem as palavras-chave: *sustainability, corporate social responsibility, combined assurance, stakeholders, accountability, corporate governance e legitimacy theory*.

Desta forma, apresentam-se em evidência: a *legitimacy theory*; o modelo *combined assurance*; a *accountability*; o governo das sociedades e a responsabilidade social das empresas.

Concluída a análise bibliométrica, foi efetuada a caracterização dos artigos.

Em resposta à questão de investigação:

QI 1.1 Quais foram as principais áreas de estudo, objetivos e resultados nos estudos sobre GFRI?

Foram identificadas as temáticas que constituem os focos dos estudos, os autores, os objetivos e as conclusões obtidas. Foi possível verificar que o foco de estudo incide principalmente em três temas: Garantia de fiabilidade, Relato integrado e Relato de sustentabilidade.

No contexto do estudo da garantia de fiabilidade, tema central da presente tese, Shan Zhou, Simnett & Hoang (2019) abordam a *combined assurance* como um mecanismo com uma melhor relação custo-benefício e que permite incrementar a credibilidade das empresas. Brown-Liburd e Zamora (2015) apresentam a temática da associação da remuneração da gestão aos resultados obtidos no âmbito da sustentabilidade, funcionando a garantia de fiabilidade como elemento propiciador de uma melhor avaliação da empresa. Fernandez-feijoo, Romero e Ruiz (2015) analisam os determinantes que influenciam uma organização no sentido de obter a garantia de fiabilidade. Chersan et al. (2018) e Fernandez-Feijoo, Romero e Ruiz (2015) abordam a importância dos setores de atividade, nomeadamente que tenham elevada visibilidade ou que pertençam a um setor poluente, como determinante para a existência de garantia de fiabilidade. Na abordagem à GFRI, Briem e Wald (2018) efetuam um estudo de caso sobre a implementação do RI e da GFRI. Maroun (2017) estuda o RI e a GF associada a esse relato desenvolvendo um modelo para a GFRI que engloba três tipologias distintas: modelo restrito, modelo integrado e modelo *delphi-inspired*. Em 2018, Maroun (2018a) apresenta uma síntese das práticas emergentes de GF no relato CSR, e desenvolve um modelo conceptual para a distinção dos determinantes de GF. Também em 2018, Maroun (2018), propõe um modelo de GF interpretativa. Em 2019, o referido autor analisa a qualidade do RI e a GF como fator incremental dessa qualidade (Malola & Maroun, 2019; Maroun, 2019b). Adicionalmente, efetua uma ligação com o ensino, referindo que no ensino de contabilidade e de auditoria é

necessário introduzir os temas do relato integrado, da sustentabilidade e da garantia de fiabilidade.

No decurso da classificação dos temas dos artigos, o tema RI é apresentado com diversas abordagens: abordagem voluntária e regulamentar; auditoria; auditoria interna; avaliação; carbono; *combined assurance*; comité de auditoria; comunicação social; conectividade e comunicação social; credibilidade e os seus mecanismos de reforço; criação de valor; determinantes da qualidade do relato; determinantes do valor de mercado da informação; divulgação de informação de sustentabilidade; efeito do governo societário na qualidade; elementos de conteúdo; ética; evolução do movimento; *expectation gap*; exposição da responsabilização pessoal; governação; informação financeira e não financeira na tomada de decisão; investidores institucionais; materialidade; sustentabilidade; determinantes e julgamento; perceções dos gestores; práticas no setor bancário; profissionais de contabilidade e a criação de valor a iniciativas de sustentabilidade; qualidade do relato; relação entre a evolução da informação financeira e não financeira; setor público; valor de mercado e por último reporte digital.

O estudo do relato de sustentabilidade é apresentado com as seguintes abordagens: RI; auditoria interna; compromisso das partes interessadas; credibilidade do relato; determinantes do RS e RS nos países da UE.

Em resposta à questão de investigação:

QI 1.2 Que teorias foram utilizadas no desenvolvimento dos estudos referentes ao RI e à GFRI?

Foram identificados os autores e os estudos nos quais as teorias principais na literatura sobre o tema eram referidas. Foram identificadas quatro teorias com particular incidência: a teoria da agência; a teoria institucional; a teoria da legitimidade e a teoria do *Stakeholder*. Adicionalmente, foram também identificados estudos que fazem referência a outras teorias que consistem nas seguintes: teoria da sinalização; teoria da divulgação voluntária; teoria instrumental; teoria *of the twin track approach*; teoria *media richness*; teoria da difusão da inovação; teoria da sinalização; *framing theory*; teoria da dependência de recursos; enquadramento teórico múltiplo e teoria *cognitive cost*.

Em resposta à questão de investigação:

QI 1.3 De que forma evoluiu a abordagem na literatura a Garantia de Fiabilidade, Determinantes e Educação?

Foi analisada a referência aos termos: Garantia de Fiabilidade; Determinantes e Educação. Tendo como base a informação obtida foi desenvolvida uma análise evolutiva do período 2012 a junho de 2020. Constatou-se uma maior ênfase de estudos nas áreas da garantia de fiabilidade em particular a partir de 2017 e a manutenção do interesse dos investigadores no tema dos determinantes da informação, do relato e das divulgações efetuadas. No entanto, em relação ao estudo da educação associado ao RI e à GF, verificou-se que este não acompanha a dinâmica dos estudos relacionados com os determinantes e em particular com a garantia de fiabilidade.

1.2. Determinantes da Garantia de Fiabilidade no Relato integrado

1.2.1. Análise de conteúdo da Garantia de Fiabilidade no Relato integrado

O estudo pretende levantar questões sobre a relevância da inclusão da GFRI no relato organizacional e a contribuição para a legitimação da informação alvo de reporte. O RI constitui um modelo recente de relato, o qual agrega informação que tradicionalmente se encontrava em relatórios distintos. Este novo modelo de relato, origina desafios sobre o meio de aferição e apresentação aos utilizadores da informação enquanto informação credível e fiável. A este nível de legitimidade, torna-se importante a auditoria da informação financeira e a garantia de fiabilidade da informação de sustentabilidade.

Através da análise desenvolvida, foi possível concluir que as organizações incluem na informação divulgada, de forma voluntária, relatórios de garantia de fiabilidade.

Sobre a tipologia do relatório de garantia de fiabilidade emitido, verificou-se que este é maioritariamente emitido pela entidade que efetua a auditoria financeira. Apesar deste aspeto, a opinião expressa é uma opinião limitada e de utilização condicionada, sendo referido na garantia de fiabilidade que a opinião emitida se destina unicamente a uso interno da organização sujeita a garantia de fiabilidade. Da análise efetuada, verificou-se também que o trabalho que as entidades prestadoras do serviço de garantia de fiabilidade desenvolvem com referência ao

RI, é semelhante ao trabalho desenvolvido relativamente aos relatórios de sustentabilidade, não tendo sido relevante a existência de trabalho específico inerente às características particulares do relato integrado.

1.2.2. Uma comparação geográfica da Garantia de Fiabilidade no Relato Integrado

O estudo desenvolvido contribui para a literatura do tema emergente de investigação, a GFRI ao analisar os relatórios de garantia de fiabilidade presentes no RI de empresas de áreas geográficas distintas.

Através da análise realizada, foi possível concluir que as organizações estão a incluir no seu relato, de uma forma voluntária, relatórios de garantia de fiabilidade com diferenças relacionadas com a origem geográfica das empresas.

Com efeito, os resultados evidenciam que a origem geográfica das organizações implica efetivamente diferenças na informação divulgada. Os aspetos relativamente aos quais se concluiu existirem diferenças são os seguintes: a existência de divulgação de garantia de fiabilidade; a origem profissional dos prestadores do serviço de garantia de fiabilidade; a tipologia da opinião emitida pelo prestador do serviço de garantia de fiabilidade e as normas utilizadas pelos prestadores do serviço de garantia de fiabilidade. A contribuição do estudo consiste num maior conhecimento da área de conhecimento GFRI com a caracterização geral e a particularidade das características associadas à origem geográfica de entidade de relato.

1.2.3. Determinantes da Garantia de Fiabilidade no Relato Integrado

Na sequência do processo desenvolvido, foi constatado que a variável indústria é estatisticamente significativa, sendo assim obtida uma resposta de confirmação relativamente à hipótese 1, *H1: A tipologia da indústria influencia a probabilidade de ter um relato integrado com garantia de fiabilidade.*

Foi ainda identificado que as variáveis “formação base do *CEO*”, “*combined assurance model*” e “género na composição do *board*” apresentam níveis de significância observados de 0,103;

0,149 e 0,169, respetivamente, constituindo as variáveis que se aproximam mais da possibilidade de serem objeto de seleção.

Foi também verificado que as variáveis: região, formação base do *CEO*, género do *CEO*, género na composição do *board*, independência na composição do *board*, existência do *Combined Assurance Model*, existência de um comité de auditoria e risco, auditor financeiro pertencente a uma *Big 4*, dimensão e endividamento, não se apresentam estatisticamente significativas. Desta forma, não se inferiu positivamente sobre as restantes hipóteses colocadas, nomeadamente: H2: A formação base do *chief executive officer*, dividido entre formação base em economia/gestão e engenharia e outros, influencia a probabilidade de ter um relato integrado com garantia de fiabilidade; H3: O género do *chief executive officer* influencia a probabilidade de ter um relato integrado com garantia de fiabilidade; H4: O género na composição do *board* influencia a probabilidade de ter um relato integrado com garantia de fiabilidade; H5: A independência na composição do *board*, dividido entre independentes e dependentes (executivos e não executivos), influencia a probabilidade de ter um relato integrado com garantia de fiabilidade.; H6: A existência de um comité de auditoria e risco (em detrimento de somente comité de auditoria), aumenta a probabilidade de ter um relato integrado com garantia de fiabilidade.; H7: A existência do *combined assurance model*, aumenta a probabilidade de ter um relato integrado com garantia de fiabilidade; H8: A tipologia do auditor financeiro, quando a entidade que desenvolve a GF é uma *Big 4*, aumenta a probabilidade de ter um relato integrado com garantia de fiabilidade e H9: A região, influencia a probabilidade de ter um relato integrado com garantia de fiabilidade.

Na sequência do exposto, constata-se sobre a variável indústria, por esta ser estatisticamente significativa, uma confluência com estudos prévios. Com efeito, em sintonia com os resultados obtidos, estudo anteriores indicam que a nível da empresa os fatores podem incluir a indústria. Encontra-se na literatura referência de que empresas de setores mais expostos a questões ambientais, como a energia ou os recursos naturais, apresentam um maior compromisso para com o RS por este elemento aumentar a sua reputação e credibilidade. Por outro lado, empresas de setores com grande visibilidade, como os serviços financeiros, registam uma grande necessidade de demonstrar que são socialmente responsáveis, legitimando desta forma o seu papel na sociedade (Abernathy, Stefaniak, Wilkins & Olson, 2017; Fernandez-Feijoo et al., 2015; Marín Andreu & Ortiz-Martínez, 2018). Na classificação das indústrias, Prinsloo e

Maroun (2020) consideram: que as empresas que estão no setor mineiro e industrial são classificadas como tendo um elevado impacto social e ambiental; os serviços financeiros podem, embora de forma indireta, registar também um impacto material social e ambiental, sendo também as organizações pertencentes a este setor consideradas separadamente e as restantes organizações agrupadas numa única categoria. Maroun (2019a) refere que empresas com exposição ambiental incluem: extração, mineiro, produção de papel, químicas, industriais.

No que refere à variável “endividamento”, variável que apresenta um menor nível de significância observado, foram identificadas associações coincidentes com a literatura. Foi ainda referido que pesquisas anteriores encontraram resultados contraditórios neste efeito. Hahn e Kühnen (2013) referem que um elevado endividamento pode pressupor uma maior dificuldade de suportar os custos do RS e de fazer face às consequências inerentes à divulgação de informação potencialmente desfavorável, podendo no entanto o RS ser utilizado para legitimar as atividades da empresa perante os credores e investidores, providenciando desta forma incentivos para desenvolver este modelo de relato.

1.3. Como Desafiar alunos Universitários a estudar a Garantia de Fiabilidade no Relato Integrado

A convergência da evolução registada tanto a nível do relato empresarial como na sociedade, deve levar as universidades a evoluírem e a alterarem o currículo de cursos de licenciatura, mestrados e doutoramentos. Para ampliar o seu papel na sociedade, as sociedades precisam de olhar para o futuro e de educarem os seus alunos com ideias inovadoras, com novos temas e novas capacidades de realização.

A difusão do RI e o aumento da divulgação de GFRI, originou a uma mudança no relato empresarial e nas práticas de auditoria. Este movimento de mudança, originou o surgimento de novas necessidades na área do conhecimento e de novas capacidades dos profissionais. Neste contexto, as universidades necessitam de estar cientes destas mudanças por forma a prepararem de forma adequada os seus alunos e a incrementarem as possibilidades de um futuro melhor e de melhores empregos para os profissionais do futuro.

Do ponto de vista da sociedade, especialmente dos jovens, a intensificação das preocupações sobre sustentabilidade, desenvolvimento ambiental e social, conduziram a uma procura

crescente para que estas matérias sejam abordadas quando olham para o futuro e, particularmente, no momento no qual decidem em qual instituição efetuarem a sua formação académica.

À luz do exposto, o método proposto, o *Challenge Learning Method* (CLM), pretende propiciar às instituições de ensino superior e aos professores, com uma ferramenta que possa contribuir para o aumento na difusão dos temas RI e GFRI em cursos no ensino superior.

A apresentação destes tópicos na forma de desafios diversos, permite que os alunos sejam parte ativa no processo de ensino e aprendizagem, conduzindo as temáticas na perspetiva que lhes for mais interessante, de acordo com as suas experiências anteriores e com o seu conhecimento. A discussão de exemplos práticos reais e de situações bem difundidas, aumenta a curiosidade dos alunos, funcionando como uma vantagem na aquisição de novas ideias e conceitos. Desta forma, o processo de aprendizagem surge natural e mais produtivo.

O resultado do estudo realizado, consiste num método inovador de ensinar as práticas de contabilidade emergentes que são o RI e a GFRI em instituições no ensino superior.

Este estudo, contribui para a disseminação dos temas do RI e da GFRI na educação, conduzindo a uma melhor ligação entre as universidades, as empresas e a sociedade. Desta forma, este estudo conduz a um aumento na conexão entre universidades, professores, estudantes, profissionais, auditores, reguladores e a sociedade em geral.

1.4. Determinantes e Metodologias de ensino da Garantia de Fiabilidade no Relato Integrado

Pela análise da literatura, pode-se constatar que a divulgação de GFRI constitui um fator de fiabilidade, legitimidade e credibilidade da informação divulgada pelas empresas, em particular no RI (Eccles, Krzus, Rogers & Serafeim, 2012; Gary, Fagerström & Hassel, 2011; Pflugrath, Roebuck & Simnett, 2011; Villiers, Rinaldi & Unerman, 2014), sendo também referido na literatura que o estudo da GFRI se encontra pouco explorado (Briem & Wald, 2018; John Dumay, Bernardi, Guthrie & Demartini, 2016). Desta forma, foi no enquadramento apresentado que se pretendeu desenvolver a presente tese, procurando contribuir para o desenvolvimento de conhecimento nesta área ainda em crescimento e desenvolvimento na academia.

O percurso percorrido, o qual procura efetuar a ligação entre o conhecimento, a prática e o ensino, visa seguir um processo que apresente contribuições para a comunidade científica, para as empresas e os auditores e para a academia. Para que este objetivo seja alcançado, foram desenvolvidos três estudos, iniciando-se pela obtenção de uma visão geral do tema em apreço e do seu enquadramento através do estudo do estado da arte. O percurso de investigação, prosseguiu com o desenvolvimento do estudo da perspectiva das empresas e dos preparadores da informação. Em terceiro lugar, foi desenvolvida uma proposta de metodologia de ensino, conducente à transferência dos conhecimentos adquiridos para o ensino superior, visando a preparação de futuros profissionais e efetuando desta forma a ligação entre o conhecimento, a prática e o ensino. Desta forma, pretendeu-se efetuar uma ligação entre o conhecimento do passado (revisão da literatura), do presente (estudo dos relatórios das empresas) e a preparação do futuro (apresentação de desafios aos estudantes do ensino superior como forma de transmissão de conhecimentos e de construção do futuro).

Em síntese, refere-se que as grandes contribuições da tese assentam em três pilares: contribui para a ciência porque identifica um corpus teórico para o estudo do tema; contribui para a tipificação da GFRI e para melhor entender os fatores que levam à GFRI; contribui para a utilização de métodos de ensino adequados ao tema.

As principais implicações teóricas são apresentadas por estudo desenvolvido. Desta forma, em relação ao estudo 1, as implicações teóricas são as seguintes: identificação dos autores e das revistas científicas mais relevantes para o tópico; identificação de três clusters distintos sobre o qual o tópico que tem sido estudado até à data; identificação das teorias mais utilizadas; temáticas desenvolvidas e evolução do estudo das temáticas Garantida de Fiabilidade, Determinantes e Educação. No que se refere ao estudo 2, as implicações teóricas são as seguintes: caracterização da ocorrência e tipificação da GFRI, identificação dos países que mais contribuem para a difusão da GFRI, identificação e estudo dos determinantes da GFRI. As implicações teóricas do estudo 3 são as seguintes: identificação das metodologias de ensino utilizadas para o ensino da sustentabilidade, apresentação de uma proposta de metodologia de ensino superior adequada à GFRI.

De forma similar, as principais implicações práticas são também apresentadas por estudo desenvolvido. Desta forma, em relação ao estudo 1, as implicações práticas consistem no

suporte aos futuros investigadores na área através do estudo realizado. No que se refere ao estudo 2, na prática, o estudo desenvolvido pode servir de suporte à definição e implementação de políticas conducentes ao RI e à GFRI para empresas, auditores e reguladores. No que diz respeito ao estudo 3, este apresenta como aplicação prática a implementação da transmissão de conhecimentos no ensino superior.

Efetuada uma síntese das conclusões obtidas em cada estudo, refere-se que na revisão da literatura, foi possível determinar quais os autores e as revistas mais relevantes no âmbito da GFRI. Esta é uma informação relevante para o desenvolvimento informado de estudos na área. Com efeito, foi possível concluir que, embora *Waren Maroun* e *Roger Simmet* sejam os autores com maior número de estudos publicados na seleção em análise, os autores mais citados são: *Charl de Villiers*, *Robert Eccles* e *Roger Simnett*. No que refere às temáticas, pode-se inferir que os temas: contabilidade, auditoria e ética, constituem peças chave nas revistas mais citadas nos artigos selecionados. Foi também obtida a conclusão de que se evidencia uma teoria em particular: a legitimacy theory; um modelo de garantia de fiabilidade: a combined assurance; a necessidade de prestação de contas: accountability; o tema do governo das sociedades e a responsabilidade social das empresas. Foi também possível verificar que o foco de estudo incide principalmente em três temas: Garantia de Fiabilidade, Relato integrado e Relato de Sustentabilidade, tendo sido obtidas conclusões sobre essas temáticas. Desta forma, o estudo realizado contribuiu para a construção de conhecimento e permitiu a obtenção de uma visão mais ampla do tema em estudo.

Após a obtenção de conhecimento sobre o estado da arte associado ao tema GFRI, foram analisados os relatórios de organizações, procurando desta forma maximizar o conhecimento obtido no seio da academia com o conhecimento obtido através da análise da atividade prática das empresas e dos auditores.

No que refere ao sub-estudo: Análise de conteúdo da Garantia de Fiabilidade no Relato Integrado, verifica-se que o processo de certificação da informação desenvolvido para os relatos integrados é semelhante ao processo desenvolvido para os relatórios de sustentabilidade e que uma das limitações registadas em relação à garantia de fiabilidade é o facto de que os relatórios de garantia de fiabilidade expressam maioritariamente uma opinião limitada. Esta conclusão é coincidente com estudos anteriores nos quais é referido que poucas empresas apresentam uma

opinião positiva para toda a informação constante no RI, sendo necessária a obtenção futura de um maior grau de garantia de fiabilidade (Reverte, 2015; Rodrigues & Morais, 2018). É também referido que a garantia de fiabilidade não é efetuada com o mesmo grau de rigor que a auditoria financeira (Eccles & Saltzman, 2011). Comparando os resultados obtidos com estudos anteriores, constata-se uma evolução positiva através do incremento de empresas a obterem uma opinião razoável de auditoria. De acordo com Gomes, Eugénio & Branco (2015), verificamos consistência na tipologia dos prestadores dos serviços de garantia enquanto empresas de auditoria e que na Europa se regista um maior número de relatórios de garantia de fiabilidade do que nos Estados Unidos (Eccles et al., 2010).

No que diz respeito ao sub-estudo: Uma comparação geográfica da Garantia de Fiabilidade no Relato Integrado, a contribuição do estudo consiste num maior conhecimento da área de conhecimento GFRI com a caracterização geral, a particularidade das características associadas à origem geográfica de entidade de relato e a análise dos determinantes.

O sub-estudo: Determinantes da Garantia de Fiabilidade no Relato Integrado permitiu ampliar o âmbito dos estudos prévios sobre determinantes para a área da GFRI. De referir que os estudos anteriores eram essencialmente focados em RS, RI, e GF no RS.

O terceiro estudo: Como Desafiar alunos Universitários a estudar a Garantia de Fiabilidade no Relato Integrado, procurou ir ao encontro das diversas forças que se verificam na sociedade, com o crescente interesse pelas práticas de responsabilidade social, ambientais e do governo das sociedades. Procurou também responder às exigências cada vez mais prementes de preparação de profissionais para o mercado de trabalho relacionadas com os temas de sustentabilidade e de garantia de fiabilidade. O método proposto pretende desta forma dinamizar e incrementar o ensino destas temáticas, nomeadamente da GFRI.

2. Limitações e Estudos Futuros

As limitações do estudo desenvolvido estão relacionadas com a análise de um número limitado de organização e a referência a um ano de análise. Considerando que o estudo é baseado numa amostra reduzida, existe a necessidade de realização de estudos futuros, procurando ampliar a amostra, desenvolver novos testes estatísticos e procurar inferir sobre a validade das hipóteses colocadas.

A inclusão de divulgação de informação referente a relatórios independentes de GFRI, é um tema ainda em desenvolvimento, o qual necessita de continuar a ser objeto de análise e de estudo. Como estudos futuros, refira-se a possibilidade de análise dos mecanismos utilizados pelas organizações para aumentar a credibilidade da informação divulgada no RI, encontrando-se os relatórios de garantia de fiabilidade integrados nesses mecanismos. Conforme referido no estudo 1, a ligação entre garantia de fiabilidade e ética poderá também ser explorada em estudos futuros. O trabalho desenvolvido no estudo 2, poderá ser complementado através da análise de um maior número de empresas e sendo considerados mais anos de relato a fim de realizar um estudo longitudinal que possibilite a obtenção de conclusões sobre a evolução sentida ao longo dos anos. Considerando como recente a prática do RI, é necessário acompanhar o seu desenvolvimento e associá-lo ao desenvolvimento dos trabalhos de garantia de fiabilidade e de auditoria à informação divulgada. Poderá ser desenvolvido o estudo sobre a relação custo benefício do desenvolvimento de trabalhos de garantia de fiabilidade. Os prestadores do serviço de auditoria e de garantia de fiabilidade deverão incrementar o seu entendimento sobre os aspetos particulares e característicos do relato integrado, tais como desenvolvimento do pensamento integrado, o processo como as organizações criam valor e os seis capitais. Poderá desta forma, ser desenvolvido o estudo sobre o desenvolvimento de novo normativo de trabalhos de garantia de fiabilidade e de auditoria, propiciando uma maior ligação entre as expectativas das organizações, dos investidores e a capacidade de resposta dos auditores e organizações de prestação de serviços de garantia de fiabilidade.

Uma limitação do estudo relacionado com a proposta de uma metodologia para o ensino da GFRI, consiste na ausência de testes ao método proposto para além da experiência de ensino (Creel & Paz, 2018). Na sequência do exposto, um possível estudo futuro poderá consistir no desenvolvimento de entrevista ou na elaboração de questionários aos alunos que participaram nas referidas sessões/aulas, de forma a ser validada a efetividade do método proposto. Considerando que a inclusão dos temas do RI e da GFRI nas universidades está ainda a dar os primeiros passos, poderão ser necessários estudos adicionais sobre esta implementação. Tendo em conta que esta é uma área de estudo recente, poderia ser de interesse verificar se os professores das universidades estão preparados para lecionar o tema da GFRI. Em relação ao método proposto, o *Challenge Learning Method* poderá ser generalizado possibilitando desta forma a sua aplicação a temas mais vastos. Em último, um outro estudo subsequente a

desenvolver, poderá consistir na aplicação do método proposto à auditoria e ao relato empresarial de forma a perceber se ele propiciou uma melhoria na obtenção de resultados em relação aos objetivos de aprendizagem nestes temas.

BIBLIOGRAFIA

1. Bibliografia Geral

- Abernathy, J., Stefaniak, C., Wilkins, A., & Olson, J. (2017). Literature review and research opportunities on credibility of corporate social responsibility reporting. *American Journal of Business*, 32(1), 24–41. <https://doi.org/10.1108/AJB-04-2016-0013>
- Ackers, B. (2016). An exploration of internal audit's corporate social responsibility role - Insights from South Africa. *Social Responsibility Journal*, 12(4), 719–739. <https://doi.org/10.1108/SRJ-01-2016-0003>
- Adams, C. A. (2015). The International Integrated Reporting Council: A call to action. *Critical Perspectives on Accounting*, 27, 23–28. <https://doi.org/10.1016/j.cpa.2014.07.001>
- Adhariani, D., & de Villiers, C. (2019). Integrated reporting: perspectives of corporate report preparers and other stakeholders. *Sustainability Accounting, Management and Policy Journal*, 10(1), 126–156. <https://doi.org/10.1108/SAMPJ-02-2018-0043>
- Andreu, L. M., & Ortiz-Martínez, E. (2018). Non-financial information of Spanish companies and financial evolution. *Social Responsibility Journal*, 14(4), 782–801. <https://doi.org/10.1108/SRJ-08-2017-0145>
- Apple. (2010). Challenge Based Learning A Classroom Guide. *Apple Inc.*, (Available at https://images.apple.com/education/docs/CBL_Classroom_Guide_Jan_2011.pdf).
- Ballou, B., Casey, R. J., Grenier, J. H., & Heitger, D. L. (2012). Exploring the strategic integration of sustainability initiatives: Opportunities for accounting research. *Accounting Horizons*, 26(2), 265–288. <https://doi.org/10.2308/acch-50088>
- Beske, F., Haustein, E., & Lorson, P. C. (2020). Materiality analysis in sustainability and integrated reports. *Sustainability Accounting, Management and Policy Journal*, 11(1), 162–186. <https://doi.org/10.1108/SAMPJ-12-2018-0343>
- Bouten, L., & Hoozée, S. (2015). Challenges in Sustainability and Integrated Reporting. *Issues in Accounting Education*, 30(4), 373–381. <https://doi.org/10.2308/iace-51093>
- Briem, C. R., & Wald, A. (2018). Implementing third-party assurance in integrated reporting.

- Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 31(5), 1461–1485.
<https://doi.org/10.1108/AAAJ-03-2016-2447>
- Brown-Liburd, H., & Zamora, V. L. (2015). The Role of Corporate Social Responsibility (CSR) Assurance in Investors' Judgments When Managerial Pay is Explicitly Tied to CSR Performance. *AUDITING: A Journal of Practice & Theory*, 34(1), 75–96.
<https://doi.org/10.2308/ajpt-50813>
- Brown, J., & Dillard, J. (2014). Integrated reporting: On the need for broadening out and opening up. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 27(7), 1120–1156.
<https://doi.org/10.1108/AAAJ-04-2013-1313>
- Brown, V. L., & Kohlbeck, M. J. (2017). Providing Assurance for Sustainability Reports: An Instructional Case. *Issues in Accounting Education*, 32(3), 95–102.
<https://doi.org/10.2308/iace-51582>
- Bryman, A., & Bell, E. (2011). *Business Research Methods*. New York, NY:OxfordUniversity Press.
- Burke, J. J., & Clark, C. E. (2016). The business case for integrated reporting: Insights from leading practitioners, regulators, and academics. *Business Horizons*, 59(3), 273–283.
<https://doi.org/10.1016/j.bushor.2016.01.001>
- Busco, C., Frigo, M. L., Quattrone, P., & Riccaboni, A. (2014). Leading Practices in Integrated Reporting (Cover Story). *Strategic Finance*, (September 2014), 23–32.
- Caglio, A., Melloni, G., & Perego, P. (2020). Informational Content and Assurance of Textual Disclosures: Evidence on Integrated Reporting. *European Accounting Review*, 29(1), 55–83. <https://doi.org/10.1080/09638180.2019.1677486>
- Camilleri, M. A. (2017). Corporate sustainability and responsibility: creating value for business, society and the environment. *Asian Journal of Sustainability and Social Responsibility*, 2(1), 59–74. <https://doi.org/10.1186/s41180-017-0016-5>
- Camodeca, R., Almici, A., & Sagliaschi, U. (2018). Sustainability Disclosure in Integrated Reporting: Does It Matter to Investors? A Cheap Talk Approach. *Sustainability*, 10(4393), 1–34. <https://doi.org/10.3390/su10124393>

- Canning, M., O'Dwyer, B., & Georgakopoulos, G. (2019). Processes of auditability in sustainability assurance—the case of materiality construction. *Accounting and Business Research, 49*(1), 1–27. <https://doi.org/10.1080/00014788.2018.1442208>
- Castelo Branco, M., Delgado, C., Ferreira Gomes, S., & Cristina Pereira Eugénio, T. (2014). Factors influencing the assurance of sustainability reports in the context of the economic crisis in Portugal. *Managerial Auditing Journal, 29*(3), 237–252. <https://doi.org/10.1108/MAJ-07-2013-0905>
- Chersan, I. C., Ignat, G., Ungureanu, G., Sandu, I., Costuleanu, C. L., Simeanu, C., & Vintu, C. R. (2018). Assurance of the sustainability reports from the chemical industry practices and trends. *Revista de Chimie, 69*(3), 636–641. <https://doi.org/10.37358/rc.18.3.6165>
- CMVM. (2020). Documento de consulta da CMVM N.º 6/2020: Projeto de modelo de relatório de informação não financeira pelos emitentes de valores mobiliários admitidos à negociação em mercado regulamentado.
- Cohen, J. R., Holder-webb, L., & Zamora, V. L. (2015). Nonfinancial Information Preferences of Professional Investors. *BEHAVIORAL RESEARCH IN ACCOUNTING, American Accounting Association, 27*(2), 127–153. <https://doi.org/10.2308/bria-51185>
- Cohen, J. R., & Simnett, R. (2015). A Forum on CSR and Assurance Services. *AUDITING: A Journal of Practice & Theory, 34*(1), vii–vii. <https://doi.org/10.2308/ajpt-10454>
- Collins, E., & Kearins, K. (2007). Exposing students to the potential and risks of stakeholder engagement when teaching sustainability: A classroom exercise. *Journal of Management Education, 31*(4), 521–540. <https://doi.org/10.1177/1052562906291307>
- Corrado, M., Demartini, P., & Dumay, J. (2019). Assurance on Integrated Reporting: A Critical Perspective. In *Springer International Publishing* (pp. 199–217). https://doi.org/10.1007/978-3-030-01719-4_11
- Creel, T., & Paz, V. (2018). Teaching Sustainability in an Accounting Classroom. *Discourse and Communication for Sustainable Education, 9*(1), 79–85. <https://doi.org/10.2478/dcse-2018-0006>
- Dâmaso, G., & Lourenço, I. C. (2011). Internet Financial Reporting: Environmental Impact Companies and other Determinants. *International Conference on Enterprise Systems,*

Accounting and Logistics 2011, (July), 331–359.

- Denyer, D., & Tranfield, D. (2006). Using qualitative research synthesis to build an actionable knowledge base, (February 2006). <https://doi.org/10.1108/00251740610650201>
- Dilling, P. F. A., & Caykoylu, S. (2019). Determinants of companies that disclose high-quality integrated reports. *Sustainability*, *11*(3744), 1–31. <https://doi.org/10.3390/su11133744>
- Dilling, P. F. A., & Harris, P. (2018). Reporting on long-term value creation by Canadian companies : A longitudinal assessment. *Journal of Cleaner Production*, *191*, A10–A10. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2018.03.286>
- Dolce, V., Emanuel, F., Cisi, M., & Ghislieri, C. (2019). The soft skills of accounting graduates: perceptions versus expectations. *Accounting Education*, *0*(0), 1–20. <https://doi.org/10.1080/09639284.2019.1697937>
- Drucker, P. F. (1995). *A gestão numa época de grande mudança*. (D. Cultural, Ed.).
- Druckman, P. (2014). Integrated Reporting : A New Governanee Tool. *The Corporate Board*, 6–11.
- Dumay, J., & Xi Dai, T. M. (2014). Integrated thinking as an organisational cultural control? In paper presented at the *Critical Perspectives On Accounting Conference*.
- Dumay, John, & Adams, M. (2014). The Learning Journey of IC Missionaries : Intuition , Control and Value Creation. *Electronic Journal of Knowledge Management*, *12*(2), 135–143.
- Dumay, John, Bernardi, C., Guthrie, J., & Demartini, P. (2016). Integrated reporting: A structured literature review. *Accounting Forum*, *40*(3), 166–185. <https://doi.org/10.1016/j.accfor.2016.06.001>
- Eccles, R. G., & Krzus, M. P. (2010). One Report - Integrated Reporting For A Sustainable Strategy. *Financial Executive*, *26*(2), 28–32. Retrieved from <http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=buh&AN=48961959&site=ehost-live&scope=site>
- Eccles, R. G., Krzus, M. P., & Ribot, S. (2015). The Integrated Reporting Movement: Meaning, Momentum, Motives and Materiality. *Journal of Cleaner Production*, *86*, 285–288.

<https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2014.08.073>

- Eccles, R. G., Krzus, M. P., Rogers, J., & Serafeim, G. (2012). The Need for Sector-Specific Materiality and Sustainability Reporting Standards. *Applied Corporate Finance*, 24(2), 65–71. <https://doi.org/10.1111/j.1745-6622.2012.00380.x>
- Eccles, R. G., Krzus, M. P., & Watson, L. a. (2010). Integrated Reporting Requires Integrated Assurance. *QFinance*, 1–14.
- Eccles, R. G., & Saltzman, D. (2011). Achieving Sustainability Through Integrated Reporting. *Stanford Social Innovation Review*.
- Eccles, R. G., & Serafeim, G. (2013a). A table of two stories: Sustainability and the Quarterly Earnings Call. *Applied Corporate Finance*, 25(3), 8–19.
- Eccles, R. G., & Serafeim, G. (2013b). The Performance Frontier. *Harvard Business Review*, 91(5), 50–60. Retrieved from <http://esc-web.lib.cbs.dk/login?url=http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=bth&AN=87039861&login.asp&site=ehost-live&scope=site>
- EFRAG. (2020). Press release successful launch of the project on preparatory work for the elaboration of possible EU non-financial reporting standards.
- Engelbrecht, L., Yasseen, Y., & Omarjee, I. (2018). The role of the internal audit function in integrated reporting: a developing economy perspective. *Meditari Accountancy Research*, 26(4), 657–674. <https://doi.org/10.1108/MEDAR-10-2017-0226>
- Esch, M., Schulze, M., & Wald, A. (2019). The dynamics of financial information and non-financial environmental, social and governance information in the strategic decision-making process. *Journal of Strategy and Management*, 12(3), 314–329. <https://doi.org/10.1108/JSMA-05-2018-0043>
- European Parliament. (2014). Directive 2014/95/EU of the European Parliament and of the Council of 22 October 2014 amending Directive 2013/34/EU as regards disclosure of non-financial and diversity information by certain large undertaking and groups. *Official Journal of the European Union*, 2014(April), 1–9.
- Farooq, M. B., & de Villiers, C. (2019). The shaping of sustainability assurance through the

- competition between accounting and non-accounting providers. *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, 32(1), 307–336. <https://doi.org/10.1108/AAAJ-10-2016-2756>
- Feldon, D. F., Peugh, J., Timmerman, B. E., Maher, M. A., Hurst, M., Strickland, D., ... Stieglmeier, C. (2011). Graduate students' teaching experiences improve their methodological research skills. *Science*, 333(6045), 1037–1039. <https://doi.org/10.1126/science.1204109>
- Fernandez-Feijoo, B., Romero, S., & Ruiz, S. (2015). Multilevel Approach to Sustainability Report Assurance Decisions. *Australian Accounting Review*, 25(75). <https://doi.org/10.1111/auar.12104>
- Frías-Aceituno, J. V., Rodríguez-Ariza, L., & García-Sánchez, I. M. (2013). Is integrated reporting determined by a country's legal system? An exploratory study. *Journal of Cleaner Production*, 44, 45–55. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2012.12.006>
- Fried, A., Holtzman, M. P., & Mest, D. (2014). IR the new annual Report for the 21st century. *Financial Executive, Fall 2014*, 24–31.
- Frisk, E., & Larson, K. L. (2011). Journal of Sustainability Education Vol. 2, March 2011 ISSN: 2151-7452. *Journal of Sustainability Education*, 2(March).
- Gal, G., & Akisik, O. (2020). The impact of internal control, external assurance, and integrated reports on market value. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 27(3), 1227–1240. <https://doi.org/10.1002/csr.1878>
- Gary, M. C., Fagerström, A., & Hassel, L. G. (2011). Accounting for Sustainability: What Next? a Research Agenda. *Annals of Faculty of Economics*, 97–111. Retrieved from <http://econpapers.repec.org/RePEc:ora:journl:v:1:y:2011:i:special:p:97-111>
- Gerwanski, J. (2020). Does it pay off? Integrated reporting and cost of debt: European evidence. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 27(5), 2299–2319. <https://doi.org/10.1002/csr.1965>
- Gerwanski, J., Kordsachia, O., & Velte, P. (2019). Determinants of materiality disclosure quality in integrated reporting: Empirical evidence from an international setting. *Business Strategy and the Environment*, 28(5), 750–770. <https://doi.org/10.1002/bse.2278>

- Goicoechea, E., Gómez-Bezares, F., & Ugarte, J. (2019). Integrated Reporting Assurance: Perceptions of Auditors and Users in Spain. *Sustainability*, *11*(3), 713. <https://doi.org/10.3390/su11030713>
- Gomes, S. F., Eugénio, T. C. P., & Branco, M. C. (2015). Sustainability reporting and assurance in Portugal. *Corporate Governance: The International Journal of Business in Society*, *15*(3), 281–292. <https://doi.org/10.1108/CG-07-2013-0097>
- Green, W. J., & Cheng, M. M. (2019). Materiality judgments in an integrated reporting setting: The effect of strategic relevance and strategy map. *Accounting, Organizations and Society*, *73*, 1–14. <https://doi.org/10.1016/j.aos.2018.07.001>
- Hąbek, P., & Wolniak, R. (2016). Assessing the quality of corporate social responsibility reports: the case of reporting practices in selected European Union member states. *Quality and Quantity*, *50*(1), 399–420. <https://doi.org/10.1007/s11135-014-0155-z>
- Hahn, R., & Kühnen, M. (2013). Determinants of sustainability reporting: A review of results, trends, theory, and opportunities in an expanding field of research. *Journal of Cleaner Production*, *59*, 5–21. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2013.07.005>
- Haji, AA; Anifowose, M. (2016). Audit Committee and Integrated Reporting Practice : Does Internal Assurance Matter ? *Managerial Auditing Journal*, *31*(8/9).
- Hansen, J. D. (2006). Using Problem-Based Learning in Accounting. *Journal of Education for Business*, *81*(4), 221–224. <https://doi.org/10.3200/joeb.81.4.221-224>
- Hardin, R., Bhargava, A., Bothner, C., Browne, K., Kusano, S., Golrokhian, A., ... Agrawal, A. (2016). Towards a revolution in sustainability education: Vision, architecture, and assessment in a case-based approach. *World Development Perspectives*, *1*, 58–63. <https://doi.org/10.1016/j.wdp.2016.05.006>
- Hazelton, J., & Haigh, M. (2010). Incorporating sustainability into accounting curricula: Lessons learnt from an action research study. *Accounting Education*, *19*(1–2), 159–178. <https://doi.org/10.1080/09639280802044451>
- Hoang, H., & Phang, S.-Y. (2021). How Does Combined Assurance Affect the Reliability of Integrated Reports and Investors' Judgments? *European Accounting Review*, *30*(1), 175–195. <https://doi.org/10.1080/09638180.2020.1745659>

- Huggins, A., Simnett, R., & Hargovan, A. (2015). Integrated reporting and directors' concerns about personal liability exposure: Law reform options. *Company and Securities Law Journal*, (33(3)), 176–195.
- Husted, B. W., & Sousa-Filho, J. M. de. (2017). The impact of sustainability governance, country stakeholder orientation, and country risk on environmental, social, and governance performance. *Journal of Cleaner Production*, 155, 93–102. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2016.10.025>
- IASB. (2010). *Conceptual Framework for Financial Reporting*.
- IASB. (2014). The Conceptual Framework for Financial Reporting. *International Financial Reporting Standards*, (January).
- ICAEW. (2009). Developments in New Reporting Models,. *Financial Reporting Faculty of ICAEW*. <https://doi.org/10.2308/accr.00000004>
- IIRC. (2013a). A Estrutura Internacional para Relato Integrado.
- IIRC. (2013b). Capitals Background paper for <IR>, 1–30.
- IIRC. (2013c). The International IR framework, 37. Retrieved from www.theiirc.org
- IIRC. (2014a). Assurance on IR: An exploration of issues.
- IIRC. (2014b). Assurance on IR: An Introduction to the Discussion. Retrieved from <http://www.theiirc.org/wp-content/uploads/2014/07/Assurance-on-IR-an-introduction-to-the-discussion.pdf>
- IIRC. (2015). Assurance on < IR > Overview of feedback and call to action.
- ING. (2016). ING Group annual report 2015: A step ahead, 442. Retrieved from <http://www.ing.com/Investor-relations/Jaarverslagen.htm>
- Johnson, L. F. ., Smith, R. S. ., Smythe, J. . T., & Varon, R. K. . (2009). Challenge-Based Learning An Approach for Our Time. *The New Media Consortium.*, 1–38.
- Kılıç, M., & Kuzey, C. (2018). Assessing current company reports according to the IIRC integrated reporting framework. *Meditari Accountancy Research*, 26(2), 305–333. <https://doi.org/10.1108/MEDAR-04-2017-0138>

- Kılıç, M., Uyar, A., & Kuzey, C. (2020). The impact of institutional ethics and accountability on voluntary assurance for integrated reporting. *Journal of Applied Accounting Research*, 21(1), 1–18. <https://doi.org/10.1108/JAAR-04-2019-0064>
- Klovienė, L., & Speziale, M. T. (2014). Sustainability Reporting as a Challenge for Performance Measurement: Literature Review. *Economics and Business*, 26, 44. <https://doi.org/10.7250/eb.2014.019>
- Kräusche, K., & Pilz, S. (2017). Integrated sustainability reporting at HNE Eberswalde – a practice report. *International Journal of Sustainability in Higher Education*. <https://doi.org/10.1108/IJSHE-07-2016-0145>
- Kühne, R. W. (2019). Climate Change: The Science Behind Greta Thunberg and Fridays for Future. <https://doi.org/10.31219/osf.io/2n6kj>
- Landau, A., Rochell, J., Klein, C., & Zwergel, B. (2020). Integrated reporting of environmental, social, and governance and financial data: Does the market value integrated reports? *Business Strategy and the Environment*, 29(4), 1750–1763. <https://doi.org/10.1002/bse.2467>
- Lee, W. E., Birkey, R. N., & Patten, D. M. (2017). Exposing Students to Environmental Sustainability in Accounting: An Analysis of Its Impacts in a US Setting. *Social and Environmental Accountability Journal*, 37(2), 81–96. <https://doi.org/10.1080/0969160X.2016.1270225>
- Leonard, D., & Swap, W. (2004). Deep Smarts. *Harvard Business Review*, 82(9).
- Liu, H. H., Wang, Q., Su, Y. S., & Zhou, L. (2019). Effects of project-based learning on teachers' information teaching sustainability and ability. *Sustainability*, 11(20), 1–16. <https://doi.org/10.3390/su11205795>
- Lodhia, S., & Stone, G. (2017). Integrated Reporting in an Internet and Social Media Communication Environment : Conceptual Insights. *Australian Accounting Review*, 27(1), 17–33. <https://doi.org/10.1111/auar.12143>
- Malola, A., & Maroun, W. (2019). The measurement and potential drivers of integrated report quality: Evidence from a pioneer in integrated reporting. *South African Journal of Accounting Research*, 33(2), 114–144. <https://doi.org/10.1080/10291954.2019.1647937>

- Maniora, J. (2017). Is Integrated Reporting Really the Superior Mechanism for the Integration of Ethics into the Core Business Model? An Empirical Analysis. *Journal of Business Ethics*, 140(4), 755–786. <https://doi.org/10.1007/s10551-015-2874-z>
- Maroun, W. (2017). Assuring the IR: Insights and recommendations from auditors and preparers. *The British Accounting Review*.
- Maroun, W. (2018a). A Conceptual Model for Understanding Corporate Social Responsibility Assurance Practice. *Journal of Business Ethics*, 161(1), 187–209. <https://doi.org/10.1007/s10551-018-3909-z>
- Maroun, W. (2018b). “Modifying assurance practices to meet the needs of integrated reporting: the case for ‘interpretive assurance.’” *Accounting, Auditing & Accountability Journal*.
- Maroun, W. (2019a). Does external assurance contribute to higher quality integrated reports? *Journal of Accounting and Public Policy*, 38(4), 106670. <https://doi.org/10.1016/j.jaccpubpol.2019.06.002>
- Maroun, W. (2019b). Exploring the rationale for integrated report assurance. *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, 32(6), 1826–1854. <https://doi.org/10.1108/AAAJ-04-2018-3463>
- Mburayi, L., & Wall, T. (2018). Sustainability in the professional accounting and finance curriculum: an exploration. *Higher Education, Skills and Work-Based Learning*, 8(3), 291–311. <https://doi.org/10.1108/HESWBL-03-2018-0036>
- Mmako, N., & Rensburg, M. J. Van. (2017). Towards integrated reporting : The inclusion of content elements of an integrated annual report in the chairmen ’ s statements of JSE-listed companies. *S.Afr.J.Bus.Manage*, 48(1), 45–55.
- Mohammad, N. (2019). Integrated Reporting Practice and Disclosure in Bangladesh’s Banking Sectors. *Indonesian Journal of Sustainability Accounting and Management*, 3(2), 147. <https://doi.org/10.28992/ijksam.v3i2.91>
- Naynar, N. R., Ram, A. J., & Maroun, W. (2018). Expectation gap between preparers and stakeholders in integrated reporting. *Meditari Accountancy Research*. <https://doi.org/10.1108/MEDAR-12-2017-0249>

- Nicolo, G., Zanellato, G., Manes-Rossi, F., & Tiron-Tudor, A. (2020). Corporate reporting metamorphosis: empirical findings from state-owned enterprises. *Public Money and Management*, 1–10. <https://doi.org/10.1080/09540962.2020.1719633>
- Novo Nordisk. (2012). *Novo Nordisk annual report 2011*.
- Odriozola, M. A., Saánchez, J. A. C., & Etxeberria, I. Á. (2012). Divulgación de información sobre corrupción: empresas del ibex 35*. *Revista de Contabilidad-Spanish Accounting Review*, 15, 59–90.
- Oprisor, T. (2015). Auditing Integrated Reports: Are there Solutions to this Puzzle? *Procedia Economics and Finance*, 25(15), 87–95. [https://doi.org/10.1016/S2212-5671\(15\)00716-9](https://doi.org/10.1016/S2212-5671(15)00716-9)
- Owen, G. (2013). Integrated Reporting: A Review of Developments and their Implications for the Accounting Curriculum. *Accounting Education*, 22(4), 340–356. <https://doi.org/10.1080/09639284.2013.817798>
- Park, A., & Ravenel, C. (2013). Integrating sustainability into capital markets: Bloomberg LP And ESG’s quantitative legitimacy. *Journal of Applied Corporate Finance*, 25(3), 62–67.
- Perego, P., Kennedy, S., & Whiteman, G. (2016). A lot of icing but little cake? Taking Integrated Reporting forward. *Journal of Cleaner Production*, 136, 53–64.
- Pflugrath, G., Roebuck, P., & Simnett, R. (2011). Impact of Assurance and Assurer’s Professional Affiliation on Financial Analysts’ Assessment of Credibility of Corporate Social Responsibility Information. *AUDITING: A Journal of Practice & Theory*, 30(3), 239–254. <https://doi.org/10.2308/ajpt-10047>
- Pitrakkos, P., & Maroun, W. (2019). Evaluating the quality of carbon disclosures. *Sustainability Accounting, Management and Policy Journal*, 11(3), 553–589. <https://doi.org/10.1108/SAMPJ-03-2018-0081>
- Podsakoff, P. M., MacKenzie, S. B., Bachrach, D. G., & Podsakoff, N. P. (2005). The influence of management journals in the 1980s and 1990s. *Strategic Management Journal*, 26(5), 473–488. <https://doi.org/10.1002/smj.454>
- Prickett, R. (2014). Transforming Corporate Reporting. *Internal Auditor*, 71 Issue 2(April), 58-62. 5p.

- Prinsloo, A., & Maroun, W. (2020). An exploratory study on the components and quality of combined assurance in an integrated or a sustainability reporting setting. *Sustainability Accounting, Management and Policy Journal*, (118525). <https://doi.org/10.1108/SAMPJ-05-2019-0205>
- Reimsbach, D., Hahn, R., & Gürtürk, A. (2018). Integrated Reporting and Assurance of Sustainability Information: An Experimental Study on Professional Investors' Information Processing. *European Accounting Review*, 27(3), 559–581. <https://doi.org/10.1080/09638180.2016.1273787>
- Reimsbach, D., Schiemann, F., Hahn, R., & Schmiedchen, E. (2020). In the Eyes of the Beholder: Experimental Evidence on the Contested Nature of Materiality in Sustainability Reporting. *Organization and Environment*, 33(4), 624–651. <https://doi.org/10.1177/1086026619875436>
- Reitmaier, C., & Schultze, W. (2017). Enhanced business reporting: value relevance and determinants of valuation-related disclosures. *Journal of Intellectual Capital*, 18(4), 832–867. <https://doi.org/10.1108/JIC-12-2016-0136>
- Richard, G., & Odendaal, E. (2020). *Credibility-enhancing mechanisms, other than external assurance, in integrated reporting*. *Journal of Management and Governance*. Springer US. <https://doi.org/10.1007/s10997-020-09509-x>
- Rinaldi, L., Unerman, J., & de Villiers, C. (2018). Evaluating the integrated reporting journey: insights, gaps and agendas for future research. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 31(5), 1294–1318. <https://doi.org/10.1108/AAAJ-04-2018-3446>
- Rivera-arrubla, Y. A., & Zorio-grima, A. (2016). Integrated Reporting, Connectivity, and Social Media. *Psychology & Marketing*, 33 (12), 1159–1165. <https://doi.org/10.1002/mar>
- Rivera-arrubla, Y. A., Zorio-grima, A., & García-benau, M. A. (2017). Integrated reports : disclosure level and explanatory factors. *Social Responsibility Journal*, 13(1), 155–176. <https://doi.org/10.1108/SRJ-02-2016-0033>
- Rodrigues, M. A. B., & Morais, A. I. (2018). Seeking Legitimacy and Sustainability through Integrated Reporting. In *XVIII Encontro Internacional AECA, ISCTE, Lisbon, Portugal*. 173h.

- Rodrigues, M. A. B., & Morais, A. I. (2019). A geographical comparison of assurance on integrated reporting. *Iberian Conference on Information Systems and Technologies, CISTI, 2019-June*(June), 19–22. <https://doi.org/10.23919/CISTI.2019.8760836>
- Rodrigues, M. A. B., Morais, A. I., & Cunha, J. V. da. (2016). Integrated Reporting < IR > : O novo paradigma em Corporate Reporting. *Revista Da Ordem Dos Revisores Oficiais de Contas*, (35), PP 34, 41. Retrieved from <http://www.oroc.pt/fotos/editor2/Revista/72/Contabilidade.pdf>
- Rodrigues, M. A. B., Morais, A. I., & Ribeiro, C. (2017). Assurance on integrated reporting <IR>. In *2017 12th Iberian Conference on Information Systems and Technologies (CISTI)* (pp. 1–6). IEEE. <https://doi.org/10.23919/CISTI.2017.7976062>
- Romero, S., Ruiz, S., & Fernandez-Feijoo, B. (2018). Sustainability reporting and stakeholder engagement in Spain : Different instruments , different quality. *Business Strategy and the Environment*, (October), 1–12. <https://doi.org/10.1002/bse.2251>
- Sá, E., Dias, D., & Sá, M. J. (2017). Towards the university entrepreneurial mission: Portuguese academics' self-perspective of their role in knowledge transfer. *Journal of Further and Higher Education*, 42(6), 784–796. <https://doi.org/10.1080/0309877X.2017.1311998>
- Santova. (2015). *Annual Integrated Report, February 2015*.
- Seele, P. (2016). Digitally unified reporting : how XBRL-based real-time transparency helps in combining integrated sustainability reporting and performance control. *Journal of Cleaner Production*, 136, 65–77. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2016.01.102>
- Sierra-García, L., Zorio-Grima, A., & García-Benau, M. A. (2015). Stakeholder Engagement, Corporate Social Responsibility and Integrated Reporting: An Exploratory Study. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 22(5), 286–304. <https://doi.org/10.1002/csr.1345>
- Simnett, R., & Huggins, A. L. (2015). Integrated reporting and assurance: where can research add value? *Sustainability Accounting, Management and Policy Journal*, 6(1), 29–53. <https://doi.org/10.1108/SAMPJ-09-2014-0053>
- Simnett, R., Vanstraelen, A., & Chua, W. F. (2009). Assurance on sustainability reports: An international comparison. *Accounting Review*, 84(3), 937–967.

<https://doi.org/10.2308/accr.2009.84.3.937>

- Stanley, T., & Marsden, S. (2012). Problem-based learning: Does accounting education need it? *Journal of Accounting Education*, 30(3–4), 267–289. <https://doi.org/10.1016/j.jaccedu.2012.08.005>
- Steenkamp, N. (2018). Top 10 South African companies' disclosure of materiality determination process and material issues in integrated reports. *Journal of Intellectual Capital*.
- Stolowy, H., & Paugam, L. (2018). The expansion of non-financial reporting : an exploratory study The expansion of non- financial reporting : an exploratory study. *Accounting and Business Research ISSN:*, 48:5, 525–548. <https://doi.org/10.1080/00014788.2018.1470141>
- Stubbs, W., & Cocklin, C. (2008). Teaching sustainability to business students: Shifting mindsets. *International Journal of Sustainability in Higher Education*, 9(3), 206–221. <https://doi.org/10.1108/14676370810885844>
- Stubbs, W., & Higgins, C. (2014). Integrated Reporting and internal mechanisms of change. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 27(7), 1068–1089. <https://doi.org/10.1108/AAAJ-03-2013-1279>
- Stubbs, W., & Higgins, C. (2015). Stakeholders ' Perspectives on the Role of Regulatory Reform in Integrated Reporting. *Journal of Business Ethics*. <https://doi.org/10.1007/s10551-015-2954-0>
- Suchman, M. C. (1995). Managing Legitimacy: Strategic and Institutional Approaches. *The Academy of Management Review*, 20(3), 571. <https://doi.org/10.2307/258788>
- Sulkowski, A. J., Kowalczyk, W., Ahrendsens, B. L., Kowalski, R., & Majewski, E. (2020). Enhancing Sustainability Education through Experiential Learning of Sustainability Reporting. *International Journal of Sustainability in Higher Education*, 21(6), 1233–1247. Retrieved from <http://www.akrabjuara.com/index.php/akrabjuara/article/view/919>
- Tavares, D., Tavares, O., Justino, E., & Amaral, A. (2008). Students' Preferences and Needs in Portuguese Higher Education.: Sistema de descoberta para FCCN. *European Journal of Education*, 43(1). Retrieved from

<http://eds.a.ebscohost.com/eds/pdfviewer/pdfviewer?vid=2&sid=6d8d6d3d-6eab-4956-b3bf-66dc98867a0d%40sessionmgr4010&hid=4205>

The Sun. (2019). “INHUMAN” Spice Girls ‘shocked and appalled.’ Retrieved from <https://www.thesun.co.uk/news/8239915/spice-girls-wanna-be-t-shirt-comic-relief-sweatshop/>

Tilley, C. (2013). CIMA CEO column “In order to write an integrated report, organisations must apply integrated thinking.” *Financial Management*, 42(4), 68. Retrieved from <http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=buh&AN=90248883&site=ehost-live>

Tilley, C. (2014). CIMA CEO column: ‘ Of the six core capitals identified under integrated reporting , three relate to people .’ *Financial Management*, (August).

União Europeia. (2014). Diretiva 2014/95/UE do Parlamento Europeu no que se refere à divulgação de informações não financeiras e de informações sobre a diversidade por parte de certas grandes empresas e grupos. *Jornal Oficial União Europeia*, 2014(8), 48–53.

United Nations. (2015). *Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development. General Assembly of the United Nations.*

Van Bommel, K. (2014). Towards a legitimate compromise? An exploration of Integrated Reporting in the Netherlands. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 27(7), 1157–1189. <https://doi.org/10.1108/AAAJ-04-2013-1309>

Van Eck, N. J., & Waltman, L. (2010). Software survey VOSviewer, a computer program for bibliometric mapping. *Scientometrics*, (84(2)), 523-538. <https://doi.org/10.1007/s11192-009-0146-3>

Van Eck, N. J., & Waltman, L. (2011). Text mining and visualization using VOSviewer, arXiv preprint arXiv 1109.2058.

Van Eck, N. J., & Waltman, L. (2017). Citation-based clustering of publications using CitNetExplorer and VOSviewer. *Scientometrics*, 111(2), 1053–1070. <https://doi.org/10.1007/s11192-017-2300-7>

Vancity. (2012). *Vancity 2011 Annual Report.*

- Vaz, N., Fernandez-Feijoo, B., & Ruiz, S. (2016). Integrated reporting : an international overview. *Business Ethics: A European Review Volume*, 25(4), 577–592. <https://doi.org/10.1111/beer.12125>
- Villiers, C. de, Rinaldi, L., & Unerman, J. (2014). Integrated Reporting: Insights, gaps and an agenda for future research. *Accounting Auditing and Accountability Journal*, 1–47. Retrieved from <http://www.emeraldinsight.com/doi/abs/10.1108/AAAJ-06-2014-1736>
- Vygotsky, L. S. (1978). *Mind in Society: The Development of Higher Psychological Processes*. (E. S. M Cole, V John-Steiner, S Scribner, Ed.). Harvard university press.
- Wahlström, M., Sommer, M., Kocyba, P., de Vydt, M., De Moor, J., Davies, S., ... Buzogany, A. (2019). Protest for a future: Composition, mobilization and motives of the participants in Fridays For Future climate protests on 15 March, 2019 in 13 European cities. *Keele University*.
- Wang, R., Zhou, S., & Wang, T. (2020). Corporate Governance, Integrated Reporting and the Use of Credibility-enhancing Mechanisms on Integrated Reports. *European Accounting Review*, 29(4), 631–663. <https://doi.org/10.1080/09638180.2019.1668281>
- Waygood, S. (2014). A Roadmap for Sustainable Capital Markets: How can the UN Sustainable Development Goals harness the global capital markets? *Aviva White Paper*.
- Wyness, L., & Dalton, F. (2018). The value of problem-based learning in learning for sustainability: Undergraduate accounting student perspectives. *Journal of Accounting Education*, 45, 1–19. <https://doi.org/10.1016/j.jaccedu.2018.09.001>
- Young, M., & Lee Warren, D. (2011). Encouraging the development of critical thinking skills in the introductory accounting courses using the challenge problem approach. *Issues in Accounting Education*, 26(4), 859–881. <https://doi.org/10.2308/iace-50065>
- Zhou, S, Simnett, R., & Hoang, H. (2016). Combined Assurance as a New Assurance Approach: Is It Beneficial to Analysts?, 1–43. Retrieved from http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2742010
- Zhou, Shan, Simnett, R., & Hoang, H. (2019). Evaluating combined assurance as a new credibility enhancement technique. *Auditing*, 38(2), 235–259. <https://doi.org/10.2308/ajpt-52175>

2. Legislação e Normativos

AA1000 AccountAbility Principles Standard (AA1000 APS)

AA1000 Assurance Standard (AA1000AS)

DIRETIVA 2014/95/UE DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO, Divulgação de informações não financeiras e de informações sobre a diversidade por parte de certas grandes empresas e grupos

International Standard on Quality Control (ISQC), deals with a firm's responsibilities for its system of quality control for audits and reviews of financial statements, and other assurance and related services engagements

ISAE 3000 (International Standard on Assurance Engagements), norma para trabalhos de garantia de fiabilidade que não sejam auditorias ou revisões de informação financeira histórica publicada pelo International Auditing and Assurance Standards Board (IAASB)

ANEXOS

Anexo I - Lista de Artigos da consulta realizada na Web of Science

Autor	Estudo	N.º Citações
Abernathy, J; Stefaniak, C; Wilkins, A; Olson, J (2017)	Literature review and research opportunities on credibility of corporate social responsibility reporting	7
Ackers, B (2016)	An exploration of internal audit's corporate social responsibility role - insights from South Africa	4
Adhariani, D; de Villiers, C. (2019)	Integrated reporting: perspectives of corporate report preparers and other stakeholders	2
Andreu, LM; Ortiz-Martinez, E (2018)	Non-financial information of Spanish companies and financial evolution	0
Ballou, B; Casey, RJ; Grenier, JH; Heitger, DL (2012)	Exploring the Strategic Integration of Sustainability Initiatives: Opportunities for Accounting Research	69
Beske, F; Haustein, E; Lorson, PC (2020)	Materiality analysis in sustainability and integrated reports	2
Briem, CR; Wald, A (2018)	Implementing third-party assurance in integrated reporting: Companies' motivation and auditors' role	14
Brown-Liburd, H; Zamora, VL (2015)	The Role of Corporate Social Responsibility (CSR) Assurance in Investors' Judgments When Managerial Pay is Explicitly Tied to CSR Performance	57
Burke, JJ; Clark, CE (2016)	The business case for integrated reporting: Insights from leading practitioners, regulators, and academics	35
Caglio, A; Melloni, G; Perego, P (Early Access)	Informational Content and Assurance of Textual Disclosures: Evidence on Integrated Reporting	2
Camodeca, R; Almici, A; Sagliaschi, U (2018)	Sustainability Disclosure in Integrated Reporting: Does It Matter to Investors? A Cheap Talk Approach	5
Chersan, IC; Ignat, G; Ungureanu, G; Sandu, I; Costuleanu, CL; Simeanu, C; Vintu, CR (2018)	Assurance of the Sustainability Reports from the Chemical Industry Practices and trends	0
Cohen, JR; Holder-Webb, L; Zamora, VL (2015)	Nonfinancial Information Preferences of Professional Investors	16
Dilling, PFA; Caykoylu, S (2019)	Determinants of Companies that Disclose High-Quality Integrated Reports	3
Dilling, PFA; Harris, P (2018)	Reporting on long-term value creation by Canadian companies: A longitudinal assessment	7
Dumitru, M; Sofian, I (2017)	A literature review on integrated reporting	0
Eccles, RG; Krzus, MP; Ribot, S (2015)	Meaning and Momentum in the Integrated Reporting Movement	15
Engelbrecht, L; Yasseen, Y; Omarjee, I (2018)	The role of the internal audit function in integrated reporting: a developing economy perspective	5
Esch, M; Schulze, M; Wald, A (2019)	The dynamics of financial information and non-financial environmental, social and governance information in the strategic decision-making process	1
Fernandez-Feijoo, B; Romero, S; Ruiz, S (2015)	Multilevel Approach to Sustainability Report Assurance Decisions	24
Gal, G; Akisik, O (2020)	The impact of internal control, external assurance, and integrated reports on market value	2
Gerwanski, J; Kordsachia, O; Velte, P (2019)	Determinants of materiality disclosure quality in integrated reporting: Empirical evidence from an international setting	8

Autor	Estudo	N.º Citações
Goicoechea, E; Gomez-Bezares, F; Ugarte, JV (2019)	Integrated Reporting Assurance: Perceptions of Auditors and Users in Spain	1
Green, WJ; Cheng, MM (2019)	Materiality judgments in an integrated reporting setting: The effect of strategic relevance and strategy map	3
Habek, P; Wolniak, R (2016)	Assessing the quality of corporate social responsibility reports: the case of reporting practices in selected European Union member states	55
Hahn, R; Kuhnen, M (2013)	Determinants of sustainability reporting: a review of results, trends, theory, and opportunities in an expanding field of research	323
Haji, AA; Anifowose, M (2016)	Audit committee and integrated reporting practice: does internal assurance matter?	18
Hoang, H; Phang, SY (Early Access)	How Does Combined Assurance Affect the Reliability of Integrated Reports and Investors' Judgments?	0
Huggins, A; Simnett, R; Hargovan, A (2015)	Integrated reporting and directors' concerns about personal liability exposure: Law reform options	6
Kilic, M; Kuzey, C (2018)	Assessing current company reports according to the IIRC integrated reporting framework	7
Kilic, M; Uyar, A; Kuzey, C (2020)	The impact of institutional ethics and accountability on voluntary assurance for integrated reporting	0
Krausche, K; Pilz, S (2018)	Integrated sustainability reporting at HNE Eberswalde - a practice report	4
Landau, A; Rochell, J; Klein, C; Zwergel, B (2020)	Integrated reporting of environmental, social, and governance and financial data: Does the market value integrated reports?	4
Lodhia, S; Stone, G (2017)	Integrated Reporting in an Internet and Social Media Communication Environment: Conceptual Insights	19
Malola, A; Maroun, W (2019)	The measurement and potential drivers of integrated report quality: Evidence from a pioneer in integrated reporting	2
Maniora, J (2017)	Is Integrated Reporting Really the Superior Mechanism for the Integration of Ethics into the Core Business Model? An Empirical Analysis	24
Maroun, W (2017)	Assuring the integrated report: Insights and recommendations from auditors and preparers	33
Maroun, W (2018)	Modifying assurance practices to meet the needs of integrated reporting: The case for interpretive assurance	19
Maroun, W (2019)	Does external assurance contribute to higher quality integrated reports?	2
Maroun, W (2019)	Exploring the rationale for integrated report assurance	2
Maroun, W (2020)	A Conceptual Model for Understanding Corporate Social Responsibility Assurance Practice	1
Mmako, N; van Rensburg, MJ (2017)	Towards integrated reporting: The inclusion of content elements of an integrated annual report in the chairmen's statements of JSE-listed companies	0
Mohammad, N (2019)	Integrated Reporting Practice and Disclosure in Bangladesh's Banking Sectors	0
Naynar, NR; Ram, AJ; Maroun, W (2018)	Expectation gap between preparers and stakeholders in integrated reporting	3

Autor	Estudo	N.º Citações
Goicoechea, E; Gomez-Bezares, F; Ugarte, JV (2019)	Integrated Reporting Assurance: Perceptions of Auditors and Users in Spain	1
Green, WJ; Cheng, MM (2019)	Materiality judgments in an integrated reporting setting: The effect of strategic relevance and strategy map	3
Nicolo, G; Zanellato, G; Manes-Rossi, F; Tiron-Tudor, A (Early Access)	Corporate reporting metamorphosis: empirical findings from state-owned enterprises	0
Oprisor, T (2015)	Auditing Integrated Reports: Are There Solutions to This Puzzle?	6
Perego, P; Kennedy, S; Whiteman, G (2016)	A lot of icing but little cake? Taking integrated reporting forward	56
Pitrakkos, P; Maroun, W (2019)	Evaluating the quality of carbon disclosures	1
Prinsloo, A; Maroun, W (Early Access)	An exploratory study on the components and quality of combined assurance in an integrated or a sustainability reporting setting	0
Reimsbach, D; Hahn, R; Gurturk, A (2018)	Integrated Reporting and Assurance of Sustainability Information: An Experimental Study on Professional Investors' Information Processing	38
Reitmaier, C; Schultze, W(2017)	Enhanced business reporting: value relevance and determinants of valuation-related disclosures	2
Richard, G; Odendaal, E (Early Access)	Credibility-enhancing mechanisms, other than external assurance, in integrated reporting	0
Rivera-Arrubla, YA; Zorio-Grima, A (2016)	Integrated Reporting, Connectivity, and Social Media	5
Rivera-Arrubla, YA; Zorio-Grima, A; Garcia-Benau, MA (2017)	Integrated reports: disclosure level and explanatory factors	22
Rodrigues, MAB; Morais, AI (2019)	A geographical comparison of Assurance on Integrated Reporting	0
Rodrigues, MAB; Morais, AI; Ribeiro, C (2017)	Assurance on Integrated Reporting < IR >	0
Romero, S; Ruiz, S; Fernandez-Feijoo, B (2019)	Sustainability reporting and stakeholder engagement in Spain: Different instruments, different quality	10
Seele, P (2016)	Digitally unified reporting: how XBRL-based real-time transparency helps in combining integrated sustainability reporting and performance control	16
Sierra-Garcia, L; Zorio-Grima, A; Garcia-Benau, MA (2015)	Stakeholder Engagement, Corporate Social Responsibility and Integrated Reporting: An Exploratory Study	63
Simnett, R; Huggins, AL (2015)	Integrated reporting and assurance: where can research add value?	85
Steenkamp, N (2018)	Top ten South African companies' disclosure of materiality determination process and material issues in integrated reports	4
Stolowy, H; Paugam, L (2018)	The expansion of non-financial reporting: an exploratory study	16
Stubbs, W; Higgins, C (2018)	Stakeholders' Perspectives on the Role of Regulatory Reform in Integrated Reporting	26
Vasilyeva, TA; Makarenko, IA (2017)	Modern innovations in corporate reporting	1
Vaz, N; Fernandez-Feijoo, B; Ruiz, S (2016)	Integrated reporting: an international overview	32
Wang, RZ; Zhou, S; Wang, T (Early Access)	Corporate Governance, Integrated Reporting and the Use of Credibility-enhancing Mechanisms on Integrated Reports	5
Zhou, S; Simnett, R; Hoang, H (2019)	Evaluating Combined Assurance as a New Credibility Enhancement Technique	5